

**Regional
Catalão**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

CLEIDER ANTÔNIO DA FONSECA

NEGROS NOS GRUPOS ESCOLARES EM CATALÃO/GO. (1923 - 1971)

**DEZEMBRO/2018
CATALÃO/GO**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

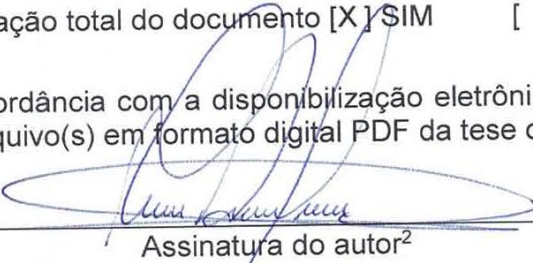
Nome completo do autor: **Cleider Antônio da Fonseca**

Título do trabalho: **Negros nos Grupos Escolares em Catalão/Go. (1923 - 1971)**

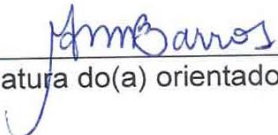
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do autor²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 12 / 02 / 2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

CLEIDER ANTÔNIO DA FONSECA

NEGROS NOS GRUPOS ESCOLARES EM CATALÃO/GO. (1923 -1971)

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDUC - da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em educação.

Orientadora: Profa. Dra. Aparecida Maria Almeida Barros

Linha de pesquisa - Políticas Educacionais, História da Educação e Pesquisa (Auto) Biográfica.

DEZEMBRO/2018
CATALÃO/GO

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Antonio da Fonseca, Cleider
Negros nos Grupos Escolares em Catalão/Go. (1923 - 1971)
[manuscrito] / Cleider Antonio da Fonseca. - 2018.
CXCXV, 195 f.: il.

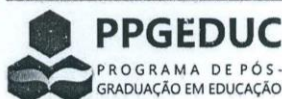
Orientador: Profa. Dra. Aparecida Maria Almeida Barros.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Catalão, 2018.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. negros e educação. 2. negros em Catalão. 3. grupos escolares .
4. invisibilidade. I. Almeida Barros, Aparecida Maria, orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO

UAEE – UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Av. Lamartine P. Avelar, 1.120. Setor Universitário, Bloco I, Sala 1A – Catalão (GO) CEP – 75.704 020 - Fone: (64) 3441-5366.
Ramal 204 – Coordenação. E-mail: ppgeduc.ufg@gmail.com
Ramal 206 – Secretaria. E-mail: secretariappgeduc@gmail.com

ATA DA 90ª SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
CLEIDER ANTÔNIO DA FONSECA

ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DESIGNADA PELA COORDENADORIA DO PPGEDUC PARA JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO DE CLEIDER ANTÔNIO DA FONSECA.

Em 06/12/2018, às 10:00 horas, na Sala 1 – Mini auditório Prof.º Dr.º Sérgio Pereira da Silva, Bloco H, da UFG/Regional Catalão, teve lugar a 90ª Sessão Pública de Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação da UFG/Regional Catalão, de CLEIDER ANTÔNIO DA FONSECA, intitulada: “**NEGROS NOS GRUPOS ESCOLARES EM CATALÃO/GO. (1923-1971)**”. A Banca Examinadora foi composta, pelos seguintes professores: Prof.ª Dr.ª Aparecida Maria Almeida Barros (PPGEDUC/UFG/Regional Catalão – Orientadora e Presidente da Banca), Prof.ª Dr.ª Cristiane Maria Ribeiro (IFGOIANO/Campus Urutaí – Membro Externo), Prof.ª Dr.ª Fátima Pacheco de Santana Inácio (UFG/Regional Catalão – Membro Interno) e Prof.ª Dr.ª Juliana Pereira de Araújo (PPGEDUC/UFG/Regional Catalão – membro interno). Os examinadores, na ordem citada, arguíram o mestrando sobre a dissertação apresentada, tendo a mesma explicado e/ou rébatido as críticas formuladas pelos arguidores. Após a conclusão da defesa foi suspensa a Sessão Pública e, em Sessão Secreta, os arguidores atribuíram seus conceitos. Reaberta a Sessão Pública foi anunciado o resultado final: **DEFESA APROVADA**, fazendo jus, portanto, ao título de Mestre em Educação, de acordo com o artigo 57 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação/Regional Catalão. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos Membros da Comissão Examinadora. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG/Regional Catalão, em 06/12/2018.




Prof.ª Dr.ª Aparecida Maria Almeida Barros



Prof.ª Dr.ª Cristiane Maria Ribeiro



Prof.ª Dr.ª Fátima Pacheco de Santana Inácio



Prof.ª Dr.ª Juliana Pereira de Araújo



Secretaria do PPGEDUC

Obs: Em anexo as recomendações da Comissão Examinadora. O (a) aluno (a) deverá encaminhar, no prazo de 30 dias, a contar da data da Defesa, os exemplares definitivos da Dissertação, para arquivamento, conforme as normas definidas pelo PPGEDUC/RC/UFG.

OBSERVAÇÕES:

A Banca aprova a dissertação e recomenda as revisões e adequações na versão definitiva para entrega ao Programa.

CLEIDER ANTÔNIO DA FONSECA

NEGROS NOS GRUPOS ESCOLARES EM CATALÃO/GO. (1923 -1971)

Dissertação submetida à Banca Examinadora, sob a orientação da profa. Dra. Aparecida Maria Almeida Barros.

BANCA EXAMINADORA

Prof^(a). Dra. Aparecida Maria Almeida Barros

Prof^(a). Dra. Cristiane Maria Ribeiro

Prof^(a). Dra. Juliana Pereira Araújo

Prof^(a). Dra. Fátima Pacheco de Santana Inácio

Aos meus filhos e aos meus pais, aos quais tiveram sempre o foco de minhas ações por toda a minha vida, seguindo e servindo de exemplo na condução de nossas caminhadas.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Regional Catalão - Universidade Federal de Goiás, pelo idôneo processo seletivo e pelo apoio nas questões de ordem burocrática.

Ao FIEG/IEL - Instituto Euvaldo Lodi, pelas vezes em que tive de dividir as atenções em eventos, sem o qual o desenvolvimento desta pesquisa teria sido mais penoso.

À minha orientadora, a professora Dra. Aparecida Maria Almeida Barros, por sempre acreditar na possibilidade de desenvolvimento da pesquisa, por guiar meu processo de crescimento como pesquisador, e por apoiar-me, enquanto orientadora e amiga.

À professora Dra. Altina Abadia da Silva, por se mostrar sempre prestativa, compartilhando seus conhecimentos, e indicando que, mais que as certezas, a dúvida é sempre uma das melhores companheiras de um pesquisador.

Ao prof. Dr. Sérgio Pereira da Silva (*In-memorian*), o primeiro professor do PPGEDUC com quem tive contato, enquanto aluno especial, pelo incentivo, afirmando ser muito difícil, por causa dos compromissos profissionais, mas que eu deveria continuar.

Aos demais professores do programa de pós-graduação, por contribuírem para meu crescimento enquanto pesquisador.

Às professoras Dras. Cristiane Maria Ribeiro, Juliana Pereira Araújo e Fátima Pacheco de Santana Inácio, respectivamente colaboradoras no exame de qualificação, pelas orientações e direcionamentos da pesquisa, e conseqüentemente na Avaliação Final da Banca Examinadora.

À minha família do mestrado, colegas e amigos de primeira hora, sempre prontos a resgatar os demais em nossa caminhada, mantendo a alta motivação em direção ao objetivo final da conclusão desse mestrado.

Aos funcionários do IBGE Goiânia, da Subsecretaria de Educação de Catalão, dos Colégios Rita Bretas, Joaquim de Araújo, Wilson Democh, Dona Yaiá e David de Persicano, que não mediram esforços para contribuir e disponibilizar os arquivos que serviram de fontes para a realização da minha pesquisa de campo.

À minha família.

À minha Mãe e Pai, que sempre apoiaram os meus estudos.

Aos meus irmãos, que sempre entenderam e explicaram para as outras pessoas a minha necessidade de estudar, minha vontade de crescer e poder com os conhecimentos adquiridos, contribuir com a sociedade.

FONSECA, Cleider Antônio da. **NEGROS NOS GRUPOS ESCOLARES EM CATALÃO - GO. (1923 - 1971)**: subtítulo. 2018. 196. Dissertação de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Regional Catalão - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2018.

RESUMO

Essa pesquisa teve como foco investigar a presença de negros na educação primária em grupos escolares, tomando como referência as cinco primeiras instituições criadas em Catalão, no século XX, no período de 1923 a 1971. Contextualizada a temática Negros na Educação, considerando a localização desses sujeitos num determinado tempo e espaço, a pesquisa foi conduzida pela pergunta: existiram negros na educação primária dos Grupos Escolares em Catalão? A quais grupos familiares pertenciam? Trata-se de uma pesquisa documental, com aporte bibliográfico, cujos aspectos históricos foram buscados por amostragem em três fontes principais: os registros de matrículas dos grupos escolares, a estatística da escolarização de negros, extraída do IBGE, a base legal da legislação à época, por uma amostragem dos Relatórios dos Presidentes da Província e a ênfase dos Anais do 8º CBE, Goiânia (1942). O referencial bibliográfico contou com pesquisas sobre o Negro e a Educação, as quais possibilitaram o confronto das fontes acionadas na discussão da invisibilidade produzida nos documentos oficiais, confrontada por amostra aleatória da existência de grupos familiares negros em Catalão/GO. Inicialmente contextualizamos a existência e a condição do Negro na sociedade brasileira e goiana, problematizando os aspectos da sua inserção na Instrução Primária em Goiás e no Sudeste goiano, com ênfase no município de Catalão. Delimitamos o foco Negro e Educação na legislação republicana de implantação de grupos escolares para a educação primária. Demonstramos os dados oficiais de matrícula dos grupos escolares, as estatísticas do IBGE no período, nos quais a invisibilidade fora produzida enquanto estratégia adotada nos registros diversos. Os aspectos históricos da educação em Goiás foram fundamentados em Bretas (1991) e Barra (2011). Autores como Ribeiro (2005, 2009, 2015, 2017), Fonseca (2007), Pereira (2016), Veiga (2010), abordam a invisibilidade do negro na educação e questionam o complexo de inferioridade, dentre outros aspectos. O contraste dos discursos oficiais quanto aos fins e objetivos da educação no período, o silenciamento quanto à existência do negro na sociedade goiana, apontam marcas da invisibilidade produzida e sustentada nos registros produzidos nos Grupos Escolares. A análise direcionada pela categoria da invisibilidade e fundamentada em estudos sobre o negro e a educação, indicam como resultados da pesquisa a atualidade da discussão no sentido de problematizar e alargar o olhar sobre questões históricas e sociais que reforçaram a permanência do negro à margem das ações de governo no período; o confronto da existência dos negros, averiguada pela localização de grupos familiares na cartografia urbana dos Grupos Escolares, atestam que a presença negra numa expressão de existência, afirmação e resistência. Aplicada a invisibilidade, questionamos que enquanto pela via da cultura popular, do folclore e religiosidade, o negro se fez presente, inclusive sendo identificados alunos matriculados na educação primária dos Grupos Escolares, prevaleceu o silenciamento e a não informação acerca de sua condição e existência, cuja estratégia se replicou nas fontes e documentos oficiais analisados, confirmando a estratégia da invisibilidade, confrontada por este estudo.

Palavras-chave: negros e educação; negros em Catalão; grupos escolares; invisibilidade.

FONSECA, Cleider Antônio da. **NEGROS NOS GRUPOS ESCOLARES EM CATALÃO - GO. (1923 - 1971)**: subtítulo. 2018. 196. Dissertação de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Regional Catalão - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2018.

ABSTRACT

This research aimed to investigate the presence of blacks in primary education in school groups, taking as reference the first five institutions created in Catalão in the twentieth century, from 1923 to 1971. Contextualized the theme of Blacks in Education, considering the location of these subjects in a given time and space, the research was conducted by the question: were there blacks in the primary education of the School Groups in Catalão? Which family groups did they belong to? It is a documentary research, with a bibliographical contribution, whose historical aspects were searched by sampling in three main sources: the registrations of enrollments of the school groups, the statistics of black schooling, extracted from IBGE, the legal basis of the legislation at the time, and by a sampling of the Reports of the Presidents of the Province and the emphasis of the Annals of the 8th CBE in Goiânia (1942). The bibliographical references included research on black people and education, which enabled the confrontation of the sources used in the discussion of the invisibility produced in the official documents, confronted by a random sample of the existence of black family groups in Catalão/GO. Initially we contextualize the existence and condition of black people in Brazilian society, problematizing the aspects of its insertion in the Primary Education in Goiás and Southeast Goiás, with emphasis in the municipality of Catalão. We delimit the black people and education focus in the republican legislation of implantation of school groups for the primary education. We show the official enrollment data of the school groups, the IBGE statistics in the period, in which invisibility had been produced as a strategy adopted in the various registries. The historical aspects of education in Goiás were based on Bretas (1991) and Barra (2011). The authors discuss black people's invisibility in education and question the inferiority complex, among other aspects. The contrast of the official discourses on the aims and objectives of education in the period, the silencing of the existence of black people in the society of Goiás, points to the invisibility produced and sustained in the records produced in the School Groups. The analysis guided by the category of invisibility and based on studies on black people and education, indicate as research results the current discussion in order to problematize and broaden the look on historical and social issues that reinforced the permanence of black people in the margins of actions of government in the period; the confrontation of the existence of the black people, ascertained by the location of family groups in the urban cartography of the School Groups, attest that the black presence in an expression of existence, affirmation and resistance. Applied to invisibility, we questioned that while through the way of popular culture, folklore and religiosity, the black person became present, even being identified students enrolled in primary education of the School Groups, prevailed the silence and not information about their condition and existence, whose strategy was replicated in the sources and official documents analyzed, confirming the strategy of invisibility, confronted by this study.

Keywords: *black people and education; black people in Catalão; school groups; invisibility.*

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 – Classificação raciais utilizadas nos censos nacionais no Brasil – 1872-2010	55
Tabela 1 - Distribuição e dados dos ternos de congado de Catalão	182
Tabela 2 – Numero de Alunos – Grupo Familiar	184
Tabela 3 - Alunos(as) com sobrenomes idênticos aos dos líderes do Congado	185

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Grupos Escolares de Catalão – GO.....	38
Quadro 2 - População Total por Raça/Cor	40
Quadro 3 (3A) - População em idade da educação Primária - 1920	41
Quadro 4 (3B) - População em idade da educação primária - 1940	41
Quadro 5 (3C) - População em idade da educação primária - 1950	43
Quadro 6 (3D) - População em idade da educação primária - 1960	43
Quadro 7 (3E) - População em idade da educação primária - 1970	44
Quadro 8 (9A) - Registro de Matrículas – Grupos Escolares – 1923 a 1930.....	89
Quadro 9 (9B) - Registro de Matrículas – Grupos Escolares – 1931 a 1940.....	89
Quadro 10 (9C) - Registro de Matrículas – Grupos Escolares – 1941 a 1950.....	89
Quadro 11 (9D) - Registro de Matrículas – Grupos Escolares – 1951 a 1960.....	89
Quadro 12 (9E) - Registro de Matrículas – Grupos Escolares – 1961 a 1971.....	90
Quadro 13 (14A) - Artigos Publicados	38
Quadro 14 (14B) - Dissertações Publicadas.....	126
Quadro 15 (14C) - Teses Publicadas	134
Quadro 16 (14D) - Livros/Relatórios Publicados	138
Quadro 17 (14E) - Outras Publicações	155
Quadro 18 (14F) - Oitavo Congresso Brasileiro de Educação.....	160
Quadro 19 (14G) - Legislação Aplicada à Educação.....	170
Quadro 20 (20A) - Relatórios/Discursos Oficial - Presidente de Província	175

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento da População por Raça/Cor (Ngra e Parda)	40
Gráfico 2 (2A) – Avanço da educação primária - Goiás	44
Gráfico 3 (2B) – Avanço da educação primária - Catalão.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
CBE	Congresso Brasileiro de Educação
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
NBR	Norma Brasileira
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEI	Serviço Eletrônico de Informações

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Caracterização e contexto do problema	17
1.2 Objeto da pesquisa	23
1.3 Metodologia.....	24
<i>1.3.1 O percurso metodológico da pesquisa</i>	<i>24</i>
<i>1.3.2 O Percurso do levantamento de dados.....</i>	<i>26</i>
2 CONFIGURAÇÃO CONTEXTUAL DO ESPAÇO DA PESQUISA NO SUDESTE GOIANO	30
2.1 Catalão, município no Sudeste Goiano.....	32
2.2 Negros na educação primária.....	39
3 O NEGRO E A EDUCAÇÃO COMO TEMÁTICA.....	47
3.1 Das razões sociais que demarcaram a necessidade de educação da sociedade	47
3.2 Classificação racial no Brasil.....	53
3.3 Negros na sociedade brasileira - reflexos e consequências do passado.....	57
3.4 Revisão de estudos sobre as condições e a existência do negro na educação	66
<i>3.4.1 Referências sobre a educação do negro em Goiás</i>	<i>71</i>
3.5 A produção científica sobre negros nas últimas décadas: focos e enfoques.....	74
<i>3.5.1 O direcionamento do objeto: o que dizem as fontes e os discursos oficiais sobre a existência de negros na educação</i>	<i>79</i>
<i>3.5.2 O oitavo CBE (1942): diretrizes educacionais.....</i>	<i>81</i>
<i>3.5.3 O potencial da legislação educacional - Federal e de Goiás</i>	<i>84</i>
4 A INVISIBILIDADE DOS NEGROS ENQUANTO ESTRATÉGIA PRODUZIDA NOS DISCURSOS OFICIAIS	87
4.1 Os registros de matrículas dos grupos escolares - os achados por amostragem.....	87
4.2 Crianças negras nos grupos escolares: sim, elas existiram!!	93
4.3 A existência de negros nos grupos escolares em Catalão: a invisibilidade confrontada	95
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PONTO DE CHEGADA DA PESQUISA	98
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
6.1 Referência dos quadros.....	104
ANEXOS	111

1 INTRODUÇÃO

Preâmbulo de chegada nas palavras iniciais...

O que mobilizou um profissional formado na área da administração, a investir na pesquisa em educação e a investigar a questão do negro na educação primária como temática de interesse? Respondo que a possibilidade de diálogo nessas duas áreas com o uso de ferramentas teórico metodológicas para explicitar e dar visibilidade a algumas categorias foi o primeiro indutor. A necessidade de formação do professor pesquisador que desejava qualificar sua atuação na docência de ensino superior foi o segundo motivo que amarra a aproximação das áreas, com a busca pelo mestrado em educação, cujo percurso fora iniciado enquanto aluno especial em duas disciplinas eletivas, na condição de adequação do tempo de estudo e tempo de trabalho para, em seguida, ingressar como aluno efetivo na turma de 2016. Forjado no empenho e na superação das dificuldades impostas no percurso, prevaleceu o desejo de concluir a pesquisa e contribuir para dar visibilidade às questões que envolvem a temática, assim como a pertinência dessa no âmbito da educação. Foi desse lugar e interesse que mobilizei o projeto de formação profissional com o aprendizado da pesquisa em educação, convencido de que as discussões que envolvem o Negro e a Educação, deveriam impulsionar a atenção e aprofundamento das diversas áreas do conhecimento, no sentido de desmistificar rótulos, desnaturalizar estratégias e descolonizar o pensamento, assim como a própria produção científica.

Situando a expectativa do estudo...

No Brasil, dada a natureza do processo de colonização, vários estudos e estratégias de governo fortaleceram teorias e práticas sociais que circularam na sociedade por uma referência branca / eurocêntrica tomada enquanto identidade cultural. Por esse princípio de composição cultural, a existência de outros povos na matriz nacional foi diferenciada e distinta se considerada a existência de nativos, mestiços, africanos e imigrantes - por imigrantes entendemos os povos que aqui chegaram advindos de diferentes continentes, incluindo os colonizadores. Apesar da evidente influência negra e indígena na mescla em que se constituíram os brasileiros de origem, o padrão europeu fora perseguido e afirmado sobre os demais no argumento de legitimação social e, por conseguinte, dos discursos oficiais. Em que

pese os conhecimentos e traços culturais dos africanos, a condição de escravos o destituiu da seara dos demais imigrantes, colocando-os, historicamente, num processo de negação e invisibilidade. Nesse quesito se assemelham aos nativos indígenas, que por processos igualmente severos foram exterminados de sua cultura e desconsiderados enquanto populações preexistentes em solo brasileiro. Demarcar este contexto caótico e complexo situa as diversas formas de exclusão e marginalidade a que foram submetidos grupos étnicos e povos, assim como o tratamento desigual e diferenciado no qual se inseriu dentro do percurso oficial em que se constituiu a nação brasileira.

Tais questões, associadas à condição econômica e social, influenciaram na conformação de uma sociedade brasileira orientada para o branqueamento e a negação (ou restrição) da mistura étnica enquanto formação e identidade nacional. Nesse contexto marcado pela complexidade e o estranhamento, a presente pesquisa tem como foco investigar a presença de negros na educação primária em grupos escolares, tomando como referência as cinco primeiras instituições criadas em Catalão, no século XX, no período de 1923 a 1971. Partiu-se da pergunta: existiram negros na educação primária em Catalão? A quais grupos familiares pertenciam? Para o desdobramento da estratégia da invisibilidade inscrita nos documentos e fontes oficiais. Trata-se de pesquisa caracterizada como documental, confrontada com os aspectos históricos e bibliográficos subsidiados pelo aporte de três fontes principais: os registros de matrículas dos grupos escolares, a estatística da escolarização de negros, extraída do IBGE, a base legal da legislação à época, sendo tangenciadas por pesquisas já produzidas, por uma amostragem dos Relatórios dos Presidentes da Província e os registros dos Anais do 8º CBE, realizado em Goiânia (1942), para atestar a discussão da invisibilidade produzida nos documentos oficiais, fundamentando-se em dados oficiais e estudos referenciados, assim como uma amostra aleatória da existência de grupos familiares negros em Catalão/GO., buscado na cartografia de ocupação urbana, e nos registros escolares levantados, que aponta essa presença nos bairros onde os grupos escolares foram instalados ao longo do período referenciado no estudo.

1.1 Caracterização e contexto do problema

Uma das exigências colocadas para a realização da pesquisa em História da Educação consiste na definição e identificação de fontes consistentes para fundamentar o estudo almejado. Nos passos iniciais da elaboração do projeto, nos deparamos com o desafio de determinar quais tipos de fontes seriam utilizadas e onde estariam guardadas, haja vista que, embora a instrução

primária praticada no período tenha sido marcada pela oferta em inúmeras escolas rurais isoladas, sob o formato de escolas avulsas, professores itinerantes, dentre outras possibilidades, tais experiências, por se constituírem na sua maioria, fora do controle oficial do estado, por iniciativas de particulares, dificilmente se chegariam a registros oficiais para a pesquisa; por essa via, a alternativa seria acionar outros tipos de fontes, as quais, o prazo do mestrado não permitiria contemplar. Oficialmente, os Grupos Escolares seriam, em potencial, as instituições por excelência na educação republicana nas quais a preservação e guarda de registros oficiais seriam esperadas. Diante dessa probabilidade, obtivemos o delineamento do espaço, onde provavelmente a população negra, residente no município de Catalão, teriam a iniciação dos estudos, isto é, a instrução primária nos Grupos Escolares. Ao demarcar o foco: a existência de negros nos grupos escolares em Catalão, abriria o diálogo com questões secundárias, também pertinentes, atravessadas pelo debate da instrução primária, assim como negros e educação. O exercício de localização das fontes, a revisão bibliográfica, o manuseio dos dados oficiais, as análises parciais e a culminância com o aprofundamento permitido pelas orientações do exame de qualificação, conduziram o amadurecimento da pesquisa e do pesquisador, no potencial encontrado e interpretado.

O estudo teve início a partir da busca por dados oficiais sobre a educação de negros em Catalão Goiás, (1923-1971), com ênfase na existência de negros na educação primária, indicada nos registros de matrícula dos grupos escolares. A pesquisa procurou abordar a presença de negros nos grupos escolares com recorte temporal no período compreendido entre os anos 1923 e 1971, tomando como marco inicial a implantação dos primeiros grupos escolares do município, e encerrando com a mudança da Legislação em 1971, face à promulgação da Lei 5.692/1971. O diálogo, a problematização e a definição das variáveis de pesquisa, vieram das questões que envolvem a existência e a ausência de dados oficiais na amostra selecionada, cujas dobras e lacunas evidenciaram a invisibilidade enquanto estratégia utilizada no silenciamento inscrito nos registros e discursos oficiais. Para o confronto e problematização dos discursos oficiais subsidiados pelas fontes selecionadas, recorreremos à categoria da invisibilidade para tecer as análises e discussões pertinentes no desdobramento da pesquisa.

Catalão, por reunir um maior contingente populacional na primeira metade do século XX, dispunha de uma condição singular. Serviços jurídicos, civis, ofício religioso e demais aparatos de representação do estado estavam instalados no centro urbano, assim como atividades comerciais. Um número significativo de cidades hoje emancipadas pertencia à comarca de Catalão. No decorrer das décadas seguintes, em particular a partir da segunda metade do século é que essa configuração foi gradativamente alterada, com a instalação de

novos municípios independentes (IBGE, 1958, p. 113).

O município, além de contar à época com um vasto território, possuía parte de suas divisas com Minas Gerais, pelo Triângulo Mineiro. Inclusive a busca por serviços de saúde e comércio não ofertado em terras goianas se dava pela via de cidades mineiras como Patrocínio, Monte Carmelo, Araguari, Uberaba, dentre outras. Essa proximidade geográfica também foi atrativa de aspectos culturais singulares, assim como de acolhida para descendentes de africanos, vindos do estado vizinho (PRADO JÚNIOR, 2000, p.29).¹ Desde o século XIX, a crônica histórica registra a presença de negros oriundos de Minas Gerais instalados em Catalão e região, de modo que nos escritos de memorialistas locais é possível encontrar referências às práticas da congada, o culto a Nossa Senhora do Rosário, dentre outras manifestações culturais africanas em Catalão, quase sempre justificadas como sendo de negros que vieram de distintas regiões de Minas Gerais (CHAUD, 2000, p. 30).

Com o desmembramento dos municípios ao longo do século XX, essas práticas se mantiveram tanto em Catalão como em alguns dos novos municípios emancipados. No sudeste goiano, a evidência da influência da cultura africana pode ser confirmada, dentre outros aspectos pela manutenção das congadas em cidades como Catalão, Goiandira, Ouvidor, Três Ranchos, Urutaí e Pires do Rio (DEMOCH, 2008, p. 76). O investimento em pesquisas sobre a escolarização de negros ainda merece ser abordada como objeto, daí se deu o nosso interesse em buscar dados oficiais e analisar. Há estudos sobre negros, congada e outros temas vinculados aos aspectos culturais e religiosos, mas no tocante à educação ainda há muito por fazer.

Na fase exploratória, na qual dedicou-se ao levantamento de fontes primárias e produção bibliográfica específica sobre a temática negro no sudeste goiano e em Catalão, observamos uma ênfase das pesquisas produzidas sobre aspectos e questões relacionadas a congadas e manifestações culturais de cunho religioso e popular, mas um esvaziamento e recorrente silenciamento quanto a educação do negro, evidenciando uma aparente negligência quanto aos aspectos da educação formal do negro. Daí uma primeira indagação: a suposta abundância de fontes e registros fotográficos e os relatos de memorialistas sobre a presença do negro marcada pela tradição festiva, seria estimulante de pesquisas diante dessas fontes empíricas? E, por conseguinte, mergulhar num investimento de pesquisa sobre negro e educação seria algo difícil pela ausência de fontes? O argumento da ausência de fontes primárias justificaria a inexistência de tais pesquisas? Tais preocupações mesclaram espaços da

¹ As fronteiras e demarcações geográficas das províncias, SP, MG, MT e GO até o século XIX dispunha de uma configuração mais alargada do que a praticada atualmente, em especial no trecho que envolve o Rio Grande e o Rio Paranaíba, quanto aos domínios territoriais.

elaboração do projeto, na medida em que a expectativa de localização de fontes oficiais consistentes, esbarravam em explicações sobre a perda de documentos e a ausência de arquivos inexistência de registros dentre muitos outros. A cada passo, os argumentos para desmobilizar a investigação eram mais marcantes do que o incentivo ou a abertura de vias para se chegar a dados mais robustos. Paradoxalmente nunca aceitamos a via da facilidade para justificar o empreendimento de uma pesquisa, no entendimento de que fontes que produzem aliadas à finalidade maior que se pretendia alcançar com a investigação. Mediante essa percepção, constatado o risco de lacunas, nos limites das fontes oficiais, prevaleceu o crédito na importância do estudo, bem como na possível contribuição para a linha e para a área, visto que não há pesquisa sobre esse tema em Catalão.

No desafio do aprendizado do pesquisador em formação, considerando os dados fragmentados apenas foram identificados nos arquivos localizados, constatamos a necessidade de reorientar o foco com a ampliação de fontes que possibilitassem a discussão e análise, assim como a utilização de alguma categoria que subsidiasse as possíveis interpretações. Além dos registros de matrículas conservados nos Grupos Escolares, utilizados na forma de amostragem, ampliamos as fontes incluindo a legislação educacional do período, iniciando na Lei 694/1921 (Província de Goyaz) até a Lei 5.692/1971 (República Federativa do Brasil), os relatórios dos Presidentes de províncias e os Anais do Oitavo CBE². Porquanto, chegamos a variável invisibilidade como alternativa para dialogar com as ausências e silenciamentos observados nas fontes.

Parte-se da hipótese de que crianças e adolescentes negras estariam matriculadas nos grupos escolares nesse período, cuja educação seria um dispositivo de socialização e civilidade, mas, também, um meio para a inserção na sociedade moderna capitalista. Por meio de pesquisa bibliográfica, investigação documental e localização de grupo familiar representativo, foi possível identificar a existência de negros na educação primária; cotejar as fontes oficiais da época com as informações de famílias negras, sobre a escolarização e acesso à educação primária em Catalão.

Na revisão bibliográfica, quando localizadas as pesquisas sobre grupos escolares, verifica-se que as mesmas se ocupam de aspectos gerais e dados quantitativos de alunos matriculados, mas não especificam a variável “crianças negras”, não há referências sobre a existência de negros na educação primária. Entende-se que, não sendo questão central, o tema

² Evento realizado como marco de inauguração da nova capital em 1942, tendo como pauta debates sobre a instrução da população do sertão e outras medidas para induzir o progresso e a modernidade. O documento a que se refere foi publicado em 1944 pelo IBGE/RJ.

negros e educação, fica à margem dos estudos de instituições escolares.

Desta forma esta investigação se reveste de pertinência e relevância ao preencher uma lacuna evidenciada pela inexistência de estudos sobre esse tema, principalmente no campo da educação, com ênfase na política da educação republicana, fundamentada nos grupos escolares urbanos. Na contextualização do objeto os descendentes, oriundos de africanos na condição de escravizados, tornados livres a partir da Lei abolicionista do ventre livre promulgada em 28 de setembro de 1871, constituiu em expressiva demanda por instrução, que não fora atendida integralmente pelo estado brasileiro e pelos entes federados (províncias e comarcas municipais). A abolição geral ocorrida em 13 de maio de 1888 tornou livres todos os escravos do Brasil, porém, permaneceu, a grande maioria, em situação desfavorável, desprovidos de condições mínimas para sobrevivência.

A liberdade oficialmente aferida pela Lei Áurea os manteve à margem da sociabilidade e da civilidade imperial e republicana, comprometendo, sobremaneira a constituição dos seus laços e estruturas familiares. Tais dificuldades marcaram os modos como se constituíram e se organizaram em atividades produtivas e de sobrevivência nas diferentes regiões brasileiras. Homens na agricultura, pecuária e serviços braçais; mulheres ocupadas em atividades domésticas diversas, geralmente vinculadas às casas de família.

Em Goiás não foi diferente, sendo que na região sudeste, a principal influência veio de Minas Gerais, com negros oriundos das atividades extrativas. De um modo geral enveredaram-se pelo trabalho na agricultura, pecuária, e posteriormente no processo de industrialização do município de Catalão, nas cerâmicas, serrarias, fábrica de manteiga de leite, torrefação e moagem de café, usinas de cana de açúcar, charqueadas, assim como na construção e manutenção das linhas férreas que cortavam o estado de Goiás (RAMOS, 1984, p.24).

Supõe-se, em princípio, que ao começar desde cedo essa busca pelo sustendo de si e da família, a escola se tornou algo inatingível e secundário em suas vidas. Entre a instrução e a sobrevivência, o que prevalece é a busca por uma ocupação laboral. Acrescenta-se a isso a predominância da população em áreas rurais e vilarejos, onde as escolas primárias eram poucas ou inexistentes. Tertuliano Barros (2013), em sua investigação sobre educação e os “ingênuos” em Goiás, se deparou que embora os negros não fossem impedidos de estudar, mas os escravizados eram proibidos, e mesmo assim, apesar da alta miscigenação da população goiana em sua formação no início do povoamento da província, com a decadência da mineração no século XIX, os mapas de matrículas pesquisados, não contemplam a categoria cor em sua identificação.

FRANCO ROCHA (2007), em sua pesquisa sobre cultura e educação de crianças

negras em Goiás: (1871-1889), também evidenciou que:

A criança escrava nascia em uma sociedade que lhe era estranha, que ignorava sua condição de ser humano, que reservou para ela um espaço jurídico muito reduzido, à medida que a considerava como mero objeto. Assim, a criança era utilizada como instrumento de trabalho pelo seu senhor, pelo seu dono, conforme seu próprio juízo. Nesse sistema, a criança escrava deveria ser preparada para se submeter às injustas relações sociais que caracterizavam o mundo escravista. Acreditava-se que essa preparação acontecia por meio de procedimentos que podem ser entendidos como educacionais. (DISSERTAÇÃO MESTRADO, FRANCO ROCHA, 2007, p 92).

Nesse sentido, a investigadora assegura a dificuldade de inserção do negro brasileiro, no tocante a sua educação, uma vez que o tratamento recebido, marginaliza o seu procedimento educacional dispendido às demais classes da população instaladas na província.

Nas áreas urbanas, especialmente nas cidades denominadas como “cabeças de comarcas”, onde havia predominância branca, o ensino ocorria em escolas, na maioria, de origens católicas, em que o acesso de negros ficou limitado por diferentes fatores, sendo restrito aos casos de bolsistas, com vagas destinadas aos pobres. (ALMEIDA BARROS, 2010).

Desse modo, a oferta de instrução seria de responsabilidade dos municípios e dos estados, no caso de escolas públicas, da iniciativa privada, a maioria católica e de aulas avulsas, cujas escolas isoladas, eram instaladas na zona rural, em localidades onde o poder público não assumia a oferta do ensino, a iniciativa partia de fazendeiros que montavam as escolas de modo improvisado na propriedade e contratava o professor ou professora (em caráter temporário) para esse serviço. ALMEIDA BARROS (2010), ao investigar as Escolas Paroquiais Franciscanas no sudeste goiano, encontrou informações alusivas à funcionalidade destas escolas em Catalão, Goiandira e Pires do Rio que alude às questões filantrópicas, dirigidas à população pobre. No mesmo prédio escolar eram organizados cursos distintos, em horários diferenciados, com o propósito de atender a diferentes parcelas da sociedade local. Em geral havia a oferta do curso primário particular, cujos alunos matriculados eram pagantes; em outro horário funcionavam aulas de alfabetização e turmas iniciais para crianças pobres. Em alguns casos o turno noturno contava com aulas de instrução inicial ou cursos profissionais para adultos. Nessas circunstâncias, há de se intuir que a oportunidade de escolarização do negro na instrução primária seria restrita, relegada aos casos de isenção ou bolsas, praticadas por meio da filantropia. Tais possibilidades apontam a necessidade de que novas pesquisas sejam empreendidas, no sentido de dar visibilidade e estas ocorrências, tomando como referência a existência de negros no ensino primário de escolas privadas ou confessionais.

Em virtude da sua condição social e econômica, seja pela necessidade de, se ocupar

em alguma atividade remunerada desde muito jovem, seja pelo baixo poder aquisitivo, que o impedia de pagar pela instrução, as oportunidades de acesso à educação primária seriam, pois, por meio de bolsas nas escolas católicas ou nos grupos escolares, instituições públicas mantidas pelo poder público estadual e municipal.

Enquanto hipótese tem-se que os grupos escolares constituiriam em *locus* prioritários onde os negros libertos, residentes no espaço urbano ou proximidades, buscariam a instrução elementar de seus filhos. Os cinco primeiros grupos escolares instalados em Catalão ao longo do período estudado não asseguraram a variável cor / raça em seus registros de matrícula no ensino primário, a identificação dos alunos negros e seus respectivos grupos familiares. Eis uma dificuldade para a localização dos sujeitos e sua existência na escola primária republicana.

Configurado o problema: as fontes oficiais produzidas na forma de registro de matrículas não possuíam uma sequência completa de informações do período, foram esvaziadas do objeto principal, a opção por confrontá-los com as demais fontes, foi a via pela qual se tentou abordar as questões que envolvem o negro e a educação primária em Catalão, atravessada por vazios, considerados na estratégia da invisibilidade que marcaram as distintas esferas do discurso oficial.

1.2 Objeto da pesquisa

Evidenciada pelos dados oficiais, as fontes empíricas e a bibliografia referenciada, a pesquisa buscou situar a temática Negros e Educação, por meio da discussão sobre a existência de negros na instrução primária dos Grupos Escolares em Catalão (1923 a 1971), propiciada pela análise das estatísticas de matrícula da população negra nos cinco primeiros grupos escolares instalados em Catalão no período, sustentada pela categoria da invisibilidade enquanto estratégia.

Na visibilidade desse objeto, a pesquisa definiu como objetivo geral: Analisar a existência de negros nos Grupos Escolares em Catalão (1923-1971), sob a estratégia da invisibilidade nos registros e discursos oficiais. Nos objetivos específicos propôs: Contextualizar a existência e a condição do Negro na sociedade brasileira e goiana; demonstrar dados oficiais sobre a presença de Negros na educação primária em Goiás e nos Grupos Escolares em Catalão, em confronto com os discursos oficiais e acadêmicos; analisar os dispositivos de invisibilidade do Negro nos registros e discursos oficiais, considerado estratégias praticadas no bojo de um projeto de nação.

1.3 Metodologia

A metodologia científica de pesquisa, que corresponde ao que e como o pesquisador foi coletar, analisar e interpretar as informações, os fatos e fenômenos que ocorrem dentro do campo pesquisado. A metodologia é a parte incumbida de realizar a discussão minuciosa e rigorosa do objeto de estudo e dos procedimentos empregados na realização das etapas, discussões e resultados da pesquisa.

Minayo (2001), compreende por metodologia de pesquisa o percurso do pensamento e a prática que se exerce quando se aborda a realidade. Partindo deste ponto, a metodologia está inserida, em um local central, das teorias e das discussões dos processos e resultados.

Enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, intrincavelmente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática. (MINAYO, 2001, p. 16)

A autora, considerando a abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia seguem pelo mesmo caminho, de maneira inseparável, onde a metodologia precisa possuir um instrumento claro, com coerência, bem elaborado, com a capacidade de direcionar os impasses teóricos para o desafio da prática. Assim, convém estabelecer as bases metodológicas para a pesquisa. Nas próximas seções será caracterizada a metodologia utilizada, os participantes do estudo e os instrumentos utilizados para a obtenção dos dados.

Marconi e Lakatos (2011) afirmam que a finalidade de uma pesquisa é descobrir respostas para as questões que são levantadas, partindo de um problema que deve ser respondido e as hipóteses levantadas podem ser confirmadas ou invalidadas.

1.3.1 O percurso metodológico da pesquisa

É uma pesquisa documental, descritiva e exploratória, cuja abordagem histórica contou com dois procedimentos principais na condução do processo investigativo:

1. a consulta a dados oficiais da estatística escolar em Goiás, com base do IBGE e tangenciada por pesquisas já produzidas;
2. a demonstração de fragmentos dos registros e discursos oficiais inscritos na legislação nos relatórios dos Presidentes de Províncias e nos anais do oitavo CBE. Tomados os

dois modelos para confrontar e abordar a categoria da invisibilidade, que na nossa percepção se aplica ao não registro de cor / raça para identificar o negro na educação primária em Catalão.

Subsidiada na ausência e ocultamento de dados em registros, contrastando com as estatísticas do IBGE, no mesmo período em que é possível explicitar a materialidade existencial de um grupo social que se mantém oculto e invisível no projeto de educação republicana, representada pelos Grupos Escolares, espaços por excelência onde a educação primária teria se desenvolvido, dentre outras possibilidades e arranjos.

O presente estudo adotou a classificação proposta por Vergara (2006), segundo a qual uma pesquisa pode ser classificada utilizando-se dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa é descritiva, devido à natureza do problema de pesquisa que buscou expor o histórico da educação do negro no Ensino Primário de Catalão/GO, bem como apresentou os efeitos da importância na sociedade brasileira.

A análise descritiva é utilizada para abranger o tema proposto de modo que os leitores e interessados nesse estudo possam compreender todo trabalho, desde a origem das informações até a aplicabilidade prática dos resultados obtidos, que conforme Gil (2008) possui como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência e a pesquisa explicativa, para experimentar as informações obtidas pela pesquisa bibliográfica e comparando-as com os demais dados obtidos de outras fontes oficiais por amostragem.

A Pesquisa Bibliográfica é utilizada para buscar informações junto à literatura nacional sobre estudos, pesquisas e documentos que já foram realizados sobre o assunto através de documentos, bem como, toda base de conhecimento material e suscetível de ser utilizada para consulta sobre o assunto proposto nesse estudo. Para tanto, foram utilizados Banco de dados científicos, Bibliotecas e acervos³ virtuais, Bibliotecas e acervos físicos, que contém informações ou dados relacionados ao tema da referida pesquisa. Também por meio de pesquisa documental foram utilizados diversos documentos, publicações e acervos do IBGE.

O método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 2008, p. 57).

A autora também afirma que a pesquisa qualitativa é a mais apropriada para investigar

³ Acervo bibliográfico é composto por livros e outros documentos armazenados em uma biblioteca. Um acervo documental agrupa todos os documentos referentes a uma questão específica. Por exemplo, o arquivo público de uma cidade disponibiliza todos os documentos históricos referentes à cidade em questão.

cientificamente conjuntos, segmentos com delimitação e focalizados, de questões sociais sob a visão dos sujeitos sociais, das relações e para analisar discursos e documentação. A técnica de abordagem qualitativa engloba a parte empírica e sistematiza progressivamente o conhecimento que se compreenda a lógica interna do conjunto.

Referência da amostra histórica: os 5 (cinco) primeiros grupos escolares instalados em Catalão da década de 1920 até a Década de 1960 do século XX. Foram levantadas informações históricas sobre estas instituições, que ainda não foram investigadas e que nessa pesquisa, delimita-se o recorte da educação de negros no ensino primário à época:

1º Grupo Escolar de Catalão (1923); Grupo Escolar 10 de Novembro; Grupo Escolar 29 de Outubro (1948); Grupo Escolar Rita Paranhos Bretas (1958). - Arquivo histórico da Subsecretaria Regional de Educação.

2º Grupo Escolar Joaquim de Araújo e Silva (1948) - Arquivo escolar da Instituição.

3º Grupo Escolar Wilson Elias Jorge Democh (1958) - Arquivo Escolar da Instituição.

4º Grupo Escolar João Roberto Moreira (1958); Dr. David de Persicano (1963); - Arquivo escolar da Instituição.

5º Grupo Escolar Dona Iayá (1959) - Arquivo Escolar da Instituição Documentação principal - LIVROS REGISTRO DE MATRÍCULAS e LIVRO DE REGISTROS DE DIPLOMAS - De 1923 até 1971 - Curso Primário. Período de acesso: 2016 e 2017, em horários de funcionamento das referidas instituições.

A agenda foi acordada, conforme a disponibilidade de ambas as partes. Contribuições e resultados almejados: resgate histórico da instrução pública e da educação de negros no sudeste goiano e em Catalão/GO. Produtos de circulação científica. Referência de grupo familiar negro: a necessidade de ampliação das fontes produzidas, foi definida a partir dos indícios das entrevistas e reunião com o grupo familiar.

1.3.2 O Percorso do levantamento de dados

No intuito de identificar a literatura existente, já publicada em formas de pesquisas, defendidas em teses e dissertações, trabalhos de conclusão, além de arquivos e textos, foi possível perceber que os pesquisadores, encontram enormes dificuldades, quanto a identificação de material publicado relativo ao período que compreende a última década do século XIX, partindo mais precisamente a partir do ano de 1888, com o advento da abolição da escravatura, até o início do século XXI, com a edição da Lei 10.639/03 que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino e nas escolas particulares, a obrigatoriedade da temática "História e

Cultura Afro-Brasileira", posteriormente editando também a lei de cotas raciais. São por demais de um século na história, em que parece tirar de cena toda uma parte da população, resgatando depois disso uma grande dívida com esta população negra altamente marginalizada no processo histórico de formação e construção de uma nação. Partindo do princípio que, o crescimento e o desenvolvimento de uma nação, passa, obrigatoriamente, pela escolarização, algo me parece um tanto contraditório nesse cenário. Como é possível, essa riqueza cultural, alegremente apresentada em apoteose durante parte do ano, atraindo pessoas de várias nacionalidades e tribos, ser tolhida ou relegada à insignificância logo em seguida?

Inquietante busca no sentido de compreender e dar respostas às interrogações, iniciei pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, em suas instalações centralizadas hoje na capital do estado, em Goiânia, onde me deparei com relatórios do censo populacional, atendo aqueles que se aproximam do recorte temporal no desenvolvimento desse estudo, compreendendo o período de 1920 a 1970, em que diversos critérios foram utilizados no processo de coleta dos dados. A influência do momento político e cultural, que envolviam o país em cada uma das décadas, ditaram as regras ao resultado em relação a definição do negro e os resultados obtidos, quanto ao relatório final de cada censo realizado. Além do acervo de material disponibilizado nos arquivos do IBGE, o esforço de pesquisadores e técnicos, já tornou público, com livre acesso via rede internet, a maioria dos relatórios elaborados por ocasião dos censos realizados, bem como outros trabalhos desenvolvidos a partir desses resultados.

Entretanto chama a atenção, o tratamento em que se configurou o fator cor e raça nesses censos, sendo que não retrata com fidelidade a população brasileira, uma vez que a livre manifestação, ou a auto declaração, não evidencia a realidade populacional, baseado no receio e mesmo nas expectativas de oportunidades e benefícios advindas à sua definição estavam inteiramente ligadas aos tratamentos dispensados por parte das classes dominante, e que de uma forma ou de outra se instalaram no poder de gerir a nação. No trabalho do IBGE, em que analisa as tendências demográficas apresentadas no Censo do ano de 2000, cujas informações foram buscadas desde o Censo realizado no ano de 1872 confirma a nossa preocupação, quanto a distinguir claramente o movimento da população negra no país, quando diz:

A investigação da Cor ou Raça nos censos do Brasil data desde o primeiro levantamento censitário realizado no País, em 1872, ainda no tempo da escravidão. No Censo Demográfico realizado em 1872, o recenseado na condição de população livre, podia se auto classificar dentre as opções: branco; preto; pardo; ou caboclo, e população ainda escrava, era da competência de seus senhores, a classificação dos seus escravos entre duas categorias: pretos e pardos. Nos Censos de 1900 e 1920 a informação não foi objeto de pesquisa, sendo

reintroduzida no Censo Demográfico de 1940, com a inclusão da categoria amarela, em função da forte imigração japonesa para o país, posteriormente investigada em 1950 e 1960. No censo seguinte em 1970, o quesito não foi investigado e no Censo Demográfico de 1980, foi novamente reintroduzido ainda com as quatro categorias: branco; preto; amarelo; e pardo. A classificação utilizada pelo IBGE, para definir a categoria “indígena”, somente foi incorporada em 1991, nos censos anteriores era classificada dentro da categoria “parda”. Dessa forma, é possível assegurar que os critérios adotados para a cubagem populacional, não identifica claramente a população fonte de nosso estudo, deixando então, muitas indagações quando ao distanciamento deste de suas origens em razão da ilusória perspectiva de poder usufruir dos benefícios oferecidos pelo poder público, em forma de políticas públicas direcionadas a população em geral, principalmente naquilo que refere ao acesso à educação de seus descendentes.

Em seguida, a busca nos acervos dos grupos escolares instalados no município a partir de 1923 e que funcionaram sob a gestão do estado até o ano de 1971, as respostas aos anseios da pesquisa, a de que possivelmente a identificação do fator cor ou raça, estivesse claramente evidenciado nos registros de matrículas dos estudantes que frequentaram as classes escolares dentro do recorte temporal adotado no presente estudo. Percorri por secretarias, diretorias coordenações escolares e até a subsecretaria estadual, responsável por gerir regionalmente a educação proporcionada pelo estado, daqueles que se tornaram Escolas Estaduais. Primeiramente num processo de sensibilização para que me permitissem acesso ao acervo pretendido, depois aos registros solicitados.

Diante dos poucos arquivos que sobraram, quando finalmente pude levantar os registros pretendidos, a memória histórica nessas instituições não fora devidamente zelada, como pode imaginar o pesquisador, ao deparar com suas fontes, ou nem as encontra-las, sob a alegação de que, as mudanças de espaço físico, a falta de local adequado para a guarda, enchentes e até incêndios, consumiram ao longo dos anos, aquilo que tão ansiosamente esperávamos encontrar. Mas curiosamente também foi possível perceber que outros materiais receberam cuidados maiores, pois apresentam um estado de conservação quase intacto, que são os livros de registros de pontos do pessoal que estiveram em atividades nessas mesmas instituições. Esses livros, por se tratar de requisitos a aposentadoria do corpo docente, receberam, sem nenhuma dúvida uma maior atenção em sua guarda, pois estão em maior número, e seu estado como fonte de pesquisa, certamente traria maior número de informações, diferente das demais fontes, que já não se faz presente nos acervos pesquisados.

Os levantamentos aconteceram no pouco que sobrou em cada uma dessas instituições

de ensino, em que não foi possível concluir longos períodos em sequência, trazendo apenas um pequeno volume de informações sobre os registros de matrículas das crianças que fizeram parte dos bancos de sala de aula nestas instituições. O que foi levantado nos registros, em diferentes modelos de impresso, comprados certamente em papelaria de diversos centros comerciais, demonstram não haver um padrão estabelecido, mas que configuram num mesmo volume de informações, e em nenhum deles o quesito cor ou raça, tanto da criança como dos pais ou responsáveis, está legitimamente evidenciado nas colunas preenchidas manualmente. Em algumas das instituições não foi possível ter acesso aos livros de registros de matrículas, e diante dessa ausência, buscamos identificar outras fontes possíveis que nos propiciassem informações, quanto aos estudantes que frequentaram esse grupo escolar. Assim extraímos também dados referentes aos alunos concluintes em cada ano letivo, cujas informações, relacionam além dos aprovados e reprovados, também o volume de alunos evadidos ou mesmo que deixaram de fazer os respectivos exames a que eram submetidos os alunos naquela época do ensino primário nos grupos escolares do Estado de Goiás.

Diante dos dados obtidos juntos aos acervos documentais dessas fontes, IBGE e Grupos escolares, em que as expectativas quanto a identificação nos registros era da possibilidade de identificar a presença do negro, em salas de aulas, uma vez que o discurso provincial, manifestavam pela compromisso de oferecer educação primária a todas as crianças em idade escolar, e não sendo possível identificar essa presença nos registros, apesar dos levantamentos realizados nos censos populacionais, deixar evidenciado a presença de uma grande população negra existente no município de Catalão no período estudado, fez-se necessário uma ampla discussão, quanto a impossibilidade de materializar os principais objetivos da pesquisa.

Assim, a alternativa foi reorientar o estudo da temática. Mantivemos a temática principal, confrontada por amostras aleatórias e avulsas, tangenciadas pelo diálogo com os documentos existentes, ou seja, obras, pesquisas, artigos, textos e outras publicações que contemplam o tema negro na educação primária, delimitando um recorte geográfico regional, caracterizado por um grande e emblemático município goiano, cujas manifestações culturais asseguram a existência de uma grande população negra em suas terras, como demonstrado por PRADO JR (2000, p 27):

Concorrem em seguida, para a expansão interior, dois fatores essenciais: o bandeirismo predador de índios e prospector de metais e pedras preciosas, que abriu caminho, explorou a terra; mais tarde, a exploração das minas, descobertas sucessivamente a partir dos últimos anos do sec. XVII, e que fixou núcleos estáveis e definitivos no coração do continente

(Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso).

Na configuração da proposta pelos objetivos, mantivemos o foco do estudo, redirecionando por meio da adoção da categoria da invisibilidade, para confrontar os registros e discursos oficiais das fontes selecionadas para, na discussão e análise e fundamental no aporte dos referenciais bibliográficos produzidos por pesquisadores que abordam as questões da invisibilidade do negro inseridas no conjunto das estratégias de um projeto de nação que não contempla a existência dessa fração de classe enquanto participante de bens sociais, culturais e econômicos, sendo mantida, à margem dessa sociedade.

Enquanto contribuição, a pesquisa aborda a discussão acerca da presença do Negro na instrução, vislumbrando ampliar a perspectiva de análise para aspectos que atravessam as dobras do discurso oficial, promovendo e reforçando a invisibilidade dos sujeitos na escola enquanto estratégia. O uso e aplicação de ferramentas que propiciam o cruzamento de dados oficiais, extraídos das estatísticas do IBGE, o destaque das referências dos registros e discursos oficiais, tem por finalidade o desvelamento das dobras, nas quais as ênfases caracterizam o norte das prioridades dos governos, no qual o discurso da ausência é apreendido como estratégia de invisibilidade.

No acabamento da pesquisa, texto dissertativo se apresenta no seguinte formato:

1. Introdução que apresenta as motivações iniciais da pesquisa, os percursos, recortes e definições que direcionaram o objeto e os percursos metodológicos.
2. Dedicamos à contextualização geográfica e histórica do município de Catalão, configurado na conjuntura regional do sudeste goiano. Na sequência apresentamos estatísticas de Negros da Educação Primária, referenciados em dados produzidos pelo IBGE, com projeções nacional e regional.
3. Em seguida, para fins de demarcação de origem e articulação histórica, fundamentamos a temática Negro e Educação, direcionada para aspectos gerais da condição do negro. Escoltadas pelo desdobramento de estudos e pesquisas versando sobre a temática e o objeto de pesquisa.
4. Direcionamos o objeto dando realce aos dados produzidos na amostra, confrontando a estratégia da invisibilidade evidenciada nos Grupos Escolares em Catalão.
5. Nas conclusões, recuperamos as expectativas e pertinência da pesquisa, tanto o empenho exploratório descritivo de produzir fontes e reunir dados, assim como a necessidade de aprofundar o estudo da temática e ampliar para novas investigações, considerando a hipótese de que crianças e adolescentes negras estariam matriculadas nos grupos escolares nesse período, cuja educação seria um dispositivo de socialização

- e civilidade, mas, também, um meio para a inserção na sociedade moderna capitalista.
6. Por meio de pesquisa bibliográfica, investigação documental e localização de grupo familiar representativo, foi possível identificar a existência de negros na educação primária; cotejar as fontes oficiais da época com as informações de famílias negras, sobre a escolarização e acesso à educação primária em Catalão.
 7. Por meio da investigação comparativa dos resultados dos registros de matrículas escolares nos 5 (cinco) grupos escolares, existentes no período estudado, em confronto com outros estudos que apontam os sobrenomes dos líderes dos ternos de congadas.

2 CONFIGURAÇÃO CONTEXTUAL DO ESPAÇO DA PESQUISA NO SUDESTE GOIANO

2.1 Catalão, município no Sudeste Goiano

É recorrente nos estudos históricos dos municípios brasileiros, talvez sob a influência dos dados quantitativos e descritivos do IBGE, a ênfase nos aspectos físicos, geográficos, econômicos e populacionais. Tais referências são ampliadas em estudos no campo da Geografia, da Sociologia e da Economia, sem, contudo, esgotar, os perfis históricos quando nos referimos ao contexto educacional. Nesse sentido, visualizamos a configuração contextual do município de Catalão, considerando o aporte de pesquisas já produzidas em outros campos do conhecimento, porém, com o direcionamento para os aspectos referentes à educação republicana, situada no período de recorte do presente estudo. Para tanto, servimo-nos de algumas obras de cunho histórico produzidas por memorialistas regionais e subsidiamos o objeto educação com o aporte do estudo realizado por Bretas (1991).

No imaginário popular, proveniente do status assumido ao longo do século XIX, a condição de vila, tornando-se emancipado em agosto de 1859, o município de Catalão, composto por um núcleo urbano da comarca, dispunha de uma vasta extensão territorial, caracterizada pela predominância rural e diversos vilarejos sob sua jurisdição. Por três décadas do final do Império, a oficialização em município permaneceu sem grandes alterações na mudança de regime em 1889, assim como a virada do século e as décadas subsequentes no século XX, cuja articulação político-administrativa, embora vinculada à capital da Província, Vila Boa, o provimento de serviços e produtos se mantinha com o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, cuja fração geográfica popularmente conhecida como “o sertão da farinha podre” fora transferida da então Província de Goyaz à Província de Minas Gerais, no século XIX, em ação mediada pela liderança de Anna Jacinta de São José (1800-1873), a Dona Beja, junto ao Ouvidor do Rei Joaquim Inácio Silveira da Motta. Portanto, reservadas as controvérsias e afirmações memorialísticas, a aproximação comercial e cultural do sudeste goiano com o estado mineiro, possui raízes que antecedem a época em estudo.

Localizada na região sudeste do estado de Goiás, no planalto central, fronteira de Minas Gerais, separada pelo grande Rio Paranaíba, Catalão foi a porta para a expedição “entradas e bandeiras”⁴ adentrar em solo goiano. Mas foi por ocasião da expedição do segundo

⁴ As **bandeiras** eram **expedições** organizadas e financiadas por particulares, principalmente paulistas. Partiam, de São Paulo e São Vicente principalmente, rumo às regiões centro-oeste e sul do Brasil. As **entradas** tinham como objetivo principal fazer o mapeamento do território brasileiro, principalmente da região interior.

anhanguera, Bartolomeu Bueno da Silva (Filho), em 1722 é que o marco de registro foi aqui instalado, às margens do Ribeiro Ouvidor, onde uma cruz de madeira, identificada como a CRUZ DO ANHANGUERA, atestado de sua passagem por essas terras, marco histórico recolhido à cidade de Goiás, na ocasião Capital da província e colocada no topo de um monumento construído em 1918 com a finalidade de abrigá-lo. (RAMOS, 1984).

A origem da fundação de Catalão, assim como o seu fundador é desconhecida, mas os principais historiadores afirmam que isto pode ser atribuída a um espanhol de nome desconhecido, de nascimento na Catalunha, que ao adentrar nessas terras, juntamente com a expedição do anhanguera, tenha optado por aqui estabelecer, com a bandeira do povoamento e do progresso, fundando um novo município ao Brasil, independente da glória que isso pudesse lhe trazer, deixando o seu nome originado no gentílico da sua origem fixado no lugar, desde a fazenda, passando por arraial, vila até chegar em 1859 a cidade de Catalão. Fala-se também na presença do Frei Antônio da Conceição, nos registros de Silva Braga (escriba da bandeira), e deixa também o registro que deste então com ânimo de lançar roça nessas terras, a expedição deixou aqui o Frei Antônio acompanhado de seu sobrinho, um mulato, um branco paulista e dez negros. Embora a permanência destes não podem ser confirmadas, mas chama a atenção para a presença de negros em terras catalanas deste então. (RAMOS, 1984).

Oriundos das Minas Gerais, nas últimas décadas do século XVIII, a partir da decadência da mineração, os geralistas⁵ ultrapassam o rio meia ponte (Paranaíba) em busca de terras para o plantio e criação de gados, normalmente em pequenas propriedades, estando estas incluídas no número das sesmarias⁶, cujo fim era a subsistência, e dado à necessidade de convivência, e celebração das festas religiosas em homenagem a devoção do anfitrião, era comum a criação de arraial, a partir da construção de uma igreja que depois tinha o lugar acrescido de comércios, e foi assim que em 1810, por doação de um terreno de 6.600 Km² a Nossa Senhora Mãe de Deus, pelo fazendeiro Antônio Manuel, é que se registra oficialmente o nascimento de Catalão, como o embrião do lugar que em 1859 se tornaria na cidade de Catalão. (GOMEZ, 1994).

Mas antes, o arraial de Catalão, foi juntamente com Bonfim (Silvânia) e Santa Cruz, convertidas em vila, decisão do Governo da Província de Goiás, ainda mantendo aí a de Santa Cruz como o distrito eleitoral e sede da comarca, com assento de Juiz de direito com jurisdição

⁵ Geralista era o nome que se dava ao habitante da província brasileira de Minas Gerais nos tempos coloniais e imperiais (do século XVIII ao XIX). Atualmente Minas Gerais é um estado da República Federativa do Brasil, e seu habitante é chamado de mineiro.

⁶ Sesmaria foi um instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção agrícola. O Estado, recém-formado e sem capacidade para organizar a produção de alimentos, decide legar a particulares essa função.

civil e criminal para toda essa região do sul. Porém como Catalão, se apresentava como uma vila com pleno progresso e Santa Cruz já se mostrava em decadência, levando Catalão a herdar as aulas de gramática latina e parte do território de seu vizinho, ganhando também em 1842 a condição de independência total de Santa Cruz com a criação do conselho de jurados para que houvesse aqui então um juiz municipal formado. (GOMEZ, 1994).

As últimas décadas do século XIX, pela necessidade de transporte moderno dos produtos colhidos e criados por essa região, a ligação por via férrea, transporte esse que não serviria somente a Catalão, mas a toda a região sul do estado de Goiás. Empreendeu-se então um grande movimento político, que por décadas vieram a reivindicar a construção da estrada de ferro que ligasse, não somente, Catalão/GO a Araguari/MG, mas também, com vistas integrar o estado de Goiás a São Paulo, Rio de Janeiro e a Cuiabá, num processo capaz de proporcionar o desenvolvimento econômico de todo o estado, através de uma logística fundamental para todos, cujas concessões para construção e exploração às Companhia Estrada de Ferro Mogiana, Estrada de Ferro Oeste de Minas e Companhia E. F. Alto do Tocantins, já havia sido publicadas em Decreto, deste 1.862 ainda na época do Império, tendo Catalão como o grande entroncamento⁷ do centro ferroviário do estado de Goiás. (CHAUL, 1994).

Considerado de alto custo, por conta de transpor o relevo topográfico, inclusive o rio Paranaíba, entre essas duas cidades, o progresso pelos trilhos foi construído de 1909 a 1914 somando esse trecho e outros ramais, mais de 230 km de linha construída. Embora isso criava a expectativa de desenvolvimento ao povo goiano, problemas de toda a ordem foram retratados durante a construção destas ferrovias inclusive para o trecho que mais tarde ligaria Catalão/GO a Formiga/MG, como ressalta o pesquisador FAYAD CHAUL, em sua obra sobre a História política de Catalão.

Após marchas e contramarchas, paralisações e discussões sobre traçados e projetos, a construção do ramal ferroviário que ligava Catalão a Araguari e que tinha em Goiandira seu ponto de entroncamento, foi obtida através do empenho de políticos e de protestos da imprensa. Se as barreiras de toda ordem que obstruíam o prolongamento dos trilhos de Araguari a Catalão pela Estrada de Ferro de Goiás foram sendo vencidas, o mesmo não ocorria com o trecho de Formiga a Catalão. (CHAUL, 1994, p. 118 e 119).

Identificou o pesquisador que no caso do trecho Araguari - Catalão, essa construção

⁷ Entroncamento em transporte, trata-se do encontro de duas vias (a + b) sendo que ambas são de mão dupla, podendo entrar e sair de ambas. É importante salientar que "a" deve ter a preferencial em relação a "b", ou seja, ao adentrar em "a", "b" deverá respeitar a preferencial da principal. Outra característica é que "b" deve iniciar em "a" e desembocar em "a". e para concluir exigível que de "b" em relação a "a" tenha formato de 45 graus.

contrariava os grupos econômicos do Triângulo trazendo a perda de controle dos comerciantes mineiros sobre comércio goiano. Já no trecho Formiga a Catalão construído em duas frentes, sendo uma no estado de Goiás e outra no estado de Minas Gerais, os problemas passavam por uma topografia ainda mais complicada, a insatisfação dos proprietários das fazendas atingidas, até os problemas de ordem política, econômica e também jurídica em consequência da falência da empresa responsável, fazendo com que, o trecho só pudesse ser concluídos nos anos de 1940.

O esperado progresso realmente aconteceu a partir da construção da ferrovia, mesmo que somente em um dos trechos concluídos, as décadas de 1920 e 1930 em Catalão foram de franco progresso, e a vocação para o processo industrial e o empreendedorismo se tornaram ainda mais fortes, aumentando consideravelmente a produção da região e o município de Catalão produzia exportava para outros estados, principalmente Minas Gerais e São Paulo produtos como o arroz, bovino e seus subprodutos (charques, couro e sebo), suínos e seus subprodutos (banha, toucinho e manteiga), café, cana-de-açúcar, fumo, milho, mandioca, vinho e aguardente, como descreve CHAUL, sobre a História Política de Catalão.

Assim vista, a economia com base na agropecuária dominante na região estava intimamente ligada a Minas Gerais através da comercialização das mercadorias produzidas. Pelo que se pode daí constatar, o volume maior do comércio se efetivou através do desenvolvimento da agropecuária estimulada pela estrada de ferro, que, também dinamizou as relações comerciais de Catalão com o Triângulo Mineiro. Em todo esse processo, não nos parece evidente que os grupos políticos hegemônicos do Estado tivessem interesse diferentes dos grupos da região no que tange ao desenvolvimento de um meio de comunicação que traria ao Estado um sentido mais amplo de modernização. A modernização pelo viés da estrada de ferro de forma alguma impossibilitou a hegemonia dos grupos que continuaram liderando a política goiana ao longo da Primeira República. Abriam, isto sim, uma perspectiva de maior participação política, forçada pelo desenvolvimento econômico das regiões inseridas no percurso da estrada de ferro. (CHAUL, 1994, p. 122).

Esse foi o retrato do início do século XX de Catalão, cujo corredor do progresso apontava em direção aos estados mais desenvolvidos de Minas Gerais e São Paulo, entretanto a relação administrativa com a capital do estado, ainda na cidade de Goiás, era acompanhada muito de perto pelo governo, tornando a cidade num dos principais arrecadadores de impostos para os cofres estaduais, e na efervescência desse progresso seria normal que acontecesse uma migração populacional de vários outros comércios, principalmente oriundos do Estado de Minas Gerais para esse município, atraídos pelas perspectivas de melhores oportunidades para si e seus familiares, levando a população de Catalão já no Censo demográfico de 1920, aos 38.574 habitantes, correspondente a 7,53% da população de todo o estado. (CHAUL, 1994).

Catalão um dos principais municípios de desenvolvimento econômico da província e estado de Goiás. Pelas mãos de grandes empreendedores o município de Catalão chegou ao século XX, como um dos principais municípios a contribuir para a arrecadação do estado. O processo de importação para outros estados, principalmente Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, de produtos primários e semi-processados, fazia render aos cofres goianos dividendos importantes na formação da renda de todo o estado de Goiás, atingindo no ano de 1920 a produção de 121.569 cabeças de gado bovino, o que o coloca em quinto lugar no estado, sendo este o principal produto de exportação. (IBGE, Censo 1920).

Era necessário investir na educação de sua gente, e este era um dos itens, cujas políticas públicas não progrediram ao longo do período do império e das primeiras três décadas da república, nesse estado, em que diversas Leis foram editadas, sem nenhuma eficiência e avanço, principalmente no que se refere ao ensino primário que atinge os anos iniciais para as crianças de 5 a 14 anos, como registrou BRETAS, em sua obra sobre a História da Instrução Pública em Goiás.

A desarticulação do ensino primário, desde 1898, quando uma lei submeteu a administração e manutenção das escolas elementares aos municípios, foi no setor da instrução a grande mazela do regime republicano em Goiás. Desde que se instalou o sistema até 20 anos depois, o ensino primário só tendeu a piorar. A ajuda do Estado, decretada em vários atos legislativos, nunca foi precisa nem atuante. O ensino andava à matrorca em toda parte, mesma onde o Estado intervinha, criando e mantendo escolas em municípios mais carentes. O dismantelo do sistema tradicional montado através de quase dois séculos de esforços, experiência e sofrimento, acabava por influenciar as escolas estaduais. Pensavam os professores com seus botões: nas escolas municipais não se faz isso, não se cumpre aquilo, e não acontece nada, por que hei de fazê-lo? A fiscalização ou inspeção das escolas, entregue então aos juízes de direito e aos juízes municipais, foi nula. De graça ou quase de graça só trabalhavam os professores, que aliás não tinham nenhum apego ao cargo. (BRETAS, 1991, p. 504).

Dessa forma, demonstrou a pouca eficiência do sistema, levando o próprio Secretário de Instrução, João Alves de Castro a afirmar que o sistema de ensino primário a cargo dos municípios não existia, e que as leis promulgadas a partir de 1911 sequer tiveram execução. (BRETAS, 1991).

A ascensão do então secretário Alves de Castro ao cargo maior de Presidente, traziam novas perspectivas aos municípios, principalmente aqueles que como Catalão, tinham uma demanda mais exigente, em função do seu desenvolvimento e da atração de população que vieram para cá a procura de melhores condições de vida, mirando a produção agropecuária,

industrial e que almejavam também melhores condições de vida para as suas famílias e aspiravam contar com a oferta, por parte do poder público, de escolas que atendessem a instrução de seus filhos.

Nessa perspectiva, Alves de Castro, “sempre zeloso” com a instrução pública não frustrou àqueles a quem esperava dele, um olhar voltado a instrução da população goiana, principalmente as crianças em idade escolar de 5 a 14 anos. Durante um ano ele estudou a situação e redigiu um projeto de lei, com a finalidade de organizar o ensino primário do estado, texto esse que foi apreciado e aprovado pelo congresso goiano, transformado na Lei nº 631, de 2 de agosto de 1918, regulamentada pelo decreto 5.930 de 24/10/1918. (BRETAS, 1991).

Essa lei previa a criação de grupos escolares nas cidades e vilas com pelo menos 300 crianças em idade escolar, o que aqui certamente tinha de sobra, e foi então que justificado pelo progresso, Catalão foi o primeiro município a manifestar insistentemente o seu desejo de possuir um Grupo Escolar⁸ nos moldes oferecidos e assentados na citada Lei, desejo esse que já saltava aos olhos dos políticos e comerciantes da cidade ao transitar por Araguari – MG, desde 1910, como registra BRETAS, na já citada obra.

O progresso, partindo de São Paulo e Minas Gerais, caminha então a passos menos lentos em direção ao Oeste. Com ele veio o Grupo Escolar, que em 1910 já existia em Araguari, pertinho do Paranaíba. Instalado em prédio novo, grande, bonito, e construído especialmente para abrigar uma escola desse tipo, o Grupo Escolar de Araguari causava inveja aos viajantes goianos (deputados, senadores, presidentes, comerciantes e outros) que por ali passavam com destino a São Paulo e Rio de Janeiro, despertando-lhes o desejo de dotar Goiás também de instituição semelhante. (BRETAS, 1991, p. 507).

Nesse movimento, muita coisa aconteceu até Catalão receber o seu pleito, pois era óbvio que apesar da manifestação catalana, pelo interesse de ter aqui a sua primeiro grupo escolar, era preciso aguardar que a necessidade de satisfazer inicialmente a Capital, cidade de Goiás e assim foi determinado, inclusive com a orientação de que o mesmo servisse de referência às futuras instalações. Apesar da grande pressão imposta pelas pessoas influentes do município e de outras cidades, somente em 1921, através da Lei 694, foi autorizado ao Governo da província, a instalação dos sonhados grupos escolares em cinco municípios, sendo um na capital, já em andamento, dois no sul e dois no norte, sem com isso vincular a lei a municípios específicos. Porém, Catalão, Silvânia e Rio Verde avançaram à frente, para a obtenção do pleito, e já cansados da espera e vendo as dificuldades do estado em construir o sonhado

⁸ Grupo escolar constitui um modelo de estabelecimento de ensino, caracterizado por um agrupamento de escolas, adotado no período republicano no Brasil.

estabelecimento, o município adquiriu uma casa, fez adaptações e apresentou ao governo junto com a lista dos professores, para consolidar a instalação do primeiro Grupo Escolar de Catalão, pleito que foi então negado sob a alegação de que os professores apresentados, não possuíam a formação prevista em lei, que era a de normalista diplomados. Refeito os ajustes necessários, foi finalmente instalado em 10/11/1923 o primeiro Grupo Escolar de Catalão. Mais tarde nos anos de 1940 e 1950, outros quatro grupos escolares foram construídos na cidade de Catalão, todos convertidos em Escolas Estaduais em 1971 com a edição da Lei 5.692/1971. (BRETAS, 1991).

Quadro 1- Grupos Escolares de Catalão – GO

Fundação	Denominação	Funcionamento
1923	Grupo Escolar de Catalão	Bairro Centro
	Grupo Escolar 10 de Novembro	Bairro Centro
	Grupo Escolar 29 de Outubro (1948)	Bairro Centro
	Grupo Escolar Rita Paranhos Bretas (1958)	Bairro Centro
1948	Grupo Escolar Joaquim de Araújo e Silva	Bairro Centro
1958	Grupo Escolar Wilson Elias Jorge Democh	Bairro N Sra de Fátima
1958	Grupo Escolar João Roberto Moreira	Bairro N Sra de Fátima
	Grupo Escolar Dr. David de Persicano (1963)	Bairro N Sra de Fátima
1959	Grupo Escolar Dona Iayá	Bairro São João

Produzido pelo autor a partir dos arquivos da Subsecretaria de Educação de Catalão/Instituição de Ensino

O progresso, que prosperou em Catalão até os anos de 1920, não se confirmou nos próximos 20 anos seguintes. Com a expansão da estrada de ferro marchando em direção ao sudoeste, centro e norte do estado, outros municípios se tornaram mais atraentes aos novos forasteiros, empreendedores e sonhadores, que em busca de novas moradas, foram se firmar em outras redondezas, e dessa forma Catalão chegaria em 1940, com praticamente a mesma população existente em 1920, de maior população do estado de Goiás, registrado no primeiro para apenas a sétima população no segundo, sendo assim superado por Goiânia, Goiás, Anápolis, Rio Verde, Pedro Afonso e Boa Vista. (IBGE, Censo 1920, 1940).

Por se tratar de um município eminentemente rural o seu desenvolvimento, não pode ficar alheio a crise capitalista nacional, que orientada pela baixa atração do café e o crescimento do setor industrial. Por isso fatos considerados de extrema importância na construção da história nacional, não apresentaram grandes contribuições no cenário catalano, no que refere ao aspecto do desenvolvimento, como o movimento político iniciado em 1929 e que atingiu o seu ponto alto com a mudança de poder em 1930, na ascensão do Presidente Getúlio Vargas ao poder central do país, denominado de República Nova, em que teve maiores reflexos nos centros hegemônicos do país. (CHAUL, 1994).

Entretanto, outros fatos marcantes, reordenaram o progresso de Catalão nos anos seguintes, dado a sua proximidade e relação geográfica com os mesmos, assim como a construção de Goiânia (nova capital do estado de Goiás), em que as primeiras providências foram tomadas pelo interventor, Pedro Ludovico Teixeira em 1932 até o decreto de transferência em 1937 e o batismo cultural em 1942, em que foi realizado o oitavo Congresso Brasileiro de Educação, sobre o qual, nos referimos a diante, nesse mesmo trabalho, como também a construção de Brasília (nova Capital Federal) no governo do Presidente da República Juscelino Kubitscheck de Oliveira, que decidiu levar do papel à realidade, um projeto já estabelecido em décadas anteriores, que aconteceu entre os anos de 1956 a 1960, dando assim por consequência a construção da Rodovia Federal BR-050, ligando a recém inaugurada capital federal à maior metrópole brasileira capital de São Paulo, cujo trecho de Cristalina a Catalão foi inaugurado em 1960. (IBGE, 1970).

Um novo processo de modernização do município de Catalão, ocorreu a partir dos anos de 1970 com a instalação e início das operações das empresas mineradoras na exploração das jazidas minerais de fosfato (Goiás Fertilizantes S/A e Copebrás S/A) e nióbio (Mineração Catalão de Goiás Ltda.), na região rural denominada de Chapadão, exatamente na divisa dos municípios Catalão e Ouvidor (município desmembrado de Catalão de em 19/10/1953), o que trouxe um esse novo momento de progresso ao município. Num método de tratamento mineral a partir de plantas de beneficiamento e com uma política bem definida no tratamento às pessoas envolvidas em seus processos de trabalho. A vinda de novas pessoas, de outras culturas e regiões, contratadas como mão-de-obra tecnicamente preparada para ocupar as principais oportunidades geradas nas “minerações”. (PIRES, 2009). Desse modo, o município agrega, a partir da década de 1970, nova dinâmica produtiva e econômica, com atrativos de serviços e instituições, especialmente do Sistema “S”, que potencializam a qualificação de mão de obra, assim como a ampliação da rede escolar pública e privada, para absorver o contingente de pessoas que chegam à região, atraídas pelas novas frentes de trabalho e serviços.

2.2 Negros na educação primária

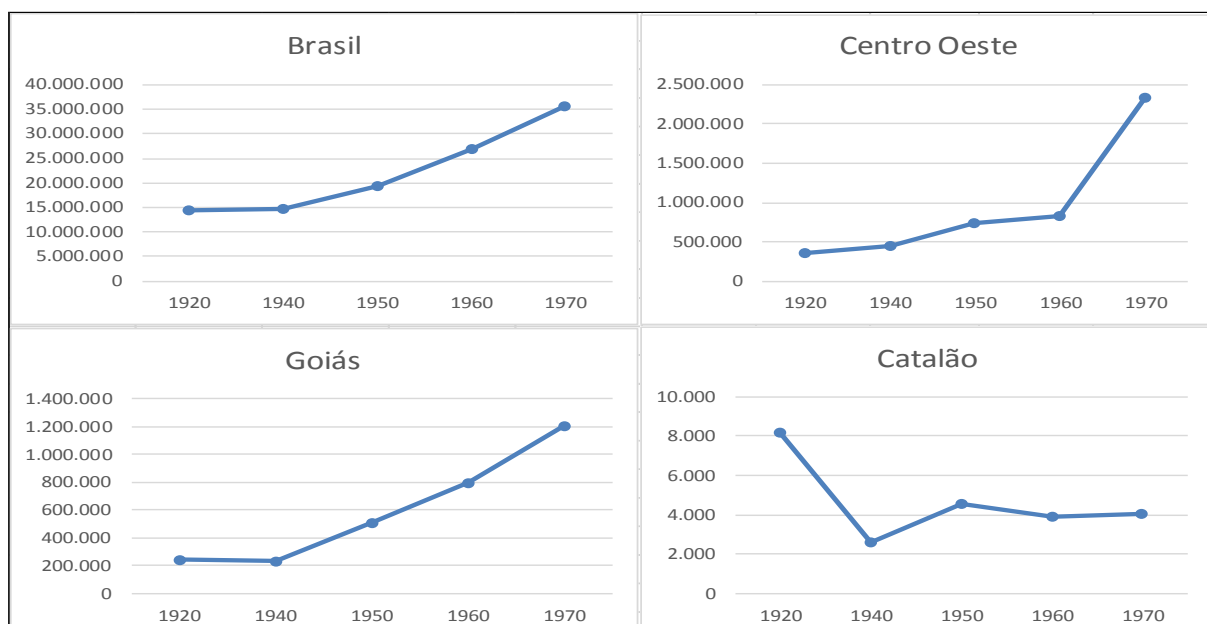
Dar visibilidade e explicitar o objeto da pesquisa, com o propósito de questionar e confrontar as dobras do discurso oficial, empreendemos a localização da estatística do IBGE, conforme os dados censitários dispostos no quadro a seguir. Pelo demonstrativo, existe um contingente populacional negro em diferentes faixas etárias, em idade de ingresso nos grupos escolares.

Quadro 2 – População Total por Raça/Cor

Dimensão	Ano	1920		1940		1950		1960		1970	
	Raça/Cor	População	%	População	%	População	%	População	%	População	%
Brasil	Total	30.635.605	100,00	41.236.315	100,00	51.944.397	100,00	70.191.370	100,00	93.139.037	100,00
	Branca/Amarela	16.236.871	53,00	26.456.081	64,16	32.464.998	62,50	43.368.091	61,79		
	Negra	4.288.985	14,00	6.035.869	14,64	5.692.657	10,96	6.116.848	8,71		
	Parda	10.109.750	33,00	8.744.365	21,21	13.786.742	26,54	20.706.431	29,50		
Centro Oeste	Total	758.531	100,00	1.258.899	100,00	1.727.965	100,00	1.956.295	100,00	5.064.058	100,00
	Branca/Amarela	402.021	53,00	819.040	65,06	984.422	56,97	1.119.392	57,22	2.720.412	53,72
	Negra	106.194	14,00	176.624	14,03	173.833	10,06	144.961	7,41	293.209	5,79
	Parda	250.315	33,00	263.236	20,91	569.710	32,97	691.942	35,37	2.050.437	40,49
Goiás	Total	511.919	100,00	826.414	100,00	1.214.921	100,00	1.931.289	100,00	2.938.677	100,00
	Branca/Amarela	271.317	53,00	597.063	72,25	707.577	58,24	1.137.010	58,87		
	Negra	71.669	14,00	140.040	16,95	123.298	10,15	148.220	7,67		
	Parda	168.933	33,00	89.311	10,81	384.046	31,61	646.059	33,45		
Catalão	Total	17.351	100,00	28.011	100,00	30.652	100,00	26.098	100,00	27.338	100,00
	Branca/Amarela	9.196	53,00	25.461	90,90	26.087	85,11	22.211	85,11		
	Negra	2.429	14,00	2.248	8,03	1.534	5,00	1.306	5,00		
	Parda	5.726	33,00	302	1,08	3.031	9,89	2.580	9,89		

Fonte: IBGE - Censo demográfico 1920, 1940, 1950, 1960, 1970

Produzido pelo Autor a partir de consulta às Fontes e Referências

Gráfico 1 - Crescimento da População por Cor/Raça (Negra e Parda)

Fonte: IBGE - Censo demográfico 1920, 1940, 1950, 1960, 1970

Produzido pelo Autor a partir de consulta às Fontes e Referências

Ao aplicar a probabilidade estatística, utilizando os dados fornecidos pelo IBGE no período que compreende o recorte de criação dos primeiros 5 (cinco) Grupos Escolares em Catalão, identificamos que o crescimento populacional que envolve a nação, a região centro-oeste, o estado de Goiás e por fim o município de Catalão, aconteceram em proporções semelhantes, isto é, não aparenta ter ocorrido maior variação no período, provavelmente

mantendo a mesma equivalência de crescimento.

No cruzamento das variáveis fornecidas pelo IBGE, utilizando-se do recurso da probabilidade, chegamos a esse indicador que mostra a existência de um contingente populacional negro em idade escolar em Goiás e no município de Catalão. Isso significa que os dados oficiais do IBGE nos indicam a projeção da existência do grupo social Negro no município em diferentes idades, incluindo a que nos interessa diretamente, na faixa etária da instrução primária.

Quadro 3 (3A) – População em idade da educação Primária - 1920

Goiás							
Instrução	Branços	Amarel	Pretos	Pardos	Sem De	Total	%
Ler/Escriver	11150	0	4331	17762	0	33243	23,03
Não Ler/Escriver	37264	0	14477	59362	0	111103	76,97
Sem Declaração	0	0	0	0	0	0	0,00
Soma->	48414	0	18808	77124	0	144346	511919
%	33,54	0,00	13,03	53,43	0,00	100,00	100,00
						28,21	
Catalão							
Instrução	Branços	Amarel	Pretos	Pardos	Sem De	Total	%
Ler/Escriver	379	0	147	603	0	1129	23,03
Não Ler/Escriver	1265	0	491	2015	1	3772	76,97
Sem Declaração	0	0	0	0	0	0	0,00
Soma->	1644	0	638	2618	1	4901	17351
%	33,54	0,00	13,02	53,42	0,02	100,00	100,00
						28,25	
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1920							
* Considerado população em idade escolar de 5 a 14 de idade							
Produzido pelo Autor a partir de consulta às Fontes e Referências							

Quadro 4 (3B) – População em idade da educação primária - 1940

Goiás							
Instrução	Branços	Amarel	Pretos	Pardos	Sem De	Total	%
Ler/Escriver	58192	0	5141	691	0	64025	27,58
Não Ler/Escriver	152571	0	13479	1813	1	167864	72,31
Sem Declaração	233	0	21	3	0	256	0,11
Soma->	210996	0	18641	2507	1	232145	826414
%	90,89	0,00	8,03	1,08	0,00	100,00	100,00
						28,09	
Catalão							
Instrução	Branços	Amarel	Pretos	Pardos	Sem De	Total	%
Ler/Escriver	1972	0	174	23	0	2170	27,58
Não Ler/Escriver	5171	0	457	61	0	5689	72,31
Sem Declaração	8	0	1	0	0	9	0,11
Soma->	7151	0	632	85	0	7868	28011
%	90,89	0,00	8,03	1,08	0,00	100,00	100,00
						28,09	
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1940							
* Foi considerado população em idade escolar de 5 a 14 de idade							
Produzido pelo Autor a partir de consulta às Fontes e Referências							

Quadro 5 (3C) – População em idade da educação primária - 1950

Goiás							
Instrução	Branços	Amarelo	Pretos	Pardos	Sem Decl	Total	%
Ler/Escrever	69062	120	11088	37676	298	118244	34,92
Não Ler/Escrever	128275	223	20595	69979	553	219625	64,86
Sem Declaração	436	1	70	238	2	746	0,22
Soma->	197772	344	31753	107893	853	338615	1214921
%	58,41	0,10	9,38	31,86	0,25	100,00	100,00
						27,87	
Catalão							
Instrução	Branços	Amarelo	Pretos	Pardos	Sem Decl	Total	%
Ler/Escrever	1742	3	280	950	7	2983	34,92
Não Ler/Escrever	3237	6	520	1765	14	5541	64,86
Sem Declaração	11	0	2	6	0	19	0,22
Soma->	4990	9	801	2722	21	8543	30652
%	58,41	0,11	9,38	31,86	0,25	100,00	100,00
						27,87	
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1950							
* Foi considerado população em idade escolar de 5 a 14 de idade							
Produzido pelo Autor a partir de consulta às Fontes e Referências							

Quadro 6 (3D) – População em idade da educação primária - 1960

Goiás							
Instrução	Branços	Amarelo	Pretos	Pardos	Sem Decl	Total	%
Ler/Escrever	194218	350	23197	114274	15	332055	60,30
Não Ler/Escrever	127869	231	15273	75235	10	218617	39,70
Sem Declaração	0	0	0	0	0	0	0,00
Soma->	322087	581	38470	189509	25	550672	1931289
%	58,49	0,11	6,99	34,41	0,00	100,00	100,00
						28,51	
Catalão							
Instrução	Branços	Amarelo	Pretos	Pardos	Sem Decl	Total	%
Ler/Escrever	2644	5	316	1555	1	4487	60,30
Não Ler/Escrever	1740	3	208	1024	0	2954	39,70
Sem Declaração	0	0	0	0	0	0	0,00
Soma->	4384	8	524	2579	1	7441	26098
%	58,92	0,11	7,04	34,66	0,01	100,74	100,00
						28,51	
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1960							
* Foi considerado população em idade escolar de 5 a 14 de idade							
Produzido pelo Autor a partir de consulta às Fontes e Referências							

Observa-se que a ausência do Censo populacional de 1930, se justifica, por não ter sido realizado a cada dez anos, até 1940, sendo que a partir dessa década é que o padrão decenal

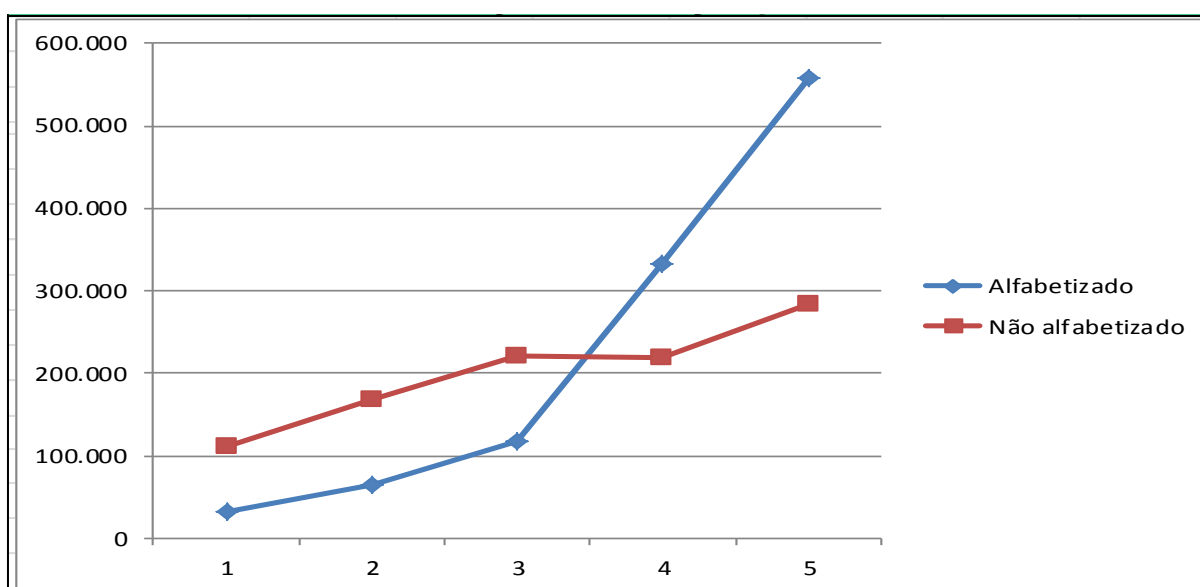
foi instruído pelo órgão. Nesse sentido, o que há disponível no início do século XX são os de 1900, 1920, 1940, etc. No recorte da pesquisa, portanto, utilizamos a referência a partir de 1920, considerado o intervalo de 20 anos, quando se deu a coleta seguinte (1940).

Quadro 7 (3E) – População em idade da educação primária - 1970

Goiás							
Instrução	Branços	Amarelo	Pretos	Pardos	Sem Decl	Total	%
Ler/Escrever	328256	1282	31783	196274	0	557595	66,20
Não Ler/Escrever	167599	655	16227	100212	0	284693	33,80
Sem Declaração	0	0	0	0	0	0	0,00
Soma->	495855	1937	48010	296486	0	842288	2938677
%	58,87	0,23	5,70	35,20	0,00	100,00	100,00
						28,33	
Catalão							
Instrução	Branços	Amarelo	Pretos	Pardos	Sem Decl	Total	%
Ler/Escrever	3019	12	292	1805	0	5127	66,20
Não Ler/Escrever	1541	6	149	921	0	2618	33,80
Sem Declaração	0	0	0	0	0	0	0,00
Soma->	4560	18	441	2726	0	7745	27338
%	58,88	0,23	5,69	35,20	0,00	100,00	100,00
						28,33	

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1970
 * Foi considerado população em idade escolar de 5 a 14 de idade
 Produzido pelo Autor a partir de consulta às Fontes e Referências

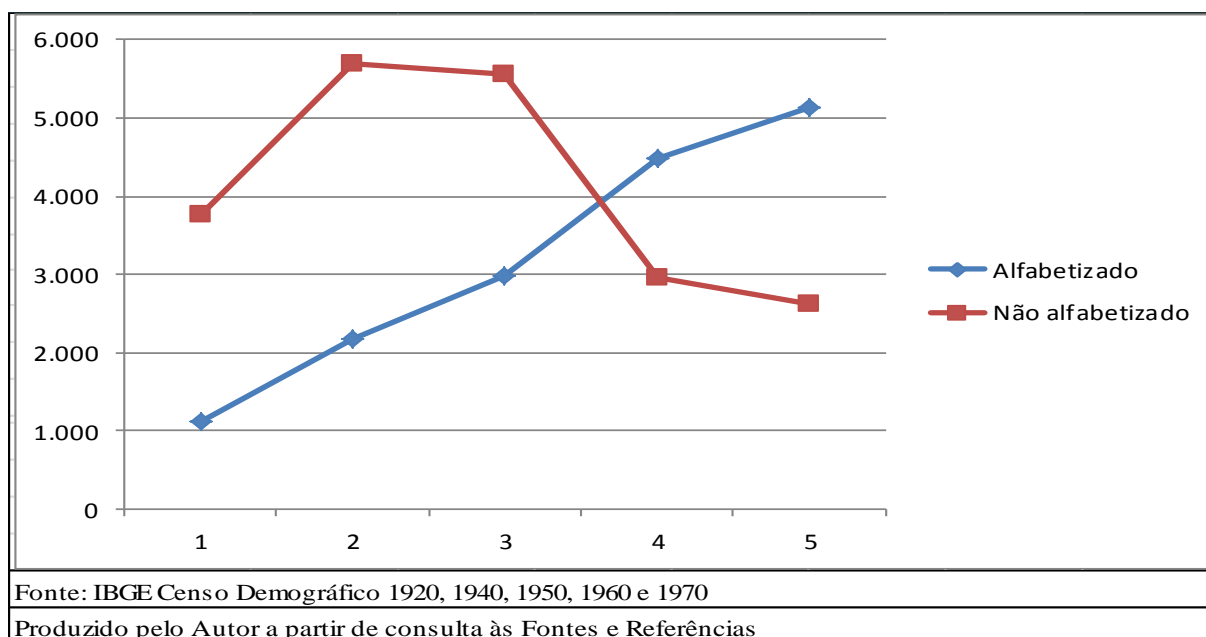
Gráfico 2 (2A) – Avanço da educação primária - Goiás



Fonte: IBGE Censo Demográfico 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970

Produzido pelo Autor a partir de consulta às Fontes e Referências

Gráfico 3 (2B) – Avanço da educação primária - Catalão



Utilizado a mesma referência de probabilidade para demonstrar as variáveis dos gráficos 2A e 2B, que caracteriza os dados referente a Goiás e a Catalão. O resultado mostrado, reflete para Goiás uma proporcionalidade uniforme até os dados de 1940, em que o crescimento populacional não altera as frações entre alfabetizados e não alfabetizados, e entre as décadas de 1950 e 1960 ocorre a inversão para um maior número de alfabetizados. Já no município de Catalão, é possível perceber que o declínio da proporção de não alfabetizados começa a ocorrer a partir da década de 1940, intensificando e também proporcionando a inversão para um maior número de alfabetizados entre os anos de 1950 e 1960.

Nesse exercício de cruzamento dos dados oficiais demonstrados nos gráficos e tabelas, tem por finalidade expor e demarcar a existência de um grupo social, em que pese todos os questionamentos quanto aos limites que os mesmos representam, conforme alerta RAMOS, 2001, de que a auto declaração, a não declaração e a convergência, pretos e pardos pode significar um quantitativo muito maior do que o informado, ficamos nesse esboço, apenas com as projeções, indicadas pelo IBGE para reafirmar a existência e a materialidade desse grupo populacional que não deveria passar despercebido, tampouco ser tratado na invisibilidade pela política republicana. Contudo o que se observa, pelos resultados verificados nos Quadros 3A, 3B, 3C, 3D e 3E, tanto em Goiás quanto em Catalão/GO, é um distanciamento da condição de cidadania do negro livre dos tempos republicanos. Com isso abrimos as possibilidades de uma vez identificado o grupo social, confrontar nas demais fontes as estratégias de ocultamento e invisibilidade inscritos nos registros e fontes oficiais. Na contramão dos discursos operamos o

movimento de explicitar, descrever e demonstrar essa existência para subsidiar eventos e ocorrências que enxergamos como estratégias da invisibilidade.

Conforme identificou a pesquisa de Manoel (2018), os festejos em louvor a Nossa Senhora do Rosário em Catalão/Go, sendo de uma tradição centenária, evidencia-se a formação dos grupos familiares desde as primeiras décadas do século XX, sendo provável a fixação nas mesmas regiões onde os ternos são localizados na cartografia urbana de Catalão. Não por acaso, os bairros São José, São Francisco, Nossa Senhora de Fátima, Pio Gomes, Santo Antônio e Nossa Senhora Mãe de Deus, coincidem com as proximidades de instalação de quatro dos cinco grupos escolares criados desde 1923 até 1971, que compreende o recorte deste estudo. Apenas uma instituição estaria situada em espaço relativamente distante, porém, sem dificuldades de acesso.

Outro aspecto que merece ser ressaltado refere-se, à tradição da época: fazer parte e pertencer à congada havia um critério de raça, rigorosamente observado. Apenas negros eram admitidos, pardos e mestiços seriam vistos com certa desconfiança, ao manifestar interesse em integrar um terno de congo. Somente nas últimas décadas do século XX, supostamente em período posterior ao recorte do estudo, a presença de pardos e mestiços passou a ser considerada na composição dos ternos, sob o argumento de fé e devoção, em circunstâncias em que se justificava o cumprimento de algum voto.

Tais indicadores reforçam primeiro, a existência de grupos familiares negros na ocupação urbana da cidade, em regiões periféricas e centrais. Nos mesmos bairros e imediações onde foram instalados os grupos escolares, também residiam negros em diferentes idades. Além dos dados do IBGE, a fundação dos ternos da congada atesta essa presença, conforme levantamento produzido por Manoel (2018), referenciado na tabela 1.

Por tudo isso, as comunidades negras urbanas identificadas nesses estudos, vivenciaram uma realidade muito diferente. A discussão se a existência clara de negros no município e nos bairros próximos aos grupos escolares, o que daria a segurança de que os mesmos se fariam presentes nos bancos de ensino dos meses, quando, na verdade, os problemas enfrentados por esta população ocorrem muito antes do ingresso na educação, em batalhas cotidianas que envolvem a residência, sua relação com a vizinhança e os equipamentos urbanos.

Fica explícita a necessidade de que sejam desenvolvidos mais estudos sobre o negro no município de Catalão/GO que busquem trazer à tona outras vozes, outras histórias, e que desvelem as relações de poder que criam-se e recriam-se tanto no plano objetivo quanto no plano subjetivo das interações sociais, visando afirmar com segurança a presença de negros nos bancos escolares do município.

3 O NEGRO E A EDUCAÇÃO COMO TEMÁTICA

Para configurar a existência de negros nos grupos escolares em catalão, julgamos pertinente acionar as raízes e origens que situam o negro e a educação. Como argumento na composição do diálogo teórico que envolve o objeto de estudo, estabelecemos alguns nexos com aspectos educacionais, culturais e econômicos, considerados enquanto traços que configuram os padrões da sociedade, na qual estão inseridos, assim como o contexto onde demarcam a sua existência.

3.1 Das razões sociais que demarcaram a necessidade de educação da sociedade

A educação formal teve ampla difusão no século XVIII, com a ascensão do capitalismo e a necessidade de qualificação de mão de obra técnica para o trabalho industrial, era exclusiva para as elites e o clero (SMITH, 1776 *apud* RAMOS, 2015, p.2-9). Era necessária a instrução do povo sobre a subjetividade que trazia a modernidade, a divisão do trabalho e o conhecimento técnico, para se tornar parte da produção. Obviamente que esse processo de efetivação da instrução formal fora diferenciado em cada continente, com mais distanciamento e distinção em países colonizados. Enquanto os países europeus expandiam seus domínios e comércios, graças à industrialização e o incremento de acordos internacionais, as colônias ameríndias eram fornecedoras de matéria prima, cujo capitalismo se sustentou por vários séculos pelo braço escravo e a submissão de povos nativos. Por instrução formal, a desobrigação do estado colonizador seria compensada pela ilustração dos jesuítas, sob o signo da fé cristã, no bojo da submissão de orientação europeia.

John R. McCulloch (1789-1864) se opunha, apesar de reconhecer que a especialização dos indivíduos levaria a maior produtividade e, por conseguinte maior dinamismo de uma nação. Defendia a estratificação social, defendendo a ignorância, pois a escolarização faria com que os pobres aprendessem a refletir sobre sua precária situação e a partir disso querer mudar sua realidade, o que traria muitos problemas sociais.

Os referidos pensadores constituíram a safra de filósofos socioeconômicos, nascidos e enraizados no estudo da reinvenção da sociedade de sua época, que culmina com a Revolução Industrial. A eles, sucederam o liberal John S. Mill (1806-1863), que defendia a escola aberta para todos (inclusive mulheres) e questionava o trabalho infantil em detrimento da formação educacional. Seu pensamento é uma oposição exacerbada a John R. McCulloch, pois em seu

ideal o governo auxiliaria as minorias a custear seus estudos e fiscalizaria, de forma a garantir igualdade de oportunidades (ARANHA, 2006, p.11).

A educação formal e a religião foram fundamentais para a consolidação do capitalismo ao formarem uma classe trabalhadora conformada com as péssimas condições de trabalho da época e qualificá-la para o trabalho industrial. Filósofos econômicos com tendências à tradição socialista, tal como Karl Marx (1818-1883), eram severos críticos do modo como era dada a educação da época (ARANHA, 2006, p.11).

Com o desenvolvimento mercantil, do humanismo e com o renascimento batendo à porta, a escola passou a se dedicar a formação de profissionais, mantendo a linhagem de sempre imposta pela sociedade em sua segregação cultural. (MANACORDA, 1992).

Damasceno (1986) esclarece que as aptidões ditas como naturais do ser humano, que irão separá-los depois como competentes ou não para a escolarização, nada mais é que fruto da cultura e de sua socialização com o meio, podendo ver que se trata de ter ou não um ambiente que o favorece para a ascensão e não características herdadas.

No fim do século XIV o movimento renascentista colocava o homem como o centro do universo. Com a Reforma Protestante e a Contra Reforma, a Igreja perdeu seu poder político e a escola começou a se desvincular do clero. A educação continuou fundamentada pelo intelectualismo, pelo verbalismo e pelo formalismo característico da escolástica medieval e da educação ocidental pós-sofística (AMADO, 2007, p.96).

Com o século XVI, tem-se a Reforma Protestante e as instituições de ensino em geral sofrem os reflexos das restrições ou os excessos impostos pela Igreja, aliado a isto, tem-se as questões levantadas pelo Estado e o momento revolucionário da nascente indústria, apontando novas necessidades. (MANACORDA, 1992, p.245). Dessa mudança surgiu a necessidade de uma educação voltada para a qualificação profissional. A burguesia começou a exigir uma educação oferecida pelo Estado (AMADO, 2007, p.113).

No final do século XVIII, a imperatriz da Áustria, Maria Tereza, instituiu a Comissão da Corte (*Hofkommission*) para os Estados, proferindo a frase: “independente do *Direktorium in publicis et cameralibus* (Ministério do Interior), a instrução é e sempre foi, em cada época, um fato político” (MANACORDA, 1992, p.247).

Ao reconhecer a função política da educação, a imperatriz determinou a Ignaz von Felbiger, que já trabalhara na reformulação da escola na Prússia com Frederico II, a elaboração de um projeto geral de reforma da instrução, que foi aprovado em dezembro de 1774. Na introdução lê-se: “A juventude de ambos os sexos é a base principal para o bem-estar do povo” (MANACORDA, 1992, p.247), resultando em um sistema moderno de educação com instrução

geral e técnica voltada para a evolução industrial. Era um período no qual as corporações de artes e ofícios estavam cedendo o espaço às fabricas e uma nova ciência econômica estava se delineando, como afirma Adam Smith (*apud* RAMOS, 2015, p.3):

Um operário não treinado para esta atividade (que a divisão do trabalho transformou em indústria específica) nem familiarizado com a utilização das máquinas ali empregadas (cuja invenção provavelmente também se deveu à mesma divisão do trabalho), dificilmente poderia talvez fabricar um único alfinete em um dia, empenhando o máximo de trabalho.

Era necessária a oferta de uma formação que estivesse em consonância com essa nova sociedade. Ramos (2015, p.4) afirma que o Estado não poderia abandonar este embate pelo bem geral da sociedade moderna e sua organização do trabalho, promovendo uma educação independente que distanciasse esse novo homem das superstições e fanatismos e o instrísse com hábitos dignos (respeito aos horários e divisão de tarefas) e qualificação técnica. Segundo Smith (*apud* Ramos, 2015, p.4) o modelo social e econômico anterior respaldado no homem do campo “era irregular, esporádico (...) redundaria em um indivíduo ‘indolente e preguiçoso’ e acabaria afetando a produtividade” e o crescimento econômico da nação.

Manacorda (1992, p. 57) questiona se “convém ou não difundir a instrução no mundo? Devemos ou não desejar que as classes inferiores da sociedade recebam pelo menos os princípios de uma instrução elementar?” Como instrução elementar, entende-se o desenvolvimento de habilidades bem específicas imposta pela divisão do trabalho. Essa formação é limitada porque não contempla aspectos da intelectualidade como ciências e filosofia.

Os conservadores da coletivização da educação temiam a oferta de uma educação muito abrangente. O exemplo da Inglaterra e da França demonstrava que a experimentação de novos métodos poderia se desviar para uma formação intelectual. O “ensino mútuo” inglês era baseado na formação de alunos monitores que pudessem minimizar os custos do ensino, dinamizar o progresso dos alunos e aliviar a carga de trabalho dos mestres. A educação coletiva poderia sair de sua intenção real (técnica), se desviando para o interesse intelectual. A formação intelectual poderia provocar distúrbios no Estado, sendo “[...] melhor recusar qualquer educação às classes inferiores da sociedade, do que expô-las a descobrir com dor sua situação e a perturbar o *status quo* para sair dele” (MANACORDA, 1992, p.257). Entre o fim do século XVIII e o início do XIX, mesmo com o esforço contrário dos conservadores, ocorreu a universalização da escola, provocada pela necessidade de uma nova sociedade, baseada na produção.

Com o Iluminismo aconteceu nos países católicos algo de semelhante aquilo que, no século XVI, com a Reforma, aconteceu nos países protestantes: foi-se radicando a idéia de que as responsabilidades do ensino deviam ser assumidas pelo Estado (GOMES, *apud* AMADO, 2007, p. 148).

No século XIX, o período chamado de Restauração teve, entre as suas características, a volta do controle da educação formal pela Igreja Católica e reformada na França, Itália, Espanha, Portugal, Inglaterra e Países Baixos. O destaque fica para a Prússia, que foi a vanguarda da organização da escola pública na Europa, isto porque a escola era considerada o foco revolucionário. (MANACORDA, 1992, p.278).

Na segunda metade do século XIX, a escola retoma o ensino técnico voltado para a indústria, incomodando a Igreja Católica. As escolas confessionais permanecem, mas o papa Leão XIII, já no final do século, publica a encíclica *Rerum Novarum* (1893), fundamentada na filosofia liberal, em uma tentativa de evitar o crescimento do socialismo.

A educação sempre teve uma função na formação da sociedade. A adoção de novos hábitos, comportamentos e a construção de novas crenças, são feitas por meio da educação formal. Zanotti (*apud* SAVIANI, 1999, p.18) afirma que “escola é erigida, pois, no grande instrumento para converter os súditos em cidadãos, redimindo os homens de seu duplo pecado histórico: a ignorância, miséria moral e a opressão, miséria política”.

O marxismo assumiu as práticas e os ideais burgueses relacionados à instrução e durante o I Congresso da Internacional dos Trabalhadores, apesar de Marx querer uma formação para o homem total e desenvolvido, ele delineou pormenorizadamente sobre como deveria ser a instrução para o trabalho na escola, segundo relata Manacorda (1992, p.296);

Por instrução nós entendemos três coisas: primeira: instrução intelectual, segunda: educação física, assim como é ministrada nas escolas de ginástica e pelos exercícios militares, terceira: treinamento tecnológico, que transmita os fundamentos científicos gerais de todos os processos de produção e que contemporaneamente introduza a criança e o adolescente no uso prático e na capacidade de manusear os instrumentos elementares de todos os ofícios. A subdivisão das crianças e dos adolescentes dos 9 aos 17 anos em três classes deveria estar articulada com um programa gradual e progressivo de instrução intelectual, física e tecnológica (MANACORDA, 1992, p.296).

No entanto, que não seria possível ainda uma educação plena como aquela idealizada por Marx, haja vista as condições conjunturais e históricas das sociedades.

A construção de uma nova escola iniciada no final do século XIX e início do século XX, motivada por movimentos defensores da educação universal e do aprendizado profissional

escolar para os adultos e o surgimento de pesquisas no campo da psicologia infantil, segundo Manacorda (1992, p.304) “disputam o grande e variado movimento de renovação pedagógica que se desenvolve entre o fim dos Oitocentos e o início dos Novecentos, na Europa e na América”.

A Escola Nova deseja a preparação da sociedade para o desenvolvimento industrial, formando quadros técnicos. A vertente socialista de Lenin sai em defesa da instrução par a par com o trabalho. Desejavam uma escola dirigida para a formação objetiva para o trabalho.

Não é possível conceber o ideal de uma sociedade futura sem conjugar a instrução com o trabalho produtivo da jovem geração. Nem a instrução isolada do trabalho produtivo, nem o trabalho produtivo isolado da instrução poderiam ser colocados à altura do atual nível da técnica e do presente estado dos conhecimentos científicos (MANACORDA,1992, p. 308).

Enquanto na Europa o movimento escolanovista começou no fim do século XIX, no Brasil ele surgiu no século seguinte, mais precisamente na década de 1920, estimulado pelo escritor Rui Barbosa. Paulo Freire (1921-1997) crítica a Escola Nova e qualifica sua educação como educação bancária, na qual os alunos são passivos e recebem os depósitos de saber do professor. Não é um processo de libertação e problematização do ser humano, mas de um ser que somente recebe passivamente o que lhe é depositado. Ele não era contemporâneo da Escola Nova, por isso se tornou um grande crítico. No entanto, o movimento representou um avanço para a discussão educacional da época, ao defender que a escola deveria ser universal, pública e gratuita.

Ao exercitar o entrelaçamento da temática geral “negro e educação” com o objeto desta investigação, evidenciamos algumas pontes que configuram os dispositivos de invisibilidades que permeiam os encaminhamentos da política educacional, do discurso acadêmico e das ações que direcionaram, ao longo do tempo histórico, as medidas e modelos escolares, na perspectiva da dualidade.

Um primeiro aspecto indica a disposição da política educacional em demarcar os tipos de escolas, conforme o público e a fração de classe a ser atendido. As chamadas escolas para a elite, a rigor, atravessaram os séculos sem maiores alterações no que se refere aos padrões e exigências de formação clássica, humanística e propedêutica. Distintivas na consistência do conhecimento legitimado pelo padrão cultural altamente reconhecido e demandado, a consistência científica, filosófica e política, asseguram as ferramentas necessárias para a formação dos altos cargos igualmente distintivos na hierarquia social. São centros de

excelências, onde o padrão elitista se expressa no rigor com que o conhecimento é perpassado por um capital cultural distintivo, legitimado e reconhecido.

Outro aspecto que marca o distanciamento do que se convencionava como objeto de interesse político pontual, ações e programas, se voltam para os diversos tipos de escolas, passíveis de constantes reformas, no sentido de modelar, formatar e conformar os modelos de escolas e cursos adequados e nivelados às frações de classes diferenciadas, de camadas menos legitimadas socialmente. As escolas destinadas aos ofícios, às ocupações diversas, sob o argumento da qualificação aligeirada, tendo em vista uma suposta inserção em um mercado de trabalho cada vez mais fluído e vulnerável. São cursos instruídos por diferentes formatos, cujo objetivo é a rapidez de treinamento, o incremento técnico, o domínio de habilidades e a versatilidade de desempenho em uma organização. Ao longo do tempo histórico estas instituições assumiram diferentes formatos e modelos: artes e ofícios, ginásios vocacionais, centros profissionalizantes, escolas técnicas variadas, com direcionamento tanto rural, quanto urbano, dentre outros, que pulverizam as alternativas de preparação para o trabalho. Nessa configuração, os negros, reservadas as limitações de origem, teriam acesso a estas escolas de ofícios e de treinamento aligeirados. A existência de negros em escolas de elevado padrão de formação, também seria objeto de invisibilidade, circunscritas a casos eventuais, que ainda não foram descobertos por estudos e pesquisas.

Das leituras referenciadas na demarcação desse longo percurso histórico, no cenário nacional, situamos o viés dos interesses de expansão comercial capitalista, assim como pelos fundamentos religiosos cristãos na versão católica, a necessidade de instrução por meio de escola, compreendeu o atendimento de um tipo de sociedade com um perfil social, em que, pessoas livres e proprietárias seriam, bens sucedidas e prósperas. No acirramento das disputas do campo religioso a acumulação e prosperidade tomadas como dádiva induzia a predestinação do sucesso ou do fracasso. Nesse modelo não haveria lugar nem prioridade de formação para negros escravizados e colonizados. A exclusão social seria camuflada e justificada até quando o que chamamos de invisibilidade e naturalização dos conflitos impostos por uma realidade concreta, isto é, aquele que prospera e não participa da riqueza, tem uma existência marcada pelo castigo divino e terreno.

Os postulados do “espírito do capitalismo”, de Max Weber traduz com propriedade a predominância do comércio e da expansão dos domínios imperialista, no lastro de uma educação de massa. Se por um lado, o argumento de ensinar a leitura aos fiéis para conhecer a palavra de Deus seria legítimo, por outro lograr êxito dos interesses majoritários do capitalismo centrado no comércio, nos negócios e na propriedade pressupunha a condição de pessoas livres,

deixando à margem, e, portanto, na invisibilidade o contingente populacional que não preenchesse tais requisitos. Em diferentes épocas e contextos, a historiografia oficial deixa evidente que nem toda sociedade participa igualmente das mesmas condições. Quando dirigimos o olhar para os processos de colonização marcados por escravização e deslocamento de corpos em períodos de longa duração, como o caso do Brasil, temos uma complexidade de natureza cultural, religiosa e existencial. Porque insere questões de descaracterização da identidade de origem, imposição de culturas, miscigenação e mestiçagem, além de reprodução interna induzida com o propósito de alimentar e expandir os mecanismos de dominação, sob diferentes formas, tendo uma delas a posse do escravo como mercadoria.

Em resumo desde a origem, perpassada pela mentalidade colonizadora, instruir, escolarizar, letrar, educar e formar são partes de um processo que envolve seletividade, ou seja, destina-se a determinados seguimentos da sociedade enquanto outros se mantem excluídos. Nesse sentido, negros, escravos e seus descendentes, embora livres na sociedade republicana carregam amarras invisíveis de exclusão, ao não serem contabilizados na esfera do projeto de nação republicana. As exceções da história são da ordem da benevolência ou da assistência social aos desvalidos, não se configura em compromisso de estado nem de governo. Isso se mantem em relação a modelos e instituições inclusive. Quando há necessidade de alguma correção de ordem social, se aplica determinadas medidas de caráter corretivo ou de controle.

Associado ao padrão autoritário e centralizador no qual se configurou desde o início o modelo republicano brasileiro, os governos provinciais replicaram ao longo do tempo, o que se instituiu enquanto premissa de progresso e desenvolvimento: uma concepção de civilidade marcada pela exclusão social, pela segregação e branqueamento da população. Tal expressão se verifica nos postos ocupados nas diferentes esferas das hierarquias de maior prestígio e reconhecimento social, cultural e financeiro do país e dos estados. Evidencia-se a aplicação do dispositivo da invisibilidade de uma fração de classe social que é mantida à margem do padrão legitimado no comando dos cargos decisórios no âmbito do estado e das empresas de maior projeção. Nesse formato, não haveria dificuldade em firmar e afirmar o argumento da invisibilidade enquanto estratégia inscrita no projeto de nação e nas diferentes inscrições do discurso oficial.

3.2 Classificação racial no Brasil

A classificação racial no Brasil é uma das questões que sempre trouxeram argumentos ao debate, esboçando na sociedade brasileira a necessidade de discussão e adoção de políticas públicas ante discriminatórias, naquilo que diz respeito à identidade racial e aos métodos de

classificação desta, utilizados no Brasil. Para muitos envolvidos nesse debate, a forma desses métodos de classificação usados para identificar os brasileiros, não permite o estabelecimento de critérios precisos, capazes de determinar quem seriam os reais beneficiários de tais políticas.

A partir da realização do primeiro levantamento de informação sobre a raça no Brasil, em 1872 os pesquisadores buscaram apreender o que dizem a diversidade de termos usados nas relações étnico raciais no país. Em um dos eixos desse debate há a crítica à forma simples das categorias de classificação racial usada pelas pesquisas oficiais, em confronto com a quantidade de terminologias usada pela população na auto declaração de sua própria cor. Muitos analistas identificaram a variedade de termos usados pelos brasileiros para se auto declararem, obscurecendo o que há de mais característico nas relações étnico raciais no Brasil: a quantidade de termos utilizada pela população e a ambiguidade que envolve a sua aplicação (apud Silva, 1994).

Para Harris (1967) os aspectos das relações étnico raciais na América Latina, e no Brasil, resultaram na ausência de grupos raciais claramente identificados (p.85). Para o autor essa interação entre cor e outros quesitos é que tornaram ambíguo o material estatístico brasileiro no que diz respeito às raças. Dessa forma, um brasileiro nunca é simplesmente um ‘homem branco’ ou ‘um homem preto’; ele é rico, ou instruído e branco; ou rico e instruído homem de cor; ou pobre e ignorante homem de cor, ou pobre e ignorante branco (p.96). De outra forma, como observada nos movimentos negros, a grande quantidade de termos que aparecem nos levantamentos sobre à condição racial da população indicam ausência de identidade racial. (TEIXEIRA, 2000).

Maggie (1991) chama atenção para a discussão em torno dos métodos de classificação racial no Brasil, mostrando que na sua base, estão a naturalização da cor, ao mesmo tempo em que os signos da pele são tão somente metáforas para identificar diferenças sociais (p.9-11).

Para Araújo (1987), a quantidade de termo que falam da cor da sociedade brasileira apontam, para a importância e a complexidade dessa questão da classificação étnico racial a partir da condição social. Nesse sentido, o debate em torno da legítima classificação estará sempre aberto (p.15).

Em 1976 o IBGE, entendendo a discussão, buscou uma forma de tratar em que medida as categorias do Censo se dissociavam da terminologia utilizada no cotidiano. Introduziu na sua pesquisa uma questão aberta, que permitia ao informante definir sua condição racial usando os termos do cotidiano. O resultado apresentado se deu conta de mais de uma centena de termos usados espontaneamente pelos pesquisados, o demonstrou que 57% deles poderiam ser enquadrados nas categorias censitárias. As outras respostas se classificaram nas categorias

“morena” “morena clara” e “clara”, evidenciando que mesmo que as categorias censitárias limitem a quantidade de termos raciais usados pelos recenseados e elimine a ambiguidade, elas estariam expressando o modo como a maior parte dos brasileiros se auto identificam racialmente.

Figura 1 – Classificação raciais utilizadas nos censos nacionais no Brasil – 1872-2010

CATEGORIAS DE COR/RAÇA	1872	1890 (raça)	1920 (1)	1940	1950	1960
Branca	Presente	Presente, também entendido como resultado de mestiçagem	-	Presente	Presente	Presente
Preta	Presente, combinado à condição de livre/escravo	Presente, apenas para africanos ou nascidos no Brasil por uniões endogâmicas	-	Presente	Presente	Presente
Parda	Idem	Ausente	-	(2)	Presente, designando os que se declararam índios, mulatos, caboclos, cafuzos	Presente, designando "mulato, caboclo, cafuzo, etc." e indígenas vivendo fora dos aldeamentos indígenas
Mestiça	Ausente	Designa população originada da mistura de "pretos" com os contingentes migratórios "brancos". Não abrange pretos+caboclos nem pretos+mestiços	-	(2)	Ausente	Ausente
Caboclo	Presente, compreende os indígenas	Ausente	-	(2)	Ausente Subsumido na categoria "pardo"	Ausente Subsumido na categoria "pardo"
Amarela	Ausente	Ausente	-	Presente	Presente	Presente
Indígena	Ausente	Ausente	-	Ausente	Ausente Subsumido na categoria "pardo"	Presente, designando apenas "indígenas vivendo em aldeamentos ou postos indígenas"

CATEGORIAS DE COR/RAÇA	1970 (1)	1980 (3)	1991(3)	2000 (3)	2010
Branca	-	Presente	Presente	Presente	Presente
Preta	-	Presente	Presente	Presente	Presente
Parda	-	Presente "para as diferentes de branca, preta e amarela, tais como mulata, mestiça, índia, etc."	Presente "declarações diferentes de branca, preta amarela ou indígena, tais como mulata, mestiça, cabocla, cafuza, mameluca, etc."	Presente "pessoa que se enquadrar como parda ou se declarar mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça"	Presente
Mestiça	-	Ausente Subsumido na categoria "pardo".	Ausente Subsumido na categoria "pardo".	Ausente Subsumido na categoria "pardo".	Ausente
Caboclo	-	Ausente	Ausente Subsumido na categoria "pardo".	Ausente Subsumido na categoria "pardo".	Ausente
Amarela	-	Presente "só para pessoa de raça amarela"	Presente	Presente "de origem japonesa, chinesa, coreana, etc."	Presente
Indígena	-	Ausente Subsumido na categoria "pardo"	Presente "dentro e fora do aldeamento"	Presente, "para os que vivem em aldeamento, como as que vivem fora de aldeamento"	Presente (com questões específicas)

FONTE: IBGE (1940a, 1950a, 1960a, 1980, 1990, 2000, 2010).

"Instruções...", (1890).

"Recenseamento...", (1872).

Camargo, (2010).

(1) Não houve investigação do quesito "cor" neste Censo. (2) Todas as categorias declaradas designando mestiçagem foram subsumidas com um traço horizontal ("-") na coleta (Camargo, 2010). (3) Quesito pesquisado apenas para a amostra.

Algumas sínteses que permitem articular a discussão mais ampla com o objeto, tangenciado pelo argumento da invisibilidade, pode ser dimensionada ao considerar a classificação racial no Brasil.

Enquanto conceito, definição e caracterização, o que se convencionou como classificação das raças no Brasil, se insere numa seara de controvérsias, seja pela impossibilidade de demarcar essa classificação, seja pelos dispositivos de poder e autoridade que envolvem tais definições, assim como a origem e poder de onde são produzidas e suas reais finalidades. Nesse sentido, problematizamos alguns aspectos que evidenciam não apenas as tensões e enfrentamentos desta configuração, mas, sobretudo, interrogamos acerca de questões que, à luz da categoria deste estudo, promove e reforça a invisibilidade das relações e das decisões de fórum pessoal e social, quando nos referimos à disposição de uma pessoa em se autodeclarar ou se reconhecer preta, parda, mestiça, amarela, indígena ou cabocla. (IBGE, 2011).

É uma definição complexa, de difícil decisão, na medida em que remete a implicações outras, que envolve aceitação, afirmação ou segregação social. Em outra ordem, porém igualmente indagativa se inscreve a classificação de estrangeiros, na comparação com os nativos. A compreensão de povo e nação brasileira atravessa essas variações e não pode ser isolada dessas disposições classificatórias. A rigor, esses padrões alimentam o direcionamento de programas e ações no âmbito da educação, quando se trata do debate acerca dos fins da escola e da escolarização de diferentes camadas sociais.

Nos autores e referências utilizados neste estudo, é recorrente as marcações que evidenciam diferentes tipos de exclusão e segregação dos grupos familiares negros, descendentes de africanos. Identificar e definir uma classificação racial implicaria no reconhecimento do lugar social ocupado pelo indivíduo na sociedade e, por conseguinte, nos bens, serviços de ordem social, econômica e cultural, enfim, no status social do indivíduo e do grupo social. Partindo do suposto de que em uma condição de legitimidade e nivelamento social, todos aqueles não identificados seriam, potencialmente brancos, a classificação serviria simplesmente para marcar os diferentes, haja vista que a nenhum branco seria solicitada a identificação como branco para afirmar a sua raça, mas seria distintivo no seu reconhecimento e lugar social historicamente demarcado. (IBGE, 2011).

Noutra possibilidade de problematização, direcionando o caleidoscópio para a condição do negro, não identificar ou não se autodeclarar manteria esse grupo social na invisibilidade, sendo que, para além do reconhecimento, os fatores sociais, econômicos e culturais não se enquadram na classificação das raças, portanto, se configura como uma

categoria insuficiente e discutível no caso brasileiro. Desnaturalizar as escalas que classificam e determinam os lugares sociais ocupados pelos indivíduos, é um desafio para a pesquisa e para os pesquisadores que abordam o objeto educação.

3.3 Negros na sociedade brasileira - reflexos e consequências do passado

Com uma população de 170 milhões de habitantes, ao iniciar do século XXI, sendo que 44,7% do total declararam pertencer originalmente ao grupo afrodescendente (38,5% pardos e 6,2% negros), transformando o Brasil na segunda nação com mais negros, após a Nigéria. Isto se deve principalmente ao fato de que o Brasil trocou quatro vezes mais do que os Estados Unidos com o tráfico de escravos da África e, como resultado da aclimação subtropical, eles conseguiram se adaptar e sobreviver em comunidades organizadas com forte pressão e reconhecimento social. Deve-se lembrar que o Brasil foi o maior importador de escravos nas Américas e também foi o último país ocidental que aboliu a escravidão, em 1888, através da Lei Áurea. Nos tempos muito recentes, no início do século XX, as políticas de promoção da imigração da Europa foram levadas a cabo para "branquear" a população brasileira, o que contribuiu para marginalizar a população afrodescendente e piorar suas condições socioeconômicas.

Após a abolição da escravidão, foi reconhecido formalmente que existe uma discriminação racial no Brasil em 1951, com a Lei Alfonso Arinos (CIDH, s / f). Trinta e sete anos depois, a Constituição de 1988 transformou essa discriminação em crime. (BRASIL, 1988).

Em 8 de dezembro de 1969, foi aprovada a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, declarando no artigo 1º que o termo "discriminação racial" implica qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência na origem nacional ou étnica que tem como objetivo ou efeito destruir ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em condições de igualdade, dos direitos do homem e das liberdades fundamentais nos domínios político, econômico, social e cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública.

A década de 1980 caracterizou-se por grandes mudanças estruturais no nível latino-americano, marcadas por uma grave crise econômica que significou uma forte redução nos níveis de renda e uma drástica redução nos níveis de previdência social, particularmente da classe média e dos pobres. Isso forçou o Estado a repensar as estratégias para transformar o Brasil em um país com melhores condições de vida e desenvolvimento econômico estável

(Banco Mundial, 2003).

A mudança de um regime militar para um regime civil em 1985 foi acompanhada por um forte processo de democratização. A elaboração de uma nova Constituição em 1988 representou uma mudança radical no período de transição para a democracia. Os anos noventa inauguraram a montagem de um conjunto considerável de novas estruturas institucionais nos governos locais, através dos quais os processos de participação e deliberação, com a formulação e implementação de políticas públicas, possibilitaram melhorar as condições de acesso e permanência nas diferentes instâncias de desenvolvimento local, apesar dos inúmeros déficits que ainda são reproduzidos na sociedade brasileira.

A Constituição Federal de 1988 foi precedida por uma ampla discussão pública em que vários setores da população participaram. A este respeito, a justificativa dada pelo deputado afrodescendente Carlos Alberto de Oliveira, ao propor que o racismo fosse tipificado como crime durante a Assembleia Constituinte de 1988, considerando quase cem anos a partir da data da abolição (da escravidão) levando a destaque uma revolução política iniciada em 1988 que ainda não foi completada. De fato, diferentes formas de discriminação racial, veladas ou ostensivas, afetam mais da metade da população brasileira, composta por negros ou descendentes de negros, privados do exercício da cidadania em sua plenitude.

Como a prática do racismo equivale a decretar a morte civil, é urgente transformá-la em crime (ibid.). A Constituição estabelece no artigo 5 "a igualdade de todos diante da lei, sem distinção de qualquer tipo, garantindo aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e propriedade", para o qual a "lei sancionará qualquer discriminação que viole os direitos e liberdades fundamentais". E ressalta-se com maior ênfase que a "prática do racismo constitui um crime não sujeito a fiança ou prescrição, sujeito à pena de prisão, nos termos da lei". Note, no entanto, a referência específica aos "brasileiros", um nome que engloba sem distinção as diferentes origens que constituem o povo brasileiro. No seu Preâmbulo, a Constituição afirma seu compromisso de promover o desenvolvimento de uma "sociedade fraterna, pluralista e não julgadora ...". Ao estabelecer os objetivos fundamentais da República Federal do Brasil, o artigo 3, parágrafo IV, afirma que um deles é "promover o bem de todos, sem prejuízo da origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação".

O artigo 4 determina os princípios da política externa, assumindo o compromisso de garantir padrões globais de respeito pelas doutrinas modernas em matéria de direitos humanos, na medida em que prevê que "a República Federal do Brasil é governada nas suas relações internacionais pelos princípios de repúdio ao terrorismo e ao racismo".

Para proteger a cultura negra, seus ritos religiosos e costumes trazidos da África, a Constituição Federal garante no artigo 5, parágrafo VI, a inviolabilidade da "liberdade de consciência e crença", "o livre exercício dos cultos" religiosos "e" a proteção dos lugares de culto e suas liturgias". Esta disposição representa um avanço em relação às constituições anteriores, que reprimiram a cultura negra considerando-a como um ataque contra a ordem pública.

Por sua vez, o artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias diz, referindo-se às populações afro-brasileiras que ainda vivem em quilombos, que "os descendentes das comunidades dos quilombos que ocupam suas terras são reconhecidos como propriedade definitiva, o Estado deve emitir os respectivos títulos".

Na Constituição da República Federativa do Brasil, pela primeira vez o Estado reconhece e protege a pluralidade étnica e cultural da nação. Promulgada em 1988, estabelece as bases de uma nova maneira de entender a nação brasileira com uma visão do ponto de vista da relevância e orientada para a diversidade cultural como uma riqueza fundamental do patrimônio nacional. Isso será ratificado e ampliado com numerosas leis e pactos internacionais assinados pelos sucessivos governos brasileiros. (BRASIL, 1988). O Preâmbulo estabelece as principais bases sobre as quais o Estado brasileiro é governado, sendo definido como um Estado democrático que reconhece a diversidade cultural do país, embora não faça referência explícita à sua constituição étnica. A igualdade e a justiça social são garantidas, de forma a promover uma sociedade pluralista livre de preconceitos, fundada na harmonia social, com princípios necessários para a convivência democrática. (BRASIL, 1988).

O reconhecimento da composição multicultural constituinte da nação brasileira é, explicitamente, indicado no artigo 215, que garante o acesso a fontes de cultura nacional, que incluem um olhar direto sobre a diversidade étnica e as manifestações culturais das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras (parágrafo 1), estabelecendo datas comemorativas em escala nacional que são significativas para os diferentes segmentos étnicos que participam do processo de civilização (parágrafo 2). (BRASIL, 1988).

Do ponto de vista da relevância, a Constituição reconhece o valor da educação como uma ferramenta que molda uma identidade nacional multicultural. Através do reconhecimento dos direitos coletivos, a Constituição estabelece garantias aos povos indígenas sobre sua tradição, cultura e pertença territorial, reconhecendo sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, acrescentando o valor simbólico dos direitos originais sobre terras que tradicionalmente ocupe (artigo 231). Além disso, garante o tratamento igualitário da diversidade no curso da história brasileira, obrigatório, que incluirá o desenvolvimento da

cultura a partir de uma perspectiva pluralista sobre as fontes desse desenvolvimento, eliminando o preconceito de uma única cultura dominante e treinador de identidade nacional. Desta forma, o artigo 242 estabelece que o ensino da história brasileira, levará em consideração, as contribuições de diferentes culturas e grupos étnicos para a formação do povo brasileiro.

Em 5 de janeiro de 1989, foi promulgada a Lei 7.716, conhecida como "Lei Ante Racismo" ou "Lei Caio", que lida com crimes decorrentes de raça ou cor. Apesar de seu nome, esta lei não representou um avanço efetivo no campo da discriminação racial, uma vez que exige, para caracterizar o crime de racismo, que a pessoa, depois de praticar o ato racial discriminatório, declare expressamente que o seu comportamento foi motivado por razões de discriminação racial. Caso não o faça, será sua palavra contra a discriminação.

Esta lei não cria mecanismos que facilitem a prova de que esse crime foi praticado. Por outro lado, fazendo com que seja necessário provar a intenção discriminatória, leva a situações de teste em que a palavra do agressor é confrontada com a da vítima, o que só acontece como uma presunção de boa-fé, mas é insuficiente para determinar a formulação de causa.

No entanto, esta lei cria um precedente baseado na presunção de que a linguagem hostil, neste caso discriminatório, é capaz de causar danos, à pessoa a quem as agressões verbais são formuladas. A tolerância dessas práticas, torna a população não consciente da situação prejudicada e, portanto, tende a minimizar a discriminação e seus efeitos negativos sobre os afetados e sobre a sociedade como um todo. Essa ignorância favorece uma cultura violenta e desrespeitosa, que ataca indiscriminadamente, por motivos de raça ou gênero, bem como o destaque burlesco de defeitos e deficiências físicas como algo cotidiano, quase socialmente aceito. Embora a proibição, por si só, de expressões e práticas discriminatórias não gera uma consciência pluralista, favorece o reflexo permanente do injusto prejuízo que essas frases produzem. Esta lógica opera sob o pressuposto de que, inconscientemente inibindo essas práticas sociais, chega um momento em que elas são inconscientemente mais usadas.

À medida que as crianças constituem uma porção maior dos pobres do que a classe média e ricos, e são os membros mais vulneráveis da sociedade, essa distribuição de benefícios os afeta especialmente. 15% das crianças brasileiras estavam cronicamente desnutridas em 1989 e essa proporção aumentou para 23% e 27% no norte e nordeste, respectivamente (PNSN, 1989).

A Lei Federal 8.081, de 1990, estabelece os crimes e penalidades aplicáveis a atos discriminatórios ou resultantes do preconceito de raça, cor, religião, etnia ou origem nacional, praticados pela mídia ou por publicações de qualquer natureza, estendendo a responsabilidade social de todos os membros e entidades que participam do processo de socialização.

Mediante a ratificação e assinatura do Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, foi aprovada a Convenção sobre os Direitos da Criança, o primeiro documento oficial em que se faz referência explícita à educação da criança como base do multiculturalismo, deve ser especificado que isso deve tender a inculcar no respeito da criança por sua própria identidade cultural, sua linguagem e seus valores, aos valores nacionais do país em que reside, aos do eventual país de origem, e aos de civilizações diferentes das suas (artigo 29). (BRASIL, 1990).

Em julho de 1992, foi aprovado o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, cujo artigo 13 promove a educação para o desenvolvimento da personalidade e da dignidade humanas, favorecendo a compreensão, tolerância e amizade entre todas as nações e grupos raciais, étnicos ou religiosos.

A desigualdade de renda é acentuada pela desigualdade semelhante no acesso aos serviços públicos básicos: no setor educacional, 3.215.000 crianças de 6 a 12 anos não acessaram o serviço escolar em 1992, embora a tendência seja positiva, uma vez que o analfabetismo dos adultos caiu de 34% em 1970 para 18% nos anos de 1990. (PNUD, 1996).

A diferença entre cidades e áreas rurais é significativa: 66% da população rural do Brasil estava abaixo da linha de pobreza, em comparação com 38% nas áreas urbanas. Esta situação aumentou como resultado da migração sustentada dos pobres rurais para as cidades, concentrando-se em lugares de desarraigamento e marginalização. (CEPAL, 1995).

Outro determinante da pobreza é a origem racial. Os negros e os mulatos constituem um setor desproporcionalmente elevado dos pobres, uma vez que, sendo 42,5% da população total, eles constituem 62,4% dos pobres (Banco Mundial, 2003). De acordo com as informações fornecidas pelo governo à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, de 1986 a 1996, cerca de 90% dos meninos e meninas entre 5 e 14 anos frequentam a escola. De acordo com essa informação, de 1993 a 1995, 13 milhões de brasileiros conseguiram superar a linha de pobreza e o consumo de alimentos e proteínas nas camadas mais humildes da população aumentou significativamente.

Em 9 de janeiro de 2003, após quatro anos de vigência, a Lei 10.639 foi promulgada. Esta norma alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e incluiu no currículo oficial dos estabelecimentos de educação básica, das redes públicas e privadas, a disciplina obrigatória da história e cultura afro-brasileira. A lei introduziu no sistema educacional uma maneira de reconhecer e valorizar a participação de outras culturas na história comum, além do europeu, e favoreceu a reconstrução das relações étnico-raciais no ambiente escolar em todo o país. (BRASIL, 2003).

O respeito pela diversidade cultural é um pilar fundamental do conteúdo mínimo de

ensino, que será estabelecido no currículo escolar. Esta presença é um reconhecimento da existência da pluralidade cultural, em uma nação como o Brasil cuja influência negra, árabe, indígena e europeia é visualmente mais marcada do que em países como o Chile ou a Argentina, onde a miscigenação é muito mais homogênea. Esta diversidade manifesta-se, especificamente, nas práticas alfandegárias e religiosas que, em primeira instância, devem ser reconhecidas e depois valorizadas, evitando práticas fiscais de costumes e valores de outras pessoas. De acordo com o texto constitucional de 1988, o conteúdo mínimo é estabelecido para assegurar educação básica comum e respeito pelos valores culturais, artísticos, nacionais e regionais (artigo 210). (BRASIL, 1988).

De forma especial, duas novas delegacias policiais foram criadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, especializadas em crimes raciais. No primeiro semestre de 1995, foram relatados 53 casos de racismo em São Paulo, uma cifra que deverá ser muito menor, mas que demonstra uma tendência nacional e global em termos de aumento das queixas específicas sobre essas situações.

A marginalização dos negros ocorre dentro de um contexto histórico, o processo de abolição da escravidão e a formação econômica moderna, onde a estrutura de classe da sociedade nacional é constituída e gerou um posicionamento desfavorável dos negros, devido a formas de inserção desigual na estrutura da classe, em termos de renda, escolaridade e ocupação. (Pereira dos Santos, 2004).

A Lei 9.455, de 7 de abril de 1997, que tipifica o crime de tortura, contém referências específicas à questão racial, já que em seu artigo 1 define que "constitui uma tortura para obrigar alguém com violência ou ameaça séria, causando sofrimento física ou mental, por discriminação racial ou religiosa". Esta nova lei prevê penas de três anos de prisão para quem comete crimes de racismo por lesão ou discriminação de raça, etnia, cor, religião ou nacionalidade. A principal inovação introduzida pela lei é a caracterização do crime de racismo por ofensa ou preconceito no trabalho pessoal e nas relações civis, ampliando o alcance da lei anterior sobre o assunto, que prevê sanções apenas para casos de racismo presentes na mídia, comunicação e restrições de acesso a locais públicos por razões raciais.

Não obstante o que precede, o governo brasileiro ratificou várias iniciativas que buscam melhorar esta situação, como a Convenção 183 da OIT sobre o Ano 2000 sobre a Proteção da Maternidade (revisada pela segunda vez); número 100, de 1951, sobre Igualdade de Remuneração, que estipula a igualdade entre homens e mulheres em empregos de igual valor e 111 de 1958 sobre Discriminação em Emprego e Ocupação, que menciona cor e raça, além de gênero, entre outros critérios em que não são permitidas distinções, preferências ou

exclusões. A essência desses compromissos está resumida na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, adotada pela ONU em 1979 (Nações Unidas, 2005).

Os dados obtidos pela PNAD - Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio, mostram que a discriminação dos trabalhadores negros é ainda maior do que a das mulheres. A Pesquisa Nacional de Agregados Domésticos incluiu na categoria de negros todas as pessoas que se declaram pretas (pretas de cor) e pardas (mestiças pretas) e levaram em consideração uma grande parte do território do Brasil, com exceção de algumas populações rurais. Isso coincide com o estabelecido pelas reivindicações do Movimento Negro, incorporado ao Programa Nacional de Direitos Humanos, no qual a população negra é composta por negros, mulatos e pardos. (OEA, 1997).

Se os dados apresentados nas estatísticas IBGE/90 (preto e pardo) forem adicionados, a população negra corresponde a 48% da população brasileira. As mulheres correspondem a um 51% da população.

A população economicamente ativa de negros é estimada em cerca de 36 milhões de pessoas - a maior força de trabalho em termos quantitativos - que estão em condições de desigualdade em relação aos trabalhadores brancos. Esta situação piora quando se trata de mais de 14 milhões de mulheres negras, submetidas a um duplo, e muitas vezes triplo, tipo de discriminação: gênero, raça, origem e pertença social.

As diferenças de remuneração entre negros e brancos de ambos os sexos são muito maiores do que as disparidades entre homens e mulheres, embora esta tendência seja revertida ao incluir a variável dos anos de escolaridade: as mulheres brancas estão em maior desvantagem em comparação com os homens negros em igual grau de instrução. Quando há barreiras que impedem pessoas e grupos discriminados de superar sua situação de pobreza, a situação se torna mais radical e as dificuldades que muitos seres humanos têm para acessar o trabalho digno devido à sua cor ou gênero, não só afetam o mundo do trabalho, mas também bem-estar das sociedades que perpetuam essas injustiças.

Há uma maior presença de negros em famílias de baixa renda: os dados da PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego (SEI, 2005) sugerem que em importantes regiões metropolitanas brasileiras, mais de 50% dos chefes de família de baixa renda, são negros. Embora exista um avanço escolar no mercado de trabalho, na promoção social dos trabalhadores, especialmente das pessoas de ascendência africana, os dados do PED mostram que os negros continuam em condições desfavoráveis, mesmo com maior preparação e especialização.

As taxas de participação no mercado de trabalho de acordo com o nível educacional seguem um padrão comum: aumentam à medida que o nível de educação aumenta. O contexto socioeconômico do alto desemprego levou a um aumento das demandas em relação ao nível de educação exigido para o emprego. Essa crescente demanda por escolaridade deslocou os menos educados do mercado de trabalho.

O dilema entre ir ao mercado de trabalho ou continuar a estudar tem sido uma das principais razões para o crescimento da escolaridade e para a mudança na relação entre níveis de educação e inserção no mercado de trabalho. Enquanto as taxas de participação de pessoas com educação básica incompleta variam entre 40% (Recife) e 48,1% (São Paulo), as mesmas taxas para pessoas com nível superior completo e incompleto foram superiores a 76% considerando todas as regiões analisadas em 2003 e 2004.

Em todos os níveis de escolaridade, as taxas de participação dos negros excedem as dos não negros, mas as diferenças são acentuadas pelos menores níveis de escolaridade. Na região metropolitana de Recife, a taxa de participação de negros analfabetos (31%) foi 10 pontos percentuais, maior que a taxa de analfabetos não negros (21%) e na região de São Paulo, essa diferença cai para 11,7 pontos percentuais.

No nível mais alto, no entanto, as taxas de participação de negros e não negros estão mais próximas. No distrito federal, a região com a menor diferença, a taxa de participação de negros com nível superior completo e incompleto é de 82,5% e não negros de 81,2%. Em Salvador, onde a maior distância entre as taxas é registrada, a participação de negros é de 82,8% e não negra 79,1%.

Por sexo e cor / raça, pode-se observar que a taxa de participação das mulheres negras é maior do que a das mulheres não negras em todos os níveis de escolaridade. Em Salvador, para mulheres negras com ensino médio completo, a participação é de 62,5% e a participação de não negras é de 42,8%, uma diferença de 19,7 pontos percentuais. Esses indicadores podem apontar para a maior necessidade de mulheres negras em conseguir um emprego como forma de melhorar a renda familiar em comparação com mulheres não negras. As taxas de participação dos homens negros são mais altas do que as dos homens não negros, mas as distâncias são menores do que as verificadas entre as mulheres.

Este menor nível de escolaridade e a maior presença de negros em famílias de baixa renda são uma combinação ainda mais desfavorável: a situação de pobreza das famílias cujo provedor (ou chefe de família) é negro interfere na vida escolar de seus membros, que são forçados para deixar os estudos mais cedo para procurar um emprego ou para tentar reconciliar o estudo e o trabalho, ou simplesmente não entrar na escola. A incerteza do emprego futuro e a

permanência em um círculo de pobreza desencorajam a percepção positiva de que a escolaridade pode ter como meio de sair da situação atual, e a educação é muitas vezes completamente ignorada, pois não há confiança em sua eficácia. A escola deixa de ser uma opção.

Essa primeira entrada no mercado de trabalho e a dificuldade de voltar para a escola influenciam o futuro caminho da carreira, perpetuando a situação de pobreza de toda a família ao longo do tempo. Esta situação se agrava ainda mais quando, como nos últimos anos, coexiste com cenários de baixo crescimento econômico, altas taxas de desemprego e renda reduzida. O aumento da escolaridade reduz as taxas de desemprego entre a população negra, mas não elimina as desigualdades.

As maiores dificuldades enfrentadas pelos negros para entrar e manter uma vida escolar completa, constituem em obstáculos importantes, para a inserção produtiva dos negros brasileiros. Em geral, os negros com maior nível de educação expandiram consideravelmente as possibilidades de obtenção de um emprego. No entanto, o aumento da escolaridade não garantiu a igualdade de oportunidades com os não negros, uma vez que as taxas de desemprego são sempre maiores para os negros.

O estudo do comportamento do desemprego e renda demonstra a importância da escolaridade para uma melhor inserção no mercado de trabalho. Menor desemprego e maior renda caracterizam a situação das pessoas com ensino superior nos mercados metropolitanos, o que traz a garantia possível de um futuro mais calmo e a possibilidade de melhoria contínua profissional e educacional. Considerando a combinação de gênero e discriminação de cores, a mulher negra está em uma situação mais desfavorável.

Os negros entram no mercado de trabalho muito jovens e deixam-no em uma idade avançada. Eles nem sempre conseguem um emprego, vivendo mais a situação de desemprego e, muitas vezes, quando estão empregados, realizam trabalhos mal remunerados e sem vínculo formal. Para esta população, o desafio é duplo: superar a situação de maior pobreza e menor escolaridade, mas também superar a discriminação no espaço de trabalho que é preferida por pessoas não negras.

Nesse cenário, as políticas públicas que diminuem as diferenças estruturais, como a baixa escolaridade e, ao mesmo tempo, criam consciência na população da existência de discriminação, são cada vez mais importantes para garantir que a inserção e as oportunidades no mercado de trabalho ocorrem de forma igualitária, justa e real.

Na via da problematização do discurso oficial, conforme dados e registros, pergunta-se: o efeito das chamadas políticas públicas, configuram modos de reforço da invisibilidade,

aplicada à participação em esferas de maior prestígio social e econômico? Se na origem de acesso à educação, a permanência a uma preparação subalterna impede que o negro tenha possibilidade de ascendência aos cargos e empregos de maior reconhecimento, há de se supor que a estratégia de invisibilidade atua em distintas esferas, como reguladora e controladora das oportunidades que conferem maior prestígio. Nesse sentido, a ausência ou o aparente esquecimento de uma parcela da sociedade, com expressivo contingente populacional deve ser analisada, com indagações que nos remetem ao estranhamento, afim de desnaturalizar e descolonizar os modos de perceber que a evidência em ser um projeto de nação no qual a invisibilidade funciona como dispositivo de camuflagem social.

3.4 Revisão de estudos sobre as condições e a existência do negro na educação

A não existência de um recorte racial em pesquisas sobre a história educacional do Brasil é enfatizada por Pinto (1992, p. 47) quando afirma que, ignoram-se iniciativas de grupos negros de maneira sistemática, entre as quais estão o desenvolvimento de instituições educacionais, centros de cultura, engajamentos em movimentos para alfabetizar esta população ou apresentação de projetos pedagógicos, que considerem a pluralidade étnica dos estudantes, é comum notar-se uma falta de dados históricos sobre a educação dos negros.

Desta maneira, caem no esquecimento, temáticas e fontes históricas que possibilitariam diversos ensinamentos a respeito das experiências na educação da população negra, como estes conquistaram a alfabetização, detalhamento sobre exclusão em institutos de ensino oficiais, as propostas criadas para o alcance de educação oficial, como era o ensino em quilombos, o surgimento de instituições escolares alternativas, de onde se originou a emergência da educação de uma classe média negra, a vivência escolar nas primeiras instituições que aceitavam negros.

Por meio da análise do material encontrado, relacionados nos Quadros 5-A, 5-B, 5-C, 5D e 5-E (Anexos), a impressão passada é de que não existem experiências de ensino com negros, o que pode ter sido ocasionado por limitações na história educacional, ao focar as pesquisas na área restritas a educação da classe média, os períodos que se baseiam em fatores políticos e administrativos, com a focalização tendendo a englobar apenas temas relacionados às legislações educacionais, e o não aparecimento da pluralidade social e cultural da população do Brasil.

A partir do final dos anos 80, começam a aparecer pesquisas históricas sobre a educação do negro. Segundo Pinto (1992), o tema esquecido pelos educadores e pesquisadores

que, frequentemente, tendem a priorizar as diferenças de classe ao dimensionar os fatores que dificultam tanto o acesso como a permanência da população no sistema educacional, a articulação entre raça e educação tem ocupado um relativo espaço nos *Cadernos de Pesquisa*, que lhe dedicaram inclusive um número especial (CP63, 1987).

Em um dos poucos artigos encontrados sobre a educação de negros, Ferreira Júnior e Bittar (1999), que compreende o período histórico entre 1491 e 1556, realçam um aspecto pouco estudado da história da educação brasileira no período colonial: a educação de crianças negras nos colégios jesuíticos. As crianças eram filhas de escravos, que nasciam nas fazendas de propriedade da Companhia de Jesus. A literatura, tradicionalmente, situa a empresa jesuítica relacionada apenas com as crianças brancas, indígenas, mamelucas e mulatas. A base da conversão dos "gentios" ao cristianismo era a catequese, realizada pelo ensino mnemônico. Nesse contexto, as crianças negras sofriam dois tipos de violência: nasciam marcadas pela maldição social da escravidão e estavam submetidas a um processo brutal de aculturação gerada pela visão cristã de mundo.

Fonseca (2002), no artigo sobre a educação e escravidão, com foco no período de 1851 a 1950, realizou uma análise teórica que detectou certa tensão entre educação e escravidão na produção historiográfica. Ao tratar dessa tensão, o autor defendeu a ideia de que o processo de formação do trabalhador escravo poderia ser entendido como uma prática educativa. Em uma dimensão mais geral, o autor tentou aproximar as discussões relativas à história da escravidão com a história da educação, tentando compor uma perspectiva analítica que possa contribuir para se ampliar a compreensão do processo de organização da sociedade escravista.

O mesmo autor publicou em 2007 (FONSECA, 2007) outro artigo, fazendo um estudo no mesmo período de 1851 a 1950, em que teve como objetivo apreender a forma como os negros vêm sendo tratados nas narrativas da historiografia educacional. A análise foi construída a partir da problematização das três correntes que marcaram a história da educação brasileira e que são denominadas a partir dos paradigmas teóricos que se encontram subjacentes à maneira de construir a sua escrita - a tradicional, a marxista e a histórica cultural. O autor procurou realizar uma problematização em cada uma dessas correntes com um foco relativamente centrado na maneira como alguns de seus representantes tematizaram a presença dos negros nas escolas. A partir dessa questão, procurou apreender a forma como os negros foram incorporados às narrativas históricas que interpretam os processos educacionais.

De acordo com Fonseca (2007), tratar da invisibilidade dos negros na historiografia educacional brasileira é uma situação de urgência, pois a temática vem sendo inserida frequentemente em debates na educação brasileira, porém ainda não tem uma grande

mobilização de pesquisadores em história educacional. Segundo o autor:

As concepções, que durante muito tempo imperaram na historiografia, reduziram os negros à condição de objetos. Um ser em situação de absoluta dependência, ao qual tudo era negado e que não possuía nenhuma capacidade de ação e reação dentro da sociedade escravista e patriarcal. A sua condição de sujeito não foi simplesmente negada, mas absolutamente desconsiderada em favor da descrição de um quadro que delimitava lugares sociais muito precisos para eles enquanto grupo racial. (FONSECA, 2007, p. 14).

Esse tipo de abordagem tem sido modificado, no decorrer da história escravocrata e tem ocorrido mudanças sobre a visualização do papel do negro na construção da sociedade brasileira. Apesar dos esforços, essa história ainda não se incorporou na história da educação, que mesmo tendo modificado de maneira significativa seus padrões de análise, ainda possui uma visão tradicional que se construir em relação ao povo negro, mais uma vez ressaltando a sua invisibilidade ao longo da história.

Rosemberg (2006) fez um estudo no período compreendido entre 1979 a 1995, em que descreve e analisa a produção, divulgação e interpretação de estatísticas educacionais desagregadas por cor/raça. Efetua um balanço dos principais instrumentos de coleta de estatísticas educacionais, sob a responsabilidade das duas principais instituições de coleta de estatísticas educacionais: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Nesta empreitada, destaca a recente introdução do quesito cor/raça no Censo Escolar de 2005, apontando equívocos tanto nos objetivos perseguidos quanto nos procedimentos adotados. O argumento principal é que o Censo Escolar não constitui instrumento compatível com a unidade de coleta aluno/matricula, que as instruções para o preenchimento da informação foram confusas e desrespeitaram o direito de crianças e adolescentes de expressarem sua identidade étnico-racial.

A autora concluiu que em relação aos dados estatísticos educacionais, desagregadas por cor e/ou raça nacionais disponíveis desde que a população foi contabilizada pela primeira vez em 1872, as pesquisas são esporádicas, a maioria realizada por pesquisadores brancos, e não apresentam impacto significativo para orientar políticas educacionais que procurem eliminar e reduzir o racismo estrutural do sistema educativo do Brasil. Destacou ainda que a difusão e análise de dados a respeito da educação no viés de raça e gênero centraliza-se em aspectos intraescolares.

Para a elaboração da interpretação do desenvolvimento do sistema educacional em relação às desigualdades raciais seria necessário atentar que, na atualidade, as práticas educativas extrapolam os muros da escola, especialmente em razão da intensa difusão das novas

tecnologias educacionais, informática, televisão, e se configuram como fenômenos de massa, em virtude da distribuição em massa de material didático tradicional, como livros e jogos educativos.

Veiga (2008) fez um estudo sobre a memória escolar brasileira no período de 1901 a 1960, em que a escola pública, pelo menos nos primeiros 60 anos do século XX, era tida em alta conta pela sociedade. Em geral, os grupos escolares, os ginásios, cursos de científico e Escola Normal públicos eram estabelecimentos de ensino considerados de excelência, cujas vagas eram disputadas por exames de seleção, e frequentados por pessoas oriundas das classes média e alta. Desta forma, a quantidade de indivíduos das classes menos favorecidas era restrita, pelos mais diversos motivos, mas principalmente pela sua inserção precoce no mercado de trabalho. Também a presença de negros na escola era bastante limitada, não somente por pertencerem à camada mais pobre da população, mas também em virtude da conhecida questão das diferenças de oportunidades escolares entre brancos, pardos e negros.

Entretanto, na origem da implementação da escola pública, elementar para todo cidadão brasileiro a partir da Constituição de 1824, na vigência da monarquia imperial, houve um crescente apelo para a necessidade de instruir e civilizar o povo. Como uma invenção imperial, em grande parte dos discursos a aprendizagem da leitura, da escrita, das contas, bem como a frequência à escola se apresentava como fator condicional de edificação de uma nova sociedade. Mas ressalte-se o impedimento legal de frequência dos escravos às aulas públicas em várias províncias do Império. Esse fator tem sido interpretado também como impedimento da frequência dos negros, gerando uma série de equívocos na história da escola.

Portanto, observa-se na historiografia mais geral e na historiografia da educação em particular a permanência de um registro que invariavelmente associa os negros aos escravos e vice-versa, inclusive com ausências de ressalvas importantes, como o aumento significativo da população negra livre e a crescente diminuição da população escrava a partir de metade do século XIX. Por isso, a sinonímia entre negros e escravos precisa ser problematizada, assim como a escola pública para os negros e os pobres no Brasil (RBE 2008), no sentido de ampliarmos os estudos sobre a história do negro no Brasil e aqui avançarmos especialmente na investigação sobre os negros na história da educação e da própria história da educação brasileira.

Em 1932, em resposta ao fato de que as escolas primárias excluíram a maioria das crianças (em particular negros e brancos pobres), 26 intelectuais, inspirados pelas teorias pedagógicas de John Dewey, lançaram um Manifesto que afirmava que os seguintes princípios deveriam ser consagrados em um unificado. Sistema escolar: escolas para todas as crianças de

sete a quinze anos, responsabilidade do Estado pela educação em tempo integral, educação secular, frequência compulsória e escolas coeducacionais. O Manifesto, que era uma expressão do pensamento pedagógico liberal, afirmava que «na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum é mais importante e sério do que o problema da educação». Ao colocar a educação na vanguarda dos problemas nacionais, os liberais de 1932 acreditavam que a educação era uma característica essencial na construção da nação. O movimento que iniciou, e que ficou conhecido como a Nova Escola, foi o mais importante e influente na história da educação no Brasil no século XX e foi um rival das doutrinas da Igreja Católica (que temia perder sua hegemonia no século XX).

Veiga (2010) realizou um estudo com o objetivo de discutir o processo de inclusão das crianças pobres, negras e mestiças na escola elementar a partir da prerrogativa constitucional de extensão da escolarização a todos os cidadãos brasileiros, com ênfase nos estudos sobre a província de Minas Gerais. A autora produziu uma vasta investigação documental (relatos de governo, legislação, ofícios e correspondências diversas, mapas estatísticos de população, registros de frequência escolar) e bibliográfica (Norbert Elias, Georges Rudé, Bronislaw Geremek, Georges Duby, Maria Beatriz Nizza da Silva), e fez a análise das tensões e dos conflitos para a efetivação da obrigatoriedade escolar, devido às condições materiais e especificidades culturais da população. Tais conflitos manifestaram-se de distintas maneiras, indicando embates entre famílias, professores e gestores do ensino. A hipótese levantada é a de que a precariedade do desenvolvimento da escola pública no Brasil, ao longo do século XIX, esteve associada à também precária condição de vida da população. Esse fato interferiu no entendimento quanto às possibilidades de escolarização das crianças pobres, negras e mestiças e quanto à qualidade de sua inserção social.

Já Costa (2009), fez um estudo no período compreendido entre 1872 e 2000, sobre a população negra na história da educação no Brasil. O autor fez uma pesquisa bibliográfica, sobre a educação do negro no Brasil numa perspectiva histórico-social da Educação Brasileira. Fez uma abordagem sobre artifícios legais utilizados como impedimentos à escolarização da população negra e apresentou elementos que contribuem para a desconfiguração do mito sobre o desinteresse dessa população pela educação escolar. Segundo a autora, a ideia da nação, tal como concebida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX, implicava a adoção do cristianismo como um valor essencial da colonização portuguesa, juntamente com uma estima demonstrada pela «brancura», em detrimento das características indígenas ou negras, a composição histórica do povo brasileiro.

Barros et al. (2010) apresentaram um estudo sobre o balanço historiográfico da história

da educação da população negra. Os autores corroboram que o século XIX foi tratado como um período de trevas, de ausência de iniciativas e debates no que se refere à educação. O trabalho dos pesquisadores da área da História da Educação, empreendido especialmente a partir da segunda metade do século XX, vêm contribuindo para as mudanças nessas concepções. Ao contrário da percepção original, período imperial é, atualmente, entendido como um momento crucial para os rumos da educação nacional. Um período de intensos debates e realizações que, no exame a posteriori, ajudam a compreender diversas questões relacionadas à educação brasileira. Os autores chamam a atenção para o crescente volume de investigações que vêm sendo desenvolvidas sobre o tema da história da educação da população negra no Brasil, publicadas na forma de artigos, apresentações em encontros científicos, dissertações, teses e livros. Desta maneira, eles tiveram a intenção com sua pesquisa dar visibilidade aos estudos de maneira a ampliar o entendimento sobre a educação negra em diferentes regiões do Brasil e apontar a emergência de estudos sobre a população negra no contexto educacional e dessa forma também mostrar o quanto é tardia e o quanto ainda precisa ser realizado para diminuir a invisibilidade dessa população.

Abreu (2011) fez uma pesquisa sobre a educação dos negros e suas fontes de pesquisa, no período de 1889 a 1930, em que discutiu a educação dos negros no início do período Republicano e suas fontes de pesquisa. Trata-se de um período histórico no qual o negro passa a ser livre e ter direitos proclamados. Segundo a autora é preciso repensar sobre a estrutura excludente da escola e denúncia de que tal estrutura precisa ser reconstruída para garantir não só o direito de acesso à educação, como também a permanência e o êxito dos alunos de diferentes pertencimentos étnico-raciais e níveis sócio econômicos. A pesquisa ressaltou que alguns trabalhos já têm discutido a presença dos negros na escola e no caso mineiro a especificidade da população tem marcado vários trabalhos na área da historiografia. A autora também destaca a pesquisa de Gouveia (2003) em que o autor conclui a presença de crianças negras em documentos referentes à instrução pública e afirma que tendo em vista os dados disponíveis, não é possível estabelecer um retrato da população de origem africana nas salas de aula, embora seja possível analisar que tal segmento tinha acesso, ainda que precário, à instrução, quer seja nas escolas públicas, quer seja nas escolas particulares.

3.4.1 Referências sobre a educação do negro em Goiás

A pergunta para ser analisada nesta seção é: as pesquisas educacionais em Goiás têm

feito uma análise da situação dos negros? Na busca por tais pesquisas que incluam o negro como sujeito, o material encontrado é desalentador. Uma primeira explicação pode ser buscada na própria incipiência de pesquisas que englobem a história da educação.

No trabalho de Valdez e Barra (2012), as autoras notaram a falta de questões relacionadas à educação de crianças pequenas, trabalho no jardim de infância, creches, orfanatos, etc. Também não foram encontrados estudos voltados para a educação indígena na região, na qual historicamente vários povos indígenas viveram propostas de instituições educacionais para crianças, como catequese, escolas de navegação e outras. Outra ausência refere-se a estudos cuja prioridade temática inclui instituições educativas (públicas e religiosas): abrigos para os sem-abrigo, colônias de orfanatos, instituições órfãs, etc. Também não foram encontrados estudos focados em educação física, ginástica e higiene. Tampouco sabiam nada sobre os estudos da Escola Régia, pesquisas sobre intelectuais goianos em vários períodos históricos e pesquisas sobre educação em movimentos sociais.

Dias Leite (2011) fez um estudo sobre a instrução pública na província de Goyaz: civilizar e moralizar a população entre 1835 e 1856. O autor quis apresentar algumas ações e comentários gerados pelos Presidentes da Província de Goiás sobre os professores primários públicos e a educação do século XIX. Além disso trata-se de entender as metas e objetivos que nortearam a organização escolar na província de Goiás, recursos financeiros foram utilizados para a manutenção da educação pública e que tipo de pessoa era o objetivo da educação. Como a principal fonte de pesquisa, usamos legislação educacional e relatórios dos presidentes da província, que foram desenvolvidos entre 1835 e 1856. A partir dessa fonte nos referimos às ideias de educação, progresso e da civilização na sociedade de Goiás.

A leitura dos relatórios revelou que as apresentações mostram que a educação é considerada fundamental para a civilização e a moralização da população, uma vez que os argumentos do presidente mostram a ideia da educação como um instrumento para a formação de cidadãos ordenados e civilizados. Tal perspectiva poderia estar ligada a um projeto de sociedade para o qual era necessário formar um povo disciplinado e controlado. Neste contexto, o trabalho do professor tem sido o dos novos homens que foram treinados para "civilizar" um, já que as autoridades imperiais e a elite política entendem muito bem a dimensão do trabalho docente na construção dos valores necessários para a manutenção da ordem estabelecida. Em resumo, os presidentes de província, juntamente com as outras províncias brasileiras, estavam preocupados com a prosperidade da província Goiana. Ressalta-se que o autor não caracterizou seus estudos por "raça" e sim pela história educacional em geral.

Uma pesquisa encontrada de grande relevância foi a de Barros (2012), que fez um

estudo sobre A Constituição da Escola Pública na Província de Goiás No Século XIX: Uma análise através do prisma da educação para a população negra, compreendido no período de 1801 a 1900. A autora buscou analisar os regulamentos da instrução pública para compreender as possibilidades de educação para os negros na constituição da escola pública na província de Goiás no século XIX. A análise se fez pautada em três premissas. Primeiro: Goiás, no século XIX possuía um projeto de educação com vistas a civilizar a população, tal qual o restante do Brasil; segundo: não é possível associar negros/as a escravizados/as; terceiro: estudar a história da educação para os/as negros/as em Goiás no período imperial é uma tarefa árdua, mas perfeitamente possível. A observação destas premissas permitiu a autora, na análise dos documentos, perceber que em Goiás o projeto de civilização da população incluía os/as negros/as e seus descendentes.

Barros (2013) em sua dissertação retratou a educação dos ingênuos em Goiás dentre os anos de 1871 e 1888. Esta pesquisa analisa o modo pelo qual a forma de propostas para a formação de ingênuos na província goiana entre 1871 e 1888, tentando compreender as propostas e medidas para a educação deste público após a entrada em vigor da Lei do Ventre Livre em 1871. Na documentação analisada, examinamos a legislação, os relatórios dos presidentes provinciais e dos jornais. A base teórica deste texto foi o trabalho de Veiga (2002, 2004, 2008, 2010), e Gondra Schueler (2008), Barros (2011), Elias (1980, 1993, 1994) e outros. O ingênuo existiu em Goiás e sua experiência aprofundou as mudanças que ocorreram nesta província desde meados do século XIX. A formação deste grupo gerou discussões objetivas de um movimento que resultou na existência de termos educacionais e diversas atividades educativas para diferentes grupos sociais no século XIX na província de Goiás, ideias e ações que é muito mais do que a história para a compreensão deste período de Goiás. Este trabalho, portanto, aponta para algo mais do que conclusões sobre a necessidade de novos investimentos em pesquisa educacional do século XIX em Goiás, especialmente em relação ao ensino fundamental, seus objetivos e seu público alvo.

A pesquisa de Rocha (2007) também está relacionada com a Lei do Ventre Livre, assim como a de Barros (2013). Segundo a autora, o ensino primário em Goiás, no período de 1845-1889 foi muito precário: os profissionais não possuíam qualificação; os docentes sofriam com uma remuneração baixa, o que agravava a sua desmotivação; não existia material suficiente e adequado; e nem existia lugar adequado para o ensino de crianças em idade escolar. Esta precariedade decorria da escassez dos cofres provinciais, que não permitiam que a rede escolar fosse aumentada e a remuneração fosse digna dos professores, além de não haver nenhum comprometimento com a educação, principalmente a pública. A autora evidencia que as poucas

políticas propostas para as crianças pobres tinham o intuito de encaminhá-las ao trabalho precocemente, corroborando a desigualdade social. Estas precárias políticas realizadas para a população pobre podiam parecer inovadoras as vistas de uma sociedade autoritária e escravocrata.

Segundo Rocha (2007), em Goiás foram pouquíssimos os institutos educacionais voltados para a população pobre e negra. Algumas iniciativas humanitárias foram implementadas pela Igreja, porém sempre instruindo ao trabalho. O instituto Educacional que mais repercutiu na Província de Goiás, concebido para filhos de escravos e pobres, foi a Companhia de Aprendizes Militares, criadas pelo Decreto nº 6.205, de 3 de junho de 1876. Foi criada para solucionar a falta absoluta de pessoas com disponibilidade para o exército, pensou-se em formar, desde crianças, um batalhão de soldados preparados para a luta e até mesmo para a morte, caso fosse preciso. Ou seja, os negros eram vistos como massa para guerra.

Ribeiro (2017) fez um estudo sobre o negro nas instituições educacionais goianas entre 1835-1930. Este estudo teve como propósito buscar pistas da educação da população negra goiana no período de 1830-1930. Procurou pistas do processo de inserção dos negros no sistema de ensino, para tanto a autora recorreu à análise da legislação educacional, buscou-se destacar as intencionalidades da administração pública em relação aos sujeitos negros no período estudado. Os dados obtidos revelaram que a legislação educacional goiana proibia os escravos de frequentar as escolas públicas e após a abolição não se evidencia nenhuma política pública no sentido de reverter à apresentada exclusão.

3.5 A produção científica sobre negros nas últimas décadas: focos e enfoques

As referências sobre a temática “Negro e Educação”, cujos quadros compõe os anexos da dissertação, teve por finalidade visualizar o status da produção e as características das pesquisas realizadas. A distribuição dos quadros por tipo de publicação seguiu uma sequência cronológica, considerando a data de publicação do material. Selecionamos na ordem: Artigo científico, Dissertações, Teses, Livros e Outros. Nessa mesma perspectiva, também foram organizados quadros, que contemplam os assuntos sobre as legislações que disponham sobre os modelos educacionais à época no país e na Província/Estado, assim como, os anais do oitavo Congresso Brasileiro de Educação, realizado em Goiânia, no ano de 1942 e editado pelo IBGE e as principais publicações dos relatórios de presidentes de províncias. O resultado desse amplo inventário de estudos acadêmicos, aponta os detalhamentos da produção, conforme os quadros disponibilizados nos anexos. A seguir, apropriamos na configuração do objeto de pesquisa, um

extrato desse apanhado, que indicamos na sequência dos quadros referenciados.

Quadro 5A - Artigos Publicados

A literatura investigada apresenta nos artigos relacionados alguns aspectos que nos parecem recorrentes. Há um esforço em evidenciar a educação do negro na instrução primária, tomados como mecanismos de inclusão, assim como a obrigatoriedade de todos terem o acesso à educação, previstos no discurso legal e constitucional. Entretanto, estes estudos indicam que tanto a inclusão, quanto a obrigatoriedade assumem um caráter generalizado, diante da falta de identificação da presença do negro nas escolas existentes. É recorrente a configuração de que os fatores raça e cor, foram gradativamente ignorados, e assim, caracterizam a exclusão de determinados contingentes populacionais, como forma de justificar a pouca disponibilidade de estrutura escolar pelo poder público em Goiás, ocasionando uma discrepância entre o contingente de crianças em idade escolar e o quantitativo de vagas públicas disponibilizadas. Essa situação também é recorrente em outras províncias. Em tese, as prerrogativas de obrigatoriedade e de inclusão na educação primária contrastam com a ineficiência dos órgãos públicos em prover as localidades de escolas e salas suficientes para esse atendimento. Diante disso, subjaz que a condição do negro em idade escolar seria agravada na medida em que, desprovido de condições materiais de existência, estariam submetidos a trabalhos braçais e sazonais, que o obrigaria a deslocamentos e a jornadas extensivas, o que dificultaria a frequência a um curso regular.

As características da província de Goiás merecem ser problematizada no contexto da instrução republicana. Grupo Escolar fora uma instituição projetada para os espaços urbanos, enquanto que nas localidades rurais permaneceram o formato das salas avulsas e escolas isoladas. Esse critério impôs uma desvantagem no caso goiano, visto que a maior parte da população se concentrava no meio rural e em vilarejos não emancipados, portanto, não se enquadrando no padrão estabelecido para fazer jus ao Grupo Escolar. Observa-se que em Catalão, embora dispusesse de pré-requisitos como sua emancipação em 1859, ser constituída como “cabeça de comarca”, ou seja, concentrar os serviços públicos para atendimento das cidades da região e dos vários distritos sob sua jurisdição, a efetivação da instrução primária republicana foi tardia. Desde meados de 1918, solicitava do governo provincial apoio e a autorização para criar o primeiro Grupo Escolar, o que foi concedido, segundo Bretas (1991), somente em 1923, aproximadamente três décadas após a instauração do regime republicano no país. Por estas referências, pode-se deduzir que, apesar das dimensões geográficas de Goiás, a

instalação dessas instituições ocorreu por um processo lento e disperso; poucas cidades emancipadas criaram grupos escolares ao longo das três primeiras décadas do século XX, o que equivale a considerar a prevalência da precariedade e o predomínio das escolas isoladas sob os diversos formatos e subsídios, à revelia do poder público, como alternativas de acesso à instrução primária. Sob tais condições, o negro se expõe na marginalidade do acesso e da permanência na iniciação escolar, de modo que a ênfase na inclusão e obrigatoriedade ficaria relegada ao plano do discurso oficial, sem de fato ser efetivada.

Quadro 5B - Dissertações Publicadas

Nesta revisão de estudos de dissertações publicadas, interessa-nos diretamente referenciar as pesquisas de Fernanda Franco Rocha (2007) e Karla Alves Coelho Tertuliano de Barros (2013), por situarem o mesmo período de vigência da Lei do Ventre Livre (1871-1888), e dialogarem com instituições criadas em Goiás com a finalidade de absorver uma fração desse contingente de crianças sob a cobertura da lei. A visibilidade da oferta de instrução por meio da Colônia Orfanológica Blasiana e da Companhia de Aprendizes Militares, indicam o teor e finalidade dessas instituições na acolhida das crianças livres, denominadas “ingênuos”. A conformação social e o controle dos padrões esperados pela civilidade almejada seriam então, os postulados de existência e manutenção dessas instituições. Consideradas como exemplares que não se replicaram nas demais regiões da província de Goiás, compreende-as como ações pontuais insuficientes para acolher toda a demanda da época.

É importante ressaltar, na análise dos artigos selecionados para o presente quadro, que a literatura apresentada é muito cristalina quanto a um projeto educacional, cujo objetivo tinha o apelo de instruir, moralizar e civilizar a população, como fator condicional para a construção de uma nova sociedade, formada por cidadãos ordeiros, disciplinados e civilizados, facilitando assim o pensamento das elites políticas e autoridades imperiais da província de Goiás, tal como nas demais partes do território nacional, onde a partir da educação seria possível construir os valores necessários para a manutenção da ordem estabelecida.

Afirmam também, grande parte dos autores em destaque, sobre a árdua e difícil tarefa de identificar a presença de negros na frequência aos bancos escolares, pois embora esse projeto de civilização incluísse o negro e seus descendentes, muitos fatores legais foram impeditivos e excludentes para essa população.

A relevância da dimensão cultural para as crianças negras no contexto da educação, decorre das iniciativas escolares surgidas da afirmação de valores existenciais afro-brasileiros

e os seus objetivos na investigação das bases teóricas e práticas escolares de pedagogias estruturadas que devem ser elaboradas nas concepções de culturais negras e na discussão a relação da cultura do educando e da cultura escolar presente nas concepções educativas. A hipótese de que a presença da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar é um fator de favorecimento do processo de educação das crianças negras, evitando a vulnerabilidade da evasão escolar, suscetíveis de sofrerem preconceito e discriminação étnico-racial. Outra hipótese, não excludente da primeira é a presença da história e cultura afro-brasileira como “instrumento” do processo de educação como fator de favorecimento da experiência da educação escolar de crianças negras, cuja emergência de outra cultura escolar, visam uma transformação e modificação dos conteúdos pedagógicos e práticas de ensino.

Quadro 5C - Teses Publicadas

A história da educação brasileira, no que se refere principalmente à escolarização das crianças e jovens negras, as culturas afrodescendentes, assim como também os aspectos “raça”, após a escravidão, foram amplamente ressaltadas, nos trabalhos desses pesquisadores, aqui apresentados em suas dissertações e teses. No levantamento das publicações e pesquisas que se referem ao tema educação e negro no Brasil, procuramos identificar estudos, que representassem grande parte do território nacional, no intuito de mostrar aqui a relação ao tratamento das diversidades étnico-raciais, no recorte temporal de nosso trabalho, de forma que os acontecimentos e práticas adotados pelos governantes e gestores não atribuíssem diferentes políticas educacionais das implantadas e conduzidas nessas terras goianas e principalmente nos municípios distantes do centro decisório e administrativo do poder.

É notória a importância do contingente populacional negro e as suas manifestações de ordem culturais não mereceram tratamento distinto dos governantes à época, embora já fosse possível que as opções da república por investimentos em educação já fossem decisões e diretrizes apontadas em todas as manifestações pelo desenvolvimento do país, baseado em políticas já conhecidas em outros países da comunidade internacional. Entretanto a escassez de recursos, quais sejam: financeiros, físicos e de pessoas, as distâncias geográficas, a falta de pessoal competente e especializado na aplicação de políticas públicas educacionais satisfatórias, fizeram com que as vontades e diretrizes governamentais, não saíssem dos discursos e aspirações de alguns poucos letrados brasileiros, que pregavam ser a educação o único meio capaz de tornar o imenso Brasil num país respeitado perante as demais nações, pela força de sua gente em produzir o desenvolvimento necessário à competitividade internacional.

As principais dificuldades encontradas e manifestadas pela maioria dos pesquisadores, é a de que, não é possível identificar e encontrar registros, da frequência do negro nos arquivos escolares, levando-nos a constatar a invisibilidade e a tendência ao rótulo de inferioridade intelectual, no acesso a instrução primária.

Quadro 5D - Livros/Relatórios Publicados

A análise dessas obras relacionadas no quadro 5D - Livros/Relatórios Publicados e sua relação com o tema em estudo foram divididas, em quatro momentos distintos, conforme o tratamento dos resultados apontados. Interessa-nos a ênfase na invisibilidade do negro na instrução primária, tomada enquanto estratégia configurada no discurso oficial.

Nas obras selecionadas, optamos por história da educação, como Teixeira de Freitas que à frente do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, procurando desenvolver, por si e por técnicos do instituto, pesquisas que mostrassem um mapa estatístico da realidade brasileira, mas tendo a educação como um dos principais temas, evidenciando assim, como as lacunas existentes, que careciam de investimentos para o setor educacional da nação, de forma que assim pudesse alavancar crescimento e progresso ao Brasil. Sua obra e suas ações demarcam um período compatível com o nosso recorte temporal, de forma a demonstrar as políticas aplicadas à época, bem como àquelas que muito bem teriam sucesso, caso os governantes decidissem investir no setor educacional brasileiro, pois a leitura apresentada em seus estudos certamente embasaria com sucesso, qualquer projeto de educação a ser implantado no Brasil.

Outras obras, que consideramos icônicas integrar este estudo, foram sem nenhuma dúvida, Casa Grande & Senzala (FREYRE, 2003) e Raízes do Brasil (HOLANDA, 1995), obras essas, pela sua importância na construção e registro das origens da população negra no Brasil, e formação da sociedade, reeditadas inúmeras vezes. A importância dessas obras em relação ao nosso estudo, se justificam pela forma como o povo brasileiro teve a sua formação, a partir da vinda de outros povos ao nosso país, certamente atraídos por uma ganância na exploração de riquezas naturais, abundantes nessas terras, e que dependentes dos serviços braçais para essa lida, integraram os índios cá existentes, e trouxeram em navios negreiros, os escravos de origem africanas, que tão bem esses autores retrataram em suas obras, que embora romanceadas e cheias de histórias, porém baseadas em muita pesquisa, que alicerçaram as suas construções literárias.

Em um terceiro momento, identificamos algumas obras, que retratam o tema história

da educação, cultura, relações étnico-raciais e racismo, fazendo um diálogo com o nosso tema de estudo, desenvolvido por historiadores e pesquisadores que dedicaram muito de seus investimentos intelectuais, na construção de textos altamente reveladores, no desenvolvimento de produções que exploram com propriedade o tema negro e educação no Brasil. As obras relacionadas desenvolvem um diálogo com história da educação, no sentido de identificar as oportunidades oferecidas à população negra inseridas nesse contexto, demonstrando as dificuldades em obter respostas para essa lacuna existente na historiografia da educação brasileira, independente da região de origem e que por forças das circunstâncias em que se viram obrigados a se instalarem na busca de sua sobrevivência, que só se faz resgatadas a partir de edição de legislação restauradoras de cidadania, com alvo específico nas populações negras e indígenas, como a Lei 10.639/2003.

E, por último, identificamos duas obras, produzidas como resultado de seminários, pela Universidade Federal de Goiás, com a finalidade de evidenciar pesquisas realizadas e em andamento, destacando os diversos temas desenvolvidos na atualidade, numa demonstração dos rumos da educação do século XXI, cujo pensamento se difere em muito, de outra realidade, demonstrada nesse estudo, sobre os temas retratados por ocasião da realização do oitavo congresso brasileiro de educação, sediado em Goiânia (1942), no advento do batismo cultural da capital de Goiás, na ocasião recém-inaugurada.

Assim, a contribuição dessas obras ao nosso estudo demonstra que o tema negro e educação, ainda carece ser investigado em diferentes vertentes e interfaces, realçando experiências e interações sociais, aspectos culturais e econômicos, nos quais a caracterização da invisibilidade dessa população na instrução primária, no ensino secundário, técnico profissionalizante e superior se evidencie, por meio de diferentes fontes e arranjos, justificando as consequências manifestadas na atualidade, cuja dívida histórica, precisa ser resgatada por meio de novas relações, sociabilidades e valorações, que as questões raciais não permaneçam como argumento de segregação, que uma sociedade mais justa e igualitária seja potencializada.

3.5.1 O direcionamento do objeto: o que dizem as fontes e os discursos oficiais sobre a existência de negros na educação

O mergulho nas fendas e dobras da produção científica sobre determinada temática é um exercício árduo, porém situa o pesquisador nos múltiplos aprendizados que envolvem a pesquisa. Educar o olhar não é uma tarefa simples, tampouco naturalizada. Ler, reler, envolver-se com o objeto, desvendar a temática, calibra o olhar para novas descobertas. Desnaturalizar o escrito, enxergar o avesso, eis à tarefa que se coloca para o pesquisador e orientador, nas idas e

vindas de um texto dissertativo em construção.

A montagem dos quadros, uma indução para a primeira cartografia do que já foi produzido por outros pesquisadores, com um duplo propósito: conhecer o conhecimento em circulação e realizar um mergulho no tema objeto, a fim de desvendar as lacunas que merecem ser realçadas. Ciente dos entraves quanto às fontes empíricas, mas sem desviar o foco do tema negro e educação, nesse processo, as demarcações alusivas aos objetos foram se desvelando gradativamente, na medida em que o manuseio de referências e fontes possibilitou-nos maior intimidade e compreensão da teia complexa e sinuosa que tínhamos em mãos. Daí a premissa de Julia (2001)⁹, direcionou o investimento e a sensibilidade do olhar.

Nessa versão do texto apresentado para avaliação final, pela banca examinadora, aventuramos algumas direções que emergem das leituras iniciais, no intento de conferir uma perspectiva, ao mesmo tempo consistente e crítica a respeito das descobertas e achados.

A propósito do status das produções, extraímos uma síntese inicial de que o volume mais expressivo de produções em circulação ocorre na forma de artigo científico a partir da última década do século XX, com diversos temas e objetos de pesquisas. No quesito período de abrangência dos estudos, o mais longo refere-se ao investimento de um grupo de pesquisa em Educação no Brasil Colonial, sediado na UFSCar, no qual os autores situam a Educação de Crianças Negras pelos Padres da Companhia de Jesus, no recorte temporal de 1491-1556, isto é, nos primeiros tempos dos inicianos em terras brasílis.

As dificuldades e desafios do estudo historiográfico, da temática objeto, é referenciado em dois artigos que já na década de noventa antecipa questões alusivas ao silenciamento das fontes oficiais e a ausência de acervos conservados, pelo menos no Brasil. A abertura e o espaço de produção propiciados por grupos, núcleos e linhas de pesquisas vinculados à pós-graduação é notório e destacada pelas referências da produção em circulação.

Embora o primeiro artigo que infere a categoria invisibilidade tem publicação em 2007, o autor que em 2002 enfatiza o silenciamento das fontes, de certo modo pavimenta esta discussão e abre premissas para tal possibilidade de leitura em relação ao negro, considerada no conjunto de estratégias oficiais para cimentar os afrodescendentes e brasileiros africanos na margem do processo histórico e social em diferentes tempos e espaços no Brasil.

Diante da análise do conteúdo apresentado e exaustivamente explorado, ficam claramente identificados, que uma grande e importante parte população brasileira, sequer existiu nos registros das diversas escolas brasileiras, no que se refere ao aprendizado inicial e

⁹ Segundo o autor francês, o historiador tem a capacidade de produzir flecha a partir de gravetos.

diversidade de suas distintas culturas, preservadas pela valorização de alguns poucos interessados, com iniciativas particulares e individuais. Culpabilizar os negros pelos resultados, enxergados como negativos no espaço escolar sequer merece destaque, pois é recorrente para as representações simbólicas negativas de uma escola que se deteriora ligada à entrada de estudantes negros, marcada principalmente com o momento de mudança da escola e com o aumento da presença desses, que trouxeram à tona demandas silenciadas em relação às questões raciais.

A ausência de registros ligados a temática objeto desse estudo, dificultaram enormemente a apresentação de conclusão clara sobre a frequência escolar dessa parte da população tratada. A invisibilidade com que se apresenta liga-se as atividades pedagógicas que não contemplam conteúdos relacionados à História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Dessa forma, conclui-se que essas invisibilidades sobre o negro ocorrem de fatores como a não presença no processo formativo inicial e continuado de temas ligadas às diversidades e pela continuidade no cotidiano do espaço escolar do domínio do ensino alicerçado no paradigma clássico que afasta ou silencia a sua condição inseridas nas diversas culturas da educação. (PEREIRA, 2016).

3.5.2 O oitavo CBE (1942): diretrizes educacionais

Quadro 6 - Oitavo Congresso Brasileiro de Educação

A atuação da ABE¹⁰ teve relativo destaque nas discussões de diretrizes de assuntos, cuja principal finalidade era debater os destinos e a melhoria da educação no Brasil. Encarregada de organizar o oitavo CBE junto com o governo do estado de Goiás em 1942, sob o pretexto da implantação da nova capital Goiânia definiu como tema geral - A educação primária fundamental - objetivos e organização: a) nas pequenas cidades e vilas do interior; b) na zona rural comum; c) nas zonas rurais de imigração; d) nas zonas do alto sertão. Entretanto na preparação dos subtemas chamados de temas especiais, não atribuiu ao contingente populacional formado pelo negro, já evidenciado nos censos promovidos e realizados pelo IBGE, ausência de discussão ou debate direcionado para essa fração da população brasileira. O exemplo do que se verifica nos registros oficiais, e a não referência ao negro, seja na

¹⁰ A ABE foi uma sociedade civil, fundada em 1924 e que teve suas atividades esvaziadas a partir do início do governo militar, a sua adesão era feita de forma voluntária e reunia professores e interessados em educação, fossem jornalistas, políticos, escritores ou funcionários públicos. Sediada no Rio de Janeiro, a filiação à entidade se dava por meio das seções regionais que gozavam da mais ampla autonomia.

identificação cor/raça, seja no tratamento genérico, é uma forma de manter a invisibilidade.

A falta de prioridade evidencia o desinteresse da nação e do estado por esse contingente populacional, tornando-o excluído das principais discussões para melhoria da educação em todo o país. Dessa forma caracterizando o seu silenciamento e a sua invisibilidade. Nenhum dos temas discutidos menciona as palavras, negro ou africano.

Verifica-se a predominância nos debates da ênfase na obrigatoriedade da instrução, no provimento de escolas primárias, nas condições de funcionamento das instituições, nas responsabilidades quanto à matrícula e à frequência, quanto ao provimento e subsídios, assim como o enquadramento legal de instalação de escolas em áreas com maior densidade populacional, com foco no urbano. O tratamento genérico alusivo a toda a população em idade escolar, contrasta com a preocupação em prover os imigrantes e estrangeiros, enquanto os nativos são referenciados como “aborígenes”. O misto de estranhamento e interrogação pode ser acionado nos dois casos: dos estrangeiros em Goiás. Não seria o foco principal da instrução primária visto que não havia áreas de colonização estrangeira com volume populacional no período. Segundo que os nativos do sertão comumente identificados como caboclos, não reconhece oficialmente o termo, aborígenes para identifica-los. Logo, a estranheza a essa alusão. Ademais, a referência genérica a estrangeiros, compreende-se que os negros libertos, assim como os mestiços, não estariam inseridos nessa designação.

A condição de trabalhador rural, ou ocupantes de tarefas sem registros reconhecidos, são dispositivos que reforçam a invisibilidade do negro, na medida em que o coloca no mesmo patamar dos nativos, proprietários ou não de terra, que se ocupam de atividades não oficiais para garantir o seu sustento e sobrevivência. Nesse sentido a atribuição generalizada de todas as crianças e adultos que necessitam de instrução primária, na prática, é uma dissimulação da condução do negro, porque ao mesmo tempo em que pressupõe sua inclusão no grupo de livres sem instrução, também o excluí, pela marginalidade social, não o considera enquanto grupo social existente.

Na ênfase dos debates quanto à educação, percebe-se o peso da referência paulista e dos estados mais populosos, no direcionamento das prioridades, incluindo a legislação. Como mencionar a obrigatoriedade de frequência e permanência na escola em um espaço onde nem existem escolas? Ademais, conforme mencionado pelos intelectuais da educação, alguns estados como Maranhão, Pará, Goiás, Mato Grosso, dentre outros, estariam fora da cobertura da lei, se considerada a densidade populacional para a instalação de escolas. Daí os contrastes que marcam os discursos da obrigatoriedade tratados no geral, sem situar as condições reais de cada unidade federativa. Internamente, as contradições se expressam de maneira mais

contundente, e se visualizarmos as distancias e as composições de vilas e povoamentos inclusive fora da municipalidade oficial.

Enquanto o negro no Brasil configura um grupo étnico invisível pela discussão acadêmica e pelos postulados políticos tratados no CBE, o centro das preocupações, se voltam para as questões relacionadas ao contingente de analfabetos que precisava ser extinto, sob o signo do progresso e desenvolvimento; o investimento em programas para controlar e abrasileirar os estrangeiros que rivalizavam e tencionavam internamente, por conservarem traços e debates próprios da cultura de origem, dentre os quais o enfrentamento dos modelos arcaicos de contratos trabalhistas, os direitos de trabalhadores e o nascimento de sindicatos, inseridos no bojo das categorias operárias urbanas.

Ocorre-nos, algumas indagações: africanos libertos não seriam vistos como estrangeiros, portadores de culturas, costumes e crenças? Os portugueses e seus descendentes em terras brasileiras não seriam também estrangeiros? No contingente de analfabetos contabilizados pelos dados oficiais, não figuravam negros e mestiços? Qual o lugar dos negros livres e seus descendentes no empenho civilizatório da nação? Por fim, uma correspondência com a questão norteadora da pesquisa: se a criação de escolas-fazendas, colônias agrícolas e outras denominações eram destacadas como alternativas para a fixação do homem a terra e a produção, estariam os negros inseridos e contabilizados nestas instituições?

(RIBEIRO, 2015) denuncia a falta de tradição da historiografia da educação em retratar a participação inequívoca do negro na constituição do processo educacional no qual o negro tem se destacado seja na condição de aluno ou de professor em diversas instituições do país. Assim também nos retratam a presente pesquisa, em que notadamente identificamos que o negro esteve presente nos bancos escolares no recorte de tempo estudado, caracterizado principalmente pela relação mostrado nos diversos grupos familiares apontados nos registros de matrículas e atas de certificação e conclusão de ano escolares, em que a ligação de sobrenomes desperta para essa referência.

Buscar a presente temática, envolvendo o negro e educação, nos grupos escolares de Catalão no período de recorte foi uma tarefa, em que a cada momento, nos instigou a satisfazer o processo de pesquisa, apesar dos entraves e dificuldades. Isso somente nos confirma a invisibilidade já apresentada nos textos citados. Os diversos discursos e trabalhos apresentados por ocasião do oitavo congresso brasileiro de educação, sequer mencionou o negro dentro do contexto das temáticas apresentadas e discutidas por ocasião do evento, cujo principal objetivo deveria balizar a educação em todo o Brasil, a partir de então.

3.5.3 O potencial da legislação educacional - Federal e de Goiás

A obrigatoriedade ou oportunidade da frequência escolar para as crianças negras, nas escolas públicas, na província de Goiás, não foi estabelecida nas legislações ou regulamentos escolares, editados e revogados em constância, considerando a curta permanência de cada presidente de província no poder, em que o mais comum no período pré-abolição era a proibição da matrícula para, os menores de 7 anos e os maiores de 14, os que não tivessem sido vacinados contra varíola, e os escravos, de acordo com BRETAS (1991, p.256 *apud* RIBEIRO, 2017, p. 7).

Nesse mesmo trabalho (RIBEIRO, 2017) conclui em sua pesquisa sobre o negro e a legislação educacional de Goiás, que:

Podemos concluir a partir das análises das fontes, que inexistiam preocupações com a educação da população negra em separado, posto que não havia inquietações em relação à educação de forma geral, quanto à crianças escravas do ponto de vista legal fica claro a proibição destas frequentarem as escolas, apesar de não haver nenhuma restrição à frequência de pessoas negra livres, no entanto não há nenhuma deliberação que garantisse sua participação nos espaços educacionais, por outro lado devemos considerar que mesmo após a lei do Ventre Livre o estado não conseguiu garantir a escolarização destas crianças. (RIBEIRO, 2017, p 11)

Conforme analisou a autora, ao consultar a legislação, a invisibilidade do negro escravo e liberto, se confirma pela omissão da província em não prover as condições de frequência e permanência na instrução primária. Novamente aqui se observa que o tratamento geral genérico funciona como dispositivo de não identificação dessa fração social, desconsiderada das ações oficiais.

A legislação levantada e relacionada nos quadros 7A e 7B, atrelada ao discurso dos presidentes de províncias à época evidencia para uma igualdade de acesso à educação no país e na província de Goiás; também demonstra a escassez de recursos e a incapacidade dos governos em proporcionar os investimentos necessários para a disponibilização de estrutura física, material e logística que pudesse atender a todas as crianças em idade de instrução primária no período estudado. Nesse sentido, é possível compreendermos as razões que manteve a população negra à margem do acesso a dignidade social, provocando uma enorme ruptura no seu desenvolvimento social e econômico.

Uma população que muito contribuiu com a nossa história, sobretudo com os aspectos

econômicos e os culturais, mas que recebeu a uma condição de vulnerabilidade social imposta ainda no período republicano da nossa história. Tais desigualdades desencadeiam e caracterizam o processo da invisibilidade dessa população na instrução primária do estado de Goiás, e certamente no município de Catalão. E, assim como demonstrado neste trabalho, procuramos resgatar, porém com históricas dificuldades, relatadas no decorrer da exposição, uma vez que traz a tona informações e dados que retratam as relações do negro com a instrução primária nas escolas oficiais do estado, sem contudo poder demonstrar como nos registros apresentados, o fator cor/raça foi sequer mencionado, para com a sociedade do passado, e com o próprio movimento negro brasileiro.

No diálogo e análise da legislação educacional em Goiás, na procura por pistas do processo de inserção dos negros no sistema de ensino, (RIBEIRO, 2017), buscou as intencionalidades da administração pública em relação aos sujeitos negros, procurando compreender a ausência da população negra nas narrativas da história da educação. A necessidade desta e de outros pesquisadores que estudaram a história da educação goiana, em encontrar e evidenciar a participação do negro nos interiores das instituições de ensino é pertinente e há muito ainda a ser desvelado. (RIBEIRO, 2017) manifesta em sua pesquisa:

Os dados da pesquisa mostram que o regulamento do ensino primário e secundário da instrução pública em Goiás, elaborado em 1884, proibia a matrícula dos escravos e que, após a lei do ventre livre, houve omissão das autoridades com a educação da população negra, pois constam apenas dois estabelecimentos que foram criados para atender às crianças negras: a Colônia Orfanológica Blasiana e a Companhia de Aprendizes Militares. A autora sugere que apenas umas quinze crianças negras foram atendidas pelo primeiro estabelecimento. No segundo, consta apenas um único registro. Foi constatado ainda que a educação oferecida se destinava à formação de mão de obra, assentada no ensino agrário e na formação militar, respectivamente. (RIBEIRO, 2017)

Essa uma das poucas descobertas em que o ensino pode ser atribuído especificamente a população negra, entretanto não o suficiente no sentido de configurar a presença do negro na instrução primária.

Outra dificuldade apontada no levantamento das fontes, e literaturas existentes sobre o tema negro e educação, é que o recorte incisivo apontado nas pesquisas existentes, só se refere a registros pré-abolição e início do governo republicano, se estendendo ao máximo até as primeiras décadas do século XX, por volta do ano de 1930, servindo de base para o início de nosso recorte iniciado em 1923. No período compreendido pelo recorte não localizamos estudos pontuais em Goiás que abordasse discussões sobre a presença do negro na instrução primária.

Tal lacuna evidencia um potencial de investigação a ser empreendido por novos pesquisadores. Há muito o que conhecer, descobrir e compreender sobre o contexto regional e local. Na perspectiva de enfatizar a categoria da invisibilidade produzida no e pelo discurso oficial, reunir os estudos e produções, assim como dados do IBGE, as legislações e uma amostra das temáticas do CBE de 1942, é um empenho em organizar e disponibilizar em um mesmo volume, um pouco do que encontramos e que nos permite abrir o diálogo com a invisibilidade.

Nessa perspectiva, o desalento em não encontrar respostas claras para o tratamento obtido pelo negro, diante da educação no período em estudo, trouxe-nos outras perspectivas ao tema, em que consideramos o fato de as legislações, pesquisas e literaturas investigadas não indicarem que as crianças negras tiveram ou não acesso aos bancos escolares, criando indagações de como os mesmos estavam ou não incluídos no processo de ensino à época, se por ser consideradas nas mesmas condições das demais, ou se teriam sido, propositalmente ignoradas. O fato é que diante desses estudos, e do conteúdo levantado na extensa e complexa literatura apresentadas, nos leva ao caminho da invisibilidade do negro na educação de Goiás, e não diferentemente, no município a que o estudo contempla. Invisibilidade essa, com consequências desastrosas para a construção de uma sociedade, onde a igualdade para as oportunidades, foi sempre um discurso distante da realidade, tirando dessa parte populacional, o direito a competitividade profissional, em qualquer das funções de serviço a comunidade e aos negócios gerados.

4 A INVISIBILIDADE DOS NEGROS ENQUANTO ESTRATÉGIA PRODUZIDA NOS DISCURSOS OFICIAIS

Após a consulta às referências, por meio do levantamento da produção acadêmica e científica, assim como a localização dos dados oficiais, inscritos nas estatísticas do IBGE, nos registros escolares, na legislação e cotejadas nos Anais do 8º Congresso Brasileiro de Educação, realizado em Goiás no período do estudo, direcionamos o objeto no sentido de interrogar e confrontar se a hipótese da invisibilidade estaria manifesta nas entrelinhas desses espaços e nos discursos produzidos, se teria algum indício de materialidade. Nesse direcionamento, dedicamos o empreendimento de identificação de dados, organização e produção de fontes por amostragem das matrículas registradas nos livros oficiais, conservadas nos acervos dos Grupos Escolares. Seguindo a diretiva da amostragem identificada no período, procedeu-se à montagem de listas com nomes dos alunos, cujas assinaturas e filiação pessoal remetesse aos grupos familiares negros, coincidentes com os ternos de congos estabelecidos na cidade.

Cerca de oito ternos, formados por distintos grupos familiares foram identificados no período de recorte da pesquisa, conforme aponta o estudo de Manoel (2018). Ao aplicar o critério de assinatura familiar, chegou-se a composição das listagens de alunos matriculados nos cinco grupos escolares, para, em seguida, buscar o contato com pessoas que tivessem alguma relação com essas famílias afim de identificar os negros por aproximação. Esse foi o expediente produzido e percorrido pelo pesquisador, no intuito de confrontar a existência de negros nos Grupos Escolares e indicar a estratégia da invisibilidade produzida no discurso oficial. O resultado desse percurso confirma que o silêncio dos registros oficiais pode ser quebrado e contestado, o difícil não significa impossível. Se uma fonte se fecha no esvaziamento da informação, outras tantas podem ser acionadas pelas práticas e relações sociais para confrontar o instituído.

4.1 Os registros de matrículas dos grupos escolares - os achados por amostragem

A busca de dados oficiais tendo como foco os registros de matrículas, desde o início considerou a possibilidade de localização dos grupos familiares negros em idade escolar, matriculados na rede pública, sendo os Grupos Escolares o espaço de oferta da instrução primária. Como exigência oficial, os livros de matrícula eram impressos em tipografia nacional com campos de informação padronizados nos quais, constam dados referentes ao aluno matriculado e sua filiação ou responsável. Nesse entendimento esperava-se localizar registros completos com todas as informações dispostas no formulário do livro.

Dos números gerais obtidos ao aplicar a identificação de matriculados no período por assinatura semelhante aos grupos familiares negros localizados nas proximidades dos Grupos Escolares, extraímos informações que remetem diretamente ao objeto da pesquisa, quais sejam: existiram alunos negros matriculados em turmas dos cinco Grupos Escolares, alguns transitaram em anos diferentes por mais de um grupo. Houve casos de grupos familiares compostos por irmãos, primos, sobrinhos, tios, além de amigos e integrantes dos mesmos ternos de congos, matriculados nos mesmos grupos escolares. A migração de alunos negros entre grupos escolares também pode ser confirmada. Havia nomes nas listas de matrículas que coincidiam em mais de uma instituição, em anos diferentes, sugerindo transferências. Amigos, vizinhos e parentes frequentaram os mesmos Grupos Escolares.

Enquanto fontes produzidas e preservadas, essa amostragem contribui no sentido de simular aproximações com possíveis grupos familiares, entretanto, há outras inferências que podem ser realizadas no intuito de ampliar os dados e informações. Para efeito desta pesquisa, o que se localizou e confrontou foi considerado suficiente e adequado para abordar a existência de negros nos Grupos Escolares, capitaneado pela discussão da invisibilidade.

A discussão teórica, realizada com o objetivo de explicitar a ausência das categorias raça/cor nas análises da história da educação brasileira, apontando para a invisibilidade do negro nos registros históricos, que se referem a educação de Goiás. Para tanto, foram levantados processo de configuração das pesquisas existentes, que teorizam o tema, no país, ressaltando suas fontes, metodologias e perspectivas teóricas, considerando que historicamente o recorte racial foi ignorado, no espaço geográfico delimitado, assim como no período de estudo ou na perspectiva teórica das pesquisas. Identificamos nos estudos realizados sobre relações raciais no Brasil trabalhos que relatam sobre a educação da população negra definindo com um campo de possibilidades para novos estudos. Entretanto o princípio dos estudos sobre o negro em Goiás, a falta de consolidação da história da educação na produção do conhecimento e até mesmo na ausência de estudos, que demostre a história da educação da população negra goiana. Ressaltamos finalmente, a necessidade de os pesquisadores da história da educação, no sentido de recuperarem, a presença dos negros nos diferentes momentos de constituição do processo educacional, considerando as mais diversas atividades, seja como aluno ou professor em instituições relacionadas à educação. (RIBEIRO, 2016, p.49).

A ida a campo nos 5 (cinco) Grupos Escolares mobilizou tempo e disponibilidade de acesso aos arquivos. Todos os registros foram escaneados para a adequada captura das informações de interesse. Oportunamente convertidos em arquivos digitais, que favorecem o

acesso para pesquisas diversas uma vez que as fontes originais já se encontram marcadas pela ação do tempo. A seguir apresentamos na forma de quadros o que foi localizado no período. Para a adequação do modelo dividimos o quadro em sequência de modo a facilitar a visualização dos dados.

Quadro 8 (9A) – Registro de Matrículas – Grupos Escolares – 1923 a 1930

Grupo Escolar	Fundação	1923		1924		1925		1926		1927		1928		1929		1930		Total		
		Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	
Rita Paranhos Bretas	1923																	0	0	
Joaquim de Araújo e Silva	1948																		0	0
Wilson Elias Jorge Democh	1958																		0	0
David de Persicano	1958																		0	0
Dona layá	1959																		0	0
Soma->		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Livro de Registro de Matrículas, Livro de Ata de Visitas, Livro de Ata de Resultados Finais - Grupos Escolares - Acervo Subsecretaria de Educação - Estado de Goiás

Produzido pelo Autor a partir de consulta às Fontes e Referências

Quadro 9 (9B) - Registro de Matrículas – Grupos Escolares – 1931 a 1940

Grupo Escolar	Fundação	1931		1932		1933		1934		1935		1936		1937		1938		1939		1940		Total	
		Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula
Rita Paranhos Bretas	1923	1	209	1	194	1	201	1	181	1	180											5	965
Joaquim de Araújo e Silva	1948																					0	0
Wilson Elias Jorge Democh	1958																					0	0
David de Persicano	1958																					0	0
Dona layá	1959																					0	0
Soma->		1	209	1	194	1	201	1	181	1	180	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	965

Fonte: Livro de Registro de Matrículas, Livro de Ata de Visitas, Livro de Ata de Resultados Finais - Grupos Escolares - Acervo Subsecretaria de Educação - Estado de Goiás

Produzido pelo Autor a partir de consulta às Fontes e Referências

Quadro 10 (9C) - Registro de Matrículas – Grupos Escolares – 1941 a 1950

Grupo Escolar	Fundação	1941		1942		1943		1944		1945		1946		1947		1948		1949		1950		Total	
		Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula
Rita Paranhos Bretas	1923																					0	0
Joaquim de Araújo e Silva	1948																					0	0
Wilson Elias Jorge Democh	1958																					0	0
David de Persicano	1958																					0	0
Dona layá	1959																					0	0
Soma->		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Livro de Registro de Matrículas, Livro de Ata de Visitas, Livro de Ata de Resultados Finais - Grupos Escolares - Acervo Subsecretaria de Educação - Estado de Goiás

Produzido pelo Autor a partir de consulta às Fontes e Referências

Quadro 11 (9D) - Registro de Matrículas – Grupos Escolares – 1951 a 1960

Grupo Escolar	Fundação	1951		1952		1953		1954		1955		1956		1957		1958		1959		1960		Total		
		Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	
Rita Paranhos Bretas	1923																						0	0
Joaquim de Araújo e Silva	1948																				1	110	1	110
Wilson Elias Jorge Democh	1958																						0	0
David de Persicano	1958																1	472	1	435	2	907		
Dona Iayá	1959																						0	0
Soma->		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	472	2	545	3	1017		

Fonte: Livro de Registro de Matrículas, Livro de Ata de Visitas, Livro de Ata de Resultados Finais - Grupos Escolares - Acervo Subsecretaria de Educação - Estado de Goiás

Produzido pelo Autor a partir de consulta às Fontes e Referências

Quadro 12 (9E) - Registro de Matrículas – Grupos Escolares – 1961 a 1971

Grupo Escolar	Fundação	1961		1962		1963		1964		1965		1966		1967		1968		1969		1970		1971		Total	
		Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula	Livro	Matrícula
Rita Paranhos Bretas	1923																			1	125	1	177	2	302
Joaquim de Araújo e Silva	1948																	1	292	1	296	1	280	3	868
Wilson Elias Jorge Democh	1958						1	210	1	366	1	363	1	351	1	290	1	296	1	291	1	320	8	2487	
David de Persicano	1958	1	415	1	486		1	426	1	435	1	430	1	372	1	392	1	400	1	415	1	424	10	4195	
Dona Iayá	1959												1	421	1	438	1	454	1	484	1	451	5	2248	
Soma->		1	415	1	486	0	2	636	2	801	2	793	3	1144	3	1120	4	1442	5	1611	5	1652	28	10100	

Fonte: Livro de Registro de Matrículas, Livro de Ata de Visitas, Livro de Ata de Resultados Finais - Grupos Escolares - Acervo Subsecretaria de Educação - Estado de Goiás

Produzido pelo Autor a partir de consulta às Fontes e Referências

Dos achados nessa fonte há alguns destaques que merecem referências: Os campos de matrículas não estavam preenchidos com todas as informações disponíveis no formulário. O quesito raça aparecia em branco, ou seja, não foi um dado considerado relevante no ato da matrícula. Uma alternativa para confrontar tal informação seria acessar a ficha individual na pasta do aluno, documentação oficial que toda escola deveria conservar, porém no caso dessas instituições não foram localizados e, portanto, não estavam disponíveis. Diante dessa constatação, fez-se necessário buscar outras formas de materializar a hipótese de que haviam crianças negras matriculadas. Os registros de matrícula por amostragem serviriam de referência para acionar outros mecanismos de identificação.

Considerado a localização por amostragem, observou-se que o maior volume de registros se concentrava na última década do período. Na disposição dos dados, dentre os cinco grupos escolares, dois demonstraram maior zelo na conservação de seus arquivos, os demais, outros três, disponibilizaram menor acervo. No geral nenhum dispunha de todos os registros do período que estiveram em atividade. As explicações para as perdas se assemelham às condições objetivas de existência e manutenção dos acervos, assim como o contingenciamento de espaços internos, inadequados para a preservação e guarda de fontes históricas.

A produção dos números registrados nos quadros 4A, 4B, 4C, 4D e 4E refletem a

quantidade de matrículas registradas nos livros que puderam ser localizados no trabalho de pesquisa, entretanto os espaços em branco, significa que em função do funcionamento do estabelecimento escolar, certamente houve matrículas, porém os seus registros e assentamentos não foram localizados nos acervos dos Grupos Escolares, tão pouco nos arquivos da Subsecretaria de educação do município, já os espaços em cinza, identifica que o grupo escolar citado, não funcionou nesse período. Os números de matrículas registradas na elaboração dos referidos quadros até o ano o ano de 1958, quando quantificadas estão assentadas em livros de atas, e não foram localizados os livros com registros individuais de alunos existentes, para a análise dos sobrenomes em comparação com os grupos familiares.

Na Tabela 2, disponível no anexo final dessa dissertação, a partir do ano de 1959, ao aplicar o recurso de identificação de matriculados, por equivalência de assinaturas que coincidiram com os grupos familiares negros residentes nas mesmas localidades dos grupos escolares, conseguimos como resultado um levantamento em lista nominal, dos registros de matrículas, cujos sobrenomes tivessem identificação e semelhança com os grupos familiares dos capitães do congado, os dados brutos descritos na tabela 2 expressa uma tendência que precisa ser esclarecida. Descobrimos 440 prováveis alunos de origem negra, pela semelhança de assinaturas dos grupos familiares. Porém, trata-se de um número relativo, por aproximação. Nem todos os 440 alunos são negros, apenas uma fração desse quantitativo. Mantivemos a totalização para indicar o que foi produzido na aplicação do critério de identificação por assinatura. Contudo, após essa primeira seleção, foi preciso investir numa segunda filtragem para se chegar ao dado buscado: os negros matriculados nos grupos escolares. De posse das listas produzidas, empreendemos algumas visitas a alguns representantes da irmandade de Nossa Senhora do Rosário e a alguns capitães dos Ternos de Congos.

Ao apresentar as listas e solicitar a identificação de algum nome de origem negra, nos surpreendemos com as descobertas, na filtragem da amostra produzida. Havia casos em que o mesmo aluno constava em mais de um grupo escolar, alternando os anos de matrícula no período. Nessas localizações, encontramos, por exemplo, membros da irmandade e do congado, incluindo uma princesa e rainha falecida recentemente. Apesar desse empenho, no desdobramento de checagem de todos os nomes, constantes nas listas, não houve tempo de confirmar toda a amostragem com as quantidades nominais, somente uma fração foi possível identificar e confirmar, para efeito da pesquisa.

Durante o levantamento dos nomes extraídos nas listagens de alunos matriculados, tomamos o necessário cuidado de observar, que a relação de parentescos com os capitães do congado, homens tradicionalmente de origem afrodescendente, cuja herança familiar do

fundador, estabelece os critérios de pertencimento e permanência enquanto liderança dos respectivos ternos de congo¹¹.

O trabalho de filtragem dos dados nos permitiu confrontar os dados gerais obtidos na tabela 2, com o refinamento das informações alusivas à existência dos negros nos Grupos Escolares. Verificamos ao visitar os grupos familiares, que nem todos com o mesmo sobrenome são alunos pretos ou pardos, como alguns nomes que aparecem nos registros de matrículas, pessoas ainda vivas e não negros identificados nos mesmos registros reconheceram alguns colegas negros e são categóricos em afirmar que haviam em sala negros que frequentaram os Grupos Escolares.

Afirmamos a existência de negros nos Grupos Escolares, ao apresentar as tabelas aos participantes da congada, a membros da irmandade do Rosário e a pessoas brancas com a mesmas assinaturas de negros. Essa regularidade praticamente se confirmou em todos os cinco grupos escolares, e quase todas as turmas da amostra. Portanto, existiram sim negros matriculados nos Grupos Escolares, conforme identificados nas matrículas da amostra, contudo, reiteramos a impossibilidade de, nessa pesquisa, checar os números totais de negros matriculados, porque nem todos os sobrenomes semelhantes pertenciam aos mesmos grupos familiares de origem negra. Verificamos sobrenomes semelhantes de brancos também matriculados. Do mesmo modo, aventamos a possibilidade de haver, também, negros com outras assinaturas menos convencionais do que as que foram aplicadas na localização dos grupos mais conhecidos.

As totalizações numéricas indicaram a necessidade de relativizar os quantitativos, visto que, nem todos os sobrenomes se referem ao mesmo grupo, há variações. Ao consultar representantes dos ternos de congos, a existência de negros matriculados se confirmou em todos os grupos escolares, apesar de não conseguirmos confrontar se a mesma ocorrência pode ser aplicada a todas as turmas da amostragem.

Em termos gerais também observados, haviam professoras que se tornaram referência na educação e atuaram em um ou mais Grupo Escolar na época. Autoridades da política, profissionais liberais e empresários reconhecidos foram instruídos em alguma dessas escolas. Embora não seja o foco desse estudo, o manuseio das fontes possibilitou essa visão mais ampliada de parte do público atendido pelos grupos escolares no período.

Ao visualizar o conjunto dos dados obtidos, podemos inferir que os dados de matrículas tal como registrados nos livros, naturalizam uma condição desigual, na medida em

¹¹ É uma agremiação composta por afrodescendentes, acompanhado de um cortejo representando a dança da coroação do rei do congo. Nos ternos há uma hierarquia com destaque para o rei, a rainha, os capitães, etc.

que despreza a informação da raça como algo relevante. Por esse argumento, além de silenciar a respeito da presença de negros nesses Grupos Escolares, promove pelo discurso oficial o dispositivo da invisibilidade. Sendo um grupo social presente no município, como residências situadas nas regiões e proximidades dessas instituições, questiona-se no longo período não teria havido nenhuma matrícula de alguma criança preta ou parda na instrução primária? Pela configuração da ocupação do espaço urbano e a existência do movimento cultural centenário na cidade, seria praticamente impossível que crianças negras não estivessem matriculadas na instrução primária de Grupos Escolares, pois não haveria outro tipo de instituição oficial aonde essas crianças poderiam ser admitidas. Porquanto, o aparente vazio deixado na coluna do formulário de matrícula indica mais informações do que sugere essa ausência.

4.2 Crianças negras nos grupos escolares: sim, elas existiram!!

Esse exercício da pesquisa permitiu identificar algumas dezenas de crianças que possuem o mesmo sobrenome dos capitães de congo, mas alguns fatores trouxeram insegurança na realização do processo de confirmação, quanto a afirmação de pertencimento racial para as crianças identificadas, como consta na Tabela 2. Primeiro: muitos nomes registrados nos livros de registro de matrículas encontrados, não estão informados por completo, limitando-se ao registro de dois nomes; segundo: são comuns no meio de convivência familiar e social, as pessoas se tornarem conhecidas por apelidos¹² que lhe são atribuídas ao longo da vida, fazendo com os seus nomes e sobrenomes sejam quase apagados na relação de convívio; terceiro: a confirmação da cor / raça dos alunos identificados com o mesmo sobrenome dos capitães de congos, não puderam ter suas identidades asseguradas, sob a alegação, de que os nomes parecidos, não dá a certeza do parentesco, podendo ser ou não alunos negros, com isso limitando-se a confirmar como negros um pequeno número de alunos da época; quarto: os estudantes negros e não negros devidamente identificados, e que atualmente tem idades entre 55 e 70 anos de idade, ao serem consultados sobre a presença de negros como colegas de salas de aulas, limitam a informar sobre a presença de alguns estudantes negros, mas ao ver a listagem tiveram dúvidas sobre o nome dos mesmos.

Diante dessas constatações, e considerando que esse levantamento só se tornou possível na identificação de sobrenomes equivalentes aos capitães de congos, apenas para os

¹²Designação não-oficial criada através de um relacionamento interpessoal, geralmente informal, para identificar uma determinada pessoa, objeto ou lugar, de acordo com uma característica que se destaque positiva ou negativamente, de forma a atribuir-lhe um valor específico.

últimos anos do recorte temporal contemplado nesse trabalho, que a presença de negros nos grupos escolares teria ocorrido em números variados, identificados nos registros de matrículas de estudantes que frequentaram esses estabelecimentos no final dos anos de 1950 e durante os anos de 1960 até 1971. Nessa mesma ocasião, os censos populacionais (IBGE), apontam para uma população de negros e pardos, no município de Catalão, em mais de 40% de seus habitantes. Embora nos nomes acompanhados, muitos desses alunos ingressam no pré-escolar ou primeiro ano do ensino primário, e seus nomes não aparecem na sequência de anos, podendo caracterizar uma evasão não confirmada por essa ausência. As lacunas nos registros sequenciais, dentre outras motivações, talvez esclareçam tal ocorrência

Ao confrontar a ausência de identificação dos negros nos registros de matrícula com a ocupação dos bairros representados por grupos familiares, a pesquisa de Manoel (2018), localiza em diferentes regiões de Catalão, os negros que capitaneiam os ternos de congos, compondo a congada existente na cidade há quase dois séculos. Assim como, os brancos matriculados foram facilmente identificados nas listas em virtude do prestígio político, profissional, social reconhecido e legitimado, é possível que também alguns negros e pardos que tenham frequentado os grupos escolares, também podem ser identificados por meio dos grupos familiares. Pela proximidade e vizinhança com os cinco grupos escolares instalados no período em estudo, as listas de registros de matrículas, obtidos nos arquivos escolares serão apresentadas a estas famílias, a fim de identificar, por aproximação, se parentes em primeiro e segundo grau, figuram nessas listas. Esse exercício será desencadeado com o propósito de realçar a invisibilidade produzida enquanto estratégia e tecer as análises referentes aos dispositivos simbólicos que isso representa para a população negra, a despeito de ser projetada na esfera das manifestações culturais e religiosas de resistência, no âmbito da instrução primária prevaleceria um tratamento subalterno de não existência pela invisibilidade.

- Identificação dos grupos negros na cartografia da cidade, pela composição dos ternos de congos, Tabela nº 1 - desse trabalho à p. 174 e 175, produzido pela pesquisadora Daniane Moreira Manoel (2018);

- Demonstração de um Quadro de amostragem de negros e pardos identificados nas listas de matrículas, por grupo familiar negro, Tabela nº 2 - Produzida na presente pesquisa (2018).

- Análise da invisibilidade no confronto da documentação consultada e referenciada pela bibliografia especializada. A existência de negros na educação primária em Catalão no período investigado é problematizada pela estratégia da invisibilidade nos registros e no

tratamento genérico enquanto grupo social à margem da sociedade republicana.

Ao visualizar a ausência de registro tomada como uma estratégia, podemos inferir que os dados de matrículas tal como registrados nos livros naturalizam uma condição desigual, na medida em que despreza a informação da “raça” como algo relevante. Por esse argumento, além de silenciar a respeito da presença de negros nesses Grupos Escolares, promove pelo discurso oficial o dispositivo da invisibilidade.

Pela configuração da ocupação do espaço urbano e a existência do movimento cultural centenário na cidade, seria praticamente impossível que crianças negras não estivessem matriculadas na instrução primária de Grupos Escolares, pois não haveria outro tipo de instituição oficial aonde essas crianças poderiam ser admitidas. Porquanto, o aparente vazio deixado na coluna do formulário de matrícula pode indicar mais informações do que sugere essa ausência.

Nesse sentido, o contato com os grupos familiares, acompanhado das listagens com alunos matriculados, permitiu ao pesquisador, visualizar indícios de que, as crianças negras teriam sido matriculadas em diferentes grupos escolares no período, realizado transferências de um grupo para outro, isto é, os negros não apenas existiram, como ocuparam os espaços dos grupos escolares. Para além do volume numérico e quantitativo, essa presença pode ser confirmada e atestada pelos sujeitos visitados, mediante a leitura e indicação de nomes das listas de matrículas.

4.3 A existência de negros nos grupos escolares em Catalão: a invisibilidade confrontada

Diante dos estudos e pesquisas levantadas nessa investigação sobre a presença do negro nos Grupos Escolares de Catalão, e os registros levantados, somos forçados a aceitar a invisibilidade do negro na instrução primária, sendo essa uma constatação, não somente no município pesquisado, mas uma conclusão apresentada por vários estudiosos e pesquisadores sobre o presente tema, em discussão, como Ribeiro (2011, p. 83):

A escolarização da população negra tem sido objeto de nossa atenção, principalmente a situação educacional do negro goiano, por isso o nosso interesse em recuperar a trajetória histórica do acesso do negro goiano o sistema de educação. Este artigo é o resultado de uma aproximação inicial a esse propósito, procurando analisar dois elementos: as condições de funcionamento das escolas públicas de Goiás no século XIX e a visão que se difundia/construía sobre o negro goiano, partir de relato dos viajantes estrangeiros que passaram por Goiás no século XIX. Foram, portanto, objeto

de nossa atenção os relatos, publicados em forma de livros. Nesses relatos analisamos trechos em que aparecem as palavras: negro, preto, escravo, crioulo, mulatos, mestiços, cultura, educação, leitura, professor, escola, livro. (RIBEIRO, 2011, p. 83)

Nessa análise a pesquisadora assegura a presente invisibilidade ao fundamentar os seus trabalhos na historiografia da educação brasileira, procurando identificar os projetos para a população negra, e nos estudos e possíveis experiências de pessoas negras no período de pesquisa. Também, buscou entender as desigualdades entre negros e brancos no Brasil, manifestando pelas dificuldades em recuperar a história da educação da população negra e os esforços desses na criação de movimentos alternativos que os aproximasse das primeiras escolas oficiais. Ribeiro (2011, p. 2).

Ribeiro (2016) também, denuncia a invisibilidade do negro na literatura da história da educação de Goiás, que ao revisitar a configuração das pesquisas na área no país, concluiu que historicamente o recorte racial foi ignorado no processo educacional.

Buscamos nos estudos sobre relações raciais no Brasil exemplos de trabalhos que retomam à escolarização da população negra definindo um campo de possibilidades para novos estudos. Verificamos a incipiência dos estudos sobre o negro em Goiás, as dificuldades de consolidação da história da educação enquanto área de produção do conhecimento e a profunda ausência de estudos que tratem da história da educação da população negra goiana. Por fim, ressaltamos a importância dos historiadores da educação recuperarem, de forma inequívoca, a presença dos negros nos diferentes momentos de constituição do processo educacional, nos quais eles têm se destacado nas mais variadas funções: na condição de aluno, de professores em diferentes instituições que se ligaram à educação. (RIBEIRO, 2016, p. 49).

Ao conduzir as finalizações da pesquisa, torna-se evidente, que a invisibilidade produzida nos discursos oficiais, também circundam o acadêmico. Tal constatação pode ser indicada na tendência de pesquisas que abordam o negro numa perspectiva cultural exótica e desconectada da realidade concreta em que esses sujeitos vivem ao longo do ano, tornando-se visíveis e notáveis apenas nas temporadas de festa e apresentação das congadas. Sem questionar a importância desses espaços enquanto dispositivos de resistências, o que se problematiza é a reprodução da invisibilidade no tocante à educação, principalmente quando se investe em um estudo de natureza histórica. É preciso romper as supostas zonas de conforto para ir, literalmente a campo, conhecer, visitar, dialogar com pessoas reais, localizadas em diferentes bairros da cartografia urbana, indagar, mostrar os vestígios, descobrir apelidos, estabelecer conexões seguras, descartar outras variáveis, como por exemplo, assinaturas iguais de

sobrenomes de negros e brancos, identificar quem é quem, comprometidos com as lacunas da memória e influenciados por apelidos, sobretudo, são entraves concretos com os quais nos deparamos na ousadia de visualizar a existência desses sujeitos, na materialidade dos Grupos Escolares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PONTO DE CHEGADA DA PESQUISA

A invisibilidade do negro se expressa no processo de historiográfica educacional, comprovada pela ausência de dados educacionais por “raça” e o pequeno número de pesquisas encontradas sobre a educação dessa população, que teve um aumento apenas nos últimos 30 anos. Desta maneira essa historiografia da educação brasileira não teve avanços em relação a desnaturalização do lugar tradicional dos negros na educação, e nem teve um padrão narrativo incorporado à história educacional brasileira. Dessa maneira, os negros ainda não têm um papel de sujeitos plenos nas problematizações que conduzem estudos sobre a história educacional.

Ao adentrar os arquivos e publicações dos IBGE, tínhamos uma expectativa de facilmente identificar a população negra inseridas no processo educacional do estado e do município em estudo, principalmente por referenciar a porta de entrada das bandeiras em solo goiano, demonstrando a importância dessa gente na construção de um estado promissor e altamente produtivo, na economia do país. Não foi bem assim, identificamos de início que os critérios utilizados nos censos populacionais brasileiros no período pesquisado tiveram metodologias e embasamento diversos, mascarando a identificação do contingente populacional, objeto da pesquisa, como também na distinção do negro no processo educacional do estado de Goiás e do município da Catalão.

Na identificação dos grupos familiares, observamos dois tipos de manifestações expressivas no contato e aproximação do diálogo: uma manifestação efusiva, acolhedora, quando a visita tem a mediação de alguma pessoa conhecida. A atenção e interesse pelos nomes inscritos nas listas se dá de modo espontâneo, interessado e instrutivo de quem mais pode colaborar com as informações. Nessas circunstâncias é recorrente a lembrança dos capitães e suas famílias, enquanto potenciais informantes que pudessem identificar outros nomes de alunos negros. Outra postura percebida no decorrer do processo, a de que os descendentes afro-brasileiros não são dados a contar em detalhes as dificuldades de sua gente, se tornando arredios a entrevistas, assim como reticentes em avaliar dados com os quais não se sentem totalmente seguros, quando se trata de pesquisas científicas, alegando que publicações anteriores não refletem a veracidade integral de suas histórias. Foi necessário, ao longo da pesquisa, alterar estratégias, recalculando caminhos, mudar o olhar para os dados, e considerar os conselhos de orientadores e autores, de que “aquilo que não está claro e visível nos dados, também são resultados de pesquisa” e merecem ser tratados como tal, satisfazendo assim uma agonia pela falta de percepção quanto a isso, diante dos dados levantados. No conjunto, estas diferentes percepções atestam modos de estranhamentos, resistências e desconfiança em relação aos

supostos oportunistas que os procuram em ocasiões especiais, interessados em obter informações e nada mais. A denúncia na divulgação de dados imprecisos quanto às marcas e trajetórias históricas destes grupos familiares, indicam leituras outras que se expressam nas entrelinhas da suspeita, do descontentamento, arredios, próprios de sujeitos que também desenvolveram dispositivos de sobrevivência e preservação. Afinal, que soberba e vaidade mobilizam esses iluminados da academia, para descerem dos seus olímpicos e pisar o nosso chão, providos de tantas perguntas? Tivessem eles a oportunidade de também produzir os confrontos e enfrentamentos, possivelmente fariam estas e outras tantas interrogações aos pesquisadores de ocasião, afoitos em cumprir prazos e concluir dissertações.

O aprendizado de tudo isso, para dialogar com grupos familiares e adentrar determinados grupos sociais, faz-se necessário algumas mediações. Preferencialmente que as visitas sejam organizadas antecipadamente, com contato prévio e acompanhadas de pessoas conhecidas da família, com alguma interlocução com membros do grupo familiar. A estratégia de identificar crianças negras, partindo de listas de registros das matrículas mostrou ser uma alternativa interessante, porque parte-se dos dados oficiais para produzir novas informações. Julia (2001) exorta o pesquisador a produzir flecha com qualquer madeira. Nesse caso, o registro de matrícula por amostragem indicou como potencial via para se chegar à identificação de grupos familiares, rastreando os sobrenomes. Todavia há de se considerar o risco de ter deixado escapar possíveis alunos negros, cujas assinaturas fossem diferentes das utilizadas na filtragem da amostra. Disso deriva a relativização dos números totais e da necessidade de um trabalho prolongado para checar as listas na integralidade das ocorrências.

Ao concluir este estudo, evidenciamos que a invisibilidade do negro atestada nos registros de matrícula, foi confrontada na localização de crianças negras, oriundas dos grupos familiares, identificadas como alunos matriculados. Essa invisibilidade se confirmou na ausência de identificação dos registros de matrículas e livros de atas dos grupos escolares pesquisados, e também no cruzamento das informações confrontando os sobrenomes dos líderes do congado, tradicionalmente descendentes afro-brasileiros, e na fé pública dos membros da irmandade, órgão representação das tradições culturais e manifestações populares locais que, ao serem consultados reconheceram nomes e indicaram outros membros que estudaram no curso primário, nos grupos escolares, no período do recorte.

Ao encerrar esse estudo, apontamos as contribuições produzidas enquanto resultados: 1) a existência de negros em idade escolar no período, retratados nos censos (IBGE); 2) a identificação da condição de invisibilidade do negro na educação de Catalão, 3) as temáticas abordadas no oitavo congresso de educação (Goiânia, 1942); 4) a identificação das legislações

publicadas que regiam a educação em Goiás e no Brasil, no período; 5) A localização de registros de matrícula e a produção de fontes a partir dessa amostragem.

Pela relevância do tema, muitos outros estudos poderão ser desenvolvidos a partir dos resultados apresentados, tais como: 1) a contribuição do negro no desenvolvimento econômico e social do município; 2) as influências das relações étnico-raciais na construção de uma sociedade; 3) a evolução da participação do negro no processo educacional de Catalão; 4) a participação de pessoas negras no processo político local, dentre outros.

Pensando no desenvolvimento de produção de dados para alicerçar uma tese de doutorado, seria importante analisar os aspectos envolvendo o preconceito e racismo nas relações sociais ampliando o tema: a invisibilidade e a ausência de negros em espaços historicamente ocupados por brancos – em espaços educacionais distintos, por exemplo. Com essa expectativa evidenciamos que o estudo se cumpre, no atendimento do que foi anunciado e proposto no projeto inicial, pelo levantamento de dados e referências, pela localização e organização de fontes originais, não referenciadas em outras pesquisas, sendo, portanto, originais, a recorrência do diálogo com a produção científica no âmbito da temática, o uso de alternativas metodológicas para confrontar as fontes e fechar a conclusão do estudo, comprovando a invisibilidade e a utilização deste dispositivo no discurso oficial, inscrito nas fontes. E por fim, o desafio de persistir no tema e na discussão, rompendo diversos entraves, mas seguro quanto a relevância desta pesquisa no âmbito de um Programa de Mestrado em Educação. Ciente de que o tema não se esgota nesse fechamento, tampouco as fontes se colocam como produto final, se este estudo servir para o despertar de novos investimentos sobre a existência do negro na educação, ter-se-á demarcado uma contribuição satisfatória nessa etapa que ora se encerra.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA BARROS, Aparecida Maria. **No Altar e na Sala de Aula: Catequese e Educação Franciscanas no Sudeste goiano.** (Tese) UFSCar, 2010.

ANAIS do oitavo Congresso Brasileiro de Educação. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do I.B.G.E., 1944.

ANAIS de Relatórios de Discurso dos Presidentes de Província - Goyaz. 1918 - 1929. Coleção do acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro (BMF/RJ). Projeto Memória Estatística do Brasil.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia Geral e Brasil.** 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, Tereza Cristina N. A classificação de “cor” do IBGE: notas para uma discussão. “Raça negra e educação”, **Cadernos de Pesquisa**; Fundação Carlos Chagas, nº 63, 1987, 14-16.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da, organizadora. **Estudos de história da educação de Goiás (1830 -1930).** Goiânia: Ed da PUC Goiás, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE) (2004). **Parecer do Conselho Nacional de Educação - Câmara Plena (CNE/CP) nº 3, de 10 de março de 2004.** Institui as Diretrizes ESTUDIOS HISTORICOS – CDHRP- Año III - Octubre 2011 - Nº 7 – ISSN: 1688 – 5317. Uruguay.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE) (2004). **Resolução do Conselho Nacional de Educação - Câmara Plena (CNE/CP) nº 01, de 17 de junho de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. Presidência da República (2003). **Lei Federal nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003.** Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências).

BRASIL; Ministério da Educação - MEC; Organização das Nações Unidas pra a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (2008). **Contribuições para a Implementação da Lei 10.639/2003.** Brasília/DF: MEC/UNESCO, Novembro - 2008.

BRASIL; Presidência da República. **Lei Federal nº 11.645 de 10 de março de 2008.** Brasília/DF: DOU 11/03/2008.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da instrução pública em Goiás.** Goiânia, CEGRAF/UFG, 1991. 649p. (Coleção Documentos Goianos, 21).

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade de São Paulo, 1998.

Censo Demográfico: Estado de Goiás de 1920: Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do I.B.G.E., 1920.

_____ Censo Demográfico de 1940: Estado de Goiás. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do I.B.G.E., 1940.

_____ Recenseamento Geral de 1950: Estado de Goiás. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do I.B.G.E., 1950.

_____ VII Recenseamento Geral - 1960: Estado de Goiás. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do I.B.G.E., 1960.

VIII Recenseamento Geral - 1970: Estado de Goiás. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do I.B.G.E., 1970.

CHAUD, Antônio Miguel Jorge, **Memorial do Catalão** - Goiânia, Editora Aplicada, 2000.

DEMOCH, Edson, 1810: **das terras da mãe de Deus a Catalão** - Catalão, Kaio Gráfica e Editora Ltda, 2008.

FERRARO, Alceu Ravello. **A Trajetória das Taxas de Alfabetização No Brasil Nas Décadas de 1990 e 2000**. Educação e Sociedade, Campinas, v.32, n.117, p. 989-1013, out-dez. 2011. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 30 out. 2017.

FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de, (Organização): **A história da Educação dos Negros no Brasil**, Niteroi, EdUFF, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GODOY, Eliete A. **A representação étnica por crianças pré-escolares: um estudo de caso à luz da teoria piagetiana**. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 1996.

GOMES, Nilma L. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. Em: SILVA, P. B. G.; BARBOSA, L. M. G. A. de (coord.). **O pensamento negro em educação no Brasil: expressões do movimento negro**. São Carlos: EDUFSCar, 1997.

GOMES, Nilma Lino. Cultura Negra e Educação. **Revista Brasileira de Educação**. Maio/Jun/Jul/Ago. Nº 23, 2003.

GONÇALVES, Luiz A. **O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial. Um estudo acerca da discriminação social como fator da seletividade da escola pública de primeiro grau**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Paulo. 1995.

HARRIS, Marvin, Consorte, Josideth G. e Lang, Joseph. **Padrões Raciais nas Américas**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

HELENE, Otaviano. **Um Diagnóstico da Educação Brasileira e de seu Financiamento**. São Paulo: Autores Associados, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LÓPEZ, L. C. **O conceito de racismo institucional:** aplicações no campo da saúde. *Interface – Comunic., Saude, Educ.*, v. 16, n. 40, p. 121-134, jan./mar. 2012.

MAGGIE, Yvonne. **A ilusão do Concreto:** uma introdução à discussão do sistema de classificação racial no Brasil. XVº Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1991.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação:** da antiguidade aos nossos dias. 3. ed. São Paulo : Cortez : Autores Associados, 1992.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento.** 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NEVES, Adriana Freitas; PAULA, Maria Helena de; ANJOS, Petrus Henrique Ribeiro dos (organizadores); BERNARDO, Jozimar Luciovanio; PIRES, Maria Gabriela Gomes (organizadores de área). et al. **Estudos Interdisciplinares em Humanidades e Letras.** São Paulo: Editora Blucher, 2016.

OECD. **Programme for International Studentassessment (PISA).** 2012 <<http://www.oecd.org/brazil/>>. Acesso em 22 Out 2017.

OLIVEIRA, F. **Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial.** Dissertação de Mestrado da Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, 2004.

PACE, A. F.; LIMA, M. O. Racismo Institucional: apontamentos iniciais. **Revista do Difere**, v. 1, n. 2, dezembro de 2011.

PAIXÃO, Marcelo. **Manifesto anti-racista: idéias em prol de uma utopia chamada Brasil.** Rio de Janeiro: DP&A, LPP/UERJ, 2006.

PERES, Selma Martines; PAULA, Maria Helena de; SANTOS, Márcia Pereira dos (organizadoras). **Educação e formação de professores: concepções, políticas e práticas.** São Paulo: Editora Blucher, 2017.

PINTO, Regina P. Movimento negro e educação do negro: a ênfase na identidade. **Caderno de Pesquisa**, nº 86, p. 25-38, 1993.

POIRIER, Marie-Pierre. **Por uma infância sem racismo.** Disponível em: <http://www.infanciasemracismo.org.br/2010/12/06/por-uma-infancia-sem-racismo>.

PRADO Jr, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo - Colônia.** São Paulo, Editora Brasiliense, 24ª. Reimpressão, 1996.

RAMOS, Arthur. **O negro brasileiro**, 1º. volume: etnografia religiosa. Rio de Janeiro: Graphia, 2001 - (Série memória brasileira; 5).

RAMOS, Carlos Alberto. **Introdução à Economia da Educação.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

RAMOS, Cornélio, **Catalão de ontem e de hoje** (Curiosos fragmentos de nossa história) – Catalão - Distribuidora Kalil, 1984.

SANTOS, Rosimeire. **A escolarização da população negra entre o final do Séc. XIX e o início do Séc. XX**. IFBA, 2008. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/a-escolarizacao-da-populacao-negra-entre-o-final-do-sec-xix-e-o-inicio-do-sec-xx/8027/>> Acesso em: 28 mar 2018.

SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação/Unesco, 2007.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Ana C. **Preconceito no livro didático**. Salvador: Edufba, 1988.

SILVA, Nelson do Valle. **“Morenidade”**: modo de usar. Estudos Afro-Asiáticos, n. 30, 1996, 79-95

SILVA, Petronilha B. G.; BARBOSA, Lucia M. G. A. de: **O pensamento negro em educação no Brasil: expressões do movimento negro**. São Carlos: EDUFSCar, 1997.

TEIXEIRA, Moema De Poli. **“Identidade racial e universidade pública no Rio de Janeiro”**. In: QUEIROZ, D. M. et. al. Educação, racismo e anti-racismo. Programa A Cor da Bahia/ Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, Salvador, Novos Toques, n. 4, 2000, 45-68.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIEIRA JUNIOR, Ronaldo Jorge A. **Rumo ao Multiculturalismo**: a adoção compulsória de ações afirmativas pelo Estado brasileiro como reparação dos danos atuais sofridos pela população negra. IN: SANTOS, Sales Augusto dos. (organizador) **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. – Brasília: Ministério da Educação. UNESCO, 2005. p. 83-104.

6.1 Referência dos quadros

ABREU, Daniela Cristina Lopes de. A escolarização dos negros e suas fontes de pesquisa. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n°. 42, p.235-248, junho 2011.

ABREU, Ricardo Ribeiro; RIBEIRO, Cristiane Maria. Os excluídos de matrículas na legislação educacional goiana 1830-1930. In: **XXIII Simpósio de Estudos e Pesquisas da Faculdade de Educação**, 2017, Goiânia. XXIII Simpósio de Estudos e Pesquisas da Faculdade de Educação - UFG, 2017. p.358-366.

ALVES, Roberta de Souza. **Ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: da lei ao cotidiano escolar**. Bauru: UEP, 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (GRADUAÇÃO em

Pedagogia), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2007.

ARAÚJO, Jaqueline Veloso Portela. Memória e História da Educação em Goiás. In: **VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas**, 2010, Campinas. VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas, 2010.

ARAÚJO, Marcia Luiza Pires de. **A escolarização de crianças negras paulistas (1920 - 1940)**. São Paulo: USP, 2013. Tese (DOUTORADO em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2013.

BARROS, Karla Alves Coelho Tertuliano de. A constituição da escola pública na província de Goiás no século XIX: Uma análise através do prisma da educação para a população negra. UFG/RC, Catalão 2012. Disponível em: <<http://www.anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wp-content/uploads/2013/03/Karla-Alves-Tertuliano.pdf>> Acesso em: 29 mar 2018.

BARROS, Karla Alves Coelho Tertuliano de. **Educação e “Ingênuos” em Goiás 1871 – 1888**. Catalão: UFG-RC, 2013. Dissertação (MESTRADO em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás Regional Catalão, 2013.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de; NASCIMENTO, Roberta Maria Aguiar do; ARAÚJO, Camila Almeida de. Balanço historiográfico da história da educação da população negra. **II ENCONTRO DE HISTÓRIA DO IMPÉRIO BRASILEIRO Culturas e Sociabilidades: Políticas, Diversidades, Identidades e Práticas Educativas**, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB 2010.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Algumas questões acerca da história da educação da população negra no Brasil: estado da arte (1989-2010). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**, São Paulo, julho 2011.

BASTOS, Maria Helena Câmara. A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (Séculos XVI a XIX). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 15, n.º. 2, p.743-768, maio/agosto 2016.

CARMO, Luiz Carlos. História, memórias e sentidos de viver: as estratégias de ser quem se é no cotidiano de uma pluralidade cultural. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 6, n.º. 12, p.177-199, julho//dezembro 2007.

COSTA, Candida Soares da. A população negra na história da educação brasileira. In: **Seminário Educação**, 2008, Cuiabá. 20 anos de pós-graduação em educação: avaliação e perspectiva. Cuiabá: Gráfica Pak Multimídia, 2009. v. 1.

COSTA, Cármem Lúcia. **Cultura, religiosidade e comércio na cidade: a festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário em Catalão – GO**. São Paulo: USP, 2010. Tese (DOUTORADO em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

FELIPE, Delton Aparecido; FRANÇA, Fabiane Freire; TERUYA, Teresa Kazuko. O negro no pensamento educacional brasileiro durante o período de 1889 a 1930. In: VII JORNADA DO HISTEDBR: o trabalho didático na educação, Campo Grande. Anais da VII Jornada do

HISTEDBR, 2012.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 25, n.º. 67, p.378-388, setembro/dezembro 2005.

FERREIRA, Roberto Santiago. A história da educação do negro no Brasil: interdição institucional à escolarização pelo poder e seus reflexos no século XXI. *Revista da ABPN*. Belém, v. 5, n.º. 10, p.196-203, março/junho 2013.

FERREIRA-JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil colonial. *Revista Brasileira Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 80, n.º. 196, p. 472-482, setembro/dezembro 1999.

FONSECA, Marcus Vinícius. Educação e escravidão: um desafio para a análise historiográfica. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n.º. 4, p.123-144, julho/dezembro 2002.

FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n.º. 13, p.11-50, janeiro/abril 2007.

FONSECA, Marcus Vinícius. A educação como expressão do urbano na cidade de Mariana/MG na primeira metade do século XIX. *História da educação*. Santa Maria, v. 20, n.º. 48, p.193-212, abril 2016.

FONSECA, Marcus Vinícius. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. São Paulo: USP, 2007. Tese (DOUTORADO em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2007.

FONSECA, Marcus Vinícius da. et al. **Negro e educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro**. São Paulo: ANPED, 2001, I Concurso Negro e Educação, Ação Educativa Assessoria Pesquisa e Informação, Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd, 2001.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. **O ensino Primário Brasileiro no decênio 1932 – 1941**. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48ª. Ed. Rev. São Paulo: Global Editora, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: 26ª. Ed. 14ª. Impressão. Companhia das Letras, 1995.

IGNÁCIO, Vera Balbino da Silva. **O ensino da história e cultura afro-brasileira na óptica do coordenador pedagógico**. São Paulo: PUC-SP, 2008. Dissertação (MESTRADO em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

JACOB, Reni Maria. **Narrativas sobre o primeiro grupo escolar do município de Ouidor: 1949 – 1971**. Catalão: UFG-RC, 2015. Dissertação (MESTRADO em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás Regional Catalão, 2015.

KANG, Thomas H. Educando a Elite para garantir o Progresso Nacional: Políticas Educacionais e Ensino Primário no Brasil, 1930-1964. *Anais do XLI Encontro Nacional de Economia*. n°. 035. ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2014. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2013/files_I/i3-246f81cc581efebd9a000b0b75e7578a.pdf>. Acesso em: 29 mar 2018.

LEITE, Maria das Graças Simão Dias. Instrução pública na província de Goyaz: civilizar e moralizar a população. Comunicação oral, PUC Goiás, Goiânia 2011. Disponível em: <<http://www2.unucseh.ueg.br/ceped/edipe/anais/vedipefinal/pdf/gt09/co%20grafica/Maria%20Das%20Gracas%20Simao%20Dias%20Leite.pdf>>. Acesso em: 29 mar 2018.

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. **População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930**. São Paulo: USP, 2009. Dissertação (MESTRADO em História), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

MELO, Nágela Aparecida de. et al. Dinâmica populacional dos municípios e cidades de pequeno porte da microrregião de Catalão: as adversidades da segunda metade do século XX. *Caminhos de Geografia, Uberlândia*, v. 8, n°. 23 Edição Especial, p.51-64, outubro 2007.

MENDES, Ana Laura R.; ALVES, Bruna Pereira. Os negros e a educação: uma luta constante. *Revista Pandora Brasil*, São Paulo, edição especial n°. 4 - “Cultura e materialidade escolar” - 2011.

MOLINA, Thiago dos Santos. **Relevância da dimensão cultural na escolarização das crianças negras**. São Paulo: USP, 2011. Dissertação (MESTRADO em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2011.

MOREIRA, Wellington Coelho. A instrução pública secundária e as narrativas das ausências na cidade de Goiás: uma possibilidade de abordagem das fontes e da historiografia (1854-1872). *III ENCONTRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE*. Catalão, UFG/RC, agosto 2015.

MUNHOZ, Fabiana Garcia; MORAES, Felipe Tavares; CALDEIRA-MACHADO, Sandra ABDALA, Rachel Duarte; ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios (orgs). et al. **De madeira e artes de fazer flechas: apontamentos teórico-metodológicos em história da educação**. 1ª. Ed. Taubaté: Casa Cultura, 2016.

OLIVEIRA, Antonella Carvalho. **Campo de saberes da história da educação no Brasil**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2017.

PEREIRA, Waldeir Reis, **Invisibilidade negra na educação: análises com base na experiência de uma professora de uma escola pública de Juiz de Fora/MG**. Juiz de Fora: UFJF, 2016. Dissertação (MESTRADO em Educação), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

PERES, Eliane. Sob(re) o silêncio das fontes...A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n°. 4, p.75-102, julho/dezembro 2002.

PINTO, Regina Pahim. Raça e educação: uma articulação incipiente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.º. 80, p.41-50, fevereiro 1992.

PONCIANO, Deize Denize. **História e cultura afro-brasileiras no currículo de história do 6º ao 9º anos da rede oficial do estado de São Paulo**. Presidente Prudente: UNOESTE, 2011. Dissertação (MESTRADO em Educação), Universidade do Oeste Paulista, 2011.

RAMOS, Tanise Müller. **Tecendo tramas, trançando gentes: narrativas constituindo identidade em uma escola municipal de Porto Alegre/RS no ensino da história e cultura africana e afro-brasileira**. Porto Alegre: UFRS, 2009. Dissertação (MESTRADO em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

RIBEIRO, Cristiane Maria. **Pesquisa sobre o negro e a educação no Brasil: uma análise de suas concepções e propostas**. São Carlos: UFSC, 2005. Tese (DOUTORADO em Educação), Universidade Federal de São Carlos, 2005.

RIBEIRO, Cristiane Maria. **A invisibilidade do negro Goiano**. In: XXV Congresso Nacional de Educação, 2009. XXV Congresso Nacional de Educação do Sudoeste Goiano, 2009.

RIBEIRO, Cristiane Maria. **O negro na literatura de história da educação de Goiás**. In: *XXVIII CONADE*, 2015, Jataí. Anais do CONADE. Jataí: Editora da UFG, 2015. v. 1. p. 12-24.

RIBEIRO, Cristiane Maria. **A escolarização da população negra e a história da educação de Goiás. *Poiésis pedagógica***, Catalão, v. 14, n.º. 1, p.49-63, janeiro/junho 2016.

RIBEIRO, Cristiane Maria; BORGES, Hamane Rodrigues da Silva; RAMALHO, Cláudio Carlos. **A escolarização da população negra goiana 1888-1930: um retrato da exclusão**. In: *I Congresso de Educação e Seminário Educação e Relações Étnico-Raciais*, Urutaí 2017. Congresso de Educação e Seminário Educação e Relações Raciais, 2017.

RIBEIRO, Cristiane Maria. **A Institucionalização da exclusão: as matrículas na legislação educacional Goiana 1830-1930**. In: *CONADE*, 2017, IFGoiano, Urutaí. CONADE, 2017.

RIBEIRO, Cristiane Maria. O negro na legislação educacional em Goiás 1835 - 1930. In: *VII Seminário Nacional e X Seminário Regional sobre formação de professores e Relações Étnico - Raciais*, 2017, Belém. VII Seminário Nacional e X Seminário Regional sobre formação de professores e Relações Étnico - Raciais, 2017.

ROCHA, Fernanda Franco. **Cultura e educação de crianças negras em Goiás (1871 – 1889)**. Goiânia: UCG, 2007. Dissertação (MESTRADO em Educação), Universidade Católica de Goiás, 2007.

RODRIGUES, Ana Paula Costa; RATTS, Alex. Corporeidade negra e espaço público em Goiás: a congada de Catalão (GO). *Espaço em Revista*. Catalão, v. 10, n.º. 1 p. 172-187, janeiro/dezembro 2008.

RODRIGUES FILHO, Guimes; BERNARDES, Vânia Aparecida Martins; NASCIMENTO, João Gabriel do (Organizadores). **Educação para as relações étnico-raciais: outras perspectivas para o Brasil**. 1ª. Ed. Uberlândia: Editora Gráfica Lops, 2012.

ROMÃO, Jeruse. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Organização: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

ROSEMBERG, Fúlvia. Estatísticas educacionais e Cor/Raça na educação infantil e no ensino fundamental: um balanço. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 17, n°. 34, p.15-41, maio/agosto 2006.

SANTOS, Diana Viturino; SANTOS, Josimari Viturino. Um olhar à história da educação dos negros no Brasil: demandas que impulsionaram a formulação de políticas de ações afirmativas para acesso ao ensino superior. *VI COLÓQUIO INTERNACIONAL "EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE"*. São Cristóvão, EDUCON/UFSE 2012.

SANT'ANNA, Thiago Fernando. **Gênero, história e educação: a experiência de escolarização de meninas e meninos na província de Goiás (1827 - 1889)**. Brasília: UNB, 2010. Tese (DOUTORADO em História), Universidade de Brasília, 2010.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de, MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 13, n°. 26, p.32-55, outubro 2008.

SENRA, Nelson de Castro. **Teixeira de Freitas um cardeal da educação brasileira sua atualidade intelectual**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SENRA, Nelson de Castro. **Teixeira de Freitas e a criação do IBGE: correspondência de um homem singular e plural**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

SOUZA, Carla Patrícia Marques de; MIRANDA, Mary Diana da Silva; DUTRA, Paulo Sérgio. Jovens negros e escolas: instrução e educação públicas em Cuiabá (1890). (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Cuiabá 2016.

SOUZA, Carla Patrícia Dias. **Os jovens negros e a educação em Cuiabá (1889-1910)**. Cuiabá: UFMT, 2010. Dissertação (MESTRADO em Educação), Universidade Federal do Mato Grosso, 2010.

TAMANO, Luana Tiek Omena. O pensamento e atuação de Arthur Ramos frente ao racismo nos decênios de 1930 e 1940. In: *Revista Crítica Histórica*, n°. 8, 2013. Disponível em: <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/index.php?option=com_content&view=article&id=189:dossie-pensamento&catid=92:dossie-estado&Itemid=65>. Acesso em: 29 mar 2018.

VALDEZ, Diana; BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. História da educação em Goiás: estado da arte. *Revista da Educação Pública*. Cuiabá, v. 21, n°. 45, p.105-126, janeiro/abril 2012.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para negros e pobres no Brasil: uma invenção imperial. *Revista Brasileira da Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n°. 39, p.502-516, setembro/dezembro 2008.

VEIGA, Cynthia Greive. Elaboração de hábitos civilizados na constituição das relações entre professores e alunos (1827-1927), *Revista Brasileira da Educação*, Rio de Janeiro, n°. 21, p.61-92, setembro/dezembro 2009.

VEIGA, Cynthia Greive. Conflitos e tensões na produção da inclusão escolar de crianças pobres, negras e mestiças, Brasil, século XIX, *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26 n.º 1, p.263-286, abril 2010.

VEIGA, Cynthia Greive. A escola e a República: o estadual e o nacional nas políticas educacionais. *Revista Brasileira da História da Educação*, Campinas, v. 11, n.º 1 (25), p.143-178, janeiro/abril 2011.

VERONESE, Josiane Rose Petry; VIEIRA, Cleverton Elias. A educação básica na legislação brasileira. *Revista Seqüência*, Florianópolis, n.º 47, p.99-125, dezembro 2003.

ANEXOS

Quadro 13 (14A) - Artigos Publicados

Publicação / Ano	Título / Autor	Período de Abrangência	Palavras Chave	Resumo
Artigo / 1992	RAÇA E EDUCAÇÃO: uma articulação incipiente / Regina Pahim Pinto	1976 - 1990	Educação; População negra; Cadernos de Pesquisa.	<p>Tema esquecido pelos educadores e pesquisadores que, frequentemente, tendem a priorizar as diferenças de classe ao dimensionar os fatores que dificultam tanto o acesso como a permanência da população no sistema educacional, a articulação entre raça e educação tem ocupado um relativo espaço nos <i>Cadernos de Pesquisa</i>, que lhe dedicaram inclusive um número especial (CP63, 1987). Fruto do seminário O Negro e a Educação, realizado na Fundação Carlos Chagas em 1986, contém os artigos que refletem os principais ângulos sob os quais a questão vem sendo debatidos, pois o evento contou com a participação não só de estudiosos, mas também de militantes do movimento negro que, na ocasião, externaram seus pontos de vista e suas reivindicações. Desse modo, apesar da presença bastante significativa do tema na revista, os artigos não se distribuem com regularidade ao longo de sua existência, justamente em virtude desse número especial, totalmente dedicado à questão. Mas, de qualquer modo, a partir da publicação dos anais deste seminário, os artigos a respeito tem aparecido com maior frequência.</p> <p>De fato, se consideramos que apenas cinco artigos específicos sobre o tema foram publicados até o CP62, e que desde o número 64 ele está presente por mais quatro vezes nas páginas dos <i>Cadernos de Pesquisa</i>, tudo indica que o assunto vem despertando um crescente interesse entre os estudiosos da educação.</p> <p>A produção presente na revista, por um lado, aborda apenas tangencialmente, em seus inúmeros desdobramentos, certos aspectos, certos aspectos em que a raça se articula com a educação, como a formação do professorado, a filosofia que inspira e orienta os currículos e os programas escolares, as políticas educacionais, as relações dentre do recinto escolar, as atitudes, seja da parte dos alunos, do corpo docente, dos funcionários. Por outro lado, os artigos específicos sobre o tema tem priorizado três enfoques: a representação das categorias étnico-raciais no material didático e paradidático, a análise das estatísticas educacionais em</p>

				função da raça/cor da população e a identidade/socialização da criança negra.
Artigo / 1999	EDUCAÇÃO E JESUÍTICA E CRIANÇAS NEGRAS NO BRASIL COLONIAL / Amarílio Ferreira Júnior e Marisa Bittar	1491 – 1556	Educação colonial; Colégios jesuíticos; Crianças negras.	Realça um aspecto pouco estudado da história da educação brasileira no período colonial: a educação de crianças negras nos colégios jesuíticos. As crianças eram filhas de escravos desaffricanizados, que nasciam nas fazendas de propriedade da Companhia de Jesus. A literatura, tradicionalmente, situa a empresa jesuítica relacionada apenas com as crianças brancas, indígenas, mamelucas e mulatas. A base da conversão dos "gentios" ao cristianismo era a catequese, realizada pelo ensino mnemônico. Nesse contexto, as crianças negras sofriam dois tipos de violência: nasciam marcadas pela maldição social da escravidão e estavam submetidas a um processo brutal de aculturação gerada pela visão cristã de mundo.
Artigo / 2002	EDUCAÇÃO E ESCRAVIDÃO: um desafio para a análise historiográfica / Marcus Vinícius Fonseca	1851 – 1950	História; Escravidão; Educação; Trabalho; Criança escrava.	Neste artigo realizamos uma análise teórica que detecta uma certa tensão entre educação e escravidão na produção historiográfica. Ao tratar dessa tensão, procuramos defender a ideia de que o processo de formação do trabalhador escravo pode ser entendido como uma prática educativa. Em uma dimensão mais geral, realizamos um esforço para aproximar as discussões relativas à história da escravidão com a história da educação, tentando compor uma perspectiva analítica que possa contribuir para se ampliar a compreensão do processo de organização da sociedade escravista.
Artigo / 2002	SOB(RE) O SILÊNCIO DAS FONTES... a trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais / Eliane Peres	1875 – 1915	Questões étnico-raciais; Historiografia; Fontes historiográficas; Cursos noturnos; Biblioteca pública Pelotense.	Descrevo, neste trabalho, o processo de pesquisa sobre os cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense (BPP), dando ênfase à questão da presença dos negros nesses cursos. Analiso a trajetória social e profissional de alguns alunos negros da “escola da Biblioteca”. Discuto, também, a partir dessa experiência de pesquisa, a questão dos limites e das possibilidades das fontes para a história da educação no que diz respeito ao tratamento da problemática étnico-racial.
Artigo / 2005	ENSINO DE HISTÓRIA E DIVERSIDADE CULTURAL: Desafios e	1970 - 2003	Diversidade cultural; História; Ensino.	O tema da diversidade cultural e suas implicações no ensino de história são o objetivo deste ensaio. A edição da Lei no 10.639, de 2003, que introduziu a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar da educação básica, contribui para a discussão deste tema, possibilitando a ruptura do modelo eurocêntrico no

	possibilidades / José Ricardo O. Fernandes			ensino e a construção de uma educação multicultural na escola brasileira.
Artigo / 2006	ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS E COR/RAÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL: um balanço / Fúlvia Rosemberg	C	Estatísticas educacionais, Inep, IBGE, relações raciais, censo escolar.	O artigo descreve e analisa a produção, divulgação e interpretação de estatísticas educacionais desagregadas por cor/raça. Efetua um balanço dos principais instrumentos de coleta de estatísticas educacionais sob responsabilidade das duas principais instituições de coleta de estatísticas educacionais: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Nesta empreitada, destaca a recente introdução do quesito cor/raça no Censo Escolar de 2005, apontando equívocos tanto nos objetivos perseguidos quanto nos procedimentos adotados. O argumento principal é que o Censo Escolar não constitui instrumento compatível com a unidade de coleta aluno/matricula, que as instruções para o preenchimento da informação foram confusas e desrespeitaram o direito de crianças e adolescentes de expressarem sua identidade étnico-racial.
Artigo / 2007	A ARTE DE CONSTRUIR O INVISÍVEL: o negro na historiografia educacional brasileira / Marcus Vinícius Fonseca	1851 – 1950	Historiografia; História; Educação; Negros.	Este artigo tem como objetivo tentar apreender a forma como os negros vêm sendo tratados nas narrativas da historiografia educacional. A análise foi construída a partir da problematização das três correntes que marcam a história da educação brasileira e que são denominadas a partir dos paradigmas teóricos que se encontram subjacentes à maneira de construir a sua escrita - tradicional, marxista e história cultural. Procuramos realizar uma problematização em cada uma dessas correntes com um foco relativamente centrado na maneira como alguns de seus representantes tematizaram a presença dos negros nas escolas. A partir dessa questão, procuramos apreender a forma como os negros foram incorporados às narrativas históricas que interpretam os processos educacionais.
Artigo / 2007	HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E SENTIDO DE VIVER: as estratégias de ser quem se é no cotidiano de uma pluralidade cultural / Luiz Carlos do Carmo	1945 - 1960	Memória; Cultura; Cotidiano.	A presença e a atuação de homens e mulheres negros em cidades do Triângulo Mineiro, partes do Alto Paranaíba e do Sudeste de Goiás marcam a reflexão que se inicia. A construção de possibilidades, a manutenção de valores sociais, a permanência e atualização de valores históricos são elementos presentes nas narrativas de vida dos entrevistados. A análise das compreensões de vida desse conjunto de sujeitos, junto com as inserções sociais, as defesas de sentidos e dos modos de ser possibilitam investigar as intenções contidas nas demais versões do passado difundidas nessas localidades.

Artigo / 2007	DINÂMICA POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS E CIDADES DE PEQUENO PORTE DA MICRORREGIÃO DE CATALÃO: as adversidades da segunda metade do século XX / Nágela Aparecida de Melo, Flávia Aparecida Vieira de Araújo, Mateus de Paula Freitas, Hélio Carlos Miranda de Oliveira e Beatriz Ribeiro Soares	1951 – 2000	Pequenas cidades; Municípios de pequeno porte; Microrregião geográfica de Catalão; Dinâmica populacional.	Municípios e cidades de pequeno porte é o tema central deste trabalho que tem como objetivo analisar a dinâmica populacional de Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Ipameri, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos, na segunda metade do século XX. Estes municípios e respectivas cidades localizam-se na porção sudeste do estado de Goiás e fazem parte da microrregião geográfica de Catalão (GO). São municípios de pequeno porte demográfico, apenas em Ipameri foi registrado, conforme dados do censo de 2000, número de habitantes um pouco superior a 20 mil pessoas. Nos demais, o número total de residentes não alcançou o saldo de 10 mil habitantes. Verifica-se por meio do presente estudo que houve nesses municípios e cidades um processo expressivo de perda populacional ao longo da segunda metade do século XX, sobretudo a partir dos anos de 1970. As perdas populacionais foram mais intensas no meio rural, no entanto, também afetaram algumas das cidades. Estes fatos não se dissociam das mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais ocorridas no referido contexto histórico, bem como inter-relacionam com as modificações espaciais processadas nesses lugares.
Artigo / 2008	EDUCAÇÃO ESCOLAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA: memória, história e perspectivas de pesquisa / Alessandra Frota Martinez de Schueler e Ana Maria B. de Mello Magaldi	1889 – 1930	História da educação escolar, Memória; Primeira República.	O presente artigo desenvolve uma reflexão sobre a educação escolar, enfocando os debates, projetos e iniciativas voltadas para a disseminação da escola primária, no período da Primeira República (1889 a 1930), e problematizando a produção historiográfica sobre a educação republicana. Pretende-se contribuir para a abertura de um novo espectro de perguntas e problemas aos pesquisadores que se preocupam com a constituição da cultura escolar moderna e com os processos de socialização, transmissão, circulação, criação, apropriação e re (invenção) culturais a partir da escola.
Artigo / 2008	A ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E O INÍCIO DO SÉCULO XX / Rosimeire Santos	1851 – 1950	Escolarização; Inserção; Saber; Cultura.	O presente artigo propõe-se analisar como se deu o processo de inserção da população negra à escolarização, no período compreendido entre o final do séc. XIX e o início do séc. XX, buscando compreender as dificuldades vivenciadas por essa camada da população em ter acesso e permanência no sistema oficial de ensino, além de elucidar as tentativas alternativas de aproximação negra com o saber e a cultura escolar.

Artigo / 2008	ESCOLA PÚBLICA PARA OS NEGROS E OS POBRES NO BRASIL: uma invenção imperial / Cynthia Greive Veiga	1901 - 1960	História da educação; Negros; Pobres; Memória.	<p>Na memória da escola brasileira, a escola pública, pelo menos nos primeiros 60 anos do século XX, era tida em alta conta pela sociedade. Em geral, os grupos escolares, os ginásios, cursos de científico e Escola Normal públicos eram estabelecimentos de ensino considerados de excelência, cujas vagas eram disputadas por exames de seleção, e frequentados por pessoas oriundas das classes média e alta. Dessa maneira, era restrito o número de pessoas das classes pobres que tinham acesso e/ou permaneciam nas escolas públicas, pelos mais diferentes motivos, mas principalmente pela sua inserção precoce no mercado de trabalho. Também a presença de negros na escola era bastante limitada, não somente por pertencerem à camada mais pobre da população, mas também em virtude da conhecida questão das diferenças de oportunidades escolares entre brancos, pardos e negros (HASENBALG, 1979; GONÇALVES, 2000). Contudo, na origem da implementação da escola pública elementar para todo cidadão brasileiro a partir da Constituição de 1824, na vigência da monarquia imperial, houve um crescente apelo para a necessidade de instruir e civilizar o povo. Como uma invenção imperial, em grande parte dos discursos a aprendizagem da leitura, da escrita, das contas, bem como a frequência à escola se apresentava como fator condicional de edificação de uma nova sociedade. Mas ressalte-se o impedimento legal de frequência dos escravos às aulas públicas em várias províncias do Império. Esse fator tem sido interpretado também como impedimento da frequência dos negros, gerando uma série de equívocos na história da escola. Portanto, observa-se na historiografia mais geral e na historiografia da educação em particular a permanência de um registro que invariavelmente associa os negros aos escravos e vice-versa, inclusive com ausência de ressalvas importantes, como o aumento significativo da população negra livre e a crescente diminuição da população escrava a partir de metade do século XIX (Mattos, 2006). Por isso, a sinonímia entre negros e escravos precisa ser problematizada no RBE 39.indd 502 10/12/2008 14:16:39 Escola pública para os negros e os pobres no Brasil Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 39 set./dez. 2008 503 sentido de ampliarmos os estudos sobre a história do negro no Brasil e aqui avançarmos especialmente na investigação sobre os negros na história da educação e da própria história da educação brasileira.</p>
---------------	---	-------------	--	--

Artigo / 2008	CORPOREIDADE NEGRA E ESPAÇO PÚBLICO EM GOIÁS: a congada de Catalão / Ana Paula Costa Rodrigues e Alecsandro J.P. Ratts	1850 – 2004	Espaço público; População negra; Corporeidade; Território.	O espaço público no Brasil é marcado pelas diferenças sociais, étnico-raciais, de gênero, faixa etária e outras, constituindo por vezes territorialidades fixas ou transitórias. A corporeidade, também diferenciada por condição social, pertencimento étnico-racial, gênero, faixa etária, torna-se um elemento central nessa observação do processo de apropriação do espaço. Este artigo focaliza a relação entre corporeidade negra e espaço público na congada de Catalão, vista enquanto ritual do catolicismo afro-brasileiro realizado em meio à Festa de Nossa Senhora do Rosário. A partir das últimas décadas a geografia passa a se interessar pela complexidade e especificidades das diferenciações culturais no espaço. Em princípio, os espaços públicos devem ser locais nos quais os direitos de todos deveriam ser iguais, mas a população negra brasileira por trazer em seu corpo toda uma trajetória de racismo não vivencia estes espaços da mesma maneira que a população branca. Na festa de Nossa Senhora do Rosário a população negra através de sua corporeidade demarca um território que se expressa pelo meio de uma territorialidade. Desta forma podemos considerar que a congada não é somente uma manifestação religiosa, mas também uma expressão da cultura brasileira e negra na qual se observam relações de poder.
Artigo / 2009	A POPULAÇÃO NEGRA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA / Cândida Soares da Costa	1872 - 2000	História da educação; População negra; Racismo.	Sabe-se que o racismo no Brasil tem sido difuso e intenso, causando drásticos danos nas relações e nas condições sociais vivenciados por determinados grupos étnico-raciais. As consequências desses prejuízos atingem, diretamente, a parcela negra da população brasileira com prejuízos singulares para toda a nação. Uma das causas desses danos advém do mito de que os índices inferiores em média de anos de estudos para a população negra são consequências de seu desinteresse pela escola, desconsiderando, portanto processos históricos de exclusão desse segmento populacional da educação formal. O presente texto é o resultado de uma pesquisa bibliográfica, sobre a educação do negro no Brasil numa perspectiva histórico-social da Educação Brasileira. Faz uma abordagem sobre artifícios legais utilizados como impedimentos à escolarização da população negra e apresenta elementos que contribuem para a desconstrução do mito sobre o desinteresse dessa população pela educação escolar.
Artigo / 2009	ELABORAÇÃO DE	1827 – 1927	Escolarização;	O artigo propõe-se a investigar as mudanças nas concepções e práticas de

	HÁBITOS CIVILIZADOS NA CONSTITUIÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE PROFESSORES E ALUNOS (1827-1927) / Cynthia Greive Veiga		Civilização; Comportamento; Interdependência; Geração.	disciplina e comportamento de alunos e professores na escola, entendendo-se que estas se fizeram numa direção específica rumo à civilização dos costumes, como desenvolvido por Norbert Elias. A investigação situa-se no primeiro centenário de regulamentação da escola pública primária no Brasil, 1827 e 1927, com enfoque para a província e depois estado de Minas Gerais. Minha hipótese é de que houve historicamente um importante esforço para as mudanças nas relações entre alunos e professores, com a superação das ações de violência na escola e isso se refere principalmente a alterações na dinâmica de interdependência entre adultos e crianças. Portanto, é no enfoque das relações intergeracionais que se desenvolve o estudo.
Artigo / 2010	CONFLITOS E TENSÕES NA PRODUÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS POBRES, NEGRAS E MISTIÇAS, BRASIL, SÉCULO XIX / Cynthia Greive Veiga	1801 – 1900	Escolarização; Crianças; Século XIX.	O objetivo central deste texto é discutir o processo de inclusão das crianças pobres, negras e mestiças na escola elementar a partir da prerrogativa constitucional de extensão da escolarização a todos os cidadãos brasileiros, com ênfase nos estudos sobre a província de Minas Gerais. Com base em larga investigação documental (relatos de governo, legislação, ofícios e correspondências diversas, mapas estatísticos de população, registros de frequência escolar) e bibliográfica (Norbert Elias, Georges Rudé, Bronislaw Geremek, Georges Duby, Maria Beatriz Nizza da Silva), foi possível analisar as tensões e os conflitos para a efetivação da obrigatoriedade escolar, devido às condições materiais e especificidades culturais da população. Tais conflitos manifestaram-se de distintas maneiras, indicando embates entre famílias, professores e gestores do ensino. A hipótese levantada é a de que a precariedade do desenvolvimento da escola pública no Brasil, ao longo do século XIX, esteve associada à também precária condição de vida da população. Esse fato interferiu no entendimento quanto às possibilidades de escolarização das crianças pobres, negras e mestiças e quanto à qualidade de sua inserção social.
Artigo / 2010	BALANÇO HISTORIOGRÁFICO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA / Surya	1951 - 2000	História da educação; Império brasileiro; População negra.	O século XIX já foi tratado como um período de trevas, de ausência de iniciativas e debates no que se refere à educação. O trabalho de pesquisadores da área da História da Educação, empreendido especialmente a partir da segunda metade do século XX, vêm contribuindo para a mudança nessas concepções. Ao contrário da percepção original, período imperial é, atualmente, entendido como um

	Aaronovich Pombo de Barros, Roberta Maria Aguiar do Nascimento e Camila Almeida de Araújo			<p>momento crucial para os rumos da educação nacional. Um período de intensos debates e realizações que, no exame <i>a posteriori</i>, ajudam a compreender diversas questões relacionadas à educação brasileira. Quando se trata da perspectiva dos diferentes grupos étnicorraciais que compõem a sociedade e sua inclusão (ou o contrário) na escola, a análise das origens da institucionalização do ensino pode lançar luzes ao debate sobre as questões atuais no que diz respeito à diversidade cultural e à cultura escolar. O objetivo deste trabalho é divulgar os resultados da pesquisa “Balanço da História da Educação da População Negra no Brasil” que vem sendo realizada desde o início de 2010 na Universidade Federal da Paraíba em andamento, chamando a atenção para o crescente volume de investigações que vêm sendo desenvolvidas sobre o tema da história da educação da população negra no Brasil, publicadas na forma de artigos, apresentações em encontros científicos, dissertações, teses e livros. Dessa forma, pretendemos dar visibilidade às pesquisas, ajudando aos pesquisadores e interessados na área, ampliando o entendimento de quem é/era aluno em diferentes períodos e regiões brasileiras. Inicialmente, faremos uma breve discussão acerca história da educação no Brasil, refletindo sobre a ampliação dos sujeitos nas pesquisas da área e, finalmente, da emergência dos estudos inserindo a população negra nos processos educativos, que se configura em novidade na área. A seguir, trataremos das pesquisas do tipo “estado da arte”, chamando a atenção para sua relevância para os estudos sobre a história da educação da população negra. Finalmente, apresentaremos os dados levantados sobre a pesquisa brasileira nas últimas décadas, no que se refere ao período imperial. Destacaremos os trabalhos apresentados nos Congressos organizados pela Sociedade Brasileira de História da Educação, artigos publicados na Revista Brasileira de História da Educação e, finalmente, resultados de pesquisas que compõem o banco de teses e dissertações da CAPES. Com isso, esperamos colaborar com o campo de conhecimento, demonstrando a importância desses estudos e as possibilidades deles advindas.</p>
Artigo / 2010	MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM	1889 - 1950	Memória; História; Educação em Goiás.	A questão a ser problematizada por este trabalho refere-se à constituição de uma memória histórica da educação em Goiás referente à primeira metade do século XX. O trabalho circunscreve-se às discussões travadas

	GOIÁS / Jaqueline Veloso Portela de Araújo			<p>por ocasião da realização de pesquisa de doutoramento que vem sendo realizada pela autora no Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração Fundamentos da Educação, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A exposição envolve uma discussão teórica acerca dos conceitos memória e história, e traz ainda referências acerca da produção historiográfica que toma a educação como objeto de pesquisa no Estado de Goiás. A problematização do tema em questão, bem como a formulação das questões principais da pesquisa, encontra sustentação na discussão corrente sobre a abordagem historiográfica na pesquisa educacional. A constituição do objeto de pesquisa passa pela leitura de fontes referentes à educação, objetivando a apreensão do modelo formativo proposto pelo governo do Estado de Goiás, durante a primeira metade do século XX, expresso em documentos: leis, decretos, regulamentos da instrução pública, periódicos locais e anais de eventos educacionais. A tese defendida a partir da referida pesquisa é de que as políticas voltadas para a formação do homem do campo em Goiás, durante o período que se inicia na República Velha e se estende até a metade do século XX, foram marcadas por uma dualidade entre ruralismo e escolanovismo, dualidade esta inerente à relação campo-cidade no processo de capitalização da agricultura no Estado durante esse interregno. Porém, o recorte ora apresentado expressa alguns fatos ocorridos na história da educação goiana, destacando a atuação da Missão Pedagógica Paulista na constituição do campo educacional em Goiás na primeira metade do século XX. Com base em estudos realizados até o presente momento é possível inferir que por um lado a educação em Goiás era influenciada pelo movimento da Escola Nova, por outro havia uma tendência política em considerar a necessidade de articulação do escolanovismo ao ruralismo pedagógico. Esse é um exercício breve de reflexão e aproximação da história da educação em Goiás, de certa forma, um exercício historiográfico de apreensão da memória histórica da educação em Goiás a partir da leitura de textos sobre educação produzidos, em sua maioria, sobre a época dos anos 1930 e 1940. Importa para esse trabalho, confrontar a historiografia e as fontes utilizadas, quais sejam artigos de periódicos e regulamentos da instrução pública. Objetivando inicialmente uma discussão teórica sobre a relação entre</p>
--	--	--	--	---

				memória e história e passando em sequência a um mapeamento da historiografia da educação em Goiás relativa ao período indicado.
Artigo / 2011	A ESCOLARIZAÇÃO DOS NEGROS E SUAS FONTES DE PESQUISA / Daniela Cristina Lopes de Abreu	1889 – 1930	Negros, escolarização, fontes, inclusão, historiografia.	Esta pesquisa se propõe a discutir a escolarização dos negros no início do período Republicano e suas fontes de pesquisa. Trata-se de um período histórico no qual o negro passa a ser livre e ter direitos proclamados, no entanto, como foi o acesso e a permanência a escolarização? É possível investigar esses percursos recorrendo à história tida como oficial? Neste sentido, este trabalho busca analisar o alargamento da concepção de fontes em história da educação, no intuito de construir uma historiografia menos estereotipada. O trabalho do pesquisador começa quando a partir desse campo já reproduzido, opera novos recortes, alocações e redistribuição dos documentos de um espaço específico de investigação, a partir de uma redefinição epistemológica que inclui o trabalho com os conceitos e o tratamento e a interpretação documental. Fazer pesquisa e consultar arquivos pode ser uma problemática a medida que o historiador formula suas questões. A reflexão sobre as fontes é também uma reflexão quanto aos limites das práticas institucionais no que se refere à localização, conservação e divulgação e ainda as práticas discursivas da história. Ao historiador tudo começa no estabelecimento de fontes. Este artigo tenta enfatizar que a fonte é construída a partir do recorte dado pelo historiador que recorta fragmentos do vivido, os subtrai do seu ambiente e os rearruma, montando novas séries. Para tanto, para o estudo do caso da escolarização dos negros é preciso investigar mais de um tipo de fonte como apresentaremos a seguir.
Artigo / 2011	A ESCOLA E A REPÚBLICA: o estadual e o nacional nas políticas educacionais / Cynthia Greive Veiga	1834 - 1920	República; Escola; Federalismo; Educação nacional.	O artigo discute a reestruturação da escola primária no Brasil nas primeiras décadas republicanas como um processo político-social integrante das tensões entre as políticas estaduais e o desenvolvimento do nacionalismo. Demonstrou-se que a demanda pela participação efetiva da União no combate ao analfabetismo e ampliação da escola primária como condição de exercício da democracia se processou como parte da crise do federalismo brasileiro concomitante à construção do nacionalismo.
Artigo / 2011	OS NEGROS E A	1822 – 1889	Escravidão;	O presente artigo tem por objetivo trazer uma parte da difícil história dos

	EDUCAÇÃO: uma luta constante / Ana Laura R. Mendes e Bruna Pereira Alves		Educação; Exclusão educacional; Frente negra.	negros no Brasil. Visa mostrar que os negros viam na educação o caminho para acabar com o preconceito, para terem acesso a seus direitos, serem reconhecidos e respeitados. Traz a questão da exclusão dos negros da escola, a luta por seus direitos, a história da frente Negra Brasileira e a e sua relação com a educação.
Artigo / 2011	ALGUMAS QUESTÕES ACERCA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL: estado da arte (1989-2010) / Surya Aaronovich Pombo de Barros	1989 – 2010	História da educação; População negra; Estado da arte.	O objetivo deste trabalho é divulgar os resultados obtidos na pesquisa “Balanço da História da Educação da População Negra no Brasil”, realizada em 2010 na Universidade Federal da Paraíba, sobre a história da educação da população negra no Brasil entre 1989 e 2010. Pretendemos dar visibilidade às pesquisas, demonstrando a ampliação da área, fornecendo um quadro geral sobre o tema. Inicialmente, faremos uma breve discussão acerca da história da educação no Brasil, refletindo sobre a ampliação dos sujeitos pesquisados e, finalmente, da emergência dos estudos inserindo a população negra nos processos educativos. A seguir, discutiremos as pesquisas do tipo “estado da arte”, chamando a atenção para sua relevância para os estudos sobre a história da educação da população negra. Finalmente, apresentaremos os resultados obtidos até então, elencando os trabalhos apresentados nos Congressos organizados pela Sociedade Brasileira de História da Educação, os artigos publicados na <i>Revista Brasileira de História da Educação</i> e na <i>Revista Histedbr on line</i> , as pesquisas divulgadas em encontros anuais da ANPEd e trabalhos que compõem o banco de teses e dissertações da CAPES. Com isso, esperamos contribuir com o campo, demonstrando a importância desses estudos e as possibilidades deles advindas.
Artigo / 2011	EDUCANDO A ELITE PARA GARANTIR O PROGRESSO NACIONAL: políticas educacionais e ensino primário no Brasil, 1930-1964 / Thomas H. Kang	1930 - 1964	Educação, ensino primário, elites, desigualdade, história econômica.	O Brasil apresentou, ao longo da história, resultados educacionais pífios em relação a seus vizinhos latino-americanos. Uma possível causa do atraso educacional é o viés elitista das políticas educacionais. O objetivo desse artigo é verificar se houve viés elitista nas políticas educacionais conduzidas pelo governo federal no período 1930-1964. Embora o ensino primário fosse responsabilidade dos estados, grande parte das receitas tributárias estava sob o poder da União. Assim, as políticas educacionais federais eram importantes para determinar os resultados em todos os níveis de ensino. Mostramos que as políticas do período tenderam a dar pouca importância ao ensino primário. Em particular, há evidências de

				que os governos de Vargas e Kubitschek privilegiaram o ensino voltado às elites, em detrimento do resto da população. Essas políticas provavelmente tiveram importantes consequências sobre desempenho econômico e distribuição de renda no longo prazo.
Artigo / 2011	INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PROVÍNCIA DE GOYAZ: civilizar e moralizar a população / Maria das Graças Simão Dias Leite	1835 – 1856	Instrução Pública; Discurso; Professor; Ensino Secundário.	o presente trabalho tem como meta apresentar parte dos resultados da pesquisa de doutorado intitulada: Instrução Pública na Província de Goyaz: discurso e memória histórica cujo objetivo é apresentar algumas ações e comentários que foram desencadeados pelos Presidentes da Província goiana sobre os professores públicos primários e sobre a instrução no século XIX. Busca também compreender os objetivos e intenções que nortearam a organização escolar na província goiana, quais eram os recursos financeiros utilizados para a manutenção da instrução pública, bem como que tipo de indivíduo objetivava-se formar pela educação. Como principal fonte de pesquisa utilizamos a legislação educacional e os Relatórios dos Presidentes da Província produzidos no período recortado de 1835 a 1856. É deste manancial que nos abastecemos para identificar as concepções de educação, progresso e civilização na sociedade goiana. A leitura dos Relatórios permite nos perceber que os discursos demonstram que a instrução era considerada peça fundamental para civilizar e moralizar a população, pois os argumentos dos presidentes deixam transparecer a ideia da instrução como instrumento para a formação de cidadãos ordeiros e civilizados. Tal perspectiva pode estar relacionada a um projeto de sociedade para o qual era imprescindível formar um povo disciplinado e governado. Nesse contexto, a missão do professor era "civilizar" os novos homens que estavam se formando, pois se percebe que as autoridades imperiais e as elites políticas compreendiam muito bem a dimensão do trabalho docente na construção dos valores necessários para a manutenção da ordem estabelecida. Em síntese, percebe-se que os governantes ansiavam pela prosperidade da Província goiana junto às outras Províncias brasileiras.
Artigo / 2012	A CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NA PROVÍNCIA DE GOIÁS NO SÉCULO	1801 – 1900	História da Educação; Negros; Goiás Século XIX.	Através da análise dos regulamentos da instrução pública buscamos compreender as possibilidades de educação para os negros na constituição da escola pública na província de Goiás no século XIX. Esta análise se faz pautada em três premissas. Primeiro: Goiás, no século XIX possuía um projeto de educação com vistas a civilizar a população, tal qual o

	XIX: Uma análise através do prisma da educação para a população negra / Karla Alves Coelho Tertuliano de Barros			restante do Brasil; segundo: não podemos associar negros/as a escravizados/as; terceiro: estudar a história da educação para os/as negros/as em Goiás no período imperial é uma tarefa árdua, mas perfeitamente possível. A observação destas premissas nos permite, na análise dos documentos, perceber que em Goiás o projeto de civilização da população incluía os/as negros/as e seus descendentes.
Artigo / 2012	UM OLHAR À HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO BRASIL: demandas que impulsionaram formulação de políticas de ações afirmativas para acesso ao ensino superior / Diana Viturino Santos e Josimari Viturino Santos	1889 – 1937	História da educação; Negros; Ações afirmativas.	O presente artigo discute aspectos relacionados à exclusão, resistência e inclusão da população negra no sistema oficial de ensino, analisando do ponto de vista histórico, as demandas que impulsionaram a formulação e implementação de políticas e programas de ações afirmativas para acesso ao Ensino Superior público. As ações afirmativas constituem-se em um conjunto de ações de iniciativa pública ou privada que visam corrigir desigualdades sociorraciais e promover a igualdade de oportunidade, garantindo o acesso e a permanência de grupos excluídos, nas mais diversas áreas como, por exemplo, na educação, saúde e mercado de trabalho. A metodologia adotada na elaboração deste trabalho foi à pesquisa bibliográfica utilizando como obras de referência a literatura sobre a História da Educação dos negros no Brasil.
Artigo / 2012	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS: estado da arte / Diane Valdez e Valdeniza Maria Lopes da Barra	1970 – 2011	Estado da arte; História da educação de Goiás; Temáticas; Periodização.	Apresentamos neste texto o resultado da pesquisa de Estado da arte, a qual inclui como fontes históricas livros, dissertações e teses referentes à História da Educação em Goiás. Procuramos compor um acervo para disponibilizar ao pesquisador dados que caracterizam os trabalhos analisados - recortes temáticos e históricos. Evidenciamos, no que se refere às publicações em formato de livros, as fontes eleitas e o recorte teórico. Com os dados em mãos foi possível perceber os temas e os períodos que se destacam nessa história, assim como anotar as lacunas existentes na produção da área de História da Educação em Goiás.
Artigo / 2012	O NEGRO NO PENSAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO DURANTE O PERÍODO DE 1889 A 1930. / Delton	1889 - 1930	Negro; Pensamento educacional; Escravidão.	Os debates sobre a constitucionalidade da Lei 10.639 aprovada pelo o Conselho Nacional de Educação (CNE) em 09 de Janeiro de 2003, que entre outras coisas prevê a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares e a reserva de vagas no ensino superior público para afro-descendentes motivou o nosso interesse em conhecer a visão sobre a situação do negro no pensamento educacional durante a Primeira

	Aparecido Felipe, Fabiane Freire França e Teresa Kazuko Teruya			República. A aprovação da Lei dividiu a sociedade brasileira em dois grupos distintos: de um lado, aqueles que lutaram pela sua aprovação com argumentos favoráveis a essa legislação, para construir as condições reais de mudança da realidade social do negro brasileiro. O objetivo é promover a alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar o rumo para uma sociedade democrática, justa e igualitária, a fim de reverter os efeitos danosos causados pelo preconceito racial e discriminação social. De outro, estão os contrários a essa lei porque consideram que a efetivação dessas ações afirmativa proposta pela Lei 10.639/2003, fere a Constituição Federal de 1988 na qual está prescrito no artigo 206, inciso I, e reproduzida Lei de Diretrizes de Base da Educação no enunciado do artigo 3, inciso I “a todos devem ser assegurados igualdade de condições para permanência e acesso a escola”, sendo assim, esta lei aprovada pelo Conselho Nacional Educação (CNE) privilegiaria os afrobrasileiros, ignorando todos os outros grupos étnicos formadores da nação brasileira, acirrando ainda mais discriminação racial no Brasil.
Artigo / 2013	A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL: interdição institucional à escolarização pelo poder e seus reflexos no século XXI / Roberto Santiago Ferreira	1854 – 2003	Interdição à escolarização; invisibilização; Lei 10.639/03.	Este texto trata da interdição da escolarização do negro no Brasil na relação institucional de poder, a partir do referencial teórico debatido e compartilhado no curso de Pós-Graduação para as Relações Étnico-raciais do IFPA - Instituto Federal do Pará, Campus Belém, em 2012, dialogando com: (Cruz, 2006), (Cunha, 1999), (Fonseca, 2002), (Garcia, 2007), (Muller, 1999), (Rocha, H., Viana, 2011). É apenas um exercício reflexivo acerca da invisibilização do negro à escolarização no Brasil, o início da escravidão e a lei de interdição Imperial.
Artigo / 2013	O PENSAMENTO E ATUAÇÃO DE ARTHUR RAMOS FRENTE AO RACISMO NOS DECÊNIOS DE 1930 E 1940 /Luana Tieko Omena Tamano	1930 - 1950	Raça; Racismo; Preconceito de cor; Teorias raciais.	Arthur Ramos (1903-1949) foi um médico alagoano que atuou e se destacou em outras áreas do conhecimento para além do de sua formação acadêmica, como era comum em sua época. Assim, trabalhou com criminologia, folclore, psicologia, higiene mental e antropologia. Cientista de envergadura internacional, Ramos atuou energicamente contra o preconceito de cor que ganhava força com a Segunda Guerra Mundial. Por meio de manifestos, palestras, livros e outros, enfatizava sempre o erro em usar as teorias científicas do século XIX como embasamentos teóricos às diferenças entre povos, tidas ainda como

				diferenças raciais, bem como defendia a ideia de que tais diferenças ocorriam por motivos históricos e nunca raciais. Focando seus trabalhos desenvolvidos sob esta temática, busca-se analisar seu papel (político, social e científico) como defensor da igualdade entre as raças, do ponto de vista biológico e, por conseguinte, social.
Artigo / 2015	A INSTRUÇÃO PÚBLICA SECUNDÁRIA E AS NARRATIVAS DAS AUSÊNCIAS NA CIDADE DE GOIÁS: uma possibilidade de abordagem das fontes e da historiografia / Wellington Coelho Moreira	1854 – 1872	Instrução pública secundária; Documentos / fonte; Historiografia; Discursos / narrativas das faltas.	No século XIX no Brasil e em Goiás, apesar das contradições, foi o século da instrução pública dada a quantidade de leis, propostas, debates, relatórios, além de uma vasta diversidade de documentos produzidos sobre educação. No entanto, cristalizou-se na historiografia que o Período Imperial, no que tange a educação, foi um período de “trevas”, marcado pela ineficiência da instrução pública. Tal visão contribuiu para que a história da educação do século XIX fosse descaracterizada. Todavia, a análise pormenorizada dos relatórios dos presidentes de Província de Goiás, com as fontes colhidas no Arquivo Histórico Estadual, no Instituto de Pesquisa e Estudos do Brasil Central (IPEH-BC) e na Biblioteca Nacional, revela que a educação sempre esteve entre as principais preocupações destes governantes, e quando não, recebia manifestações de cobrança por parte da população Goiana. Na atualidade, vários pesquisadores contribuíram com projetos de pesquisas que valorizaram as fontes guardadas nos arquivos históricos. Em Goiás, destacam-se os trabalhos de Genesco Ferreira Bretas e Nancy Ribeiro de Araújo e Silva. Frutos de uma época e das ferramentas de pesquisa que dispunham eles reproduziram as assertivas do atraso de salários, da desqualificação dos professores primários e secundários, do desinteresse dos pais em instruir seus filhos por ignorância ou por problemas financeiros, entre outras afirmações. Em síntese, destacaram o “discurso da falta”. Deseja-se debater o processo da Instrução Pública secundária para além de suas ausências, tentando perceber por detrás destes discursos outras dimensões deste projeto em curso do século XIX. Por detrás das narrativas das ausências, ver-se-á um dinâmico e paulatino processo em curso da Instrução Pública em Goiás.
Artigo / 2015	O NEGRO NA LITERATURA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE	1888 – 1930	Negro; Goiás; História da Educação.	Este texto recupera a forma pela qual a historiografia da educação brasileira aborda a educação da população negra e denuncia a invisibilidade do negro na literatura da história da educação de Goiás. O trabalho é fruto de reflexões teóricas da pesquisa “Educação e

	GOIÁS / Cristiane Maria Ribeiro			escolarização da população negra goiana (1888-1930)” cujos objetivos principais são compreender como se deu a inserção da população negras nas instituições de ensino de Goiás no final do século XIX e início do século XX e identificar o projeto educacional para a população negra e as possíveis experiências educacionais de pessoas negras no período delimitado.
Artigo / 2015	A EDUCAÇÃO COMO EXPRESSÃO DO URBANO NA CIDADE DE MARIANA/MG NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX / Marcus Vinícius Fonseca	1751 – 1850	Minas Gerais; Espaço urbano; Mulheres; Família; Século XIX.	Neste trabalho procuramos estabelecer uma relação entre as análises históricas sobre a educação e o processo de configuração do espaço social representado por Minas Gerais, no século XIX, região que teve como principal marca o fato de ter sido urbana antes de se tornar rural. A singularidade desta configuração espacial é o ponto de partida para a elaboração de uma análise sobre a educação. Para isso, utilizamos como referência a cidade de Mariana que era uma das expressões mais elevadas do padrão de urbanidade que se desenvolveu em Minas, entre os séculos XVIII e XIX. A partir da análise de uma documentação censitária procuramos demonstrar a flexibilidade deste tipo de configuração espacial que, entre outras coisas, possibilitava a relação de diferentes sujeitos com as escolas de instrução elementar, destacadamente mulheres chefes de domicílio que podiam utilizar esta instituição como mecanismo de afirmação de seu grupo familiar no espaço social.
Artigo / 2016	A EDUCAÇÃO DOS ESCRAVOS E LIBERTOS NO BRASIL: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (Séculos XVI a XIX) / Maria Helena Camara Bastos	1500 - 1889	Educação dos escravos; Exclusão social; domínio da linguagem escrita.	O presente texto analisa diversos indícios de estratégias e dispositivos que envolveram a instrução/escolarização dos escravos e dos libertos, no período colonial e imperial no Brasil (1500-1889). Enfoca, especialmente no século XIX, exemplos de escravos e libertos que aprenderam a ler, escrever e contar, alguns chegando ao ensino superior e tornando-se docentes, expressando suas ideias pela imprensa. Para falar sobre esse tema, precisamos ter em mente que ser escravo, já definia a condição de exclusão social e, portanto, educacional. Mesmo havendo reduzidos espaços de liberdade, esses não foram suficientes para uma emancipação social. A escravidão, muito mais que um sistema econômico, foi um processo de educação pelo medo, que disciplinou condutas, definiu hierarquias sociais, forjou sentimentos e valores. Essa é uma história de exclusão, de desigualdades sociais, de discriminação e subtração da cidadania, que se reflete ainda no século XXI.
Artigo / 2016	A ESCOLARIZAÇÃO	1820 – 2015	Negro; História da	É objetivo deste artigo explicitar a ausência das categorias raça/cor nas

	DA POPULAÇÃO NEGRA E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS / Cristiane Maria Ribeiro		educação; Goiás.	análises de história da educação brasileira e denunciar a invisibilidade do negro na literatura da história da educação de Goiás. Para tanto, revisitamos o processo de configuração das pesquisas na área, no país, ressaltando suas principais fontes, metodologias e perspectivas teóricas, concluindo que historicamente o recorte racial tem sido ignorado independente da delimitação geográfica, temporal ou perspectiva teórica das pesquisas. Buscamos nos estudos sobre relações raciais no Brasil exemplos de trabalhos que retomam à escolarização da população negra definindo um campo de possibilidades para novos estudos. Verificamos a incipiência dos estudos sobre o negro em Goiás, as dificuldades de consolidação da história da educação enquanto área de produção do conhecimento e a profunda ausência de estudos que tratem da história da educação da população negra goiana. Por fim, ressaltamos a importância dos historiadores da educação recuperarem, de forma inequívoca, a presença dos negros nos diferentes momentos de constituição do processo educacional, nos quais eles têm se destacado nas mais variadas funções: na condição de aluno, de professores em diferentes instituições que se ligaram à educação.
Artigo / 2016	JOVENS NEGROS E ESCOLAS: instrução e educação públicas em Cuiabá (1890) / Carla Patrícia Marques de Souza, Mary Diana da Silva Miranda e Paulo Sérgio Dutra	1889 - 1910	Jovens negros; Escolas públicas; Inserção; recém- libertos.	O presente artigo traz uma abordagem sobre a inserção de jovens negros nas escolas públicas de Cuiabá no ano de 1890. Este trabalho faz parte da pesquisa que está sendo desenvolvida junto ao Grupo Educação e Memória - GEM, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, que tem como finalidade analisar a presença de jovens negros recém libertos nas instituições de ensino públicos, suas trajetórias, os debates, e projetos políticos pensados para o campo da educação, que era na Primeira República, uma das grandes preocupações. A relevância do trabalho, explica-se pela carência de estudos na História da Educação de Mato Grosso em relação à participação dos negros libertos e seus descendentes, no processo de construção de um novo pensamento político planejado para o momento transitório da passagem do Império para a República. Sendo assim, espera-se por meio desta pesquisa, descobrir mais sobre as oportunidades educacionais oferecidas aos jovens negros que habitavam a cidade de Cuiabá no ano de 1890. Por muitos anos os negros ficaram excluídos da historiografia oficial brasileira, ocupando um lugar inferior e

				discriminatório nos discursos propagados pela elite branca, que impregnada das ideias eugênicas e eurocênicas, achava certo o papel secundário destinado a esses sujeitos. Desta forma faz-se necessário conhecer como esses negros foram inseridos no processo de construção da História da Educação Nacional.
Artigo / 2017	ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO GOIANA 1888 -1930: um retrato da exclusão / Cristiane Maria Ribeiro, Hamane Rodrigues da Silva Borges e Claudio Carlos Ramalho Neto	1888 – 1930	Educação; Escolarização; Matrícula.	O trabalho é parte da pesquisa Educação e escolarização da população negra goiana 1830-1930 e objetivou buscar indícios de como foi a inserção desta população no sistema de ensino no Estado. Para este texto nos atemos na análise da legislação educacional do período e pudemos constatar nas leis, regulamentos e programas de ensino que o impedimento da matrícula e a frequência de alguns grupos, entre eles os escravizados, os que sofriam de moléstias contagiosas, repulsivas, graves ou incuráveis, os que não eram vacinados, incapazes físico e moralmente, os que sofressem defeitos físicos repugnantes, os imbecis e os que apresentassem defeitos orgânicos.
Artigo / 2017	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXCLUSÃO: as matrículas na legislação educacional goiana 1830-1930 / Cristiane Maria Ribeiro	1830 – 1930	Matrícula; Exclusão; Goiás.	O objetivo do trabalho foi identificar quais os grupos além dos escravizados eram impedidos de matricularem-se nas escolas públicas goianas no século XIX e início do século XX. A análise das leis regulamentos e programas de ensino que vigoraram em Goiás no período de 1835 a 1930 institucionalizavam a exclusão de alguns grupos, não eram aceitos os que sofriam de moléstias contagiosas, repulsivas, graves ou incuráveis, os que não fossem vacinados, os incapazes físico e moralmente, os que possuíssem defeitos físicos repugnantes e os imbecis.
Artigo / 2017	O NEGRO NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL EM GOIÁS 1835-1930. / Cristiane Maria Ribeiro	1835 - 1930	Negro; Legislação educacional; Goiás,	Este estudo teve como propósito buscar pistas da educação da população negra goiana no período de 1830- 1930. Procurou-se pistas do processo de inserção dos negros no sistema de ensino, para tanto recorreu-se à análise da legislação educacional, buscou-se destacar as intencionalidades da administração pública em relação aos sujeitos negros no período estudado. Os dados obtidos revelaram que a legislação educacional goiana proibia os escravos de frequentar as escolas públicas e após a abolição não se evidencia nenhuma política pública no sentido de reverter a exclusão.
Artigo /2017	OS EXCLUÍDOS DE MATRICULAS NA LEGISLAÇÃO	1830 – 1930	Estado; Políticas; História da Educação.	A finalidade desse trabalho foi identificar quais os grupos além dos escravizados eram impedidos de matricularem-se nas escolas públicas goianas no século XIX e início do século XX, ele é resultado de um

	<p>EDUCACIONAL GOIANA 1830-1930 / Ricardo Ribeiro de Abreu e Cristiane Maria Ribeiro</p>			<p>trabalho mais amplo que objetivou analisar a educação da população negra em Goiás no referido período. Para tanto fez-se uso de pressupostos teóricos e metodológicos presentes na História Cultural que permitem compreender que a história pode ser construída não apenas pelo que foi dito, mas também por aquilo que foi silenciado pelas fontes. Essa perspectiva de análise tornou-se interessante para construção da pesquisa, por, entender que para alcançar alguns dos objetivos elucidados é necessário lidar com os silêncios impostos por algumas fontes de pesquisa, uma vez que elas são testemunhos da elite intelectual e política do período. O trabalho consistiu na análise das leis regulamentos e programas de ensino que vigoraram em Goiás no período de 1835 a 1930 e que institucionalizavam a exclusão de alguns grupos, não eram aceitos os que sofriam de moléstias contagiosas, repulsivas, graves ou incuráveis, os que não fossem vacinados, os incapazes físicos e moralmente, os que possuísem defeitos físicos repugnantes e os imbecis. Ficou nítido nos estudos e pesquisas que desde o surgimento da escola pública em Goiás em 1835 que essa mesma foi consolidada em um processo de extrema exclusão e que esse mesmo processo era oficializado na legislação educacional de ensino.</p>
--	--	--	--	---

Quadro 14 (14B) - Dissertações Publicadas

Publicação / Ano	Título / Autor	Período de Abrangência	Palavras Chave	Resumo
Dissertação / 2007	CULTURA E EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS NEGRAS EM GOIÁS (1871-1889) / Fernando Franco Rocha	1871 - 1889	Cultura; Educação; Criança negra; História da educação; Abordagem histórico-antropológica.	A pesquisa <i>Cultura e educação de crianças negras em Goiás (1871-1889)</i> visou a verificar as possibilidades de inserção da criança negra na educação escolar, subsidiando-se, especialmente, na promulgação da Lei do Ventre Livre, nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. A investigação dessa temática suscitou o seguinte problema: as propostas educacionais que envolveram as crianças negras, em Goiás, no período de 1871-1889, foram, de fato, efetivadas ou ficaram apenas no plano legal, deixando à margem dos processos escolares essas crianças? Uma possível resposta para esse problema exigiu a compreensão do processo histórico e cultural em que essas crianças estiveram inseridas. Optou-se pela abordagem histórico antropológica, conforme Geertz (1989). Por meio dessa abordagem, realizou-se uma interpretação que teve como foco a cultura e a educação de crianças negras, em Goiás, entre 1871-1889. Estudou-se a construção do conceito de cultura, examinando-se a origem epistemológica desse conceito na relação com <i>civilisation</i> e <i>kultur</i> . Entendeu-se, simultaneamente, que não existe uma cultura sobrepondo-se às demais, mas culturas, e que, esse processo cultural é indissociável da educação. Esse entendimento possibilitou, no caso desta pesquisa, o estudo da influência da cultura negra na cultura e educação brasileira. O que se pretendeu foi verificar se na educação escolar brasileira houve espaço para a inclusão da criança negra, uma vez que a Lei do Ventre Livre, concedendo liberdade a essa criança, propiciava, pelo menos em tese, a oportunidade legal de inserção da criança negra na educação escolar. Além de Geertz (1989), a contribuição de outros autores - Bretas (1991); Martinez (1997); Laraia (2001); Freyre (2004) e Marin (2005) - foi também importante. Esta pesquisa verificou por meio de documentos que, na Província de Goiás, no período pesquisado, existiram dois estabelecimentos de ensino que ofertaram educação a essas crianças: a Colônia Orfanológica Blasiana e a Companhia de Aprendizes Militares.

				Constatou-se, ainda, que a educação oferecida destinava-se à formação de mão-de-obra, uma vez que se assentou no ensino agrário e na formação militar, respectivamente. Na prática, a concretização do direito da criança negra à educação escolar, abriu espaço para novas conquistas na trajetória histórica e cultural percorrida pelos negros como componentes importantes da sociedade e do povo brasileiro.
Dissertação / 2008	O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO- BRASILEIRA NA ÓPTICA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO / Vera Balbino da Silva Ignácio	1996 - 2003	Professor coordenador; Cultura africana e afro-brasileira; Leis educacionais antirracismo; Preconceito; Teoria crítica.	O objetivo, neste trabalho, é estudar a história do ensino da História e Cultura Afro-brasileira, sob a óptica do professor coordenador. Deve-se destacar que a inserção da História da Cultura Afro-brasileira é uma medida relativamente recente, pois passou a compor o currículo das escolas públicas estaduais de ensino fundamental e médio pela Lei nº 10.639/03, que altera a LDBN 9.394/06 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O objetivo principal foi verificar a compreensão do professor coordenador no que preconiza a Lei nº 10.639/03, isto é, o debate étnico-racial no contexto escolar. Portanto, pretendeu-se relacionar a visão do professor coordenador acerca de suas possibilidades e limites no trato pedagógico do ensino de matriz africana, no que se refere ao cumprimento deste dispositivo legal. Trata-se de uma pesquisa exploratória, realizada em uma Diretoria Regional de Ensino da cidade de São Paulo. Os dados foram obtidos por meio da legislação educacional federal anti-racismo e de um questionário referente às reivindicações, à cultura e à história do negro no Brasil, aplicado a dez professores coordenadores que se dispuseram a participar da pesquisa respondendo ao questionário. Para analisar a articulação entre a legislação, práticas pedagógicas e relações raciais foram utilizados conceitos da teoria crítica, especialmente no que tange à análise do preconceito, que ganhou relevo durante a pesquisa. Após a coleta de dados, constatou-se que não existe uma correlação direta entre os discursos dos professores coordenadores e a prática, pois na fala deste profissional percebe-se uma aparente harmonia que não condiz com o preconceito sutil que os impede de quebrar a invisibilidade diante de aspectos importantes que caracterizam a educação multicultural. Estas conclusões indicam que as possibilidades trazidas pela legislação educacional devem ser acompanhadas de condições sociais, educacionais e individuais que ainda estão por ser construídas.

Dissertação / 2009	TECENDO TRAMAS, TRANCANDO GENTES: narrativas constituindo identidades em uma escola municipal de Porto Alegre/RS no ensino da história e cultura africana e afro-brasileira / Tanise Müller Ramos	2003 - 2008	Estudos culturais; Raça; Narrativa; Identidade cultural; Educação básica; Currículo.	Essa dissertação tem como objetivo apresentar e analisar a experiência de uma escola pública municipal de Porto Alegre/RS no ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, dando visibilidade as narrativas e identidades dos sujeitos que compõem aquela comunidade escolar. Nessa investigação, realizada a partir da perspectiva dos Estudos Culturais, sob uma abordagem pós-estruturalista, é conferida ênfase ao conceito “raça”, entendido como uma construção social que se faz presente nas relações de poder entre sujeitos nos diferentes espaços sociais, dentre os quais, e instituição escolar e seu currículo. Inicialmente é apresentada uma análise histórica das políticas públicas voltadas ao reconhecimento da pluralidade cultural brasileira e à afirmação do segmento negro da população, destacando a emergência da Lei 10.639/2003, a qual tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira na educação básica do país, estudando seus efeitos sobre as práticas escolares da instituição estudada. Dessa forma, é enfocada a visibilidade que escola investigada vem conferindo ao tema racial em suas práticas e narrativas cotidianas, dando destaque à história e à cultura negra. Tendo em vista os objetivos referidos, foi realizado um trabalho de cunho etnográfico que utilizou como estratégias metodológicas observações das práticas escolares, entrevistas com professoras, alunos, pais e funcionários e leitura e seleção de documentos produzidos na instituição. O estudo indica que as práticas e narrativas produzidas na escola em sua experiência no ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira estão promovendo um contraponto às propostas curriculares historicamente constituídas sob enfoques eurocêntricos nos processos de escolarização moderna ocidental, o que vem interpelando as identidades dos sujeitos da comunidade escolar, que são constituídos a partir da afirmação do segmento negro e da valorização de uma cultura de reconhecimento e respeito à diversidade racial e cultural.
Dissertação / 2009	POPULAÇÃO NEGRA E ESCOLARIZAÇÃO NA CIDADE SÃO PAULO NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930 /	1921 - 1940	Pós-abolição; História; Brasil; Negro; Educação; Racismo; Movimento Negro.	O trabalho tem como propósito refletir sobre a escolarização dos afro-brasileiros nas décadas de 1920 e 1930 na cidade de São Paulo. Parte do princípio de que o regime republicano brasileiro e o estado de São Paulo não criaram políticas focalizadas para a população negra, reproduzindo defasagens históricas. Buscamos compreender as lógicas por de trás da educação pública, investigando, em especial, o preconceito e a

	Carlos Eduardo Dias Machado			<p>persistência de estigmas e estereótipos raciais no discurso sustentado pelo pensamento imperial e republicano.</p> <p>Para tornar viáveis essas articulações, a dissertação busca subsídios teórico-metodológicos na historiografia do período pós-abolição. Os jornais <i>O Clarim d'Alvorada</i>, <i>Progresso</i> e <i>A voz da Raça</i>, todos da imprensa negra das décadas de 1920 e 1930, compõem o corpus central da análise da dissertação. Assim, visamos compreender as contradições entre os discursos e ações sustentados pela instrução pública do estado de São Paulo na capital paulista e os apresentados pelas organizações anti-racistas como Centro Cívico Palmares e Frente Negra Brasileira no município de São Paulo. A título de fontes complementares consultamos documentos como as Constituições brasileiras de 1824 a 1937, coleção de leis do império, os censos nacionais de 1872 a 1920, o Diário Oficial do Estado de São Paulo e os relatos de cronistas.</p> <p>Desse lugar de fala, a dissertação vem colocar em cena que as políticas promovidas pelas instituições estatais na primeira e segunda república, não foram neutras e equitativas. As políticas educacionais universalistas no Brasil hospedavam, por identidade de propósitos, consanguinidade com o mito da democracia racial. Os princípios liberais de democracia e igualdade da constituição de 1891 conservaram os processos de assimetria racial e social e postergaram igualmente o enfrentamento das desigualdades que conformavam o círculo vicioso do racismo, em particular no âmbito da educação.</p>
Dissertação / 2010	OS JOVENS NEGROS E A EDUCAÇÃO EM CUIABÁ 1889 - 1910 / Carla Patrícia Marques de Souza	1889 - 1910	Educação; Jovens negros; Primeira República.	<p>Nesta pesquisa, busca-se evidenciar a presença, a permanência e as oportunidades oferecidas aos jovens negros nas instituições de ensino da cidade de Cuiabá-MT, durante a Primeira República. Procedeu-se a um levantamento das fontes documentais pertinentes encontradas no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), quais sejam Relatórios de Instrução Pública e de Presidentes de Estado, Regulamentos Orgânicos da Instrução Pública, artigos de jornais, Códigos de Postura, Recenseamento Populacional de 1890, entre outras. Ademais, efetuou-se a leitura detalhada de produções de autores que se enveredaram por direções que, de alguma forma, convergem para o tema em questão. Constatou-se que um número pouco expressivo de jovens negros vivenciou, à época, o papel de aluno, embora os membros constitutivos desse grupo étnico se encontrassem</p>

				<p>inseridos no projeto desenvolvimentista implementado pelo novo governo brasileiro, com vistas a moldar a população consoante aos interesses mantenedores do poder. Nessa perspectiva, investigam-se os fatores que possam justificar a ausência dessa parcela da sociedade nos bancos escolares, justamente naquele momento em que a educação, o trabalho, a moral e o civismo tornaram-se as palavras de ordem. Nesse contexto, avalia-se a participação desse grupo de desprivilegiados no processo de concretização do ideário nacional, sobretudo no que se refere ao setor educacional, com relação ao qual, apesar das promessas de considerável renovação, pouco ou nada se apresentou de efetivo. A análise dos dados provenientes das fontes documentais mencionadas e a leitura das obras levantadas apontam para a compreensão de que o processo de integração dos negros no cenário educacional não se efetivou no sentido de promovê-los socialmente ou de incorporá-los ativamente em uma sociedade que se pretendia democrática e pregava um discurso transformador. Na verdade, criaram-se, ao invés disso, estratégias que previam a sua entrada lenta no movimento civilizatório e a sua contínua subordinação ao grupo social dominante.</p>
Dissertação / 2011	<p>HISTÓRIA E CULTURA AFRO- BRASILEIRAS NO CURRÍCULO DE HISTÓRIA DO 6º AO 9º ANOS DA REDE OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO / Deize Denise Ponciano</p>	2008 - 2009	<p>Ensino fundamental; Currículo; História; Cultura afro- brasileira.</p>	<p>A população negra no Brasil sob o ponto de vista histórico, sempre foi colocada à margem da sociedade. O processo de implementação da Lei 10.639/2003 e outros dispositivos legais tornam obrigatórios o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, como conteúdo e serem inseridos em todas as disciplinas do currículo escolar, bem como discussões pertinentes à educação das relações etno-raciais. Este estudo se propôs a analisar como é desenvolvida e apresentada a História e a Cultura Afro-brasileira no currículo do 6º ao 9º anos de História do Estado de São Paulo, implementado a partir de 2008. A metodologia da pesquisa configurou-se como pesquisa qualitativa, centrada na análise documental do Currículo para ensino de História do 6º ao 9º anos do ensino fundamental da rede oficial do Estado de São Paulo, publicado em 2009, dando ênfase às questões: diversidade cultural, valorização, respeito e preconceito racial. As análises revelaram que o Currículo não remete à atual situação do afro-brasileiro em nossa sociedade, sua importância na construção da História e Cultura brasileiras e, não propicia um debate consistente sobre a diversidade cultural, o preconceito e o racismo.</p>

Dissertação / 2011	RELEVÂNCIA DA DIMENSÃO CULTURAL NA ESCOLARIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NEGRAS / Thiago dos Santos Molina	1978 - 2008	Escolarização; Afirmação cultural afro-brasileira; crianças negras; Cultura escolar.	A dissertação de mestrado intitulada <i>relevância da dimensão cultural na escolarização das crianças negras</i> discorre sobre iniciativas da educação escolar surgidas em contextos de afirmação de valores existenciais afro-brasileiros e persegue os objetivos de (a) investigar as bases teóricas e práticas escolares de pedagogias estruturadas a partir de reposições e reelaborações culturais negras na diáspora e (b) discutir a relação da cultura do educando e da cultura escolar presente nestas concepções educativas. Partimos da hipótese de que a presença da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar atua como um fator de favorecimento do processo de escolarização das crianças negras, as quais vários os estudos como mais vulneráveis a serem colocados em situação de fracasso e evasão escolar e suscetíveis de sofrerem preconceito e discriminação étnico-racial. Ao final do texto concluímos com outra hipótese, não excludente da primeira: a presença da história e cultura afro-brasileira como “instrumento” do processo de escolarização favorece a experiência da educação escolar de crianças negras: por outro lado, tomar a história e a cultura negra como “fundamento” da escolarização exige a emergência de outra cultura escolar, pois uma transformação nesse nível modifica não somente os conteúdos pedagógicos e práticas de ensino, mas o próprio entendimento do que seja noção de Escola. Fruto de um projeto de pesquisa executado a partir de março de 2008, para chegarmos a esses resultados realizamos pesquisa documental, bibliográfica e de campo sobre o projeto político pedagógico Irê Ayó (Caminho da alegria em ioruba), em atividade na Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos, em Salvador-BA, desde 1999, instituição situada no terreiro de candomblé <i>Ilê Axé Opô Afonjá</i> . O histórico de implantação desse projeto nos remeteu à Mini Comunidade Obá Biyi, outra iniciativa de educação escolar ocorrida no terreiro entre 1978 a 1986. Para alinhar as duas iniciativas tomamos o <i>adinkra</i> “ <i>sankofa</i> ” como procedimento metodológico, ou seja, procuramos desvelar os legados construídos por ambos para refletir sobre as políticas públicas educacionais específicas para as crianças negras no futuro. Destarte, adotamos como critério de avaliação da prática cotidiana escolar três dimensões inter-relacionadas. (I) a dimensão institucional ou organizacional: (II) a instrucional ou pedagógica: e (III) a sociopolítica ou cultural, como propostas por Marli André. Encontramos suporte teórico
-----------------------	---	-------------	--	---

				para diferenciar estrategicamente escolarização e educação em Mwalimu Shujaa e construímos nosso referencial sobre cultura negra reposta na diáspora a partir do mestre Didi, Muniz Sodré e Juana Santos, Estabelecemos a contribuição do ativismo negro ao pensamento educacional sobre ideias de Nilma Gomes e Petronilha Silva e argumentamos sobre a necessidade de um ensino culturalmente relevante para crianças negras com Glória Ladson-Billings. Avançamos para compreender o eurocentrismo do pensamento pedagógico a partir de Narcimária Luz e Marco Aurélio Luz, e por fim, a partir de Vanda Machado pudemos repensar a utopia de escolarizar crianças negras a partir da afirmação de seus valores existenciais. Procuramos compreender o debate que daí advém, entre escolarização e cultura afro-brasileira, com a noção da “didática da dupla consciência”, inspirada no pensamento de W.E.B Du Bois.
Dissertação / 2013	EDUCAÇÃO E “INGÊNUOS” EM GOIÁS 1871-1888 / Karla Alves Coelho Tertuliano de Barros	1871 - 1888	História da Educação; Ingênuos; Goiás; Século XIX.	Esta pesquisa analisa como se configuraram as propostas para a educação dos ingênuos na província goiana entre 1871 e 1888, buscando compreender as proposituras e ações para a educação dessa parcela da população que surgiu após a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871. Esta pesquisa caracteriza-se como documental, sem negligenciar, contudo, a pesquisa bibliográfica. Dentro da massa documental analisada, destacamos as legislações, os relatórios dos presidentes de província e os periódicos. A base teórica deste texto são os trabalhos de Veiga (2002, 2004, 2008, 2010), Gondra e Schueler (2008), Barra (2011), Elias (1980, 1993, 1994), e outros. Os ingênuos existiram em Goiás e a vivência deles aprofundou as modificações que vinham ocorrendo desde meados do século XIX nessa província. A educação desse grupo foi alvo de debates e discussões, movimento esse que revelou a existência de concepções de educação e ações educacionais distintas para diferentes grupos sociais na província goiana oitocentista, concepções e ações que entendemos ser essenciais para a compreensão desse período da história goiana. Portanto, muito mais que conclusões, este trabalho aponta para a necessidade de novos investimentos em pesquisa sobre a educação goiana no século XIX, sobretudo no tocante à educação primária, seus objetivos e seu público alvo.
Dissertação /	NARRATIVAS SOBRE	1949 - 1971	Grupo escolar;	O propósito dessa dissertação de mestrado é reconstituir a história da primeira

2015	O PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE OUVIDOR-GO: 1949-1971 / Reni Maria Jacob		História da educação; Narrativas orais; Escolarização do povo.	<p>Instituição escolar de Ouvidor, com o título: "Narrativas Sobre o Primeiro Grupo Escolar do Município de Ouvidor-Go no período de 1949-1971". A data define o recorte temporal estabelecido entre o ano de criação do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira até a promulgação da Lei nº 5.692 - de 11 de agosto de 1971 - DOU de 12/8/71 - Lei de Diretrizes de Bases, que extinguiu os grupos escolares no Brasil e Implantou o Sistema de Ensino de 1º e 2º Grau. O objetivo geral da pesquisa: Conhecer a história da constituição do primeiro Grupo Escolar de Ouvidor-Go, no período de 1949 a 1971. Os objetivos específicos da investigação foram: 1 – Percorrer o processo criador dos grupos escolares no Brasil, Goiás, e na cidade de Ouvidor, e, analisar a sua representação arquitetônica diante dos objetivos de modernidade do período republicano. 2- Desvelar a importância da criação dos grupos escolares em Goiás, inserida nas adversidades políticas durante o processo de institucionalização do Grupo Escolar de Ouvidor, e suas implicações para a educação em massa. 3- Relacionar a formação política, educacional e social do Município de Ouvidor à história da estrada de ferro no sudeste do estado de Goiás. 4- Compreender o processo de institucionalização do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira no percurso da formação da cidade e da escolarização de seus habitantes. 5- Conhecer a sistematização do primeiro Grupo Escolar de Ouvidor de 1949 a 1971. Metodologicamente, optamos por um estudo qualitativo de caráter indutivo-descritivo. Produzimos dados a partir do acervo do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira, bem como por entrevistas com seus ex-alunos, ex-professores e ex-diretores. Isso nos levou, portanto, a considerar tanto as narrativas escritas quanto as orais sobre o Grupo Escolar. Os aportes teóricos basearam-se em autores como Rey (2010), Bolívar (2014), Clandin e Connelly (2001), Saviani (2007), Cunha (1997), Nosella e Buffa (2004), Gatti Junior (2002), Ludke (1986), Bardin (2009), e outros. De um modo geral, as narrativas nos levaram a ver que a história do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico esteve também, assim como em outras unidades federativas do Brasil, ligada às relações de poder local, estadual e nacional. O Grupo Escolar não teve um prédio suntuoso, como em capitais brasileiras. E a inexistência quase geral de professores brasileiros aptos para trabalhar nos Grupos Escolares foi também marcante em Ouvidor. Por fim, observa-se que mesmo considerando as ricas contribuições promovidas pelo Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico, em Ouvidor, assim como ocorrido na maioria dos estados e municípios, houve uma ineficiência desse sistema frente ao problema do analfabetismo.</p>
------	---	--	--	---

Quadro 15 (14C) - Teses Publicadas

Publicação / Ano	Título / Autor	Período de Abrangência	Palavras Chave	Resumo
Tese / 2005	PESQUISA SOBRE O NEGRO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL: uma análise de suas concepções e propostas / Cristiane Maria Ribeiro	1970 - 2004	Educação; Negros; Pesquisa.	Este estudo teve como objetivo conhecer a proposta educacional/pedagógica dos pesquisadores com relação à temática do negro e a educação e compreender a extensão do entendimento do negro, relações raciais e educação que subsidiam tal proposta. Para tanto foram analisadas 101 pesquisas entre dissertações de mestrado, teses de doutorado e livre docência, produzidas no Brasil dos anos 70 até o primeiro semestre de 2004. Em nosso trabalho apresentamos quatro momentos paradigmáticos dos estudos sobre o negro no Brasil. Um primeiro localizado historicamente no final do século XIX e início do século XX e entre suas postulações estão as pressuposições da “inferioridade” do negro culturalmente e biologicamente. Uma segunda interpretação do negro no pensamento social brasileiro teve maior expressão nos anos 30 e 40 do século XX e presumia principalmente o suposto padrão harmônico das relações raciais. Outra leitura sobre as relações raciais configurou-se a partir dos trabalhos realizados pelos pesquisadores da “Escola Paulista” e seus discípulos, para quem, dentre as principais argumentações a de que o passado escravista tem grande de responsabilidade na situação do negro na atualidade. Apontamos ainda a leitura liderada por Hasenbalg que pressupõe a intencionalidade de se reduzir as questões do negro brasileiro às questões de classe. Simultaneamente exploramos os estudos que apontam a valorização das especificidades da situação do negro brasileiro recorrendo aos conceitos de identidade étnica e etnicidade. Os dados da pesquisa apresentam um panorama das pesquisas sobre a temática o negro e a educação no Brasil em vários aspectos como: perfil dos pesquisadores e das pesquisas:

				concepções e propostas/ sugestões que indicam as modificações necessárias do sistema educacional brasileiro para a efetivação de uma educação que respeite a diversidade étnico-cultural.
Tese / 2007	PRETOS, PARDOS, CRIoulos E CABRAS NAS ESCOLAS MINEIRAS NO SÉCULO XIX / Marcus Vinícius Fonseca	1820 - 1850	Historiografia; História da educação; Negros; Século XIX; Minas Gerais; Escravidão.	O período que compreende os anos de 1820 a 1850, marca o início da construção e da estruturação de uma política de instrução pública com o objetivo de educar o povo d província de Minas Gerais. Esta pesquisa procura analisar de relação entre esse processo e o segmento mais expressivo dentro da estrutura demográfica de Minas Gerais, ou seja, a população negra livre que era classificada através de diferentes terminologias (pretos, pardos, crioulos e cabras), que demarcavam proximidades e distâncias com o mundo da escravidão. Para realizar a análise utilizamos como referência uma documentação censitária que, em 1831, tentou contabilizar a população de todos os distritos mineiros e registrou as crianças que estavam nas escolas. A partir do registro censitário construímos um perfil racial das escolas mineiras, que foi confrontado com informações fornecidas por outros documentos e revelaram uma presença majoritária dos negros nos espaços voltados para os processos de educação formal. Estes dados foram analisados a partir dos estudos mais recentes sobre a população mineira, em particular aqueles que procuram superar as construções teóricas que reduziram os negros à escravidão. A interpretação que produzimos em relação à presença dos negros nas escolas mineira revela que esta instituição era um dos elementos acionados por este grupo com o objetivo de afirmação do espaço social. Isto determinou a realização de uma análise crítica em relação a historiografia educacional, que tradicionalmente interpretou a escola como uma instituição com a qual os negros estabeleceram contatos esporádicos e casuais.
Tese / 2010	GÊNERO, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO: A experiência de escolarização de meninas e meninos na província de Goiás (1827 – 1889) / Thiago Fernando Sant’anna	1827 – 1889	História; Gênero; Escolarização; Diferença; Desigualdade; Província de Goiás.	Na presente tese, nosso objetivo é o de historicizar a experiência de escolarização de meninas e meninos na Província de Goiás no século XIX (1827 – 1889). Nosso argumento é o de que a escola funcionou como complexa tecnologia social de gênero, produtora/reprodutora dos efeitos de masculino/feminino em corpos, em comportamentos e em relações sociais. Nesse sentido, investigamos as estratégias e as técnicas discursivas mobilizadas no cotidiano escolar de modo a domesticar, a modelar, a produzir corpos úteis, isto é, educados e civilizados segundo a

				<p>lógica da partilha desigual de gênero: meninos para cá, meninas para lá! Na investigação feita, priorizamos um corpo documental formado por um conjunto de leis, de relatórios, de mensagens presidenciais relativos a instrução pública, de jornais, de literatura memorialística e de viagem, de mapas de frequência de alunos/as, de planos de aula, de fragmentos de livros didáticos e de termos de exames. Na análise realizada, utilizamos conceitos e perspectivas do pensamento da diferença, particularmente de Michel Foucault, bem como da teoria das representações sociais e da epistemologia feminista. Trata-se de abordagem interdisciplinar, ancorada no solo disciplinar da história, no esforço de mostrar como se deu a experiência diferenciada e desigual de escolarização das meninas, em relação à dos meninos, nas escolas de instrução pública primária na Província de Goiás.</p>
Tese / 2010	<p>CULTURA, RELIOSIDADE E COMÉRCIO NA CIDADE: a festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário em Catalão – GO / Cármem Lucia Costa</p>	1973 – 2007	Urbano; Festas populares; Cultura.	<p>A Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário é uma parte da identidade de moradores do interior de Goiás no Brasil, mais especificamente da cidade de Catalão. A Festa é realizada, primeiro apenas por descendentes de escravos, que usavam a festa para manter vivas suas tradições no espaço do outro, o colonizador; anos mais tarde, para firmar-se na cidade, os dançadores que eram na sua maioria pobres que lutavam todos os anos, não apenas para sobreviver, mas também para “fazer a festa” na cidade do outro, levar seus grupos à Igreja de Nossa Senhora do Rosário. A Festa sobrevive através da religiosidade, da Congada e do comércio na/da festa, aqui analisado na feira – “as barraquinhas”. Mais tarde, tornou-se uma festa de todos, com interesses diversos. É uma festa com dimensões sagradas e profanas onde observa-se o embate entre o global e local, bem como as estratégias que aqueles que fazem a Festa tem de adotar para continuar existindo. É uma festa social, espetacularizada e em processo de mercadificação, de apropriação do trabalho de homens e mulheres, alienando-os em suas práticas festivas. A prática socioespacial da Festa do Rosário justifica a realização dessa pesquisa pela contribuição para uma Geografia Urbana que seja parte de um projeto de direito à cidade para todos. A festa é um direito dos que a fazem e dos que a acompanham-na, seja para rezar, para dançar na Congada ou para comprar nas “barraquinhas”. As transformações, as persistências e as deteriorações mostram a resistência dessa prática festiva às estratégias do econômico</p>

				na reprodução da cidade para a troca capitalista, revelando a cidade para a reprodução da vida, da troca, do encontro, da fé e da cultura popular.
Tese / 2013	A ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS NEGRAS PAULISTAS (1920 – 1940) / Márcia Luiza Pires de Araújo	1920 – 1940	História da educação; Negros; Escola Nova; Direito social e biológico; São Paulo; Década de 1920 a 1940.	<p>Apontando a necessidade de problematizar os trabalhos que tendem a generalizar (e branquear) as relações escolares da escola paulista nas primeiras décadas do século XX, e partindo da hipótese que os negros, obstantes às limitações, frequentaram os grupos escolares nesse período, a tese pretendeu a discutir a escolarização das crianças negras na cidade de São Paulo.</p> <p>O período que compreende os anos de 1920 – 1940 marca as transformações das estruturas econômicas, sociais, políticas e ideológicas da cidade de São Paulo, e as discussões sobre a necessidade de democratizar a educação popular no sentido de alfabetizar as massas também se faziam presentes.</p> <p>Para realizar a análise pesquisa bibliográfica e investigação documental. Com base nos jornais da imprensa negra paulista que tratavam das aspirações por educação e instrução profissional, nas pesquisas etnológicas realizadas pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo na década de 1930, nos depoimentos de famílias negras da Coleção Memória da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo (Universidade de São Paulo) e na documentação oficial depositada em arquivos públicos estadual e municipal, foi possível considerar a presença de crianças negras nos grupos escolares da capital.</p> <p>A partir dessas fontes construiu-se um perfil racial desse universo escolar, que revelou a inserção de crianças negras na ordem de, aproximadamente, 10%. A presença negra na escola paulista traz a compreensão de que os negros obtiveram a oportunidades de escolarização quando da implementação da Escola Nova, especialmente pela intenção dos reformadores paulistas em “disciplinar” os diferentes grupos étnico-raciais que perfaziam o universo escolar, para enfim, propagar os valores republicanos e reformar a vida social rumo a modernidade anunciada.</p>

Quadro 16 (14D) - Livros/Relatórios Publicados

Publicação / Ano	Título / Autor	Período de Abrangência	Palavras Chave	Resumo
Relatório / 1946 / Serviço Gráfico IBGE.	O ENSINO PRIMÁRIO BRASILEIRO NO DECÊNIO 1932-1941 / M. A. Teixeira de Freitas.	Século XXI	Brasil; Ensino Primário.	Conforme ficou dito em passagem anterior do presente Relatório, a divulgação das estatísticas elaboradas pela repartição é feita de modo sintético nas publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, principalmente no <i>Anuário Estatístico do Brasil</i> , onde nossa responsabilidade cobre toda a "Situação Cultural" e a maior parte da "Situação Social". Abriu-se uma exceção, porém, em virtude do compromisso assumido no Convênio Inter administrativo de 1931, para o levantamento estatístico da Educação, a cuja publicidade é destinada a série de volumes "O Ensino no Brasil", da qual já estão publicados oito números, achando-se no prelo os volumes de 1940 e 1941. A verba para publicações de que o Serviço tem podido dispor mal dá para manter esta série, vários de cujos tomos foram custeados com o auxílio do IBGE. Entretanto, a repartição conseguiu editar alguns volumes avulsos, e tem no prelo presentemente, como já ficou dito, a obra "Sinopse da Estatística do Ensino por Municípios". Esse trabalho é uma novidade como iniciativa do Serviço, pois retoma agora a orientação da antiga Diretoria Geral de Estatística, quanto à divulgação, a intervalos, dos resultados da estatística do ensino segundo a divisão municipal. Assim, não caberia normalmente em um documento de informação administrativa, como é o presente relato, exibir resultados estatísticos e a sua interpretação. Atendendo, porém, ao vivo interesse que tem merecido de V. Excia., Senhor Ministro, o gravíssimo problema do ensino primário, permita-me modificar um pouco, por exceção, o plano do nosso relatório anual, - e embora ao preço de um sensível retardamento na sua elaboração, - a fim de apresentar aqui alguns quadros estatísticos e formular considerações sobre o sentido dos números e os possíveis rumos administrativos que daí emergirem. Os dois quadros anexos exibem detalhadamente os dados que vão ser objeto de nosso comentário. Ambos se referem ao decênio de 1932/1941. O primeiro destes anos foi o termo inicial da execução do Convênio de 1931, e o segundo é, ainda agora, o último que a demorada remessa das

				<p>contribuições dos Estados nos permite considerar como de resultados definitivos. As tabelas apresentadas se referem ao ensino fundamental comum, discriminando-o em ensino urbano e ensino rural, compreendido neste último, que é tomado no sentido mais largo, o ensino das escolas situadas nas "vilas", isto é, nas pequenas localidades sedes dos distritos que ainda não têm a categoria de cidade.</p> <p style="text-align: right;">Teixeira de Freitas</p>
<p>Livro / 1995 / EDITORA SCHWARCZ LTDA. 26ª. Edição</p>	<p>RAIZES DO BRASIL / Sergio Buarque de Holanda.</p>	<p>Século XX</p>	<p>Educação; Política; Família; Patriarcalismo.</p>	<p>A certa altura da vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair em auto complacência, pois o nosso testemunho se toma registro da experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que se denomina uma geração, julgam-se a principio diferentes uns dos outros e vão, aos poucos, ficando tão iguais, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais da sua época. Então, registrar o passado não e falar de si; e falar dos que participaram de uma certa ordem de interesses e de visão do mundo, no momento particular do tempo que se deseja evocar. Os homens que estão hoje um pouco para cá ou um pouco para lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termos de passado e em função de três livros: <i>Casagrande e senzala</i>, de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio; <i>Raízes do Brasil</i>, de Sergio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; <i>Formação do Brasil contemporâneo</i>, de Caio Prado Junior, publicado quando estávamos na escola superior. São estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo. Ao lado de tais livros, a obra por tantos aspectos penetrante e antecipadora de Oliveira Viana já parecia superada, cheia de preconceitos ideológicos e uma vontade excessiva de adaptar o real a desígnios convencionais. Era justamente um intuito anticonvencional que nos parecia animar a composição libérrima de <i>Casa-grande e senzala</i>, com a sua franqueza no tratamento da vida sexual do patriarcalismo e a importância decisiva atribuída ao escravo na formação do nosso modo de ser mais íntimo. O jovem leitor de hoje não poderá talvez compreender, sobretudo em face dos rumos tomados posteriormente pelo seu autor, a força revolucionária, o impacto libertador</p>

				<p>que teve este grande livro. Inclusive pelo volume de informação, resultante da técnica expositiva, a cujo bombardeio as noções iam brotando como numa improvisação de talento, que coordenava os dados conforme pontos de vista totalmente novos no Brasil de então. Sob este aspecto, <i>Casa-grande e senzala</i> e uma ponte entre o naturalismo dos velhos interpretes da nossa sociedade, como Silvio Romero, Euclides da Cunha e mesmo Oliveira Viana, e os pontos de vista mais especificamente sociológicos que se imporiam a partir de 1940. Digo isso em virtude da preocupação do autor com os problemas de fundo biológico (raça, aspectos sexuais da vida familiar, equilíbrio ecológico, alimentação), que serviam de esteio a um tratamento inspirado pela antropologia cultural dos norte-americanos, por ele divulgada em nosso país. Três anos depois aparecia <i>Raízes do Brasil</i>, concebido e escrito de modo completamente diverso. Livro curto, discreto, de poucas citações, atuaria menos sobre a imaginação dos mocos. No entanto, o seu êxito de qualidade foi imediato e ele se tornou um clássico de nascença. Daqui a pouco, veremos as características a que isso foi devido. Por enquanto, registremos que a sua inspiração vinha de outras fontes e que as suas perspectivas eram diferentes. Aos jovens forneceu indicações importantes para compreenderem o sentido de certas posições políticas daquele momento, dominado pela descrença no liberalismo tradicional e a busca de soluções novas; seja, a direita, no integralismo, seja, a esquerda, no socialismo e no comunismo. A atitude do autor, aparentemente desprendida e quase remota, era na verdade condicionada por essas tensões contemporâneas, para cujo entendimento oferecia uma análise do passado. O seu respaldo teórico prendia-se a nova historia social dos franceses, a sociologia da cultura dos alemães, a certos elementos de teoria sociológica e etnológica também inéditos entre nos. No tom geral, uma parcimoniosa elegância, um rigor de composição escondido pelo ritmo despreocupado e as vezes sutilmente digressivo, que faz lembrar Simmel e nos parecia um corretivo a abundância nacional.</p> <p style="text-align: right;">Antônio Cândido</p>
Livro / 2003 / Global Editora – 48ª. Edição	CASA GRANDE & SENSALA: Formação da família brasileira sob	Século XVI a XVIII	Brasil; Formação do povo; Aspectos Sociais; História.	A etnografia do livro é, no dizer de Darcy Ribeiro, de boa qualidade. Não se trata de obra de algum preguiçoso genial. O livro se deixa ler preguiçosa, languidamente. Mas isso é outra coisa. É tão bem escrito, tão

	o regime patriarcal / Gilberto Freyre			<p>embalado na atmosfera oleosa, morna, da descrição frequentemente idílica que o autor faz para caracterizar o Brasil Patriarcal, que leva o leitor no embalo. Mas que ninguém se engane: por trás das descrições, às vezes romanceadas e mesmo distorcidas, há muita pesquisa. Gilberto Freyre tinha a pachorra e a paixão pelo detalhe, pela minúcia, pelo concreto. A tessitura assim formada, entretanto, levava-o frequentemente à simplificação habitual dos grandes muralistas. Na projeção de cada minúcia para compor o painel surgem construções hiper-realistas mescladas com perspectivas surrealistas que tornam o real fugidio. Ocorreu dessa forma na descrição das raças formadoras da sociedade brasileira. O português descrito por Gilberto não é tão mourisco quanto o espanhol. Tem pitadas de sangue celta, mas desembarca no Brasil como um tipo histórico tismado com as cores quentes da África. O indígena é demasiado tosco para quem conhece a etnografia das Américas. Nosso autor considera os indígenas meros coletores, quando, segundo Darcy Ribeiro, sua contribuição para a domesticação e o cultivo das plantas foi maior que a dos africanos.</p> <p style="text-align: right;">Fernando Henrique Cardoso, 2003.</p>
Livro / 2012 / Ed Gráfica Lops / 1ª. Edição	<p>EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS - Outras perspectivas para o Brasil / Guimes Rodrigues Filho Vânia Aparecida Martins Bernardes João Gabriel do Nascimento Organizadores.</p>	Século XX	Negros; Literatura Infantil; Lei 10639/03.	<p>Este livro é resultado da movimentação de negros e negras, de ontem e de hoje, que participaram e participam ativamente na luta por uma educação anti-racista, pela implementação de políticas públicas voltadas para a população negra brasileira, entre outras. Os artigos aqui apresentados são oriundos dos trabalhos de conclusão de curso do <i>I curso de especialização em Educação das Relações Etnicorraciais e História e Cultura Africana e Afro Brasileira</i>, promovido pelo Núcleo de Estudos Afro Brasileiros. O livro está dividido em oito partes, sendo que cada parte recebe o nome de uma personalidade negra, um homem ou mulher que fez de sua vida uma ação direta na luta pelos Direitos Humanos e pelo fim do racismo. Deste modo, a inserção dos nomes Antonieta de Barros, Lélia Gonzales, Grande Otelo, Mestre João Pequeno de Pastinha, Mãe Menininha de Gantois, Abdias do Nascimento, Carolina Maria de Jesus e Solano Trindade é um agradecimento e uma singela homenagem a esses negros e negras que não se cansaram de pensar e repensar fórmulas para um Brasil onde a equidade racial não fosse mais um mito, mas uma realidade. Os artigos que compõem esta obra trilham caminhos diversos: temos trabalhos que abordam os</p>

				<p>reflexos do racismo no cotidiano escolar; as representações dos sujeitos negros, bem como do continente africano, nos livros didáticos, literatura e meios midiáticos; apontamentos sobre a presença da mulher negra na política brasileira, bem como a inserção dessas no mercado de trabalho; a presença e relevância das tradições de matrizes africanas em nosso cotidiano, assim como os diálogos entre tradição e modernidade; reflexões acerca da implementação da Lei Federal de 10.639/2003 nas instituições escolares e propostas de novos métodos de aplicação da lei no sistema educacional. Educação para as Relações Étnico-Raciais: Outras perspectivas para o Brasil é um título que resume a dimensão da multidisciplinaridade dos artigos e a importância dos mesmos para uma melhor compreensão da realidade brasileira dialogando com práticas possíveis para a superação do racismo em nosso cotidiano.</p> <p style="text-align: right;">João Gabriel do Nascimento</p>
<p>Livro / 2016 / Editora Casa Cultura – 1ª. Edição.</p>	<p>DE MADEIRAS E ARTES DE FAZER FLEXAS: apontamentos teórico-metodológicos em História da Educação / Fabiana Garcia Munhoz, Felipe Tavares Moraes, Sandra Caldeira-Machado Rachel Duarte Abdala, Wiara Rosa Rios Alcântara. (Organizadoras)</p>	<p>Século XIX.</p>	<p>Brasil; Educação.</p>	<p>O Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação, carinhosamente chamado de NIEPHE, foi criado em 1996. Naquele momento, constituía-se de apenas uma docente da Faculdade de Educação - USP, Diana Gonçalves Vidal, e dois alunos provenientes da FEUSP, Rosane Nunes Rodrigues e Osvaldo Camilo Nogueira de Almeida, e quatro do Departamento de História da FFLCH-USP, André Luiz Paulilo, José Claudio Sooma Silva, Rachel Duarte Abdala e Teresa Marcela Meza Baeza. Surgia como resultado de um auxílio concedido pela FAPESP, na modalidade Jovens Pesquisadores em Centros Emergentes, ao projeto <i>A escola na sua materialidade: estratégias e táticas</i> (Distrito Federal, 1927-1930), realizado no Instituto de Estudos Brasileiros - USP. O apoio garantia recursos materiais e humanos ao desenvolvimento da pesquisa, com a concessão de suporte a compra de equipamentos e materiais de consumo, além de bolsas de Iniciação Científica a todos os graduandos envolvidos. Ao longo destes 20 anos, o NIEPHE incorporou outras docentes da FEUSP, inicialmente Maurilane de Souza Bicca e mais recentemente Maria Ângela Borges Salvadori e Ana Luiza de Jesus Costa; e abrigou 31 bolsistas IC, 28 mestrandos, 30 doutorandos e 12 Pós-doutorandos, totalizando 101 orientações concluídas ou em andamento. Assim, temos muito a comemorar. Por isso, resolvemos não apenas lançar mais um livro com o resultado das</p>

				<p>investigações do grupo, mas tornar este livro o primeiro volume da Coleção Educação & História que passaremos a editar. Para compor o Comitê Editorial, De madeiras e artes de fazer flechas: apontamentos teórico-metodológicos em História da Educação convidamos colegas de Universidades brasileiras e estrangeiras que estiveram associados à história do NIEPHE como colaboradores e/ou antigos membros. Os livros em formato de e-book estarão disponíveis para download gratuito na Plataforma do NIEPHE: www.usp.br/niephe. Nossa intenção é acrescentar dois títulos à Coleção a cada ano. Não deixa de ser uma proposta ambiciosa; ao mesmo tempo um desafio estimulante que projeta o NIEPHE para o futuro, evidenciando nosso desejo de comemorar ainda muitos aniversários.</p> <p style="text-align: right;">Diana Vidal e Maurilane Biccas</p>
Relatório / 2016 / Centro de Documentação e Disseminação de Informações IBGE	TEIXEIRA DE FREITAS E A CRIAÇÃO DO IBGE - Correspondência de um homem singular e plural / Nelson de Castro Senra	Século XX	IBGE; Teixeira de Freitas; Educação; Brasil.	<p>O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ao atingir em 2016 a marca de 80 anos de ótimos serviços prestados ao Brasil, tendo a admiração da sociedade e seu crescente reconhecimento, não poderia deixar de honrar aquele que esteve à frente de sua criação desde o início da década de 1930, culminando naquele dia especial, 29 de maio de 1936, quando o Embaixador José Carlos Macedo Soares tomou posse em sua Presidência. Estamos falando de Mário Augusto Teixeira de Freitas, um homem singular e plural, em oportuno registro no título deste livro. Singular em seu modo de atuar, plural em seu modo de pensar. Focava o Brasil; queria um Brasil mais justo. Nenhum assunto do Brasil lhe escapava e a todos dava atenção da razão, e – por que não? – também da paixão. O IBGE seria sua maior criação singular, e por ele lutou até seu último suspiro. Seu lema o afirma: “Faça o Brasil a estatística que deve ter, e a estatística fará o Brasil como deve ser”. Já em seu tempo, pensou um Instituto autônomo e independente e moldou uma mística ibgeana que, desde então, incutiu no espírito de seus técnicos. Todos, desde sempre, atuam pela razão, no amparo est Em favor do Brasil, tendo olhos no IBGE, Teixeira de Freitas abriu um vasto círculo de sociabilidade, que este livro muito bem revela. Ele foi um missivista incansável, centrando sobremodo a atividade estatística e a educação, mas também pensou o território – em sua variedade geográfica – bem assim o município, a mudança da capital federal; lutou pela reforma ortográfica, pela construção de um planetário</p>

				<p>na capital federal; militou pela adoção do Esperanto, e ainda filosofou sobre religião, afora outros temas. Seus discípulos o admiravam, não raro com paixão. Os que com ele dialogavam o admiravam também, ou, ao menos, o respeitavam. Muitos seguiam suas ideias e as expandiam, mas hoje, infelizmente, ele é um pensador quase que apenas conhecido intramuros, no âmbito do IBGE. Isso é pouco e não é justo. De fato, sua atuação na criação do IBGE, o tendo feito de forma ímpar, já lhe bastaria para ser um dos Grandes Homens do Brasil, mas, porque pensou o Brasil, Teixeira de Freitas precisa ser retomado como um dos seus grandes pensadores e idealizadores. É preciso disseminar seu pensamento, dando a todos sua real dimensão humana, intelectual e profissional. Que o Brasil lhe faça honra, a ele que sempre lhe deu honradez. Que Mário Augusto Teixeira de Freitas, de novos e muitos estudos e pesquisas, ressurja grande como pensador do Brasil, como complexo e completo intelectual.</p> <p style="text-align: right;">Wasmália Bivar</p>
Relatório / 2016 / Centro de Documentação e Disseminação de Informações IBGE	TEIXEIRA DE FREITAS - um cardeal da educação brasileira Sua atualidade intelectual / Nelson de Castro Senra.	Século XX	IBGE; Teixeira de Freitas; Educação; Brasil.	<p>O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE houve por bem nomear 2008 como o “Ano Teixeira de Freitas da Estatística Brasileira”, marcando o centenário de sua entrada na atividade estatística (1908-2008), na antiga Diretoria Geral de Estatística, ao tempo de Bulhões Carvalho. Por certo, uma justa lembrança ao nosso fundador. Nesse contexto, fizemos realizar este ano dois seminários: um, em homenagem ao Embaixador Macedo Soares, nosso primeiro presidente, com quem Teixeira de Freitas trabalhou em estreita sintonia; outro, alusivo à temática do municipalismo, marcando os 60 anos da criação da <i>Revista Brasileira dos Municípios</i>, e que o IBGE editou por 20 anos (nesta ocasião focamos as figuras de Rafael Xavier e do próprio Teixeira de Freitas, ambos militantes do movimento municipalista). Afora isso, nos unimos à Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, em abertura aos festejos do centenário de nascimento de Lyra Madeira (1909-1979), grande mestre da demografia brasileira, que conviveu com Teixeira de Freitas. Pois agora, para encerrar esses festejos, promovemos um seminário nomeado “Teixeira de Freitas, um cardeal da educação brasileira. Sua atualidade intelectual”, usando a forma com que ele mesmo se referia a Fernando de Azevedo, a Anísio Teixeira e a Lourenço Filho, e que bem vale para ele, pelo tanto que pensou e influenciou na medição da</p>

				<p>educação brasileira. Além disso, como disse Fernando de Azevedo, “sem ser professor, passaria a vida ensinando, doutrinando e pregando. Incansável produtor de discursos, de ensaios, de estudos e monografias, infatigável conferencista, grande missivista e mais ainda conversador; homem de idéias, passava rápido à ação, em suas famosas campanhas, sempre com solicitude e tenacidade; conquistava e persuadia com maestria.” Os textos a seguir deixam claro seu papel no pensar e no medir a educação brasileira. Há textos de época: alguns dele e de outros, pelas polêmicas que provocou; há textos sobre a repartição de estatística da educação, que criou e chefiou por duas décadas; e há os afins àquele tempo, e por ele inspirados. Fora esses textos de época, há textos atuais pensando e avaliando suas contribuições, bem assim, sua atualidade. Eles deixam evidente a correção da escolha da temática educação para focar, agora, este homem múltiplo, que atuou em muitos lugares, sobre muitos temas, e que não cansa de nos surpreender, como nos têm mostrado seus documentos pessoais, que estão sendo organizados em um trabalho conjunto com o Arquivo Nacional, em cujo acervo estão.</p> <p style="text-align: right;">David Wu Tai</p>
<p>Livro / 2016 / Editora Edgard Blücher Ltda.</p>	<p>ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM HUMANIDADES E LETRAS / Adriana Freitas Neves, Maria Helena de Paula, Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos, (organizadores); Jozimar Luciovanio Bernardo, Maria Gabriela Gomes Pires (organizadores de área).</p>	<p>Século XX</p>	<p>Ciência sociais; Educação; Ensino; Professores negros; racismo; discriminação.</p>	<p>O desafio da interdisciplinaridade está posto neste livro, idealizado pela Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG) da UFG, Regional Catalão (RC), e viabilizado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg). Dispõem-se, adiante, 28 textos resultantes de trabalhos apresentados no III Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (III SPPGI), os quais estão organizados em três partes, conforme as temáticas dos capítulos, a saber: Parte I: trabalhos desenvolvidos por autores das áreas de História e Ciências Sociais; Parte II: artigos da área da Educação e Parte III: textos de estudiosos da área de Letras e Linguística. A Parte I deste volume inicia-se com o trabalho “A cor da ternura: o desafio de ser professor negro na educação atual do sudeste goiano”, que problematiza a questão do racismo no Brasil no que se refere à relação entre o professor negro e a educação. Para tanto, a autora apresenta a pesquisa de campo na qual buscou arrolar um quantitativo de professores negros do ensino público das cidades do sudeste de Goiás. No Capítulo 2, “Educomunicação e o ensino de História”, os autores discorrem sobre assuntos relacionados ao ensino de História a partir de uma</p>

				<p>discussão sobre a necessidade de o professor usufruir dos meios de comunicação tornando-os um método de ensino. Ainda problematizando questões de ensino, o Capítulo 3, “Ensino de história a partir do teatro: entre práticas e representações”, apresenta uma discussão teórica sobre a contribuição do teatro para o ensino de história. O Capítulo 4, “Os feminismos e a ausência das mulheres nos livros didáticos de História”, apresenta algumas considerações sobre gênero e representação da mulher nos livros didáticos. O próximo texto, “História do livro escolar – Goiás: coração do Brasil”, que ocupa o quinto capítulo, também pesquisando em livros didáticos, faz conhecer, no que se refere ao contexto, ao momento histórico e ao governo em exercício, o primeiro livro utilizado em Goiás, intitulado Goiás: coração do Brasil, de Ofélia Sócrates Nascimento Monteiro, publicado em 1934. No ensejo de entender as origens das relações de gênero que se instauraram no Brasil, o texto “A Legenda Áurea e o Livro das Leis e Posturas – uma ordenação das relações de gênero em Portugal medieval: resultados parciais”, disposto como o Capítulo 6, analisa as obras Legenda Áurea e Livro das Leis Póstumas e, assim, discute as relações de gênero na sociedade portuguesa no período medieval. O Capítulo 7, “A precarização do trabalho no limiar do século XXI”, busca compreender o processo e os níveis de precarização do trabalho do homem em meio às constantes alterações de locais de trabalho. No Capítulo 8, “Reforma do sistema eleitoral e político: construções partidárias de uma nova realidade política”, estudam-se algumas propostas partidárias de reforma política que integram a bancada política atual, no intento de verificar os seus pontos de vista ideológicos e programáticos. A Parte II é inaugurada com o Capítulo 9, “Adolescência e sexualidade no contexto atual: desafios do PIBID de Psicologia da UFG/Regional Catalão”, que expõe algumas reflexões sobre a sexualidade na adolescência, realizadas durante as experiências da pesquisa empreendida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), do curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG/RC), em um colégio estadual de Catalão-GO. Nessa perspectiva de análise, o Capítulo 10, “Conteúdos africanos e afro-brasileiros na formação de professores de Educação Física: uma reflexão com o PIBID”, também apresenta os resultados obtidos no PIBID</p>
--	--	--	--	---

				<p>durante a aplicação de conteúdos afro-brasileiros dentro do eixo dança, em especial, o Maculelê, durante a disciplina de Educação Física em uma escola estadual de tempo integral, também de Catalão-GO. O Capítulo 11, “A dimensão ambiental na formação inicial de professores de Química no estado de Goiás: relatos iniciais”, é um estudo de cunho quantitativo e qualitativo que teve como objetivo, a partir de análise documental de projetos pedagógicos de curso e ementários de cursos de Licenciatura em Química de Ensino Superior público do estado de Goiás, elaborar um mapeamento de disciplinas do currículo que versam sobre a dimensão ambiental. O Capítulo 12, “Ensino de Geografia: mapeando o espaço cotidiano”, descreve uma atividade pedagógica que envolveu o ensino de Cartografia, desenvolvida em uma escola pública de Catalão-GO. O Capítulo 13, “A estimulação precoce de crianças público-alvo da Educação Especial na Educação Infantil”, discute a necessidade de estimulação precoce como um importante programa educacional para o desenvolvimento das crianças público-alvo da educação especial, na faixa etária de 0 a 3 anos. O Capítulo 14, “Implantação da educação inclusiva na rede municipal de ensino de Catalão-GO e o trabalho do professor de apoio à inclusão: políticas, práticas e desafios”, mediante análise de documentos, entrevistas e aplicação de questionários, objetiva dar a conhecer o processo de implantação da Educação Especial nas escolas municipais de Catalão-GO e as didáticas utilizadas pelos seus professores. O próximo capítulo, “Práticas de letramento na educação infantil: a experiência a partir da prática”, narra as atividades de letramento e alternativas pedagógicas desenvolvidas como parte das ações do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que buscaram despertar o gosto pela leitura em alunos da Educação Infantil, em especial do Jardim II. Nessa perspectiva de ensino, o Capítulo 16, “Professores de Educação Especial, atendimento educacional especializado em salas de recursos e a inclusão em Goiás”, a partir de entrevistas coletivas de professores que participam do Observatório Goiano de Educação Especial/Observatório Catalano de Educação Especial (Ogeesp/Oceesp), elabora algumas considerações sobre o uso de recursos multifuncionais em sala de aula. O texto “Programa e método de leitura na reforma educacional goiana de 1930” procura descrever as</p>
--	--	--	--	--

				<p>diretrizes estabelecidas na Lei n.º 13, de 23 de julho de 1835 direcionadas ao Ensino Primário em Goiás, no que se refere, principalmente, à organização e às propostas para o ensino da leitura. O Capítulo 18, “Psicologia e EJA: aproximações em busca de novas possibilidades de vida”, descreve as experiências obtidas a partir do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) de Psicologia da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, desenvolvidas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Colégio Estadual “Maria das Dores Campos”, em 2014, com o fito de ampliar a formação dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos. O Capítulo 19, “Subsídios das representações sociais para análise da gestão escolar democrática”, tem como propósito analisar a gestão escolar democrática à luz da Teoria das Representações Sociais. O capítulo subsequente, “O fracasso escolar e o processo de ensino-aprendizagem: múltiplos olhares”, apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida durante o estágio acadêmico dos autores que objetivaram levantar questões relacionadas aos possíveis motivos que ocasionam o fracasso escolar. O Capítulo 21, “O pioneirismo da Escola Paz e Fraternidade no atendimento aos alunos com deficiência em Ipameri-GO”, relata a história do atendimento educacional de pessoas com deficiência em Ipameri-GO. Para tanto, recorreu-se à Escola Paz e Fraternidade do município mencionado. O Capítulo 22, “O uso do acervo do PNDE em oficinas de leitura no 1º ano do Ensino Fundamental”, é um trabalho oriundo de uma pesquisa de mestrado cujo propósito foi analisar o uso dos livros literários do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) por alunos do 1º ano do Ensino Fundamental que participam de uma oficina de leitura de uma escola no interior do estado de Goiás. A Parte III se finda no Capítulo 23, “Vygotsky e o desenvolvimento infantil”, que traz o relato de algumas das atividades de estágio desenvolvidas por discentes do curso de Psicologia do Centro de Ensino Superior de Catalão. No texto “Lematização no ‘Glosário Regional’ da obra Estudos de Dialetoportuguesa: Linguagem de Goiás (1944)”, 25º capítulo, abordam-se os parâmetros utilizados na elaboração dos constituintes da microestrutura, denominados verbetes. O Capítulo 26, “Os bens do município de Catalão no século XIX”, apresenta algumas das unidades lexicais que se referem aos bens deixados em herança,</p>
--	--	--	--	---

				<p>registrados em quatro autos de partilhas lavrados nos anos iniciais da cidade Catalão, emancipada no século XIX. O Capítulo 27, “Representações do feminino e questões relacionadas ao corpo em Vergonha dos pés, de Fernanda Young”, com ênfase na citada obra, lança um olhar mais detalhado para questões de gênero e abordagens sobre corpo presentes na literatura de autoria feminina hodierna, possibilitando uma investigação mais aprofundada acerca de tais temas. “Sem que ninguém o possa chamar jamais a escravidão: estudo inicial sobre cartas de liberdade” encerra a presente obra, apresentando a análise de duas Cartas de Liberdade, registradas em 1864 e 1865, no Cartório de 2º Ofício de Notas de Catalão. Assim, as autoras propõem, mediante leitura e análise acuradas, compreender o contexto histórico contemporâneo à redação das cartas, resgatando a história e cultura daquela época. Pode-se perceber que os textos que compõem esse volume constituem oportunidades ímpares para discutir múltiplas e urgentes questões na área das Humanidades e Letras, em especial, no âmbito do ensino e dos estudos da linguagem. Que a leitura das interdisciplinaridades que caracterizam os resultados destas pesquisas seja proveitosa e, sobretudo, prazerosa!</p> <p style="text-align: right;">Os organizadores</p>
<p>Livro / 2017 / Editora Edgard Blücher Ltda.</p>	<p>EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES - concepções, políticas e práticas / Selma Martines Peres, Maria Helena de Paula, Márcia Pereira dos Santos (organizadoras).</p>	<p>Século XXI</p>	<p>Formação de Professores; Inclusão Escolar; Ciências da Natureza.</p>	<p>O propósito desta coletânea e divulgar os resultados de pesquisas concluídas e em andamento que foram apresentadas no IV Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, em setembro de 2016, nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Este volume, em especial, traz instigantes contribuições para a área da Educação a partir de concepções e abordagens diferentes, mas que contribuem para o debate no cenário educacional. Os trabalhos publicados apresentam reflexões e discussões que abordam a formação – inicial e continuada, as concepções, práticas e materiais pedagógicos, educação especial e políticas educacionais evidenciando, assim, a preocupação dos pesquisadores em refletir e compreender os processos educativos. Em um cenário em que tantos desafios estão postos no campo da educação, seja no âmbito das ações governamentais ou da busca de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade, cada vez mais assinala-se a importância das pesquisas e a necessidade de divulgação e socialização do conhecimento produzido na área</p>

				<p>educacional. Nestes termos, o presente volume foi dividido em três sessões organizadas a partir da aproximação temática das discussões, a saber: a) <i>Formação de Professores, Educação Especial e Programas educacionais</i>, b) <i>Ensino, Concepções e Práticas Educativas</i>, c) <i>Livros Didáticos e o Lúdico na Educação</i>. A sessão <i>Formação de Professores, Educação Especial e Programas Educacionais</i> congrega oito artigos, que tem como eixo temático as discussões sobre o evento contou com apoio financeiro: Edital 03/2016 PAEP/CAPES, processo 88881.121761/2016-01 e CHAMADA PUBLICA N° 02/2016 – SELECAO PUBLICA DE PROPOSTAS PARA APOIO A REALIZACAO DE EVENTOS CIENTIFICOS, TECNOLÓGICOS E DE INOVACAO DE ABRANGÊNCIA NACIONAL OU INTERNACIONAL, NO ESTADO DE GOIAS – No do processo/FAPEG - 201610267000918. Educação e formação de professores temas formação de professores, educação especial e programas que fazem parte da política educacional brasileira. Assim, no primeiro capítulo “Formação de professores de Ciências na perspectiva da Educação Especial: análise da produção científica sobre o tema”, de Fernanda Welter Adams, Dulcéria Tartuci e Marcos Vinícios Rabelo Procópio, observa-se uma análise dos artigos científicos sobre formação de professores de ciências da natureza na perspectiva da educação especial e inclusão publicados no Scientific Electronic Library – Online (SciELO). Wender Faleiro e Sebastiana de Lourdes Lopes Flaviano apresentam no capítulo “Formação de professores para o Ensino de Ciências dos anos iniciais da Educação Básica” uma análise de dois cursos de Pedagogia de IES públicas do sudeste goiano, com o propósito de verificar a contribuição desta formação para os Pedagogos atuarem no Ensino de Ciências da Educação Básica. O capítulo três, intitulado “Biografia e Formação: narrativas de uma aluna do ensino superior UFG-Catalão” de Wolney Honorio Filho e Renata Cristine Santos Vaz partem de uma pesquisa sobre memórias, histórias de vida e formação de alunos e alunas da graduação e pós-graduação focalizando um memorial de formação de uma aluna, em que se analisa as perspectivas de formação tendo em vista o processo de escolarização. No capítulo seguinte, “Educação, Desenvolvimento e Deficiência: contribuições de Suchodolski e Vigotski”, Paula Fernandes de Assis Crivello Neves e</p>
--	--	--	--	---

				<p>Dulceria Tartuci apresentam algumas reflexões a partir do viés do materialismo dialético, acerca das discussões filosóficas realizadas por Suchodolski e Vigotski, principalmente em obras que abordam a educação, desenvolvimento e deficiência. A problemática da dinâmica do Laudo Clínico e pedagógico como ferramenta política de acesso ao aluno Público-alvo da Educação Especial na Sala de Recursos Multifuncionais, da região sudeste de Goiás e discutido por Elizangela Vilela de Almeida Souza e Maria Marta Lopes Flores no quinto capítulo, intitulado “Laudo na Educação Especial em Goiás: acesso ou restrição”. Dulceria Tartuci, Rafaela Aparecida Silva Ferreira Diniz e Rosana Maria Purcina Dias apresentam no capítulo “Educação Especial e Educação do Campo: interfaces e o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais” uma interessante análise acerca da inclusão do público alvo de Educação Especial na Educação do Campo em Goiás, a partir da investigação das condições de funcionamento de uma escola do campo de um distrito que faz parte do município de Catalão-Goiás. O sétimo capítulo tem como título “Organização e funcionamento dos subprojetos PIBID: contribuições com a formação docente” de autoria de Marília Rita dos Santos e Dulcéria Tartuci trazem uma discussão sobre a formação de professores levando-se em consideração o contexto atual e suas práticas pedagógicas e, ainda, apresenta o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (Pibid). Para finalizar esta sessão, o capítulo “O acesso a Educação Infantil via Programa Proinfância” elaborado por Ângela Maria Barbosa Pires e Maria Marta Lopes Flores apresentam uma análise documental e estatística acerca da viabilidade do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para rede escolar pública de Educação Infantil, o PROINFANCIA. A segunda sessão deste volume: <i>Ensino, Concepções e Práticas Educativas é constituído por</i> cinco capítulos que tem em comum discussões que envolvem concepções e práticas do processo educativo e, ainda, alguns elementos que compõem as análises sobre ensino. Nessa perspectiva, o capítulo nove, “A concepção de formação continuada dos professores da Educação Infantil em Catalão - GO: uma análise a partir da teoria histórico-cultural” de Adriana Damiao e Janaina Cassiano apresenta, a partir do recorte temporal os anos de 2005-2015, uma análise de como os</p>
--	--	--	--	--

				<p>professores da Educação Infantil de Catalão / GO percebem o seu papel e a concepção que tem sobre formação continuada. “Reflexões sobre conceitos utilizados nas políticas e práticas educacionais inclusivas brasileiras” e o título do capítulo dez, de autoria de Fabiano Elias Nunes e Wender Faleiro. Neste, os autores analisam os conceitos e aplicabilidade dos termos Integração, Inclusão e Ressocialização dentro do contexto das Políticas e Práticas educacionais. Outro capítulo que também trata das discussões sobre concepções foi elaborado por Rejane Abadia de Alvarenga e Janaina Cassiano Silva, qual seja: “A medicalização do fracasso escolar: concepção de professoras do ensino fundamental”. Aqui as autoras apresentam a preocupação com o processo de medicalização na educação tendo como propósito analisar concepções dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental acerca do processo de medicalização do fracasso escolar. O décimo segundo capítulo intitulado “Professor de apoio, bidocência e as possibilidades de ensino colaborativo como apoio a inclusão de estudantes com deficiência” de Joice Macedo Vinhal e Dulceria Tartuci analisam o papel e atuação do professor de apoio a inclusão e as relações estabelecidas com o professor regente de referência. Encerrando essa sessão, Alynne Lara Souza; M. R. Cassia-Santos e Antover Panazzolo Sarmento, no capítulo “Educação Ambiental e a reutilização de óleo de fritura no Colégio Estadual Joao Netto de Campos” apresentam a reflexão acerca da prática em sala de aula, em que produziram um sabão ecológico integralizando assim, conceitos de química e, ainda, sensibilizando para as questões ambientais. Educação e formação de professores A última sessão a compor este volume e <i>Livros Didáticos e o Lúdico na Educação</i>. Nesta parte foram reunidos quatro capítulos, sendo que dois deles tratam dos materiais pedagógicos, em especial, o livro didático e outros dois, trazem a especificidade de discutir a questão do lúdico e dos jogos e brincadeiras. No décimo quarto capítulo deste volume, “A discriminação social “mascarada” nos tempos atuais - uma análise crítica sobre discriminação em livros didáticos de Biologia”, Fabricio Henrique Fernandes, Gustavo Silveira dos Santos Ribeiro, Mariana Queren Rodrigues Tristão e Priscila Afonso Rodrigues de Sousa buscam verificar a questão do preconceito e da discriminação nos livros didáticos de</p>
--	--	--	--	--

				<p>Biologia. O capítulo seguinte “Análise de livros utilizados no ensino de química no estado de Goiás” também trata do livro didático, sendo que a proposta dos autores, Geiza Pereira de Assunção, Murillo Henrique de Matos Rodrigues, Vanessa Pires e Priscila Afonso Rodrigues de Sousa e em observar os aspectos gráficos, linguagem e conteúdo no que diz respeito ao estudo de cálculo estequiométrico.</p> <p>O penúltimo capítulo, “O brincar/jogo de papéis sociais e a Educação Especial: levantamento bibliográfico na Educação Infantil” de Ana Paula Manica e Janaina Cassiano Silva realizam um levantamento bibliográfico no período de 2000 a 2015, com o propósito de analisar papéis sociais na educação infantil a partir de jogos e brincadeiras, especificamente no que se refere a educação especial. Encerra essa sessão, o capítulo “O lúdico na radioatividade: trabalhando com a lei 10.639/03” de autoria de Jose Guilherme Martins Siqueira, Romário Pereira da Costa, Nathalia Sayuri Tatenó e Priscila Afonso Rodrigues de Sousa. Neste texto, os autores apresentam o desenvolvimento de um jogo sobre radioatividade, a ser explorado e desenvolvido na disciplina de química, a partir de do jogo com um tabuleiro e cartas que trabalham com a ancestralidade e o tempo de meia vida de material radioativo (carbono-14) e, ao mesmo tempo, instigando o aluno a conhecer sobre essa temática. Frente a diversidade de leituras, esperamos que o(a) leitor(a) se sinta instigado a estender e aprofundar os conhecimentos sobre a educação, de forma crítica e reflexiva, contribuindo assim, para a produção de novas pesquisas e produção de conhecimento na área. Por fim, esclarecemos que e de inteira responsabilidade dos autores e autoras as ideias defendidas, assim como o uso culto da Língua Portuguesa e a aplicação das normas técnicas da ABNT.</p> <p style="text-align: right;">Os organizadores</p>
Livro /2017 / Editora Atena – 1ª. Edição.	CAMPO DE SABERES DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL / Editora chefe Antonella Carvalho de Oliveira	Século XX	Nova História Cultural; História da Educação; Cultura Escolar; História da Educação.	Pensar como as instituições escolares e seu interior vão se constituindo, suas concreções de ações, continuidades e persistências é considerado um importante campo de observação e investigação relevante para os pesquisadores que estudam a História da Educação. Pensar sobre a cultura escolar, no âmbito da Nova História Cultural e se há possibilidade de congruência e interligação entre esta e a História da Educação é o principal objetivo deste artigo de revisão e outras que compõem essa obra. Para tanto,

				<p>propõe-se um estudo das pesquisas feitas por Antônio Viñao Frago, 1995. O texto suporte utilizado para a apresentação é o “HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E HISTÓRIA CULTURAL: possibilidades, problemas, questões de autoria do mesmo. As ideias apresentadas foram dispostas em momentos: o primeiro momento fala do conceito de História Cultural, sobre seu aspecto interdisciplinar; o segundo a reflexão sobre a profissionalização docente, disciplinas e história cultural, da ligação entre estas abordagens; o terceiro aborda a cultura, organização e escola: o espaço e o tempo escolar numa perspectiva de práticas cotidianas e um último momento o texto procura traçar uma conexão entre história cultural, história intelectual e história da mente, apresentando a mente e seu sentido enquanto elemento da história das interações entre o oral, o escrito e o da cultura escrita e mentalidade letrada promovendo a fusão entre a história cultural e a história da educação. E, por fim nas considerações finais retoma-se a reflexão inicial trazendo a percepção sobre a Nova História Cultural e a História da Educação enquanto possibilidades de domínios e dimensões, levando em consideração que estes são elementos geradores de modalidades historiográficas.</p> <p style="text-align: right;">Raquel Magnólia Ferreira Ranzatti</p>
--	--	--	--	---

Quadro 17 (14E) - Outras Publicações

Publicação / Ano	Título / Autor	Período de Abrangência	Palavras Chave	Resumo
Pesquisa / 2001	NEGRO E EDUCAÇÃO: presença do negro no sistema educacional brasileiro / Marcus Vinicius da Fonseca, Patrícia Maria de Souza Santana, Cristiana Vianna Veras, Eliane Botelho Junqueira, Júlio Costa da Silva, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Regina Pahim Pinto (Organizadores).	1999 - 2000	Negros; Desigualdades sociais; Práticas educacionais; Relações raciais; Raça e gênero.	É com grande satisfação que a Comissão Organizadora do I Concurso Negro e Educação traz a público resultados de pesquisas realizadas no contexto desta iniciativa (1999-2000), promovida pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd e pela Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, com o apoio da Fundação Ford. O Concurso buscou, entre outros objetivos, incentivar linhas de pesquisa na área e, sobretudo, propiciar condições para formar pesquisadores. Nesse sentido, foi dada prioridade a projetos de candidatos com pouca ou nenhuma experiência em pesquisa, dando-se ênfase a questões pouco exploradas na área. Os selecionados tiveram um ano para desenvolver suas investigações. Os quatro trabalhos selecionados para esta coletânea são uma contribuição importante para a cada vez mais atual discussão sobre as desigualdades sociais, particularmente quanto à escolarização do segmento negro. Essa discussão vem colocando para a sociedade brasileira questões que há muito tempo são debatidas no âmbito do movimento negro, e que começam a ser cogitadas pelos formuladores de políticas públicas. Cada um dos autores apresenta o resultado de seu estudo (com a precisão possível para um iniciante) de forma simples, às vezes em tom coloquial, sem entretanto, simplificar a complexidade das questões abordadas. Os leitores poderão verificar a relevância dos resultados encontrados e a contribuição inegável de cada um dos trabalhos aqui apresentados para o conhecimento na área. O primeiro trabalho, <i>As primeiras práticas educacionais com características modernas em relação aos negros no Brasil</i> , de Marcus Vinicius Fonseca, é um estudo de caráter histórico sobre a educação de crianças negras, no contexto da promulgação da Lei do Ventre Livre, de 1871. Desvenda os embates travados entre os que defendiam os interesses dos proprietários de escravos e aqueles que lutavam para que as crianças, filhas de escravas nascidas livres, tivessem uma educação que as preparasse para a vida livre. O segundo, intitulado <i>Rompendo as barreiras do silêncio: projetos</i>

				<p><i>pedagógicos discutem relações raciais em escolas da rede municipal de ensino de Belo Horizonte</i>, de Patrícia Maria de Souza Santana, analisa projetos pedagógicos e outras iniciativas, em escolas públicas daquela cidade, visando à discussão das relações raciais no Brasil, bem como o conhecimento e a valorização da cultura e da história dos negros. O estudo mostra que tais iniciativas são mais numerosas do que se costuma pensar; revela também a influência direta, muitas vezes solitária, de professores negros. O terceiro estudo, <i>Estudantes negros e a transformação das faculdades de direito em escolas de justiça: a busca por uma maior igualdade</i>, foi elaborado por Cristiana Vianna Veras. Analisa a transformação do perfil dos estudantes de direito, em termos raciais e sociais, num universo tradicionalmente conservador e homogêneo, levantando a hipótese de que tal transformação poderá contribuir para formar futuros operadores de direito mais conscientes da desigualdade social e mais próximos da realidade brasileira. O quarto trabalho, <i>Raça e gênero na trajetória educacional de graduandas negras da Unicamp</i>, de Júlio Costa da Silva, analisa depoimentos de alunas negras da Unicamp sobre sua trajetória educacional desde o ensino fundamental, discutindo especificamente as discriminações e preconceitos que as atingiram e a maneira como reagiram a tais situações. Seu estudo, em que se destaca a riqueza dos depoimentos, articula raça e gênero, e indica que as mulheres, pela posição que ocupam, são mais sensíveis ao preconceito e à discriminação. O volume é aberto com um texto introdutório (<i>Formação de pesquisadores no contexto do I Concurso Negro e Educação</i>), onde as professoras Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Regina Pahim Pinto, a quem coube coordenar o processo de desenvolvimento do Concurso e as atividades dele decorrentes e que organizaram esta coletânea, tecem considerações sobre a formação de pesquisadores e, de modo geral, sobre os limites e possibilidades que se apresentaram no contexto desta iniciativa.</p> <p style="text-align: right;"><i>A Comissão Organizadora</i></p>
Texto / 2003	A EDUCAÇÃO BÁSICA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	1988 - 2002	Criança e adolescente; Direito à Educação Básica;	A educação foi tema presente, direta ou indiretamente, em todas as constituições brasileiras. No que se refere à educação na Constituição Federal de 1988, dois aspectos podem ser destacados: a participação da sociedade civil na elaboração dos dispositivos que regulam a educação

	/ Josiane Rose Petry Veronese e Cleverton Elias Vieira		Constituição Federal de 1988.	nacional e o tratamento dado ao ensino fundamental, elevado à categoria de direito público subjetivo. O Estatuto da Criança e do Adolescente praticamente repete os dispositivos da Constituição relativos à educação, tendo em vista que os mesmos se encontram em plena sintonia com a Doutrina da Proteção Integral.
Pesquisa / 2005	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO NEGRO E OUTRAS HISTÓRIAS: Jeruse Romão (Organização).	1961 - 2003	Negro; Educação; História da Educação do Negro; Políticas educacionais; Formação de Professores; Currículo Escolar; História social da educação; Legislação educacional.	O Brasil, país com a segunda maior população negra do mundo - atrás apenas da Nigéria -, conseguiu ao longo de sua história produzir um quadro de extrema desigualdade entre os grupos étnico-raciais negro e branco. Até bem pouco tempo, o Estado brasileiro não incorporava as categorias racismo e discriminação racial para explicar o fato de os negros responderem pelos mais baixos índices de desenvolvimento humano, e os brancos pelos mais elevados. A despeito dessa tentativa de silenciamento, a resistência negra tem se mantido e se fortalecido, a ponto de atualmente não ser mais possível, num debate lúcido, a defesa da imagem da sociedade brasileira como um exemplo de democracia racial. Por meio de pressão e atuação incessantes, o movimento negro organizado denunciou as condições de vida da população negra brasileira, evidenciando, entre outras coisas, que o acesso e a permanência dessas pessoas no sistema educacional é permeado por uma série de entraves. Tais constatações acabaram por obrigar o Estado a construir políticas públicas de combate a essas desigualdades sociais e educacionais. Em 9 de janeiro de 2003, a Lei no 10.639 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394), instituindo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras. No ano seguinte, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas. À luz da trajetória educacional dos negros, esta obra, sexto volume da <i>Coleção Educação para Todos</i> , reúne com rigor metodológico artigos que acenam para propostas político-pedagógicas anti-racistas e apresenta com originalidade temas caros à história da educação da população negra brasileira. Essa estratégia emerge do entendimento de que o conhecimento histórico é ferramenta indispensável para o combate aos mecanismos legais, pedagógicos, administrativos e políticos que foram e ainda são adotados pelos sistemas de ensino para impedir o acesso

				<p>de pessoas negras à educação regular e formal. Por essa razão, <i>História da Educação do Negro e outras histórias</i>, publicação organizada pela educadora Jeruse Romão, traz novos dados ao debate sobre a exclusão da população negra do sistema educacional, bem como apresenta alternativas forjadas pelo movimento social negro para o enfrentamento das desigualdades. Proporciona assim, graças às diversas fontes de pesquisa, um panorama inédito dos saberes necessários para a atuação de professores e professoras que se propõem a pensar e atuar na defesa das políticas educacionais no país. Temos a certeza de que os conhecimentos aqui apresentados contribuirão tanto para a formação desses profissionais quanto para a potencialização de seu entendimento acerca do papel da educação, que tem se pautado pela promoção da igualdade e pelo fortalecimento das identidades e dos direitos.</p> <p style="text-align: right;"><i>Eliane Cavalleiro</i></p>
TCC / 2007	ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA: da lei ao cotidiano escolar / Roberta de Souza Alves	1996 - 2003	Negro; Relações raciais; Educação formal; Ações afirmativas.	<p>O presente estudo, de natureza sócio-histórica, tem por objetivo demonstrar a importância da implantação da lei 10.639/ 03, que confere à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira maior especificidade no tocante ao ensino de História e Cultura da África e dos afrodescendentes. Por meio de pesquisa bibliográfica e coleta de dados em campo pela professora da classe / autora do trabalho, tem por objetivos investigar os obscuros caminhos da formação da inferioridade ideológica do negro, as formas de resistência em busca de sua emancipação, bem como suas lutas em favor de uma educação de qualidade, voltada demanda plural de nosso país. Também se dispõem a articular, a luz da teoria revisada, a vivência de atividades didáticas em sala de aula com foco na valorização da diversidade. A expectativa referente à efetivação da lei 10.639 no cotidiano escolar, cerne do trabalho, concebe a educação formal enquanto um meio de ruptura das desigualdades raciais no Brasil. Sugere, pois que, o trabalho pedagógico fundamentado em um currículo que contemple a diversidade, dotado de consciência política; vinculado à ação de educadores capacitados para a articulação didática na perspectiva das ações afirmativas só tem a contribuir para o fim das tensões raciais e com supremacia dos conteúdos eurocêntricos, por muito desarticulados com a realidade em sala de aula.</p>
Pôster / 2009	A INVISIBILIDADE	1830 - 1930	Negros; Educação;	Esse texto esboça os resultados preliminares de uma pesquisa cujos

	DO NEGRO GOIANO / Cristiane Maria Ribeiro		Invisibilidade; Grupos raciais.	<p>objetivos são: analisar as políticas públicas voltadas para o combate à discriminação racial em âmbito escolar; identificar as concepções de negro e educação que orientam estas políticas; verificar quais são suas metas, os avanços e as limitações. A discussão aqui explicitada centra-se em apresentar a ausência de reflexão sobre os enfrentamentos aos quais a população negra está sujeita no campo educacional no Brasil e em especial em Goiás. O texto mostra que as pesquisas sobre a educação do negro goiano são escassas, que as poucas que existem sinalizam a existência de discriminação racial, revelam as profundas desigualdades raciais no estado, uma vez que mostram que os negros concentram maior índice de pobreza, em comparação aos demais grupos raciais, são menos alfabetizados, tem menos anos de estudo, que eles enfrentam desvantagens crescentes quanto mais se avançam no grau de ensino. As pesquisas descrevem os sofrimentos, as discriminações que o negro e sua religião sofrem, o descaso do poder público em relação às escolas presentes nas comunidades de remanescentes de quilombos, por fim reiteram as tentativas de invisibilizar, inferiorizar os professores negros e suas reações quase sempre pautada na autonegação, no retraimento, a fuga da realidade.</p>
--	--	--	------------------------------------	---

Quadro 18 (14F) - Oitavo Congresso Brasileiro de Educação

**Goiânia/GO 1942 publicado em 1944 – IBGE
O discurso Acadêmico**

Tema Geral	Autor	O que pauta sobre a obrigatoriedade da escolarização	O que menciona a respeito dos negros e escolarização
O problema das zonas de colonização	Lino Avancini	Para atender à necessidade de integrar as novas gerações na mesma consciência brasileira, o governo tem a obrigação de distribuir por todos os núcleos de colonização de maneira o oferecer matrícula a todas as crianças brasileiras e estrangeiras, um grande número de escolas. Na ação nacionalizadora da escola serão também visados os adultos, quer sejam estrangeiros ou brasileiros. Dar-se um curso de alfabetização noturno para os que não souberem a nossa língua, é uma medida urgente; e, ao mesmo tempo que alfabetiza, o mestre cuida do civismo.	Intensamente mescladas quanto aos elementos étnicos, encontrando-se indivíduos de todas as extirpes sociais. Nossa legislação prevê, não digamos o perigo, mas o inconveniente dessas aglomerações, tanto assim que determina a porcentagem de constituição dos núcleos agrícolas nas zonas de colonização, quanto às etnias. Isso no entanto pode ser exigido só na ocasião da localização dos núcleos ou dos imigrantes, porquanto, a liberdade de locomoção, de comércio e de trabalho, e a mesma atração racial, podem mais tarde, aproximar os indivíduos, modificando-se então, a composição porcentual dos núcleos.
A educação primária fundamental – Objetivos e organização	Francisco Alves Mourão	Se “educar é formar para a vida”, é formar a personalidade humana, como se tem dito, a escola tem por OBJETIVO PRINCIPAL formar bons cidadãos, conseguindo que os educandos de hoje sejam no futuro, bons chefes de família, bons maridos, boas esposas, boas donas de casa, bons filhos, bons irmãos, e bons amigos, amantes do trabalho que dignifica, seja qual fôr a sua natureza, - operário ou trabalhador rural, empregado ou profissional – sem egoísmo pessoal, concorrendo para o aprimoramento do seu caráter. E assim deve ser, porque educar, segundo a etimologia, <i>ex-ducare</i> , ou do <i>educativo</i> , quer dizer conduzir para fora,	É pela educação que o homem adquire o máximo de resistência física, de acordo com sua constituição e norma de vida, que se torna grande, moralmente falando, e, até notável, quanto ao intelecto, donde surge a necessidade do seu cultivo físico, moral e intelectual, HARMÔNICAMENTE. Por isso, com razão, disse Oliviera, que ‘a escola não deve formar intelectuais débeis e raquíticos, mas deve proteger a saúde de nossa raça em formação, tão heterogênea com os seus amálgamas múltiplos – consequência fatal do nosso cosmopolitismo de país de imigração por

		para o meio social portanto, do que se conclui que o EDUCANDO DEVE SER PREPARADO PARA A VIDA COLETIVA, de modo a formar gerações futuras, ou as condições de vida da HUMANIDADE.	excelência.”
A escola primária nas pequenas cidades e vilas do interior	Celina Airlie Nina	A professora está decidida a criar um ambiente capaz de educar, uma casa que seja um estímulo para outras construções, um foco de irradiação cultural e não uma mera casa de 4 paredes onde se aprende a ler, a escrever e a contar. “Vocês já viram como nossa escola está pobrezinha? Se vocês tiverem coragem, nós faremos uma escola capaz de orgulhar nossa vila”. E, claro que os meninos não deixarão de ser corajosos. “Vamos arranjar bem grande e bem bonito. Onde poderá ser?” E a professora deixará que os meninos pensem, que os meninos falem (oportunidades de linguagem, oportunidades educacionais). Surgirão a indicação de terrenos virão excursões (oportunidades para ciências, para geografia, para matemática, para vida social).	Procurem as escolas normais rurais despertar no ânimo das professoras o desejo sagrado de erguer o meio pequenino onde nasceram, despertando energias adormecidas, coordenando iniciativas esparsas. Promover-se entre as professorandas pactos no sentido de não se perderem de vistas no correr do magistério – havendo correspondência e, de vez em quando, contactos pessoais, será possível contar com incitamento mútuo. Cuidem as associações culturais dos grandes centros em prestar assistência real às professorandas que se acharem em zonas distantes dando ou emprestando livros, remetendo informações e folhetos, ou pelo menos, uma palavra de estímulo que dê às <i>exiladas</i> a impressão de contacto com o resto do mundo.
Tema Especial N° 01	Autor	O que pauta sobre a obrigatoriedade da escolarização	O que menciona a respeito dos negros e escolarização
O provimento de escolas para toda população em idade escolar e escolas especiais para analfabeto em idade não escolar; o problema da obrigatoriedade	Elmira Flores Cabral	Nestas condições forçoso é reconhecermos que a escola primária fundamental comum fora das cidades, vilas e povoados só é possível nas áreas de densidade maior que 7 habitantes por quilômetro quadrado, e só com isso teremos reduzido a área escolarizável no Brasil, a menos de um ¼ da superfície do país, pois o Amazonas, o Pará, Mato Grosso, Goiaz, Maranhão e Piauí teriam de ser logo excluídos da possibilidade de darem escolas a todas as crianças existentes, salvo nas poucas “ilhas” de maior densidade de seus vastos territórios. Mas, não é tudo, a média é uma expressão ilusória em	Nestas condições, mesmo admitindo a igualdade de recursos de todos os municípios brasileiros, cousa que dista muito de ser real, verificamos que a <i>área escolarizável</i> , do Brasil se reduz apenas: 1° - Às cidades, vilas e povoados. 2° - às zonas rurais agrícolas, porque, como vimos, só aí é possível considerarmos viável o provimento de escolas a todas as crianças em idade escolar. O que fica dito sobre a escola comum, vale perfeitamente quanto à escola especial para analfabetos em idade não escolar. O problema é

		<p>assunto de tamanha monta.</p> <p>A experiência de outros povos nos ensina que a obrigatoriedade efetiva é uma resultante da pré-existência da escola. E, nenhuma sanção, conseqüentemente, poderá ser justa enquanto o poder público não puder prover o país dos estabelecimentos necessários.</p>	<p>idêntico porque se trata também, no caso, de uma questão de densidade de população. As escolas especiais serão, assim, urbanas apenas e o seu número se poderia aferir, em regra, pelo de municípios, excluídas as capitais e cidades industriais, de exigências maiores.</p>
Plano geral de alfabetização	Clodomir Albuquerque, Otaviano José Correia Júnior e Joaquim do Marco	<p>“O provimento de escolas para toda a população em idade escolar e de escolas especiais para analfabetos em idade não escolar e o problema da obrigatoriedade; frequência regular à escola, o problema da deserção escolar, a assistência aos alunos, transportes, internatos e semi-internatos” foram os pontos que escolhemos, de acordo com a opinião supra-citada e também por nos parecer que, na realidade eles constituem a espinha dorsal da educação primária em aprêço. Para que se faça essa educação, primeiramente é preciso prover de escolas toda população dela necessitada; criadas as escolas, é indispensável que a população para quem se destinam seja obrigada a frequentá-las, com regular assiduidade, evitando-se a deserção escolar, com meios adequados e energéticos como sejam: bons mestres, assistência completa e constante aos alunos, transporte oportunos para professores e discípulos e a inovação louvabilíssima dos internatos e semi-internatos onde eles se fizeram precisos e forem praticáveis.</p>	<p>No caso particular do Brasil, não adiantaremos novidade alguma se afirmarmos que o problema da educação primária acessível a todos os brasileiros é problema de proporções máximas que preocupa todos os governos e todos os homens de pensamento. Roça pelo gigantesco o que já se tem escrito, falado e feito em matéria de ensino primário, com reformas sobre reformas em todos os Estados do Brasil, com criação de escolas e nomeações de professores, com campanhas pelo rádio e pela imprensa, com iniciativas particulares, com a pequena mas apreciável série de obras publicadas, com artigos de jornais que, há anos martelam, diariamente o assunto, com as publicações de revistas, anuários, folhetos especializados, com os congressos especializados, com os congressos educacionais, com reuniões pedagógicas de delegados de Ensino e inspetores escolares, de diretores de grupos e professores em geral. Não será, pois, de estranhar que, dêse grande número de interessados, as idéias, as sugestões, as pesquisas, as críticas e até os desmandos bem intencionados hajam surgidos de catadupas estonteantes de efeitos contraproducentes e – contra a vontade de seus autores – às vezes maléficos.</p>
Com O provimento de escolas para toda população em idade	Francisco L Azevedo	<p>A Constituição Federal, em seu artigo 130, e o Código de Educação de São Paulo, nos artigos 227-228 preveem a obrigatoriedade da frequência à escola.</p>	<p>O Brasil precisa dar escolas a todos os seus filhos: escolas tipicamente brasileiras, escolas que desenvolvam o sentimento de brasilidade; escolas</p>

<p>escolar e escolas especiais para analfabeto em idade não escolar; o problema da obrigatoriedade</p>		<p>Duas questões, porém, se apresentam: como tornar obrigatória a frequência nos centros populosos onde não há vagas nos estabelecimentos de ensino, para todas crianças em idade escolar? E nas zonas rarefeitas onde não há possibilidades de locomoção para os escolares e onde estes carecem dos recursos mínimos, tais como alimentação, roupa e assistência médica.</p> <p>Essa obrigatoriedade só poderá tornar-se efetiva quando o Estado, com a cooperação das prefeituras e dos particulares, puder solucionar o problema da assistência e do transporte ao aluno necessitado; puder fornecer para todas escolas bem aparelhadas: grupos escolares, granjas, escolas isoladas, educandários, etc.</p> <p>Nas zonas onde houver escolas para todos, com possibilidade de frequência – transporte e assistência – poderão ser então, aplicadas penalidades – multas e prisão – aos pais ou responsáveis que deixarem de cumprir a lei da obrigatoriedade, ficando desse modo, solucionado o problema.</p>	<p>que eduquem integralmente; escolas que façam o verdadeiro cidadão brasileiro cômico de seu dever, senhor de seu território, capaz de tirar do meio em que habita o elemento de que necessita para o bem viver.</p> <p>Os países mais cultos e civilizados do globo, os que alcançaram a supremacia entre as demais nações, são justamente aqueles onde o analfabetismo desapareceu ou, se existe, é em proporção reduzidíssima, sendo o seu nível de educação bastante elevado.</p> <p>O problema do analfabetismo no Brasil é de magna importância e, apesar de ter merecido estudo e atenção de educadores e governantes, ainda se encontra, segundo ÍSAIAS ALVES, na seguinte situação: “Há no Brasil, 9 400 000 crianças de 7 a 14 anos, das quais 22% se acham nas escolas e 78% não as frequentam”.</p> <p>Se isso é verdade, como parece que os números indicam, aumentam-se em cada geração, cerca de 7 milhões de analfabetos em todo país.</p>
<p>Tema Especial N° 04</p>	<p>Autor</p>	<p>O que pauta sobre a obrigatoriedade da escolarização</p>	<p>O que menciona a respeito dos negros e escolarização</p>
<p>A frequência regular à escola – O problema da deserção escolar – Assistência aos alunos – O problema da obrigatoriedade</p>	<p>Clodomir Albuquerque</p>	<p>A obrigatoriedade escolar está dotada pela quase totalidade dos Estados da Brasil, porém sua execução vem sendo relegada. Em São Paulo, de 1921 a 1924, foi ela cumprida a rigor, conseguindo-se escolas sempre cheias de crianças. A sua aplicação, de início, acarretou muitos dissabores e lutas penosas, pois os pais dos alunos, muitas vezes acobertados pelos patrões, furtavam-se ao seu cumprimento. Aos recalcitrantes foram impostas multas E a matrícula e a frequência escolar, naquela época, brilharam. O terreno já estava, pois, destocado e a terra pronta. Era só continuar plantando e colhendo. No</p>	<p>Existem, é bem certo, leis que impedem se recorra ao braço de menores de 14 anos; no entanto elas não vem sendo devidamente observadas. As crianças da lavoura auxiliam os pais na manutenção do lar, com o seu deficiente, mas tão necessário trabalho. Mal remunerados, não ganhando o indispensável para uma vida sem provações, os pais são forçados, por essas circunstâncias a utilizar-se dos serviços dos filhos, contando o seu modesto ganho, para suavizar-lhes, um pouco, a dura existência.</p>

			<p>entanto, por causas desconhecidas oficialmente, sustou-se a continuação da execução da Lei da obrigatoriedade e não plantámos e não mais colhemos. O terreno cobriu-se novamente de mato e espinhos...</p> <p>Somos partidários da aplicação distinta da lei da obrigatoriedade do ensino, segundo o meio em que produzirá seus efeitos. Na zona rural, os padrões seriam os responsáveis pela matrícula e frequência dos alunos, filhos de seus empregados. Para isso, os seus contratos encerrariam cláusulas, impondo multas aos que se furtassem ao cumprimento da lei. Nas zonas urbanas, a responsabilidade seria dos pais, proibindo-se terminantemente a admissão de menores de 12 anos, nas oficinas ou fábricas, sob qualquer pretexto.</p>	<p>Acentua-se nos meses de plantio de cereais, colheita do café, e principalmente a do algodão, a falta de comparecimento dos alunos à escola, pois nessas ocasiões, mais reclamado é o seu auxílio pelos seus humildes progenitores. A luta é constante e persistente junto aos pais a fim de que seus filhos sejam assíduos às aulas. Argumentam, no entanto, que justamente nessa época mais necessitam da ajuda das crianças, quer na tarefa rural, quer transportando, em longas caminhadas, o simples almoço, ou na vigilância dos filhos menores. O casal e os filhos mais velhos entregam-se com ardor à labuta, na esperança de pôr em dia suas contas, equilibrando suas finanças. Convencê-los do contrário, tem sido inútil esforço. E, pesa nos dizer, o auxílio da criança é, o mais das vezes, reclamado pela maioria dos fazendeiros, aceito pacificamente pelos outros, salvo honrosas exceções.</p>
<p>A frequência regular à escola – O problema da deserção escolar – Assistência ao aluno – Transporte – Internatos e Semi-internatos</p>	<p>Francisco Azevedo</p>	<p>L.</p>	<p>Considerando as últimas estatísticas escolares, em São Paulo não existe esse problema, pois assim se expressam os dados:</p> <p>Média de alunos por classe:</p> <p>Em 1937 – 35,62</p> <p>Em 1938 – 36,46</p> <p>Em 1939 – 39,87</p> <p>Em 1940 – 36,95.</p> <p>Mais grave que a frequência regular às aulas se apresenta o problema da deserção escolar. Tomando as estatísticas dos quatro últimos anos, verifica-se a constância do fenômeno. É assim que temos:</p> <p>Em 1937 – Total de matrículas nos quatro graus: 492.446;</p> <p>Matrículas no 1º grau – 241.738 ou 49,08% do total;</p> <p>Matrículas no 2º grau – 126.488 ou 25,68% do total;</p> <p>Matrículas no 3º grau – 77.309 ou 15,69% do total;</p>	<p>Se podemos considerar boa, de um modo geral, a frequência escolar paulistana, pelos dados estatísticos, de outro lado, em diversas zonas há problemas da frequência, como atestam delegados de ensino, professores e diretores de grupos escolares.</p> <p>O que fica demonstrado é que no Estado de São Paulo há uma desproporção enorme no número de matrículas dos primeiros graus em confronto com os outros. Isto prova, cabalmente, que a evasão dos escolares antes do término do curso, que é de três anos para as escolas isoladas e de quatro para os grupos escolares, é também enorme. Êste fato é constante, tanto nas zonas urbanas como nas rurais. Pelo exposto, vê-se que a assistência ao escolar está organizada e bem iniciada, mas também ressalta</p>

		<p>Matrículas no 4º grau – 46.911 ou 9,52% do total; Em 1938 – Total de matrículas nos quatro graus: 519.201; Matrículas no 1º grau – 248.521 ou 47,86% do total; Matrículas no 2º grau – 131.715 ou 25,36% do total; Matrículas no 3º grau – 88.074 ou 16,96% do total; Matrículas no 4º grau – 50.891 ou 9,80% do total; Em 1939 – Total de matrículas nos quatro graus: 541.206; Matrículas no 1º grau – 255.750 ou 47,25% do total; Matrículas no 2º grau – 142.002 ou 26,23% do total; Matrículas no 3º grau – 85.507 ou 15,79% do total; Matrículas no 4º grau – 57.947 ou 10,70% do total; Em 1940 – Total de matrículas nos quatro graus: 553.421; Matrículas no 1º grau – 247.881 ou 44,79% do total; Matrículas no 2º grau – 148.934 ou 26,91% do total; Matrículas no 3º grau – 96.528 ou 17,43% do total; Matrículas no 4º grau – 60.078 ou 10,85% do total; Em relação à Assistência escolar, conta a Inspeção com um quadro efetivo de 35 cirurgiões-dentistas, 8 comissionados e 38 contratados por caixas escolares na capital. Há no interior do Estado, 84 cirurgiões-dentistas, contratados por prefeituras municipais. Em relação ao transporte, em certas regiões do Estado tem sido aproveitados os três de carreira, dando ao Departamento de Educação permissão às escolas, para conjugarem os seus horários pelos dos trens. Em outras, muito poucas, as prefeituras têm oferecido ônibus com paradas determinadas para receberem grupos de alunos. Casos há em que a dificuldade de acesso para a maioria dos alunos está na má localização da escola. Desta questão surge mais uma solução: dar internato ou semi-internato aos alunos. Mais um problema: a família de lavradores precisa do trabalho das crianças e, por isso, não dá, de boamente, os seus filhos para um período escolar muito longo.</p>	<p>aos olhos que os escolares mais beneficiados, são os das zonas urbanas e prósperas e, mais que todos, os escolares da capital paulista. No interior do Estado existem 84 gabinetes dentários, funcionando em grupos escolares, escolas normais e profissionais. A clínica central, instalada pelo govêrno, em outubro de 1938, está provida de moderna aparelhagem. Na clínica central são executados os serviços especializados e atendidos os alunos dos estabelecimentos de ensino ainda não providos de instalações odontológicas e as crianças em idade pré-escolar. Logo, se os semi-internatos e internatos viessem solucionar o problema da freqüência escolar, ainda assim precisariam ser rodeados de estudos muito profundos do meio social para a sua instalação adequada.</p>
A freqüência regular à	Professoras da	O que resolveria eficazmente o problema da boa	É desvantagem da irregularidade de freqüência o

escola	escola normal do Colégio Santa Clara de Goiânia	<p>frequência seria a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário.</p> <p>Referimo-nos à obrigatoriedade por legislação, para um tempo determinado de estudo, incorrendo em multa os pais que transgredissem a lei. Naturalmente, esta não atingiria a zona rural, porquanto não se pode exigir o impossível de crianças que moram a duas, três ou mais léguas do centro urbano. Tal lei deveria prescrever a idade da criança para o início do estudo. Conforme leis psicológicas êste seria iniciado, quando a criança (sadia) alcançasse os seis anos completos. Muitos pais obrigam os filhos a freqüentarem a aula antes dos seis anos; outros só se lembram de enviá-los a escola aos dez ou doze anos. Tanto a precocidade como o tardamento prejudicam a obra educadora e trazem funestas conseqüências para a formação do intelecto.</p> <p>No primeiro caso, é dispor o organismo infantil a sérios perigos: fadiga prematura, nervos abalados, perda do gôsto aos estudos antes mesmo de adquirí-lo; porque, naturalmente são tratados na escola como seus colegas de sete, oito ou nove anos, que compreendem tudo com mais facilidade e ligeireza.</p>	<p>perder explicações e não aprender tanto; porém o prejuízo essencial está em não se conseguir a “disciplinação da criança”: hábito de atenção, de assiduidade, de subordinação, de domínio sôbre o corpo e poderes mentais. A assiduidade, no entanto, deve ser mais ou menos voluntária, porque, fundada sôbre a liberdade, deve necessariamente ser ativa, não se podendo dizer que a criança seja disciplinada simplesmente porque a tornaram, sendo uma disciplinação artificial num ser anulado e passivo. Sem a disciplinação do discípulo é quase impossível resultados satisfatórios no ensino. A criança, por ser indisciplinada, é incapaz de ter a sua atenção presa a um alvo e sua inteligência terminantemente recusará prestar o seu concurso a um raciocínio mais demorado.</p> <p>Não se consegue tampouco a “socialização do educando”, isto é, a adaptação ao ambiente escolar. A criança só se familiariza com a classe, vivendo diàriamente nela, cooperando com ela, auxiliando-a, sacrificando seus interêsses individuais a coletividade. A educação social do discípulo é considerada como uma parte integrante de sua formação e remate da obra educadora que só estará terminada, quando o tiver colocado às portas da sociedade. DURKHEIM escreve: “A educação tem por objeto fazer o ser social”.</p>
O problema da educação	Prof. Raimundo Moreira dos Santos	<p>Educar! Eis uma palavra que, a primeira vista, se nos afigura uma cousa simples e que, no entanto encerra uma série incomensurável de problemas difíceis, ainda não bem resolvidos.</p> <p>São tantos os fatores de ordem econômica, patológica, ética, étnica e não sei que mais; descontraídos uns, em colisão outros; combinando-se, desintegrando-se,</p>	<p>As vezes sou atacado de uma crise de pessimismo e penso que as crianças pobres carecem é de comida, roupa e casa. Encham-lhes a barriguinha, agasalhem seus corpinhos para não perderem calorias em excesso e proporcionem-lhes a tranquilidade de um lar, e o saber virá logo depois...mas isto são devaneios meus...meus só.</p>

		<p>assimilando-se e desassimilando-se, num ciclo complicadíssimo, que concorrem uns para a realização dêste desideratum e outros para entravá-la, que podemos considerar a educação um dos problemas mais intrincados da existência desta heterogênea humanidade.</p> <p>É mesmo necessário que todos concorram, cada um com sua parcela de conhecimento e de imaginação para que de todo êsse conjunto, se possa extrair uma sùmula, um princípio, como que o substrato eficaz, ativo e de feito perene.</p> <p>Êste mesmo princípio estará sujeito, talvez, a elaborações, adições, misturas: contudo já é um princípio, e disto se pode tirar a primeira vantagem.</p> <p>É evidente que muita cousa pode concorrer para auxiliar os educadores, a começar pela educação doméstica.</p>	<p>Não os leve em consideração.</p> <p>De fato, os governos já custeiam ou subvencionam tantas escolas, orfanatos, creches, casa de crianças, asilos de enjeitados, internatos, semi-internatos, caixas escolares, caixas de merendas, etc., e estão sempre dispostos a fazer tudo o que for de utilidade educacional e sanitária, que não nos deixam lugares a exigir, mas apenas desejar.</p>
Tema Especial N° 08	Autor	O que pauta sobre a obrigatoriedade da escolarização	O que menciona a respeito dos negros e escolarização
As colônias-escolas como recurso para a colonização intensiva das zonas de população rarefeitas ou desajustadas	Américo Barreiros	<p>TEIXEIRA DE FREITAS, êsse grande batalhador da educação nacional, infatigável em sua luta em prol da divulgação de assuntos relacionados com o problema da educação, foi talvez o idealizador desse plano de “colônia-escola” entre nós; porque a escola do Merití, o Grupo do Butantã, a escola experimental do Teijipió, nem mesma as escolas profissionais agrícolas de Santo Antônio do Pinhal e de Jacareí, nem a “colônia de férias” organizada por ISAÍAS ALVES, na Bahia, os patronatos agrícolas existentes, nem a nossa escola fazenda de Tauã, são colônias-escolas em sua expressão integral. São, é bem verdade, subsídios de inestimável valor para a organização das verdadeiras colônias-escolas.</p> <p>Essa instituição que é ao mesmo tempo política, econômica e educacional, se destina ao aproveitamento e à valorização total de todos os elementos de trabalho de que a Pátria possa dispor, para que seja a um tempo</p>	<p>Se tivéssemos atentado nos grandes malefícios que advieram com a localização de grandes correntes migratórias asiáticas e européias teríamos desde cedo, adotado esta sã idéia de abrasileirar essas populações estrangeiras que “teòricamente” vieram como braços produtores de nosso enriquecimento, mas que hoje são francos elementos da dissolução nacional nunca assimilados e já agora quase inassimiláveis.</p> <p>A êsse grupos não se deu, de logo uma legislação coercitiva de seus exageros nacionais porque nossa boa fé admitiu, implicitamente, que superpopulosidade de seus países de origem era um fenômeno demo-político sôbre o qual não atentaram seus governos. Agora vemos, contudo, que obedeceu a um critério preconcebido o envio desses colonos que já traziam latentes um sonho</p>

		instrumento de absorção do elemento alienígena no amálgama étnico nacional, veículo de fixação do homem à gleba e de atração do aborígene para o complexo da civilização brasileira porque, em suma, a colônia-escola é obra de integração do homem à terra, mas “terra” não apenas como expressão econômica de tratos do terreno cultivado, porém como base em que se alicerce a entidade subjetiva da Pátria.	imperialista de suas pátrias originais. Tais elementos desorganizadores da vida nacional, verdadeiras retaguardas contra nossa própria segurança, criaram seus filhos distanciados do Brasil, educaram-nos conforme sua moral e sua política, em sua própria língua, servidos por uma escola e uma imprensa estrangeiras, e nada mais têm sido de que um exército colonial a serviço da pátria distante.
Tema Especial N° 09	Autor	O que pauta sobre a obrigatoriedade da escolarização	O que menciona a respeito dos negros e escolarização
A coordenação dos esforços e recursos da União, dos Estados, dos Municípios e das instituições particulares em matéria de Ensino Primário	Francisco Azevedo	L Por força de lei a parte da receita dos municípios destinada, obrigatoriamente, à instrução primária, só pode ser aplicada no pagamento dos vencimentos dos professores municipais, no custeio do material didático e na construção ou locação de prédios escolares. A fiscalização, inspeção e outros serviços congêneres da instrução municipal são, geralmente, efetuados pelo Estado, sendo o curso e os programas das escolas municipais idênticos ao das escolas do Estado. Conclui-se, do exposto, que os serviços municipais de educação – com exceção apenas aos da capital, cujo sistema educativo compreende o Departamento de Cultura, diretamente subordinado à prefeitura da cidade de São Paulo – funcionam inteiramente coordenados com os do Estado, submetendo-se à mesma direção geral e fiscalização, com autonomia restrita, à nomeação e remoção de funcionários do ensino, dentro sempre, da legislação estadual. Em todo Brasil, as despesas municipais com os serviços de educação, verifica-se, pelo quadro IX publicado no Boletim n° 13 “Situação Geral do Ensino Primário”, editado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que os orçamentos municipais consignaram dotações para	Considerando o número excessivo de analfabetos em nossa terra, e que precisa ser reduzido gradativamente até a extinção completa; Considerando que as escolas existentes não atendem a toda população em idade escolar; Considerando que as dotações destinadas ao ensino primário, atribuídas aos municípios e Estados, são insuficientes para a solução do problema, conclui-se pelas seguintes medidas: 1 – aumentar a porcentagem sobre a arrecadação de impostos a ser empregado no ensino primário; 2 – fiscalizar, efetiva e enérgicamente o emprego dessas dotações, a fim de que não escoem por outros caminhos que não o do ensino primário; 3 – definir as atribuições da União, dos Estados e municípios, no que compete ao ensino primário; 4 – aproveitar a colaboração particular na solução do problema do ensino primário; 5 – auxiliar os professores diplomados na instalação de escolas primárias particulares, quando, para isso, lhe faltarem recursos.

		o ensino, que variaram entre 5% e 12%. As circunstâncias municipais do país são em número de 1574; o montante das receitas municipais, em 1940, ascendeu a 863.605 contos; as despesas municipais com a educação não ultrapassaram de 60.872 contos, isto é, 7% da receita; a média para cada município, foi de trinta contos de réis anuais.	
IX Trabalhos não devidamente enquadrados no programa	Autor	O que pauta sobre a obrigatoriedade da escolarização	O que menciona a respeito dos negros e escolarização
Provimento de escolas para analfabetos e idade pré-escolar	Maria das Dores Silva Berlinck	<p>Se se criassem por tôda parte os jardins de infância, evitar-se-ia à criança o choque da entrada para a escola, que a meu ver é um dos maiores que sofremos durante a vida, além das múltiplas vantagens que lhe adviriam dêsse período pré-escolar, não só a ela, como as professores, à sociedade, ao governo, enfim, ao nosso país.</p> <p>É pois a exposição e análise do papel relevante que por representar na educação do povo essa instituição, que constitui a finalidade dêsse trabalho.</p> <p>Discutem-se as causas do atraso do povo, estudam-se os meios de fazer progredir a instrução e de solucionar os problemas da educação; fala-se na criação de manicômios judiciários, de hospitais, de ambulatórios, de colônias de férias, etc..</p> <p>Tôdas as capitais e quase tôdas as cidades importantes do Brasil ostentam com orgulho, grupos escolares, ginásios, escolas normais e mesmo faculdades de ensino superior: o movimento estudantil em algumas chega ser notável; no entanto os jardins de infância que deviam ocupar o primeiro lugar nas estatísticas escolares, umas os possuem em número reduzidos e algumas não o possuem.</p>	<p>Nosso ensino rotineiro e quase todo livresco, nossos programas extensos e sem concatenação, a acúmulo de alunos de adiantamentos heterogêneos para uma só professora e , a meu ver, a falta da educação pré-escolar concorrem grandemente para êsse atraso e as despesas quase inúteis do Estado.</p> <p>Não se faz portanto economia em não se criar os jardins de infância. Êles viriam auxiliar o ensino primário preparando a criança para êsse fim e corrigiriam as lacunas aí existentes, que só a educação pré-escolar poderia corrigir.</p> <p>Os jardins de infância devem existir em maior número que as escolas primárias, diz o Dr. MOISÉS XAVIER, que conhece de perto os problemas da educação primária, formando assim a base da pirâmide educacional, cujo ápice é o ensino superior.</p>

Quadro 19 (14 G)- Legislação Aplicada a Educação - Federal

Principais Leis da Escolarização			
Lei Número / Ano	Autor	O que estabelece sobre a obrigatoriedade da escolarização	O que menciona a respeito da escolarização do negro
Decr. 1.232/1891	Presidente Manuel Deodoro da Fonseca	G - Cria o Conselho de Instrução Superior com a competência para aprovar os programas de ensino das escolas federais, e das que lhes fossem equiparadas; de propor ao Governo Federal, os regulamentos para a inspeção dos estabelecimentos federais e das faculdades livres; H - determina o novo regulamento para as faculdades de Direito existentes no país - a de São Paulo (Largo de São Francisco) e de Recife/Olinda -, ainda, permitia aos governos estaduais e aos particulares a fundação de escolas de Direito. Os diplomas expedidos por estas instituições teriam o mesmo valor daqueles expedidos pelas duas faculdades oficiais, desde que incluíssem nos currículos as mesmas disciplinas presentes no currículo das oficiais, se submetessem à inspeção periódica e seus exames fossem assistidos por representantes do Conselho Superior (CUNHA, op. cit., p. 155).	Não faz distinção a escolarização dos descendentes afro-brasileiros.
Decr 3.890/1901	Presidente Manuel Ferraz de Campos Sales	Aprova o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Novamente acentua a parte literária do currículo do ensino secundário. Na prática, assumia que o curso secundário passava a ser um mero preparatório para ingresso nas Faculdades existentes na época. Entre outras medidas, reduzia para seis anos o curso secundário, que era de sete anos.	Não faz distinção a escolarização dos descendentes afro-brasileiros.
Decr 8.659/1911	Presidente Hermes Rodrigues da Fonseca	Fixa a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental.	Não faz distinção a escolarização dos descendentes afro-brasileiros.

Decr 838/1911	Presidente Hermes Rodrigues da Fonseca	Reforma a Lei orgânica e propõe a formação do cidadão ao invés de uma educação preparatória para o ensino superior, até porque este foi elitizado. Confere total liberdade de organização e gestão aos estabelecimentos de ensino, referendando a não obrigação do Estado em oferecer educação gratuita, pois a presença dos alunos se tornou facultativa.	Não faz distinção a escolarização dos descendentes afro-brasileiros.
Lei 11.530/1915	Presidente Venceslau Brás Pereira Gomes	Extingue os privilégios dos concluintes do Ginásio Nacional, os quais entravam direto nas faculdades, sem prestar exames. A lei instituiu os “exames vestibulares” como forma de ingresso nas faculdades, passando a exigir também o certificado de conclusão do curso ginásial, o qual antes não era necessário nos exames de admissão. Para expedir certificado de conclusão, os cursos ginásiais passaram a ser obrigados a realizar um exame final. É interessante ressaltar que chamamos hoje de Fundamental I era equivalente ao primário, e o Fundamental II era equivalente ao ginásio, cada qual com quatro anos de duração, uma estrutura que se manteria intacta por muito tempo.	Não faz distinção a escolarização dos descendentes afro-brasileiros.
Decr 16.782/1925	Presidente Arthur da Silva Bernardes	Estabelece o Concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências.	Não faz distinção a escolarização dos descendentes afro-brasileiros.
Decr 19.402/1930	Presidente Getúlio Vargas	Cria o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública.	Não faz distinção a escolarização dos descendentes afro-brasileiros.
Constituição 1934	Presidente Getúlio Vargas	Cria a reforma da educação, por forte influência do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, um movimento iniciado em 1932 por vinte e seis intelectuais dentre os quais: Cecília Meireles, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, que defendiam a educação como função essencialmente pública, gratuita, obrigatória, laica e única, desde o jardim da	Não faz distinção a escolarização dos descendentes afro-brasileiros.

		Presidente Getúlio Vargas infância até a universidade, dos quatro anos aos dezoito anos de idade.		
Constituição 1937	Presidente Vargas	Getúlio	Altera a maneira de conceber a educação brasileira. Uma das principais mudanças foi efetivada pelo artigo 130, o qual mantinha o ensino primário como obrigatório e gratuito, mas relativizava a gratuidade, pois exigia da família do educando uma declaração alegando “escassez de recursos”, exigindo, caso contrário, “uma contribuição módica e mensal para o caixa escolar”. Artigo 129, pelo qual ficou instituído que, nos locais onde não houvesse escolas particulares, passaria a ser “dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas (...) ensino em todos os graus”, inclusive acesso ao superior. Em seu artigo 131, tornou obrigatória “a educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais (...) nas escolas primárias, normais e secundárias”.	Não faz distinção a escolarização dos descendentes afro-brasileiros.
Decr 4.048/1942	Presidente Vargas	Getúlio	Cria a reforma do sistema educacional brasileiro realizada durante a Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema. Essa reforma, de 1942, foi marcada pela articulação junto aos ideários nacionalistas de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo”; Institui o SENAI, organiza o Ensino Industrial, organiza o ensino secundário, reforma e ensino Comercial; organiza o ensino Primário, organiza o ensino Normal, institui o SENAC e organiza o ensino Agrícola;	Não faz distinção a escolarização dos descendentes afro-brasileiros.
Decr 4.078/1942				
Decr 4.244/1942				
Decr 4.958/1942				
Decr 6.141/1943				
Decr 8.529/1946				
Decr 8.530/1946				
Decr 8.621/1946				
Decr 9.613/1946				
Constituição 1946	Presidente Vargas	Getúlio	Declara a intenção de discutir e criar a Lei de Diretrizes Básicas da Educação.	Não faz distinção a escolarização dos descendentes afro-brasileiros.
Lei 1.920/1953	Presidente	Getúlio	Cria o Ministério da Educação e Cultura (MEC).	Não faz distinção a escolarização dos descendentes

	Vargas		afro-brasileiros.
Lei 4.024/1961	Presidente João Goulart	Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	Não faz distinção a escolarização dos descendentes afro-brasileiros.
Lei 5.5540/1968	Presidente Marechal Costa e Silva	Fixa Diretrizes Básicas e Instituiu também o curso básico, com cursos de curta e longa duração, demonstrando uma tendência em centralizar o ensino médio em torno da profissionalização.	Não faz distinção a escolarização dos descendentes afro-brasileiros.
Lei 5.692/1971	Presidente: Emílio Garastazu Médici	Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.	Não faz distinção a escolarização dos descendentes afro-brasileiros.
Lei 7.044/1982	Presidente João Batista Figueiredo	Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau.	Não faz distinção a escolarização dos descendentes afro-brasileiros.
Lei 9.394/1996	Presidente Fernando Henrique Cardoso	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Não faz distinção a escolarização dos descendentes afro-brasileiros.
Lei 10.639/2003	Presidente Luís Inácio Lula da Silva	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.	JAQUELINE SANTOS (2013) ao comentar os 10 anos da lei 10.639/2003, que, embora hoje saibamos que o ambiente escolar é responsável pela manutenção das desigualdades e da discriminação, em um primeiro momento, a educação foi extremamente valorizada como forma da população negra alcançar novos postos e enfrentar as oportunidades numa sociedade em pleno processo de modernização. A história começa a mudar quando acontece a percepção de que a educação eurocentrista, amplamente praticada nas escolas, inferiorizava racialmente negros e negras. Era preciso romper, era preciso ressignificar a África”.
Lei 12.711/2012	Presidenta Dilma Rousseff	Delibera sobre esse aspecto: o de dar condições aos alunos de escolas públicas ingressarem em Universidades Federais. A Lei de cotas dá direito a percentual de vagas aos estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas.	FLÁVIA BAHIA (2017). Esse projeto foi feito como uma forma de compensar erros cometidos no passado contra essas etnias e que foram apoiados pelo governo do País. Por exemplo, a escravidão foi praticada no Brasil por mais de 350 anos e foi apenas em 1888 que o governo criminalizou a prática. Além disso, quando a escravidão foi proibida por Lei no País, aqueles que eram escravos não receberam nenhuma ajuda do governo, fazendo com que a marginalização dessas

			<p>raças (negros e indígenas) fossem perpetuadas até os dias atuais.</p> <p>Podemos afirmar que a escravidão não apenas contribuiu para a desigualdade social no país, mas é a própria raiz da questão enfrentada até os dias de hoje. Ao adotar a política de ação afirmativa o Estado tenta promover uma justiça compensatória, tendo em vista os erros do passado, suportados pelo próprio Estado, e também uma justiça distributiva, com o olhar no presente. Por isso, como uma forma de admitir e se “desculpar” por esses erros e ajudar democratizar a educação no País, a Lei de cotas raciais foi aprovada no Brasil.</p>

Quadro 20 (20A) - Relatórios/Discurso Oficial – Presidentes de Província

Principais Leis da Escolarização - Goiás			
Lei Número / Ano	Autor	O que estabelece sobre a obrigatoriedade da escolarização	O que menciona a respeito da escolarização do negro
Lei 397/1911	Presidente Urbano Colhe de Gouveia	Entrega a responsabilidade do ensino aos municípios.	Não faz referência à população negra existente no estado. Afirma o relatório: Tudo isso envolve uma triste verdade de que o ensino primário no estado de Goyaz é um mytto, não existe. Os municípios salvo um ou outra exceção, não cuidam da instrução com o carinho que ella requer, limitando-se a crear lugares e preencher-os sem indagar das habilidades do professor. Este serviço, para ser real e ministrado com verdade, não pode ser exercido cumulativamente pelo Estado e pelos Municípios.
Lei 436/1913	Presidente Joaquim Rufino Ramos Jubé	Reorganiza o ensino sob a responsabilidade do executivo do estado.	
Lei 487/1914	Presidente Olegário Herculano da Silva Pinto	Recupera a vigência da Lei n° 186 de 13/08/1898 não colocada em aplicação desde então.	
Lei 527/1916	Presidente Salathiel Simões de Lima	Reorganiza o ensino sob a responsabilidade do executivo do estado. Prevê subvenção do Estado as escolas particulares instaladas – exemplo: Irmãs Dominicanas.	
Decr 4.470/1918	Presidente de Província João Alves de Castro	Remodela o Lyceu de Goyaz pelo collegio Pedro 2° visando pleitear para o velho instituto de ensino secundário as regalias da equiparação.	Instituto Lyceu instalado na capital desde 1847, possui na década de 1920, gabinete de Physica e Chimica.
Decr 5.930/1918		Regulamenta o ensino primário no Estado.	
Lei 631/1919		Estabelece a obrigatoriedade escolar, funda as Caixas escolares. Instala na Capital o primeiro Grupo Escolar, e transfere para ele os Professores e Adjuntos do anexo da Escola Normal.	Não faz referência à população negra existente no estado. Porém manifesta o interesse do estado em reduzir o analfabetismo. Installado apenas um grupo escolar na capital com 95 alumnos, sendo 43 do sexo masculino e 52 do feminino. Contingente calculado de crianças na instrução primária em 1919 é 6.527.
Decr 6.227/1919		Defina a classificação do ensino primário existente em 32 dos 48 municípios: 1ª. Classe para cidades; 2ª. Classe para Vilas e 3ª. Classe para districtos.	
Lei 694/1921	Presidente Eugênio Rodrigues Jardim	Cria 5 (cinco) grupos escolares, sendo um já em funcionamento na Capital, e os demais em Rio Verde, Curalinho, <i>Annapolis</i> , Bonfim e Catalão . Tendo sido aplicado a política de aumento dos grupos escolares, se estendendo para as moires cidades até 1929 – Esse era o discurso identificado - Dados dos Relatórios.	No ano de 1921 funcionavam no Estado 125 escolas singulares, sendo 44 do sexo masculino, 46 do sexo feminino e 35 mistas, somando 7.924 alumnos. Há outros escolas custeados por municípios e particulares, porém sem a apresentação de informações oficiais.

Decr 8.538/1925	Presidente Miguel da Rocha Lima	Regulamento e Programa de Ensino dos Grupos Escolares de Goiás.	Não faz referência à população negra existente no estado.
Decr 9.951/1928	Presidente Brasil Di Ramos Caiado	Regulamenta e implanta o Jardim de Infância no estado de Goiás.	VALDENIZA BARROS (2004) Objetivo principal, entre outros, buscar pistas que apontem como essa fonte oficial desnuda à concepção de infância que alicerçava o trabalho com as crianças dessa instituição pública anexada à Escola Normal da capital de Goiás. Ao abordarmos neste texto qual era a infância pensada no Regulamento, pretendemos apontar para quem se destinava o Jardim da Infância de 1928. Bem como apresentar os princípios metodológicos orientadores da prática pedagógica. Dados os limites deste artigo não será abordada no mesmo a questão da efetivação das práticas pedagógicas dessa instituição no decorrer da História da Educação Infantil.
Decr 10.640/1930	Presidente Alfredo Lopes de Moraes	Regulamenta o Ensino Primário no Estado de Goiás – Jardim de Infância, Escolas Isoladas Rurais e Urbanas, Grupos Escolares e Escolas Complementares.	Não faz referência à população negra existente no estado.

Tabela 1 - Distribuição e dados dos ternos de congado de Catalão

Nome do Terno	Categoria e localização	Data de Fundação	Capitão Fundador	Atual Capitão	Cores Utilizadas	Nº de dançadores
Pio Gomes	Congo Bairro Pio Gomes	1935	Sr. Tobias (?)	Eder Cassio (sobrenome)	Branco, rosa e faixa Vermelha.	50
São Francisco	Congo Bairro São Francisco	1940		Reginaldo (sobrenome)	Branco, verde e faixa verde.	80
Santa Terezinha	Congo Bairro Nossa Senhora de Fátima	1948		Antônio Alves	Azul, Branco e faixa vermelha.	60
Mamãe do Rosário	Moçambique Bairro Santo Antônio	1951	Sr. Pedro Alcino (?)	Diogo Rezende	Branco e rosa.	100
N. Sra. Das Mercês (catupé amarelo)	Catupé Cacunda Bairro Nossa Senhora de Fatima	1953		Antônio Lucimário (Bigu) (sobrenome)	Amarelo, preto e faixa com fitas coloridas.	400
Sta Efigênia (vilão rosa)	Vilão I Bairro São Francisco	1954		Nain Abadio (sobrenome)	Rosa, preto e faixa azul.	150
Terno do Pregó	Congo Bairro Mãe de Deus	1961	Sr. Joaquim Arruda (Pregó)	Elzon Arruda	Azul, branco e faixa vermelha.	90
São Benedito (catupé azul)	Catupé Cacunda Bairro São José	1970		Valdivino (sobrenome)	Azul, verde e faixa com fitas coloridas.	280
Sagrada Família (terno do Tônico)	Congo Bairro São José	1973	Sr. Demétrios	Antônio Serafim	Vermelho, branco e faixa verde.	55
Marinheiro	Congo Bairro das Américas	1975		João Diniz	Azul Marinho e faixa vermelha.	90
N. Sra. De Fátima (terno do Zé do gordo)	Congo Bairro Nossa Senhora de Fatima	1975	Zé do Gordo	Carlos do Rosário	Rosa, Azul e faixa branca.	100
N. Sra. Do Rosário (catupe branco)	Catupé Cacunda Bairro Jardim Paulista	1986	Carlinhos Negão	Leonardo Rosa	Preto, branco e fitas coloridas.	394
Marujeiro	Congo Setor Universitário	1989	Sr. Balduino (?)	Durval Salviano	Preto, azul claro e faixa vermelha.	40
Coração de Maria	Moçambique Bairro Nossa Senhora de Fátima	1999	Antônio Carlos (?)	Antônio Carlos (sobrenome)	Branco e rosa.	100

N. Sra. da Guia	Congo Bairro Sta Terezinha	2003	Edson Correia	Edson Correia	Verde limão, azul e faixa branca.	80
N. Sra. de Fátima (vilão laranja)	Vilão II Bairro N. Sra. de Fátima	2003	Eurípedes	Eurípedes (sobrenome)	Preto, laranja e faixa azul.	150
Terno Penacho	Penacho Bairro Pontal Norte	2003	José Gercino	José Gercino (Didi)	Lilás, Preto e faixa vermelha.	82
Mariarte (terno das mulheres)	Congo Setor Universitário	2005	Dona Aldanice Moreira dos Reis	Aldanice Moreira dos Reis	Laranja e Marrom.	36
Sta Efigênia (Catupé prata)	Catupé Cacunda Bairro Ipanema	2008	Saulo	Saulo (sobrenome)	Prata e preto.	60
FONTE: REVISTA O CONGADO, 2014. Adaptado e atualizado por Daniane Moreira Manoel, 2018.						

Tabela 2 – Numero de Alunos – Grupo Familiar

Ano	Sexo	Persicano	Democh	Dona Yaiá	Araújo	Bretas	Soma
		Quant	Quant	Quant	Quant	Quant	
1959	Feminino	13	0	0	0	0	13
	Masculino	7	0	0	0	0	7
1960	Feminino	13	0	0	0	0	13
	Masculino	9	0	0	0	0	9
1961	Feminino	5	0	0	0	0	5
	Masculino	4	0	0	0	0	4
1962	Feminino	9	0	0	0	0	9
	Masculino	6	0	0	0	0	6
1963	Feminino	0	0	0	0	0	0
	Masculino	0	0	0	0	0	0
1964	Feminino	2	11	0	0	0	13
	Masculino	4	9	0	0	0	13
1965	Feminino	8	9	0	0	0	17
	Masculino	6	12	0	0	0	18
1966	Feminino	0	10	0	0	0	10
	Masculino	0	15	0	0	0	15
1967	Feminino	7	6	0	0	0	13
	Masculino	3	10	0	0	0	13
1968	Feminino	13	12	0	0	0	25
	Masculino	10	12	0	0	0	22
1969	Feminino	7	10	0	10	0	27
	Masculino	8	12	0	7	0	27
1970	Feminino	5	11	11	7	5	39
	Masculino	2	15	7	7	7	38
1971	Feminino	1	15	13	6	13	48
	Masculino	5	11	10	1	9	36
Soma->	Feminino	83	84	24	23	18	232
	Masculino	64	96	17	15	16	208
Total	GERAL	147	180	41	38	34	440

Fonte: Registros de Matrículas Grupos Escolares - Acervo Escolar e Subsecretaria de Ensino

Tabela 3 - Alunos(as) com sobrenomes idênticos aos dos líderes do Congado			
G. E. Rita Paranhos Bretas			
Ano	Nomes	Sexo	Período
1970	Fátima ALVES Machado	F	4°
	Hilda ALVES	F	4°
	Ivanilde Vaz dos REIS	F	4°
	Maria Helena ALVES Costa	F	4°
	Natividades ALVES da Silva	F	4°
	Arnaldo ALVES Camilo	M	4°
	Divano Nunes RIBEIRO	M	4°
	Francisco Martins ARRUDA	M	4°
	Helenício ARRUDA	M	4°
	Neube Cândido RIBEIRO	M	4°
	Sebastião ALVES Costa	M	4°
	Sulivan RIBEIRO Melo	M	4°
1971	Aparecida de Fátima RIBEIRO	F	4°
	Aparecida Quirino de Oliveira	F	4°
	Aurora RIBEIRO da Silva	F	4°
	Elizabete do ROSÁRIO Mesquita	F	4°
	Eloene de Jesus RITA	F	4°
	Maria Aparecida ALVES Ferreira	F	4°
	Maria do ROSÁRIO Rosa	F	4°
	Maria do ROSÁRIO Silva	F	4°
	Marli do ROSÁRIO Costa	F	4°
	Marly ALVES Rodrigues	F	4°
	Neusa ALVES Rodrigues	F	4°
	Sônia do ROSÁRIO Batalha	F	4°
	Valda Maria RIBEIRO	F	4°
	Álvaro José RIBEIRO	M	4°
	Aparecido ALVES da Silva	M	4°
	Aparecido ALVES Rodrigues	M	4°
	Divano Nunes RIBEIRO	M	4°
	Fernando GOMES REIS	M	4°
	Francisco Martins ARRUDA	M	4°
	Jamil ALVES Rodrigues	M	4°
João Roberto ARRUDA	M	4°	
Jonivaldo ROSÁRIO de Oliveiro	M	4°	
G. E. Dr. David de Persicano			
Ano	Nomes	Sexo	Período
1959	Ester Maria ALVES Toledo	F	2°
	Hilda Geraldo ALCINO	F	2°
	Ilda Cândido RIBEIRO	F	2°

	Jandira RIBEIRO Silva	F	1°
	Lecy RIBEIRO	F	2°
	Leila Maria MARÇAL	F	2°
	Maria Divina do ROSÁRIO	F	1°
	Maria do ROSÁRIO Cardoso	F	1°
	Maria do ROSÁRIO Silva	F	1°
	Maria Lúcia do ROSÁRIO	F	1°
	Maria Terezinha RITA	F	1°
	Mauricéia do ROSÁRIO da Silva	F	2°
	Sebastiana do ROSÁRIO	F	1°
	Delisson S. RIBEIRO	M	1°
	João Batista RIBEIRO	M	Pré
	Neube Cândido RIBEIRO	M	Pré
	Nilson ALVES	M	1°
	Nivaldo RIBEIRO	M	Pré
	Ruiter RIBEIRO	M	2°
	Sandoval dos REIS	M	Pré
1960	Ana Maria do ROSÁRIO	F	Pré
	Ana Maria do ROSÁRIO Gonçalves Pereira	F	3°
	Isorida RITA	F	Pré
	Luzia F. ALVES	F	1°
	Maria de Fátima ALVES Costa	F	2°
	Maria do REIS	F	2°
	Maria do ROSÁRIO Capingote	F	3°
	Maria do ROSÁRIO Firmino	F	Pré
	Maria do ROSÁRIO Pereira	F	1°
	Maria do ROSÁRIO Rodrigues Firmino	F	2°
	Maria José ALVES	F	1°
	Marina ALVES	F	1°
	Nelci ALVES de Oliveira	F	3°
	Geraldo RIBEIRO	M	Pré
	Jales Valdo COELHO	M	1°
	José dos REIS	M	2°
	Lázaro Batista ALVES	M	1°
	Miguel A. RITA	M	1°
	Pedro Alvaro COELHO	M	1°
	Sebastião Antônio RIBEIRO	M	Pré
	Sebastião Ribeiro RITA	M	Pré
	Valdivino RIBEIRO	M	1°
1961	Cesarina ARRUDA	F	Pré
	Maria ALVES da Silva	F	Pré
	Neuza Maria MARÇAL	F	1°
	Reyla de Fátima RIBEIRO	F	Pré

	Sueli de Fátima ALVES	F	1°
	Elísio do ROSÁRIO	M	1°
	Luís RIBEIRO	M	Pré
	Valdecy N. RIBEIRO	M	Pré
	Vitalino E. ARRUDA	M	2°
1962	Aparecida RIBEIRO	F	1°
	Luzia F. ALVES	F	Pré
	Maria do ROSÁRIO de Oliveira	F	Pré
	Maria dos REIS	F	3°
	Maria Helena ARRUDA	F	1°
	Marise do ROSÁRIO Oliveira	F	Pré
	Terezinha ARRUDA	F	1°
	Terezinha RITA	F	2°
	Zilda do ROSÁRIO	F	Pré
	Berlim Hilário RIBEIRO	M	Pré
	Edson COELHO	M	Pré
	Juarez do ROSÁRIO Felipe	M	Pré
	Juracy RIBEIRO	M	1°
	Mariozan Félix RIBEIRO	M	1°
	Waldivino RIBEIRO da Silva	M	Pré
1964	Carmélia do ROSÁRIO de Souza	F	Pré
	Maria Lúcia SEVERINO	F	2°
	Aguimar Gonçalves RIBEIRO	M	3°
	Cleudionir RIBEIRO	M	3°
	Lázaro SEVERINO Botelho	M	1°
	Olívio MARCIANO	M	3°
1965	Eliane ALVES	F	Pré
	Maria Aparecida ALVES	F	2°
	Maria do ROSÁRIO Francisco	F	2°
	Maria do ROSÁRIO Leite	F	Pré
	Maria do ROSÁRIO Lemos	F	Pré
	Maria do ROSÁRIO Silveira	F	1°
	Neide Aparecida COELHO	F	1°
	Sônia QUIRINO	F	Pré
	Edson Hilário RIBEIRO	M	2°
	Eurípedes do ROSÁRIO	M	Pré
	Eurípedes SEVERINO	M	4°
	João Hilário RIBEIRO	M	4°
	Reinaldo L. RIBEIRO	M	1°
	Willian M. COELHO	M	Pré
1967	Alânia Maria RIBEIRO	F	Pré
	Delma COELHO	F	Pré
	Maria Aparecida ALVES Fonseca	F	4°

	Marilúcia Moreira RIBEIRO	F	1°
	Regina do ROSÁRIO	F	Pré
	Suely do ROSÁRIO	F	Pré
	Suely QUIRINO da Silva	F	Pré
	Absair A. do ROSÁRIO Francisco	M	1°
	Lázaro ALVES	M	4°
	Ney COELHO de Souza	M	Pré
1968	Dayse de Fátima ALVES	F	Pré
	Jane Maria RIBEIRO	F	Pré
	Jânia ALVES da Fonseca	F	Pré
	Jeane Maria RIBEIRO	F	Pré
	Jersivane ALVES da Fonseca	F	2°
	Joana Darc RIBEIRO	F	Pré
	Joice Helena ALVES	F	1°
	Josivane ALVES da Fonseca	F	2°
	Maria das Graças ALVES	F	Pré
	Maria do ROSÁRIO Araújo	F	3°
	Marly QUIRINO da Silva REIS	F	Pré
	Sirley ALVES	F	3°
	Terezinha de Jesus ALVES	F	4°
	Amaurí ALVES de Souza	M	Pré
	Edvar Hilário RIBEIRO	M	Pré
	Gildo Hilário RIBEIRO	M	Pré
	Ivan Flávio RIBEIRO	M	Pré
	Luis Gomes REIS	M	Pré
	Mauro MARCIANO	M	Pré
	Nilo Francisco MARÇAL	M	Pré
	Nilson Antônio do ROSÁRIO	M	3°
	Roberci MARCIANO Leite	M	Pré
	Rosam MARCIANO	M	1°
1969	Djanira Maria ALVES	F	1°
	Janice ALVES da Fonseca	F	1°
	Jeane Machado RIBEIRO	F	1°
	Maria Amélia COELHO	F	1°
	Maria do ROSÁRIO Santos	F	3°
	Mariluci Moreira RIBEIRO	F	3°
	Marli de Paula ALVES	F	3°
	Anésio ALVES de Souza	M	2°
	Euclides do ROSÁRIO MARÇAL	M	4°
	Fernando Gomes dos REIS	M	3°
	Isak Rosa RIBEIRO	M	2°
	Ivan Flor RIBEIRO	M	1°
	Jorivan ALVES da Fonseca	M	1°

	Juarez ALVES da Costa	M	4°
	Laudimiro da SILVA	M	1°
1970	Dinalva ALVES Noieto	F	2°
	Jessirene ALVES da Fonseca	F	4°
	Maria Aparecida ALVES	F	2°
	Maria do ROSÁRIO Ferreira	F	1°
	Marlene de Paula ALVES	F	1°
	Evaldo Hilário RIBEIRO	M	1°
	Ivan Hilário RIBEIRO	M	1°
	1971	Fátima do ROSÁRIO Nascimento	F
Arí ALVES de Jesus		M	1°
Cassiano ALVES		M	1°
José Elí ALVES de Jesus		M	1°
Joselito RIBEIRO		M	1°
Wagner de C. RIBEIRO		M	1°
G. E. Dona Yaiá			
Ano	Nomes	Sexo	Período
1970	Dólbias COELHO da Silva	F	3°
	Edna do ROSÁRIO Martins	F	1°
	Jane Maria do ROSÁRIO Silva	F	1°
	Joana Darc ALVES	F	2°
	Maria do ROSÁRIO Neto	F	2°
	Maria RITA de Mesquita	F	3°
	Marina Silva ARRUDA	F	4°
	Marlene ALVES Bueno	F	1°
	Rosânia ALVES	F	1°
	Salva Aparecida ALVES	F	Pré
	Solange Tomé RIBEIRO	F	4°
	Arnaldo ALVES Camilo	M	4°
	Carlos Alberto Silva ARRUDA	M	4°
	Deucí ALVES da Fonseca	M	3°
	Inhorico ALVES Pereira	M	Pré
	João Roberto ARRUDA	M	4°
	José C. ALVES de Oliveira	M	1°
	Luís Antônio ALVES	M	1°
1971	Alceli ALVES da SILVA	F	2°
	Celi ALVES de Oliveira	F	1°
	Conceição do ROSÁRIO	F	4°
	Eloísa Brás COELHO	F	3°
	Estelita Silveira ARRUDA	F	3°
	Lívia ALVES da Fonseca	F	4°
	Maria Donizete RIBEIRO	F	2°

	Maria Gorete RIBEIRO	F	2°
	Maria Helena ARRUDA	F	1°
	Marilda de S. ARRUDA	F	1°
	Rosana ALVES Bueno	F	2°
	Vanda ALVES Roque	F	1°
	Wilma RIBEIRO Tomé	F	4°
	Antônio RIBEIRO Mesquita	M	1°
	Domingos Arcanjo RIBEIRO	M	1°
	Francisco Arcanjo RIBEIRO	M	2°
	Jairo Brás COELHO	M	1°
	João ALVES da Silva	M	1°
	José ALVES Camilo	M	2°
	Josino Israel RIBEIRO	M	1°
	Julinho Brás COELHO	M	1°
	Nascimento ALVES	M	1°
	Wilson Arcanjo RIBEIRO	M	3°
G. E. Joaquim de Araújo e Silva			
Ano	Nomes	Sexo	Período
1969	Angela Maria ALVES	F	2°
	Ani Aparecida COELHO	F	2°
	Dircene RIBEIRO	F	3°
	Maria Aparecida COELHO	F	2°
	Maria Conceição ALVES	F	1°
	Maria de Fátima RIBEIRO	F	1°
	Maria RITA Martins	F	1°
	Sirleane Cândido RIBEIRO	F	4°
	Sônia do ROSÁRIO	F	3°
	Vânia Aparecida ALVES	F	1°
	Antônio Cândido RIBEIRO	M	2°
	Divino Antônio Quirino	M	1°
	Edmilson Neto RIBEIRO	M	4°
	Edson RIBEIRO	M	3°
	Flávio ALVES Martins	M	3°
	João Geraldo RIBEIRO	M	1°
Luís Lázaro RIBEIRO	M	3°	
1970	Belinda do ROSÁRIO Rosa	F	1°
	Célia Maria RIBEIRO	F	1°
	Maria Aparecida RIBEIRO	F	1°
	Maria Aparecida RIBEIRO II	F	1°
	Maria do ROSÁRIO de Paula	F	3°
	Marina RIBEIRO	F	1°
	Sônia Maria RIBEIRO	F	1°

	Alan José RIBEIRO	M	1°
	Dilonilson M. RIBEIRO	M	1°
	Jardel ALVES	M	2°
	José Carlos ALVES	M	1°
	Juvêncio ALVES Filho	M	4°
	Luís Henrique RIBEIRO	M	2°
	Ronaldo ALVES	M	1°
1971	Ana Maria Ribeiro	F	2°
	Divina de Fátima RIBEIRO	F	2°
	Lucília F. RIBEIRO	F	4°
	Marli dos REIS	F	3°
	Paula Vaz RIBEIRO	F	1°
	Tânia Regina ALVES	F	1°
	Antônio Carlos RIBEIRO	M	4°
G. E. Wilson Elias Jorge Democh			
Ano	Nomes	Sexo	Período
1964	Agripina Maria do ROSÁRIO	F	Pré
	Edna RIBEIRO	F	2°
	Maria Abadia RIBEIRO	F	1°
	Maria ALVES da Silva	F	Pré
	Maria Aparecida RIBEIRO	F	Pré
	Maria do ROSÁRIO	F	Pré
	Maria do ROSÁRIO Rosa	F	1°
	Maria do ROSÁRIO Santos	F	2°
	Maria Helena RIBEIRO Pires	F	Pré
	Maria Messias ALVES	F	Pré
	Veny Vaz RIBEIRO	F	Pré
	Absair Antero do ROSÁRIO Francisco	M	Pré
	Elísio do ROSÁRIO	M	1°
	Eurípedes ALVES dos REIS	M	Pré
	Eurípedes do ROSÁRIO	M	Pré
	Evaristo ALVES dos REIS	M	Pré
	José ALVES da Silva	M	Pré
	Júlio César ALVES	M	Pré
	Merenciano ALVES dos REIS	M	Pré
	Sebastião RITA	M	2°
1965	Isaura Evaristo ARRUDA	F	1°
	Isoleta Batista ARRUDA	F	2°
	Ivone Vaz RIBEIRO	F	1°
	Maria de Fátima MARCIANO	F	1°
	Maria do ROSÁRIO de Paula	F	Pré
	Maria do ROSÁRIO Gomes	F	1°

	Naura Maria E. ARRUDA	F	Pré
	Tereza do ROSÁRIO	F	1°
	Terezinha Lourdes dos REIS	F	Pré
	Adão Damas COELHO	M	3°
	Camilo Damas COELHO	M	2°
	Divânio Nunes RIBEIRO	M	1°
	Gilberto ALVES RIBEIRO	M	Pré
	Jamil Vaz RIBEIRO	M	3°
	João Batista RITA	M	2°
	Marciano F. do ROSÁRIO	M	Pré
	Mauro MARCIANO	M	1°
	Nadir ALVES RIBEIRO	M	Pré
	Natal ALVES de Oliveira	M	Pré
	Pedro MARCIANO	M	Pré
	Valdivino do ROSÁRIO	M	1°
1966	Abadia Evaristo ARRUDA	F	1°
	Carmélia do ROSÁRIO	F	Pré
	Esmeralda REIS	F	Pré
	Isalota Evaristo ARRUDA	F	1°
	Maria Aparecida do ROSÁRIO	F	Pré
	Maria do ROSÁRIO M. da Silva	F	Pré
	Maria do ROSÁRIO Silva	F	4°
	Maria Nausa E. ARRUDA	F	Pré
	Mercedes MARCIANO	F	3°
	Terezinha Lurdes REIS	F	Pré
	Adão Damas COELHO	M	4°
	Aparecido ALVES	M	Pré
	Célio Gomes ALVES	M	Pré
	Elias Mesquita COELHO	M	Pré
	Enival M. COELHO	M	Pré
	Euclides ALVES	M	Pré
	Euclides do ROSÁRIO	M	2°
	Evaristo ALVES	M	1°
	Jair ALVES Otaciano	M	2°
	José ALVES	M	2°
	Juracy RIBEIRO	M	4°
	Luís Mário ALVES	M	3°
	Maria Divina do ROSÁRIO	M	4°
	Valdecí ALVES Oliveira	M	Pré
	Valdivino RIBEIRO	M	1°
1967	Deusanete do ROSÁRIO	F	Pré
	Eunice Mesquita COELHO	F	2°
	Helsene de Jesus RITA	F	1°

	Maria do ROSÁRIO Araújo	F	3°
	Maria do ROSÁRIO MARCIANO	F	Pré
	Marlete do ROSÁRIO	F	Pré
	Adão Damásio COELHO	M	4°
	Aparecido da Silva MARCIANO	M	1°
	Camilo Damásio COELHO	M	4°
	Gildo Hilário RIBEIRO	M	Pré
	João Batista Evaristo ARRUDA	M	Pré
	Júlio César ALVES da Silva	M	2°
	Miguel Alves da Silva	M	Pré
	Nélio do ROSÁRIO	M	Pré
	Pedro ALVES	M	Pré
	Sebastião COUTINHO	M	Pré
1968	Aparecida do ROSÁRIO	F	2°
	Aparecida MARCIANO	F	2°
	Elizabeth ALVES da Silva	F	Pré
	Floracy Divino RIBEIRO	F	1°
	Maísa Alves Ferreira	F	Pré
	Maria ALVES	F	4°
	Maria Aparecida ALVES	F	Pré
	Maria RIBEIRO de Jesus	F	Pré
	Maria Zélia ALVES	F	Pré
	Nausa Evaristo ARRUDA	F	1°
	Nilda ALVES Lopes	F	4°
	Vânia Aparecida ALVES	F	Pré
	Antônio Jorge ALVES	M	Pré
	Divino RIBEIRO dos Santos	M	Pré
	Florisbelo COUTINHO dos Santos	M	3°
	Jadson ALVES Oliveira	M	1°
	Jair ALVES	M	4°
	João Batista Pereira ARRUDA	M	Pré
	Nivaldo Mesquita COELHO	M	Pré
	Oliveiro ALVES	M	Pré
	Paulo Vaz RIBEIRO	M	Pré
	Pedro ALVES da Silva	M	2°
	Silvano Batista da Silva	M	Pré
	Valdivino RIBEIRO	M	3°
1969	Aparecida ROSÁRIO	F	4°
	Elza Mesquita COELHO	F	4°
	Margarete ALVES da Silva	F	1°
	Maria Cristina ALVES	F	1°
	Maria da Silva ALVES	F	1°
	Maria do ROSÁRIO da Costa	F	1°

	Maria Lília ALVES da Silva	F	4°
	Nair dos Santos ALVES	F	2°
	Neuza ALVES Rodrigues	F	1°
	Neuza dos Santos ALVES	F	2°
	Antônio ARRUDA	M	1°
	Bezerra de Menezes RIBEIRO	M	1°
	Gilberto P. Duarte ARRUDA	M	1°
	Jeová Farbim ARRUDA	M	1°
	João Batista ARRUDA	M	4°
	Luís Gonzaga ARRUDA	M	2°
	Marciano do ROSÁRIO Oliveira	M	4°
	Maurício RIBEIRO da Silva	M	1°
	Pedro ALVES dos REIS	M	1°
	Sandro do ROSÁRIO Silva	M	1°
	Sebastião ALVES	M	2°
	Sebastião ALVES da Silva	M	1°
1970	Eliene ROSÁRIO Pires	F	2°
	Heloene Jesus RITA	F	3°
	Jussara Helena RIBEIRO	F	1°
	Márcia da Silva ALVES	F	2°
	Maria de Fátima ALVES dos REIS	F	1°
	Maria Divina RIBEIRO	F	2°
	Maria do ROSÁRIO Silva	F	2°
	Sandra do ROSÁRIO	F	1°
	Suely QUIRINO	F	1°
	Terezinha dos REIS	F	3°
	Terezinha Evaristo Arruda	F	1°
	Absair ALVES Matutino	M	2°
	Antônio RIBEIRO Pereira	M	2°
	Aparecido Evaristo ARRUDA	M	1°
	Aparecido MARCIANO	M	3°
	Divino RIBEIRO Santos	M	1°
	Edmar ARRUDA Silva	M	1°
	Edson ARRUDA Silva	M	1°
	Emivaldo COELHO	M	1°
	Jailson ALVES da Silva	M	1°
	José Albenir RIBEIRO	M	1°
	José ROSÁRIO Ferreira	M	1°
	Luís Gonzaga Evaristo ARRUDA	M	1°
	Márcio ALVES Ferreira	M	1°
	Mário do ROSÁRIO Amorim	M	2°
	Pedro ALVES	M	1°
1971	Eliane do ROSÁRIO Pires	F	3°

Ilma Vieira ALVES	F	1°
Maísa Alves Ferreira	F	1°
Margareth ALVES Matutino	F	2°
Maria Aparecida MARCIANO	F	1°
Maria da Silva ALVES	F	3°
Maria do ROSÁRIO Ferreira	F	1°
Maria Imaculada dos REIS	F	1°
Marli ALVES Sobrinho	F	1°
Maurinete Evaristo ARRUDA	F	1°
Mercedes ALVES da Silva	F	1°
Sirley ALVES Matutino	F	1°
Tereza dos REIS	F	4°
Terezinha ALVES de Faria	F	1°
Vandailma RIBEIRO	F	2°
Antônio Jorge AIVES da Cunha	M	3°
Celso RIBEIRO dos Santos	M	1°
Enival Mesquita COELHO	M	1°
Francisco ALVES da Silva	M	1°
João Batista MARCULINO	M	1°
João Batista RIBEIRO	M	1°
Maurício da Silva ALVES	M	1°
Reila Maria MARCULINO	M	1°
Sebastião ALVES	M	1°
Sebastião COUTINHO de Souza	M	1°
Willian RIBEIRO dos Santos	M	1°

Fonte: Registros de Matrículas Grupos Escolares - Acervo Escolar e Subsecretaria de Ensino